

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E
MUCURI

Dianaluz da Costa Leme Corrêa

**A paisagem cultural e as disputas em torno da institucionalização de paisagens
rurais: O caso do distrito de Tabuleiro (Conceição do Mato Dentro, MG)**

Diamantina

2020

Dianaluz da Costa Leme Corrêa

A paisagem cultural e as disputas em torno da institucionalização de paisagens rurais: O caso do distrito de Tabuleiro (Conceição do Mato Dentro, MG)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Sociedade e cultura no mundo rural

Orientador: Dr. Marcos Lobato Martins

Diamantina

2020

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C824p

Correa, Dianaluz da Costa Leme

A paisagem cultural e as disputas em torno da institucionalização de paisagens rurais: o caso do distrito de Tabuleiro (Conceição Do Mato Dentro, MG) / Dianaluz da Costa Leme Correa , 2020.

202 p.: il.

Orientador: Marcos Lobato Martins

Dissertação (Mestrado– Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

1. Paisagem cultural. 2. Paisagens rurais. 3. História Oral. I. Martins, Marcos Lobato. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 711.3

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecária: Viviane Pedrosa – CRB6/2641



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Dianaluz da Costa Leme Corrêa

**A paisagem cultural e as disputas em torno da institucionalização de paisagens rurais:
o caso do distrito do Tabuleiro (Conceição do Mato Dentro, MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Rurais.

Orientador: Marcos Lobato Martins

Data de aprovação: 16/12/2020

MARIANA DE OLIVEIRA LACERDA:83265473600
Assinado de forma digital por MARIANA DE OLIVEIRA LACERDA:83265473600
Dados: 2021.01.25 11:20:10 -03'00'

Prof^ª. Dr^ª. Mariana de Oliveira Lacerda
Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC – UFMG)

Prof^ª. Dr^ª. Letícia Carolina Teixeira de Pádua
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Prof. Dr. Alan Faber do Nascimento
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGER – UFVJM)

Marcos Lobato Martins
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER - UFVJM)

Diamantina

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais pela solicitude e apoio nesta dissertação, assim como ao meu querido orientador Dr. Marcos Lobato Martins pela dedicação. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

Agradeço ao meus irmãos: Sarah, Evellyn e Ariel pelo imenso apoio na hora em que mais precisei, assim como às minhas duas queridas avós, Maria Antônia e Maria Angelina. Minhas tias: Ivani Reimi, tia Celi, tia Bia, Tia Édna, Tia Teca, tia Ana, tia Tânia, tia Leninha e seus respectivos esposos. Minha prima Carolina.

Agradeço a todos meus amigos que me acompanharam nesta jornada, seja de Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro, São Paulo, Belo Horizonte e Diamantina.

Agradeço também aos meus queridos que se foram e que de alguma maneira sempre estiveram ao meu lado no meu pensamento: meu avô Eugênio, meus pais, minha irmã, meu tio Carlinhos, minha tia Terezinha.

Agradeço a todos moradores de Tabuleiro que me ajudaram neste trabalho: Seu Anísio, seu Manoel, dona Zenita, Dona Palmira, Gisele, Cristiano, Seu Zé Dolinta, Marco Antônio Bruck, dona Lia, Rafael Perdigão, Fernanda Barros, Caio Leão.

“Tenho pensamentos que, se pudesse revela-los e fazer viver, acrescentariam nova luminosidade às estrelas, nova beleza ao mundo e maior amor ao coração dos homens”.

Fernando Pessoa

RESUMO

A presente dissertação “Paisagem Cultural e as disputas em torno da institucionalização das paisagens rurais: o caso do distrito de Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro” busca demonstrar a paisagem cultural do distrito de Tabuleiro, em Conceição do Mato Dentro e trazer à tona as disputas em torno da questão ambiental que permeia a criação de instituições como o Parque Natural Municipal do Tabuleiro e o Parque Estadual Serra do Intendente. A metodologia para realização deste trabalho foi a História Oral, análise de conteúdo, análise de documentos escritos, análise dos questionários feitos com os funcionários públicos. Como resultado das análises pudemos perceber os conflitos em torno do uso das áreas protegidas e zona de amortecimento e sugerimos algumas ações possíveis do poder público para um melhor relacionamento com a comunidade local.

Palavras-chave: Paisagem Cultural, Relações Institucionais, História Oral.

ABSTRACT

The presente dissetation “Cultural Landscape and the disputes around the institutionalization of rural landscapes: the case of the district of “Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro” seeks to demonstrate the cultural landscape the district of Tabuleiro, in Conceição do Mato Dentro and to bring up the disputes around the environmental issue thar permeates the creation of institutions such as the Tabuleiro Municipal Natural Park and the Serra do Intendente State Park. The methodology for carrying out this work was Oral History, content analysis, analysis of written documents, analysis of questionnaires made with public officials. As a result of the analyzes, we were able to perceive the conflicts surrounding the use of protected areas and the buffer zone and suggested some possible actions by the government for a better relationship with the local community.

Keywords: Landscape. Institutional Relations. Oral History.

LISTA ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Localização de Conceição do Mato Dentro	14
Figura 2 - Cachoeira do Tabuleiro.....	15
Figura 3 - Paepalanthus no Parque Natural Municipal do Tabuleiro	16
Figura 4 - Canelas de Ema nas imediações do Parque Natural Municipal do Tabuleiro	17
Figura 5 - Igreja Nossa Senhora do Sagrado Coração, no Distrito de Tabuleiro	18
Figura 6 - Campo de Futebol no distrito de Tabuleiro	19
Figura 7 - Croqui da localização aproximada das terras recebidas em Sesmarias, herdadas, compradas e conquistadas de Indígenas, por Antônio Guedes de Brito, no final do século XVII.....	40
Figura 8 - Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito.....	43
Figura 9 - Mapa do município de Conceição, em 1920	49
Figura 10 - Barragem de Rejeitos em Conceição do Mato Dentro, 2018.	53
Figura 11 - Poço Pari, que recebe muitos visitantes em alta temporada.	54
Figura 12 - Cachoeira Congonhas	55
Figura 13 - Cartaz da feirinha do Tabuleiro	56
Figura 14 - Cruzeiro no distrito de Tabuleiro enfeitado para reza	64
Figura 15 - Cemitério do Peixe.....	66
Figura 16 - Cemitério do Peixe.....	66
Figura 17 - Distrito de Mato Grosso.....	67
Figura 18 - Zoneamento do PESI e PNMT	83
Figura 19 - Cachoeira Rabo de Cavalo.....	92
Figura 20 - Mapa mental do Tabuleiro, de Rafael Perdigão	106
Figura 21 - Mapa mental do Tabuleiro, de Caio Leão.....	109
Figura 22 - Mapa mental do Tabuleiro, de Fernanda Barros.....	110
Figura 23 - Transporte de mochilas em mulas como apoio na Travessia Lapinha-Tabuleiro	114
Figura 24 - Bloco Quebra Tabu no Tabuleiro na Festa do Rosário, 2019.....	115

LISTA QUADRO

Quadro 1 - Bens inventariados e tombados em Conceição do Mato Dentro.....	93
Quadro 2 - Bens imateriais inventariados em Conceição do Mato Dentro	94
Quadro 3 - Festas religiosas inventariadas em Conceição do Mato Dentro	95
Quadro 4 - Práticas populares registradas em Conceição do Mato Dentro	95
Quadro 5 - Relações sociais e interações com a natureza, distrito de Tabuleiro.....	117

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
O espaço da pesquisa: Conceição do Mato Dentro e o distrito de Tabuleiro.....	13
Motivações da pesquisa: O percurso do pensamento para escolha do tema.....	19
As escolhas metodológicas da pesquisa.....	23
Pressupostos teóricos da metodologia da história oral.....	26
A estrutura de apresentação dos resultados.....	34
CAPÍTULO 1.....	36
A formação das paisagens em Conceição do Mato Dentro.....	36
1.1 Elementos materiais das paisagens culturais: a perspectiva de Carl Sauer.....	37
1.2 A trajetória de Conceição do Mato Dentro.....	39
1.3 As paisagens culturais no distrito de Tabuleiro.....	53
CAPÍTULO 2.....	62
As propostas de institucionalização da paisagem: a visão institucional local.....	62
2.1 A Paisagem Cultural como Patrimônio.....	62
2.2 A institucionalização do patrimônio sob um ponto de vista crítico.....	67
2.3 Patrimônio Cultural, Turismo e Política Pública em Conceição.....	71
CAPÍTULO 3.....	97
As percepções dos moradores de Tabuleiro e os embates com as políticas públicas locais.....	97
3.1 Para além da “pedra e cal”: a complexidade simbólica das paisagens.....	102
3.2 Natureza e comunidade: o que diz a memória coletiva no Tabuleiro?.....	106
3.3 Os parques naturais, o turismo e os moradores do Tabuleiro.....	118
Considerações finais.....	132
Referências Bibliográficas	141
ANEXO I – Entrevistas com os moradores de Tabuleiro:.....	147
Entrevista com Palmira Costa.....	147
Entrevista com o Senhor Manoel Floriano de Lima.....	149
Entrevista com Sr. Anísio da Cruz Fernandes.....	151
Entrevista com Geralda.....	156
Entrevista com Zenita Costa.....	158
Entrevista com Gisele Rodrigues Costa.....	166

Entrevista com Cristiano Rodrigues	170
Entrevista com Maria Conceição do Nascimento, a Dona Lia	180
Entrevista com Marco Antônio Bruck, conhecido como Menino.	185
Entrevista com senhor José Dolinta.....	191
ANEXO II - Questionários para funcionários do IEF, da Prefeitura da Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Urbana, Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico: IEF	195
Questionários para funcionários do IEF, da Prefeitura da Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Urbana, Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico: SMAGU.....	198
Questionários para funcionários do IEF, da Prefeitura da Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Urbana, Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico: Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico	201

INTRODUÇÃO

O projeto “A paisagem cultural e as disputas em torno da institucionalização de paisagens rurais: o caso do distrito de Tabuleiro (Conceição do Mato Dentro, MG)” tem como questões norteadoras a história da relação dos indivíduos/comunidades com a paisagem (modo de vida, natureza, cultura) e a análise de como Estado tem tratado estas relações homem-natureza-cultura na cidade de Conceição do Mato Dentro, especialmente no distrito de Tabuleiro.

O projeto utilizará documentos escritos (atas de Conselhos, leis, ofícios, memorandos, cartas, livros) e fontes orais. Também lançará mão de observações de campo, registradas em diário da pesquisadora muitos relatos das conversas com moradores da localidade e explorará desenhos e croquis elaborados por moradores do referido distrito, nos quais serão representados seu cotidiano (deslocamentos espaciais, pontos frequentados, locais valorizados, etc.) e suas percepções mais gerais sobre o ambiente local. Tal pesquisa é uma intersecção entre a abordagem da Nova História que estuda, por exemplo, a “história do cotidiano” de pessoas comuns, e da Geografia Cultural que insere a subjetividade das relações humanas na análise da paisagem, possibilitando apreender aspectos da relação humana com o ambiente, tais como: modo de vida, relação com a natureza e com a cultura. A Geografia Cultural entende que a paisagem está presente nos valores humanos em complexas relações entre as atitudes e percepções sobre o meio. Assim, a memória das pessoas entrevistadas sobre festas, marujadas, cavalgadas, pontos de passagem, cruzeiros, relações estabelecidas na vivência na paisagem e até mesmo os contos pitorescos que permeiam a cultura da região – caso do folclore sobre assombrações e contatos com OVNI, etc. – será o substrato para compreensão das relações homem-paisagem-cultura, sendo que poderá oferecer elementos para uma análise da paisagem cultural incorporando valores humanos.

Noutras palavras, este trabalho pretende ser uma interação entre História e Geografia, sendo que ao mesmo tempo em que os relatos possibilitarão traçar uma “história da paisagem”, ou seja, da fisionomia de Conceição do Mato Dentro e do Tabuleiro, este trabalho cumpre também uma função própria da História, qual seja a recuperação da memória que será possível através das conversas com moradores que geraram anotações em cadernos de campo.

Para compreender como o homem relaciona-se com a paisagem (modo de vida, natureza, cultura) em Conceição do Mato Dentro, será utilizado fundamentalmente o caderno de campo no qual constam anotações de conversas com moradores do distrito de Tabuleiro. O

uso de fontes orais implica na discussão sobre a memória e os “lugares de memória”, sua influência sobre a produção cultural e as identidades individuais e coletivas.

Desta maneira, será cumprido o objetivo de elaborar uma breve história da formação das paisagens no município de Conceição do Mato Dentro e, particularmente, no espaço distrital do Tabuleiro, cuja fama ultrapassa as fronteiras municipais e se espraia pelo país inteiro. Tarefa preliminar sem a qual não se pode abordar o problema central desta pesquisa, que é: como, no decorrer das últimas décadas, o Estado – especialmente o Poder Público Municipal – interveio na relação dos indivíduos e das comunidades com o ambiente local. Este é o fulcro do trabalho, a contribuição específica que ele traz para o conhecimento das recentes transformações que a cidade e o distrito experimentam, decorrentes das pressões econômicas geradas pela indústria do turismo e pela grande mineração.

Interessa saber como e em que contexto surgiram as políticas públicas municipais relativas à institucionalização das paisagens locais, quais princípios e perspectivas estão na base dessas políticas e quais ações já foram realizadas pelo Poder Público nesse campo. Por outro lado, o trabalho pergunta pelo grau de conformidade dessas políticas públicas com as ideias, valores e representações das populações locais a respeito de seu ambiente, de modo a avaliar a possível adesão dos moradores ou os eventuais níveis de crítica e resistência que elas suscitam, no caso de não levarem em conta, na medida adequada, as valorações e as necessidades das comunidades.

O espaço da pesquisa: Conceição do Mato Dentro e o distrito de Tabuleiro

O município de Conceição do Mato Dentro está situado no centro-norte de Minas Gerais, na borda nordeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A sede municipal dista 167 quilômetros da capital, à qual é ligada pela rodovia MG-010, passando por Lagoa Santa e pela Serra do Cipó. Seu território, cuja área total é de 1.720 km², está encravado nos contrafortes orientais da Serra do Espinhaço, com altitude média na casa dos 700 metros, e possui clima tropical de altitude. Conceição do Mato Dentro faz divisas com Serro, Dom Joaquim, Gouveia e Congonhas do Norte.

Tido como a “Capital Mineira do Ecoturismo”, Conceição – como é popularmente conhecido – abrigava população estimada (ano de 2017) de 18. 126 habitantes. O PIB per capita (IBGE/2015) é de R\$ 45.700,21; o IDH (PNUD/2010) é médio, na casa de 0,634.

Conceição do Mato Dentro tem onze distritos.¹ A população na sede é de 11.250 habitantes.

Figura 1 - Localização de Conceição do Mato Dentro



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Concei%C3%A7%C3%A3o_do_Mato_Dentro

O distrito de Tabuleiro, distante 20 km da sede municipal, foi criado por meio da Lei Municipal nº 1.741, em 30 de setembro de 2003, e, de acordo com o Censo de 2010 (IBGE), o distrito tem 1.166 habitantes, distribuídos em 480 domicílios particulares. O distrito é muito visitado em decorrência da Cachoeira do Tabuleiro, que é a mais alta cachoeira de Minas Gerais e a terceira do país, além de outros atrativos, como a cachoeira Congonhas, o Cânion do Rio Preto, o Poço Pari e o poço do Vau. A região possui dois parques, o Parque Municipal Natural do Tabuleiro, criado em 1998 antigamente sob o nome Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo e o Parque Estadual Serra do Intendente criado em 2005.

¹ Os distritos de Conceição são os seguintes: sede, Brejaúba, Córregos, Costa Sena, Itacolomi, Ouro Fino do Mato Dentro, Santo Antônio do Cruzeiro, Santo Antônio do Norte, São Sebastião do Bonsucesso, Senhora do Socorro e Tabuleiro do Mato Dentro.

Figura 2 - Cachoeira do Tabuleiro

Fonte: Acervo da autora, 2015.

Esta é uma das paisagens que retrata o distrito do Tabuleiro, um pedaço do Espinhaço, já descrito por vários naturalistas viajantes que percorreram as terras do Mato Dentro ou Caeté, em direção ao distrito diamantino, tais como John Mawe, Saint Hilaire, John Spix, Carl von Martius, Barão de Eschweg, desde Itambé até Córregos, observando plantas, animais e a gente daquele sítio (MORAIS, 1942, p.145). Esta foto foi tirada em meados de Fevereiro de 2015, em minha primeira visita ao distrito de Tabuleiro, ela revela uma paisagem ímpar. A cachoeira adornada da chamada popularmente de Sempre Viva que recobre todo campo ao redor dela. O que ressalta na foto é a água que cai da cachoeira, abundante no período das chuvas e também as rochas quartizíticas na cor alaranjada. Seu campo rupestre e o rio que segue o Ribeirão do Campo. A paisagem da cachoeira do Tabuleiro remete a sensações indizíveis, integração com a natureza e percepção de que somos parte dela e somos muito pequenos perante a sua grandeza.

As rochas tem origem proterozóica, composta por quartizitos, micaxistos e metavulcânicas e o geossistema montanhoso do Espinhaço é um conjunto de cristais e superfícies aplainadas que variam em altitude de 700 a 1900 metros de altitude

(KUTSCHENSKI, 2006). Dentre as famílias botânicas que ocorrem nos campos rupestres, Eriocaulaceae destaca-se como uma das mais representativas, tanto pela grande riqueza, como pelo elevado número de endemismos. A família é composta atualmente por 10 gêneros. *Paepalanthus* Mart. possui cerca de 400 espécies agrupadas em vários táxons infragenéricos, entre eles *Paepalanthus* subgen. *Xeractis* Koern., grupo endêmico da Cadeia do Espinhaço em Minas Gerais (ANDRINO; COSTA, 2013).

Figura 3 - Paepalanthus no Parque Natural Municipal do Tabuleiro



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Os campos rupestres incluem formações herbáceo arbustivas associadas a solos litólicos, predominantemente quartzíticos são formados por vegetação como canelas-de-ema (*Vellozia spp.*, *Velloziaceae*), em áreas mais encharcadas, frequentemente associadas a córregos e solos húmicos, são encontradas também *saprófitas*, como as *Burmanniaceae*, e plantas carnívoras, como *Droseraceae* e *Lentibulariaceae*, a *Minaria magisteriana* (Rapini) aparece nos campos rupestres em meio as rochas, assim como outras espécies endêmicas que estão desigualmente distribuídas, como por exemplo e.g. *Minaria*, em *Apocynaceae*, *Pseudotrimezia*, em *Iridaceae*, *Senna*, em *Leguminosae*, *Lavoisiera*, em *Melastomataceae*, e *Decleuxia*, em *Rubiaceae*. (RAPINI et al., 2008)

A fauna é composta por pequenos animais do Cerrado, cobras, lagartos, pássaros e insetos muitas vezes coloridos, assim como, nesta mesma visão são avistados também lobos guará. Além da vegetação do Cerrado as áreas Parque também possuem regiões residuais de Mata Atlântica com Campos Úmidos e Floresta Estacional (IABS, 2018).

Figura 4 - Canelas de Ema nas imediações do Parque Natural Municipal do Tabuleiro



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Segundo o *site* da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, a importância do distrito está principalmente ligada ao turismo, salientando que a Cachoeira do Tabuleiro já foi eleita por duas vezes consecutivas pelo Guia 4 Rodas como a mais bela do país e também uma das “7 Maravilhas da Estrada Real”, com mais de 40 mil votos, em concurso realizado pelo Instituto Estrada Real, órgão ligado à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) (“Tabuleiro do Mato Dentro | Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro”, 2020).

Sobre a origem do nome do distrito, segundo o site da Prefeitura Municipal, existem muitas histórias contadas, podendo a denominação estar vinculada às serras que parecem tabuleiros, aos locais de plantação (tabuleiros) ou aos tabuleiros utilizados no passado para o transporte de mercadorias até Conceição do Mato Dentro. Ainda conforme a mesma fonte, o surgimento do distrito está ligado as descendentes de famílias de alemães que ocuparam a região do povoado de Cubas para trabalhar nas forjas de ferro em Morro do Pilar, no início do século XIX, fundada pelo intendente dos diamantes, Manoel Ferreira da Câmara Bethancourt e Sá, entretanto, é notável a descendência indígena de muitas das famílias residentes no local, sendo que alguns moradores relatam que seus avós, bisavós e tataravós foram “pegos no laço”.

O distrito possui bairros próprios, como o Centro, Rio Preto, Olaria, Mané Joaquim, Mata, Quilombo e Salto, e ainda o local mais afastado denominado de Macaca. A paisagem do distrito é coroada pela vista da Cachoeira do Tabuleiro, visível de muitos pontos, principalmente do Quilombo.

Figura 5 - Igreja Nossa Senhora do Sagrado Coração, no Distrito de Tabuleiro



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Possui uma igreja no Centro, Nossa Senhora do Sagrado Coração de Jesus, que é um marco da religiosidade local, e através da qual muitos informes são passados à comunidade pelo alto-falante. A comunidade conta com um “campinho” onde se realizam grandes eventos, como a Feirinha do Tabuleiro, Festa Junina e, recentemente, o Festival de Jazz. Há um time de futebol e uma associação de moradores, a ASCOTA (fundada em 2005).

Figura 6 - Campo de Futebol no distrito de Tabuleiro



Fonte: Acervo da autora, 2018.

A paisagem é bucólica, permeada por áreas verdejantes de mata Atlântica e também pelos roçados e quintais das casas, cheios de bananeiras, urucum, árvores frutíferas e hortas. A base da economia distrital é a agricultura familiar e também o turismo, ainda incipiente, que gera renda para poucos estabelecimentos. Tabuleiro possui algumas pousadas, como a Pousada Gameleira, para pessoas de nível aquisitivo mais alto, duas pousadas no centro e um *hostel*, o Ecohostel, e também existem pessoas que utilizam aplicativos para aluguel de cômodos em suas casas – muitas delas não são nativas do distrito, mas escolheram o Tabuleiro como morada.

Motivações da pesquisa: O percurso do pensamento para escolha do tema

Segundo José de Souza Martins (2013), o artesanato intelectual não é meramente uma coleta de dados. Nele “o observador é observado, o decifrador é decifrado”, em constante interação. A pesquisa acadêmica não seria possível se o pesquisador já não possuísse também um cabedal teórico e metodológico, que já traz consigo em razão de sua própria trajetória. A ligação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa não deve ser ignorada, e sim incorporada ao trabalho final que se apresentará. Isso porque a pesquisa é, sobretudo, um resultado das vivências do pesquisador com o objeto pesquisado e as conclusões que ele pode tirar disso. Tais conclusões estarão também condicionadas ao olhar do pesquisador amparado por toda sua carga de leituras.

O trabalho proposto em “Paisagem Cultural e disputas em torno da institucionalização das paisagens rurais: distrito de Tabuleiro - Conceição do Mato Dentro” consiste na reunião de pensamentos e ideias que me surgiram desde que visitei pela primeira vez a região do Espinhaço, em Minas Gerais. Na ocasião, no distrito de Lapinha da Serra, localizado no município de Santana do Riacho, entre os dias 12 e 20 de janeiro de 2015, pensei que ali estava uma bela paisagem cultural: por quê? De onde eu teria tirado esta proposição? A resposta foi dada com o conhecimento adquirido no curso de extensão universitária na modalidade de difusão, “Curso Patrimônio e Ação: Políticas de Preservação do Patrimônio Material na Contemporaneidade”, oferecido pela Universidade de São Paulo, na Casa Dona Yaya, e ministrado pela professora Simone Scifone, do Departamento de Geografia da USP, no qual ela nos apresentou o conceito de paisagem cultural, lembrando a sua experiência com a inscrição da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira.

Observando a paisagem natural e observando os homens interagindo com esta paisagem foi que me ocorreu que eu poderia bem descrevê-la, porém eu não conseguiria atingir o cerne da tradição nem da história apenas com a observação. Como historiadora, eu teria que recorrer aos documentos escritos, porém quais documentos escritos? Alguns documentos já foram consultados, como o Inventário Atualizado do Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro (2018), no qual, além de constatar que as paisagens dos distritos de Tabuleiro, Itacolomi e Parauninha constam apenas nas Paisagens Naturais descritas, observei a existência de um arquivo da cidade. Prontamente fui visitá-lo. Entretanto, o local cujo endereço constava na lista dos bens tombados, Rua Daniel de Carvalho n. 202, simplesmente não abrigava nenhum arquivo. Fui à Secretaria Municipal do Patrimônio Histórico, na qual fui informada que não existe tal arquivo e que encontraria apenas um almoxarifado em que estão guardadas as documentações mais recentes. Ademais, além dos documentos oficiais da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, são fontes deste estudo os documentos do Instituto Estadual de Florestas, pertinentes à criação do Parque Serra do Intendente. Compulsá-los será necessário para compreender a visão institucional para a implementação das políticas ambientais e patrimoniais na região.

Desta maneira, compondo artesanalmente minha pesquisa, tendo em mãos os caminhos a seguir que corresponderiam principalmente a uma visão através de documentos, isso não seria suficiente para apreender o modo de vida do campo, as relações entre o homem e seu ambiente, qual a cultura que se desenvolve nesta paisagem, etc. Estas questões não poderiam ser apreendidas tão fácil e minuciosamente na documentação escrita oficial,

governamental e eclesiástica. Busquei outras tipologias de documentos que pudessem revelar as relações estabelecidas na paisagem pertinentes ao modo de vida, a cultura e a relação com a natureza. Um deles foi o livro de memórias de Maria Sueli Moura Mariano, *Histórias da Cidade de Conceição, de vida e superação* (2011), o qual foi “escrito pelas mãos, ditado pelo coração”. Sueli é uma mulher que nasceu e viveu toda sua infância em Conceição do Mato Dentro, mas que se mudou mais tarde, na idade adulta, conta estas histórias em ocasião que ela vem visitar a cidade. Um belo livro, de uma riqueza fantástica e com o sabor do interior mineiro. Esse livro me aproximou, ainda mais, do modo de viver e de pensar do pessoal desta região. Assim, amparada também pela minha experiência com a História Oral, durante o período em que estudei na Universidade de São Paulo e fui monitora no “Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação”, comecei a refletir sobre a possibilidade de obter um pouco da riqueza cultural através de conversas com os moradores.

As memórias do povo conceiçoense não está toda escrita, como estão as memórias de Maria Sueli. Muito da memória que repousa na cabeça deste povo morrerá com eles, não transmitiram a ninguém e não escreveram uma linha sobre isso. Aliás, muitos dos homens vividos desta terra não são alfabetizados, muitos nunca frequentaram a escola, alguns que frequentaram aprenderam pouco. É um povo atrelado ao trabalho na terra, e este é frequentemente o argumento para não persistir em longa escolarização. Dessa maneira, o saber escolar não faz parte do cotidiano de muitas famílias, e é esta também uma questão a ser observada, qual a importância que se dá ao trabalho na roça, bem como implica em todo o conhecimento que se tem da terra, dos seus ciclos, das suas necessidades, o que ela pode oferecer, um rico conhecimento de vida que é a própria cultura local.

Meu desejo com este trabalho é obter um conhecimento que só poderia ser obtido desta maneira, um fazer histórico-sociológico-geográfico. Parto da perspectiva de que, em cada pedaço, cada pequena porção deste Brasil, e aqui em Conceição do Mato Dentro também, há uma paisagem cultural, cuja história pode ser expressa nas palavras dos anciãos e moradores de todas as idades, pois todos os “nativos” são guardiões da memória dos tempos passados. Desta maneira, nesse texto foi muito valorizada a memória dos mais velhos, pessoas como Dona Zenita e dona Palmira, de 75 anos de idade, entendendo que, assim como na África, “cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima”. Essas palavras do escritor malinês Amadou Hampâté Bâ indicam que os relatos dos antigos proporcionam uma vivência única. A mente se abre, como se abre um livro, e a imaginação se enche de detalhes, proporcionando o conhecimento das histórias e das tradições locais.

Vivendo em Conceição do Mato Dentro desde o dia 7 de fevereiro de 2015 até o ano de 2019, pude desfrutar das belezas do local. Sempre faço visitas à cachoeira Rabo de Cavalo e ao Cânion do Peixe Tolo e também aproveito para aprender um pouco da cultura dos nativos da região. Observei que existem rezas que depois se transformam em festas em todos os cruzeiros situados ao redor dos núcleos urbanos, mesmo nos mais distantes, aqueles que se encontram na beira da estrada no caminho para o centro da cidade de Conceição do Mato Dentro. Um dos aspectos que buscará ser compreendido serão essas rezas e a relação que têm esses cruzeiros com os locais em que estão situados. A escuta das histórias locais permite perceber que elas estão frequentemente – e intimamente – ligadas à morte. Outro aspecto curioso da região que estará presente neste trabalho será a incidência de avistamentos de OVNI (objetos voadores não identificados), sendo que alguns relatos locais já foram coletados pela Sociedade Brasileira de Ufologia, documentos estes que serão também utilizados nesta pesquisa. As tradições como a da Marujada e as cavalgadas também serão aspectos da paisagem cultural tratados aqui neste trabalho, assim como os ofícios, por exemplo, engenho de farinha de mandioca, de cana para fazer rapadura e cachaça, a fabricação do queijo.

Em abril de 2018, através de um colega que cursava o Programa de Mestrado em Estudos Rurais na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, o atual mestre e professor da rede pública Wellington Santana, tomei conhecimento do caráter interdisciplinar do programa, que poderia abarcar o meu projeto, que é uma interface entre Geografia e História. Graças a este amigo, eu me inscrevi no processo seletivo e felizmente fui aprovada. Na aula inaugural do mestrado, conheci o professor Marcos Lobato Martins, um dos idealizadores do mesmo. Na ocasião, fomos todos presenteados com dois de seus livros: *Alma de Serra: estórias do Espinhaço* e *Rumores da Serra: novas estórias do Espinhaço*, livros que li com muito gosto, apaixonando-me pelo estilo de sua escrita e maravilhando-me com sua pesquisa documental. No primeiro semestre tive problemas de saúde e tive que me ausentar do programa, tendo trancado matrícula. No semestre seguinte retornei ao programa, porém, a orientadora que me fora designada, Dra. Juliana Leal, estava de licença maternidade, o que gerou a necessidade de eu ter outro orientador. Não titubeei em pedir que o professor Marcos Lobato fosse meu orientador, pois nesta altura já tinha grande admiração pelo seu trabalho e soube que seria uma acertada opção. As aulas com a professora Aline Sulzbacher me fizeram ampliar a visão sobre a expropriação capitalista das terras e força de trabalho, o

que acrescentou para a dissertação observações importantes na parte que falo sobre a mineração.

O Mestrado em Estudos Rurais deu muitas contribuições para visualizar a complexidade e a riqueza das sociedades rurais. Através de leitura dos trabalhos de colegas do Mestrado eu pude também obter conhecimentos valiosos para minha dissertação, como sobre a categoria de “neorrurais” do trabalho de Yuri Augusto Pinto (2019) e para uma análise processual do turismo na dissertação de Wellington Santana (2018).

As escolhas metodológicas da pesquisa

Neste trabalho, por modo de vida será entendido o complexo de fatos e práticas do cotidiano, abarcando simultânea e articuladamente os elementos físicos e humanos da paisagem, interconectados ao trabalho e ao existir da população. O modo de vida na paisagem está determinado pela relação do indivíduo com o meio. Além dos fatores físicos que condicionam a existência dos homens, devemos considerar os modos de pensar, como assinalado por Mombeig (1989):

Torna-se necessário que o homem seja verdadeiramente considerado como outra coisa além de uma casa, de um trator ou de uma estatística. Se o homem, o homem em sociedade, constitui o centro da geografia humana, deve aparecer de maneira total, com seus modos de vida e com seus modos de pensar, que afinal se confundem. A limitada tarefa dos geógrafos deve consistir em explicar a parte dos fatores geográficos na formação e na evolução dos modos de pensar, a das influências que eles exercem sobre os modos de vida e o peso que estes representam sobre aqueles. Dar mais atenção a estas pesquisas significará enriquecer a contribuição que a geografia humana pode ser capaz de trazer ao conhecimento do social. (MOMBEIG, 1989, p.50)

Desta maneira, aqui o modo de vida se relaciona não apenas com o ambiente físico, mas com fatores psicológicos, ou seja, o modo de pensar dos indivíduos que está expresso pelos valores atribuídos, a maneira de pensar e sentir o meio em que vivem. Para apreender o modo de vida dos moradores da comunidade do Tabuleiro, para, por assim dizer, auscultar suas relações com o ambiente plasmadas pela cultura, empregar-se-á, além da observação de campo no estilo da etnografia, o recurso do diálogo pessoal entre pesquisador e moradores. Isto é, a metodologia do caderno de campo, assentada em um conjunto de perguntas que buscará delinear o panorama geral, para a referida comunidade, das relações ambiente-cultura. A “pergunta-síntese”, nesse caso, é: “Como é seu cotidiano *na* terra e *com* a terra, hoje e antigamente?”.

Trata-se de penetrar numa determinada *cultura da natureza*, localizada no território de Conceição do Mato Dentro e do distrito de Tabuleiro, que possui longa história e está hoje sob forte pressão de mudança. No que toca à cultura, será adotada uma definição mais genérica, como aquela utilizada por Santos (1987) que entende como cultura tudo que caracteriza uma população humana. Desta maneira, o modo de vida também será entendido como cultura, assim como as festas e cerimônias tradicionais, as lendas e crenças do povo, ou o seu modo de se vestir, a comida, o seu modo de falar e agir.

Todavia, não é só disso que se trata, das relações cultura-natureza no espaço rural do Tabuleiro, distrito de Conceição do Mato Dentro. Porque se quer investigar os impactos sobre os habitantes do distrito (e seu modo de vida característico) das políticas públicas referentes ao patrimônio natural e cultural, formuladas e práticas nos últimos anos, especialmente pela Prefeitura. O que requer entender minimamente as relações entre os moradores e o Poder Público, destacando as propostas de preservação e patrimonialização de elementos locais da paisagem (natural e cultural), e os efeitos disso sobre as práticas cotidianas das pessoas. Eis porque nas conversas com moradores sempre me referi ao parque, para saber sua opinião. E nos questionários aos agentes públicos, houve perguntas como: “Quais as demandas das comunidades em relação à sua instituição?; Qual a relação atual entre a sua instituição e as comunidades?; Quais os conflitos entre sua instituição e as comunidades?; Quais as ações da sua instituição em relação ao ambiente da comunidade?”. Estas perguntas buscaram levantar dados sobre as ações do Poder Público em relação às paisagens e aos moradores dessas paisagens, e permitir o entendimento das bases conceituais e valorativas que dão forma às políticas públicas de meio ambiente e patrimônio em Conceição do Mato Dentro.

Entender estas dimensões de política pública também requer a metodologia de análise de documentos escritos provenientes dos órgãos com responsabilidade sobre meio ambiente e patrimônio que atuam diretamente no município, a saber: Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico e Instituto Estadual de Florestas. Os documentos de domínio público (atas, leis, livros de registro, plano diretor, plano de manejo) produzidos por esses órgãos serão arrolados, lidos e analisados, a partir da chave de leitura fornecida pelos objetivos da pesquisa. Desse modo, na documentação compulsada, haverá documentos que foram integralmente reproduzidos, e outros parcialmente compilados, na medida em que informem algo sobre as relações entre os indivíduos e as paisagens e as relações entre o Poder Público (Estado/Prefeitura), as paisagens rurais e as populações locais.

Subsidiariamente, a análise de iconografia também será utilizada especialmente no sentido de revelar dimensões valorativas e modos de representação da natureza e das paisagens que circulam entre os segmentos da população municipal e distrital, cuja influência sobre o desenho das políticas públicas e das estratégias de sua implementação é significativa. Serão utilizadas imagens e fotografias da própria autora, de paisagens rurais, povoados, cruzeiros, igrejas, festas, etc. Também serão buscados e analisados registros antigos (fotografias, gravuras, pinturas, etc.), que representem formas pretéritas das paisagens de Conceição do Mato Dentro e do Tabuleiro.

Outra metodologia que será utilizada neste trabalho é a de “mapas mentais”.

Mapas mentais são imagens espaciais que as pessoas têm de lugares conhecidos, direta ou indiretamente. As representações espaciais mentais podem ser do espaço vivido no cotidiano, como por exemplo, os lugares construídos do presente ou do passado; de localidades espaciais distantes, ou ainda, formadas a partir de acontecimentos sociais, culturais, históricos e econômicos, divulgados nos meios de comunicação. (ARCHELA *et all*, 2010, p. 127)

Os mapas mentais têm sido um importante instrumento para o ensino de geografia nas escolas. Assim como tem sido tratados por exemplo no artigo de Francisco Otávio Landim Neto e Raimundo Helion Lima Dias (2011) e concentra na utilização de mapas mentais no ensino de Geografia, assim como Gleison de Oliveira Campos; Renato Teixeira da Silva; Fabiana S. R. Faria (2011) que interpretam que os mapas mentais podem ser utilizados como uma ferramenta de análise da relação do aluno com o seu espaço de vivência. Existe uma vasta bibliografia sobre trabalhos na área da geografia escolar.

A escolha metodológica pelos mapas mentais deu-se pela necessidade de abarcar determinada subjetividade geográfica, sob viés fenomenológico na paisagem dos moradores do distrito de Tabuleiro. Utilizei como estratégia metodológica solicitar a crianças e adultos de Tabuleiro, neorrurais, fazerem desenhos que representassem seu cotidiano (os espaços por onde normalmente circulam, os lugares que gostam de frequentar a trabalho, a lazer, para contemplação, os pontos do território que têm importância para eles, que gostariam de ver protegidos, etc.

Os mapas mentais possuem especial relação com a percepção, neles estão circunscritos valores pessoais dos desenhistas e sua relação afetiva com os lugares representados. A percepção pode ser expressa de várias maneiras nos mapas mentais, os desenhos podem oferecer informações sobre cores, sabores, relevo, sensação sentida naquele local, atividades desenvolvidas, a representação do imaginário. Segundo Nilza Oliveira (2006, p.10) as

representações do imaginário permitem estabelecer relações entre o modo como cada um vê o seu lugar e como cada lugar compõe a paisagem. Informações com o relevo, os rios, a vegetação e o próprio homem estão contidas nos mapas mentais, mas não podemos negligenciar os aspectos subjetivos, sensoriais, sentimentais que advêm da relação com a paisagem – a visão e reprodução em desenhos reflete uma complexa trama do sistema psicológico, envolvendo a percepção e a inteligência, portanto, a paisagem é construída e simbólica. Os mapas mentais, portanto, podem oferecer noções espaciais e do campo sentimental das pessoas. Os desenhos feitos por crianças e adultos refletem os seus sentimentos e sensações acerca do lugar vivido.

Pressupostos teóricos da metodologia da história oral

A proposta da história oral é de registrar impressões, vivências e lembranças dos indivíduos, os quais são escolhidos intencionalmente e respondem a entrevista a partir das perguntas do historiador que sempre preservará uma relação ética, admitindo que o entrevistado tem poder sobre seu relato. A pesquisa só pode ser realizada com expressa autorização do entrevistado, podendo ser tomada individualmente ou coletivamente, buscando apresentar a experiência do vivido que não seria possível conhecer se não fosse desta maneira.

Este trabalho é importante no mundo contemporâneo, ao passo em que há eminente esfacelamento dos valores que permeiam a memória e as tradições, e, também uma crescente desvalorização pela própria humanidade. A memória é um dos elementos que confere aos patrimônios e lugares, históricos ou não, a sua identidade e a memória oral ainda é uma cultura popular muito viva. O registro da memória oral pode ser entendido como uma estratégia de conservação do patrimônio cultural, apreendendo, sobretudo o aspecto humano sem negligenciar as relações deste com o ambiente físico. A “História Oral” neste trabalho é compreendida em uma perspectiva de compor a história ressaltando as pluralidades expressas nos modos de vidas diferenciadas, nas ações do cotidiano de sujeitos nativos de Tabuleiro nas variadas maneiras de convivência desenvolvidas por estes indivíduos.

Este trabalho parte da perspectiva de observar a História sob a visão singular dos fatos, valorizando formas e ressaltando pluralidades, sendo que trabalhando com a memória Oral deste distrito rural foram buscadas perspectivas diferentes através de entrevistas com sujeitos de idades diferentes, gerações diversas, inserindo também a visão dos gestores públicos e políticos envolvidos nas políticas voltadas ao local. Foi possível apreender os modos de vida

nos diversos relatos de ações do cotidiano dos indivíduos que se relacionam com o ambiente. O trabalho na roça foi uma constante das pessoas entrevistadas, exceto pelas pessoas mais novas, Gisele e Cristiano, que não trabalham na roça, entretanto possuem memórias relacionadas à lide com a terra através da vivência com os mais velhos.

Ao recuperar a memória social e coletiva através da história oral, como pesquisadora, busco apreender as diferentes visões sobre determinado fato, pois o fato experienciado coletivamente é percebido de maneira diferente por cada um dos sujeitos. A História Oral tem potencial contribuição para a história dos lugares, pois preserva relações mnemônicas dos sujeitos que interagem com ambiente, podendo avivar o sentimento de pertencimento e o sentimento de preservar tradições e costumes.

Segundo Nora (1993) vivemos num momento de esfacelamento da memória, momento em que a consciência da ruptura com o passado se confunde com uma memória fragmentada, esfacelada, lacunosa, mas que ainda oferece subsídios para que se possam colocar outros problemas em questão. Segundo Nora (1993), história e memória são opostas uma a outra: memória é tudo que foi vivido, experienciado, é individual ou coletiva e existe em plena dialética entre lembrança e esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a vários usos e manipulações, suscetível a latência ou a mudança. Enquanto a História é uma reconstrução problemática e lacunosa do que já não existe mais. Entendo que assim como Nora, que a memória é um fenômeno atual, enquanto a história é uma representação do passado. Podemos acrescentar que a memória faz parte de um universo mágico do interior do pensamento, neste campo das ideias as imagens vividas nem sempre são detalhadas, enquanto outras são constituídas detalhadamente, existe um jogo de decisão pautado nos valores que leva luz a certos acontecimentos e relega a sombra outros fatos. As lembranças são vagas e flutuantes, particulares e simbólicas, um caleidoscópio sensível a cenas, projeções, transformações. Enquanto a memória se situa neste campo do imaginário subjetivo e cativante, a história observa fatos, acontecimentos, documentos, torna tudo prosaico, ela não está individualizada, portanto, é universalizante, planifica as memórias em um discurso buscando credibilidade, ainda ao sabor positivista: com provas, documentos, confirmações e também com exercício crítico.

A memória e as lembranças sobre um determinado local precisam ser evocadas pelo historiador, assim nesse trabalho foram evocadas as lembranças da paisagem, as memórias das relações entre os indivíduos e as paisagens que os cercam, o meio em que produzem suas vidas. A atenção por este campo temático justifica-se pela necessidade de explorar, na

História oral, o aspecto do patrimônio cultural do campo. O patrimônio, as cidades e os lugares de memória são compostos por um cenário que inclui monumentos, pessoas, objetos, elementos naturais que caracterizam cultura material e imaterial. São os aspectos que compõem um mosaico da memória dos lugares apreciados pelo seu valor patrimonial que podem ser apreendidos através do depoimento oral. Por conta desta riqueza de patrimônios materiais e imateriais que compõem os vestígios da história, este trabalho usou outros tipos de suportes de documentos, observando documentos audiovisuais e tridimensionais e também os monumentos, como os cruzeiros.

Cabe à história reconhecer o valor da memória em vista do significado que esta atribui aos fatos, cidades, monumentos e patrimônios. A memória expressa valores e significados que fortalecem a identidade local e darão as novas gerações o sentido de pertencimento ao ouvir as memórias dos velhos das gerações anteriores.

Neste mundo globalizado a percepção histórica do sujeito não é anulada, na história oral o sujeito é colocado como protagonista do processo histórico, pois cabe a ele dar sentido à história e cultura de seu povo.

A história oral parte de uma visão mais humanizada da história, pois coloca em evidência os indivíduos. Está alinhada a micro história e a proposta de história social de baixo para cima, mas que também considera a macro história, tendo em vista que pode também reafirmar os patrimônios e lugares de interesse da história oficial.

Trabalhar com história oral reflete principalmente a preocupação ética para que se tenha com as fontes, pois estas não constituem objetos estáticos. O historiador oral deve estar coerente com a ética profissional e a técnica no contexto de responsabilidades, tanto no individual, civil e político.

O patrimônio material e o imaterial estão relacionados com a história oral. Festas, saberes, habilidades, manifestações literárias não escritas, modos de ser e de viver são exemplos de patrimônios imateriais cujos registros não são possíveis sem a utilização dos relatos orais, assim como a memória das ruas históricas, dos casarões e lugares também pode ser apreendida pelos relatos orais. Desta maneira, nesse trabalho foi buscada a apreensão dos patrimônios imateriais que estão apenas guardados nas mentes das pessoas e até então repousavam plácidos em suas memórias.

A história oral surgiu com as novas concepções historiográficas entre os anos 50- 70, relacionada à história de baixo que valorizava o indivíduo. A história tradicional deu espaço para uma história crítica, lembrando que a memória e os instrumentos de analisá-las

mudaram, tendo em vista, que a sociedade está mais dinâmica e mais rápida e rompe com muitas barreiras que impede o processo interdisciplinar. ((NORA, 1993).

A história oral foi muito criticada e comparada com a história feita apenas com documentos escritos, dessas críticas adveio a necessidade de estabelecerem-se certos rigores técnicos quanto a transcrição, a disponibilização dos suportes orais e desenvolver um método que garantisse a confiabilidade dos depoimentos, envolvendo a discussão sobre memória.

Para Pollak, a memória como substância para trabalhos científicos é completamente válida, sua escolha é feita pelo historiador e ela é uma fonte tão idônea quanto uma fonte escrita, deve se ter para com ela os mesmos rigores científicos:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. (POLLAK, 1992, p. 207)

Sobre a crítica das fontes, Pollak coloca ainda:

Por isso mesmo acredito que a história oral nos obriga a levar ainda mais a sério a crítica das fontes. E na medida em que, através da história oral, a crítica das fontes toma-se imperiosa e aumenta a exigência técnica e metodológica, acredito que somos levados a perder, além da ingenuidade positivista, a ambição e as condições de possibilidade de uma história vista como ciência de síntese para todas as outras ciências humanas e sociais. (POLLAK, 1992, p.208)

Desta maneira, a crítica às fontes implica em compreender que não se pode aprender com a história oral a “História Verdadeira”, e sim uma perspectiva sobre a história. Aqui neste trabalho sobre a memória oral do distrito de Tabuleiro em Conceição do Mato Dentro, as memórias orais constituem não apenas a história da paisagem do distrito, mas também a história da geografia, da ocupação do solo, das relações do homem com seu ambiente natural.

É possível observar que a história oral abre um leque de possibilidades para os historiadores, para Pollak (1992) a história oral é produtora de novos temas, objetos e interpretações:

(...) acredito que a história tal como a pesquisamos pode ser extremamente rica como produtora de novos temas, de novos objetos e de novas interpretações. A história está se transformando em histórias, histórias parciais e plurais, até mesmo sob o aspecto da cronologia. (POLLAK, 1992, p. 209)

Sobre a memória Michael Pollak (1992) argumenta que é formada por três elementos: acontecimentos, personagens e lugares. Os acontecimentos experienciados pelo entrevistado

estão em primeiro lugar, depois os acontecimentos vividos por um grupo, podendo ou não o indivíduo ter vivido aquilo e por último estão os acontecimentos ocorridos fora do espaço-tempo vivido pelo entrevistado, mas que por ter relação com o grupo que viveu, pode-se falar de uma memória herdada. Os personagens também são entendidos desta maneira, sendo encarados por ter vivido diretamente ou indiretamente aquele fato. E por último, Pollak (1992) fala dos lugares de memória, lugares que estão ligados a alguma lembrança, seja ela situada cronologicamente ou não, podem estar ligados à vida pública das pessoas ou lugares de comemoração ou estarem ligados a ela ocasionalmente.

Segundo Pollak (1992) a memória é seletiva, apenas guardamos na memória o que possui algum significado afetivo ligado ao pertencimento a determinado grupo. As lembranças são, portanto, ao mesmo tempo individuais e coletivas são fluidas e sujeitas a transformações. Assim, como todos os documentos, as fontes orais requerem certo distanciamento, reflexão e crítica. A história oral pode ser entendida como uma metodologia capaz de contribuir com o processo de análise das memórias por intermédio de certos recortes temáticos. Porém, o historiador nunca deve declinar a crítica, e no caso de documentos orais não seria diferente, esta deve ser feita diante também de documentos escritos, em complementariedade.

A organização da memória em função de preocupações pessoais e políticas do momento demonstram o quanto a memória é um fenômeno construído. Para Pollak (1992), se falamos em memória socialmente construída coletiva e individualmente, quando trata-se de memória herdada, então também é possível dizer que existe uma ligação fenomenológica estreita entre memória e o sentimento de identidade. O sentimento de identidade é tomado como a ideia da imagem que a pessoa faz de si e passa para os outros, ou mesmo a imagem que quer que seja percebida pelos outros, sua representação.

Tendo em vista que existe esta construção também da memória coletiva, esta é muitas vezes objeto de disputa. Pollak (1992) para caracterizar essa memória constituída introduz o conceito de trabalho de enquadramento da memória, que nada mais é do que tomar a história em recortes de interesse. O trabalho de enquadramento da memória é também um trabalho de memória em si, capaz de produzir identidades coletivas e individuais quando estas são organizadas e trabalhadas através da memória.

Podemos falar em uma memória coletiva sobre o Tabuleiro se recortamos alguns aspectos que são frequentemente repetidos pelos entrevistados. Existe uma memória coletiva a respeito da percepção sobre o caminho para Conceição, a memória de se vender os gêneros

no mercado, a memória de que havia apenas dois carros em Tabuleiro, que levavam as pessoas para o Hospital no caso de urgência. A memória destes pontos comuns pode constituir uma memória coletiva sobre a História do Tabuleiro, uma história que fala muito das relações que os indivíduos têm com o ambiente. Essa memória, podemos dizer coletiva apenas observando os relatos que foram dados para esta pesquisa. Os indivíduos entrevistados não tiveram contato uns com os outros, não construíram essa memória juntos, eles, portanto, possuem estas memórias em comum sem que um tenha conhecimento do que o outro falou. As pessoas entrevistadas pouco se importavam com quem estaria sendo entrevistado. Apenas Gisele e Cristiano demonstraram interesse em saber quem mais concederia entrevista. O coletivo aqui, portanto, é uma construção da pesquisadora. A memória coletiva aqui é um fenômeno, as memórias em comum servem igualmente para validar que este é mesmo o passado de Tabuleiro, várias pessoas coadunam com a mesma visão. Aqui, desta maneira, podemos encarar que os relatos nos servem como provas, encarando documentos de maneira positivista, mas que entretanto, não invalida seu caráter documental. Os documentos oferecidos nos fazem perceber uma história comum entre os variados entrevistados, e constatar que a percepção sobre a distância, por exemplo, é uma questão repetida em todos relatos, a falta de transportes, um aspecto sentido por todos entrevistados.

Segundo Delgado (2010, p.33) o tempo é uma vivência concreta e se apresenta como categoria central na dinâmica da história. Possui múltiplas facetas, características e ritmos, fluido e dinâmico, dita permanências e mudanças: permanências sobre aquilo que não se pode modificar e as mudanças, que vêm através dele, o eterno devir. O tempo apresenta visões sobre o passado, avaliações no presente e perspectivas para o futuro.

Neste trabalho eu utilizei também a metodologia de caderno de campo porque nele estão inscritas anotações de cinco anos de vivência no distrito de Tabuleiro, nele também foram inscritas anotações minuciosas de conversas tidas com os moradores de Tabuleiro.

Nesses cinco anos que estou em Minas Gerais, cerca de 4 anos e meio eu vivi no distrito de Tabuleiro. Obtive informações através das vivências, as vivências atravessam o tempo e persistem na memória, esta memória pode ser evocada pelas diversas anotações que guardei nestes cinco anos. O caderno de campo confere ao trabalho uma marca muito pessoal do pesquisador. Nele estão inscritas impressões e conclusões pessoais, apresentando, além de dados, uma perspectiva particular e única sobre os fatos. Mas nem por isso ele é menos científico, afinal, eu estive lá, conversei com as pessoas e foi isso que elas me disseram, foi isso que eu vivi e sei.

Nesta pesquisa diferentes temporalidades marcam as vidas das pessoas e elas contam suas histórias sem necessariamente se preocupar com a cronologia. É um esforço a construção da história através da memória. Sem alterar o que passou, o tempo segue reafirmando significados ou modificando-os. As representações individuais e coletivas do espaço vivido são ditadas pelo passar do tempo, as sensações que as vivências trouxeram proporcionam uma avaliação do passado.

Ao mergulhar nas estórias dos antigos moradores de Tabuleiro foi possível reconstituir uma parte do passado, ou melhor dizendo, uma parte das representações do passado, construindo uma história com base no que foi contado. A história do Tabuleiro, assim como me foi passada, está carregada de singularidades, facetas pessoais e de um povo, que dizem sobre a história contemporânea desses sujeitos. Este trabalho, por abarcar histórias dos sujeitos, naturalmente abarcará como recorte temporal naturalmente a contemporaneidade, a cronologia dos fatos é um aspecto secundário desta pesquisa, tendo em vista que os relatos mostram muitas vezes aspectos marcantes na história do distrito, mas que possuem suas datas perdidas no tempo, mas são marcos da vivência no local. A cronologia dos fatos é construída pelo historiador, os relatos em si são esparsos e desordenados no que toca à cronologia, dizem sobre o tempo passado de maneira genérica, ainda que ofereçam dicas sobre a temporalidade, a sequência dos fatos, é um exercício de construção.

O relato de Cristiano oferece uma visão cronológica. A partir do seu relato foi possível reconstruir a ordem dos fatos contada pelos outros depoentes. Esse rigor cronológico muito pode ser explicado, na fala de Cristiano, pelo seu grau de instrução e vivência de mundo, tendo em vista que ele pôde concluir o ensino médio e fazer um intercâmbio para Nova Zelândia, onde se aprofundou ainda mais em suas ideias ecológicas.

As pessoas com quem eu conversei, subletrados ou iletrados, não possuem a mesma desenvoltura ao lidar com o tempo que Cristiano; porém, isso não diminui em nada a importância dos relatos, muito pelo contrário, pois a temporalidade múltipla confere singularidade ao corpo do texto, são vivências que entrecruzam-se nos tempos múltiplos atreladas à singularidade de cada depoente.

Este trabalho parte da perspectiva de que as fontes orais são detentoras do conhecimento e eu própria sou uma construtora de uma narrativa segundo os meus próprios interesses na qual eu extraio dos relatos aqueles aspectos que são relacionados a minha pesquisa. Entretanto, os relatos possuem valor intrínseco e constituem a representação de um tempo passado. Tenho a consciência, depois de conversar com estas pessoas, de que toquei

em uma história sofrida e dolorosa para muitos depoentes. Essa consciência me veio principalmente com a senhora que não quis se identificar, ela me permitiu anotar em meu caderno de campo, porém advertiu-me que sua história era muito triste, que ela não gostava nem de lembrar, e disse que ninguém sofreu mais do que ela. Dona Zenita me disse isso também: “Ninguém sofreu mais do que eu”. Dona Palmira diz que agora está tudo bem, pois já constituiu a sua família e seus filhos ajudam, nos dando a entender que, no passado, também para ela tudo foi difícil. A dor sobre o passado se apresenta neste trabalho como aspecto da memória coletiva.

Ainda que a dor e o sofrimento sejam aspectos relevantes nas memórias colhidas sobre o Tabuleiro, há de se pontuar também um saudosismo do passado e uma alegria por rememorar que se nota em alguns depoentes. Dona Zenita frequentemente disse que o passado “era bom”. O senhor Anísio fez seu relato todo muito alegre e se diverte em lembrar das dificuldades, e apesar de lembrar que “nós penava direitinho”, ele e sua irmã, ele não deixa que a tristeza aplaque a sua narrativa.

Muito dos relatos foi espontâneo, apenas alguns pontos eram lembrados por mim que frequentemente tive de perguntar como eram as festas religiosas e sobre os relatos extraordinários. Foram feitas três perguntas no geral aos depoentes:

- Como era o cotidiano no passado ?
- Quais histórias te marcaram no Tabuleiro?
- O que você acha do Parque?

No decorrer dos relatos eu fiz algumas interferências. O processo de construção das entrevistas através deste pequeno roteiro de perguntas proporcionou que os relatos fossem mais livres, soltos, e abarcassem a subjetividade dos depoentes na escolha do que eles gostariam de me passar. Muitas interferências foram no sentido de buscar compreender um pouco da cultura desse povo.

Em meu caderno de campo eu utilizei a análise de conteúdo, que é uma ordenação das temáticas tratadas buscando reter os conhecimentos adquiridos, estabelecer nexos entre presente o passado e conhecer os espaços, como foram usados e como foram perdidos com o estabelecimento do Parque, reconhecimento dos fatos e suas temporalidades. Isso tudo com a intenção de traçar uma reflexão sobre o modo de vida, relações com a natureza e com a cultura e com as instituições, trazendo as experiências individuais para o espaço coletivo.

Cada relato incorpora novo saber, pela natureza dinâmica desse tipo de fonte podemos apreender não apenas aspectos materiais da vida cotidiana, mas também encher os olhos com

relatos das histórias extraordinárias que eles apresentam. As histórias são mitos e realidades ao mesmo tempo. Como pesquisadora eu não posso opinar se são verdade ou se são criações da imaginação. Eu, no entanto, não quero contestar uma memória vivida, não me cabe contestar. Como os relatos de Dona Zenita que apresentam contatos com óvnis. Tais histórias aqui serão tomadas como verdade. Mas a importância deste relato não está somente no fato ocorrido e sim na presteza de contar. Assim a história de dona Zenita é relevante principalmente pelo valor intrínseco de lembrar e contar. Dona Zenita é para mim uma contadora de histórias e sua vida é rica de suas memórias. É um sujeito único e possui sua própria singularidade. Para esse trabalho, o próprio desejo de contar que se materializou de fato em conversas é o grande valor em jogo.

O desejo de contar é uma qualidade que foi vislumbrada em outros depoentes como, por exemplo, o senhor Anísio, identificado desde minha primeira vivência no Tabuleiro como um grande conversador, de jeito extrovertido. Assim como o Cristiano, que também é um grande contador de histórias e teve prazer em falar comigo. Esse desejo de contar é algo muito pessoal e não é possível dizer se é ou não uma característica do povo do Tabuleiro, tendo em vista que alguns não se mostraram tão confortáveis diante de uma pesquisadora com seu bloco de anotações, caso do senhor Manoel e da Gisele, que foram mais reticentes em seus relatos marcados por silêncios e ausências.

No mundo presente, a cultura virtual oferece muitas informações em alta velocidade, de modo que os relatos pessoais, a memória do povo, são muitas vezes pouco valorizados. As memórias se perdem com a passagem do tempo, não apenas por causa da morte das testemunhas do passado, mas porque as pessoas estão mais interessadas nas novidades, no instante presente, no hipermoderno. Assim, este trabalho também é relevante por apresentar um registro da memória de algumas pessoas que compõem o povo particular deste pequeno lugarejo no espaço mineiro.

A estrutura de apresentação dos resultados

Para alcançar mais clareza e fluidez na apresentação dos resultados desta pesquisa, optou-se pela redação de três capítulos.

O primeiro aborda a história da formação das paisagens em Conceição do Mato Dentro e no distrito do Tabuleiro. Começa com uma breve apresentação do conceito de paisagem, destacando a reflexão de Carl Ortwin Sauer sobre as paisagens culturais. Em

seguida, lançando mão principalmente da historiografia regional e local, esboça-se a sucessão de “épocas”

históricas que geraram o complexo palimpsesto da paisagem conceiçãoense, realçando os elementos materiais (naturais e produzidos pela sociedade) característicos marcantes em cada uma delas. No fim do capítulo, caracteriza-se a paisagem do distrito de Tabuleiro do Mato Dentro, apoiando-se nas informações obtidas nas visitas de campo e nas conversas com moradores locais.

No segundo capítulo o assunto são as políticas públicas municipais voltadas para a preservação ambiental e patrimonial, em conexão com o projeto da Prefeitura de fomento ao turismo ecológico. São analisadas as principais estruturas e ações do Poder Público desde a década de 1990 nesses campos, especialmente as medidas de proteção de paisagens, monumentos e lugares tidos como de potencial atratividade turística. Para isso, passa-se em revista a documentação oficial produzida pela Prefeitura e por alguns Conselhos Municipais. Utiliza-se também a análise de informações fornecidas por funcionários municipais colhidas em diálogos diretos com a pesquisadora.

O terceiro capítulo explora os depoimentos dos moradores de Tabuleiro, de modo a identificar e analisar as suas representações sobre o ambiente distrital, suas paisagens, seus “lugares de memória”, com o objetivo de apreender o quê, na visão dos moradores, deveria ser protegido e/ou preservado nesse comunitário espaço de vida. E, assim, confronta-se a visão do patrimônio distrital que os moradores possuem com a visão institucional que emana da Prefeitura Municipal, discutindo-se as aproximações e distanciamentos, de modo a melhor compreender os conflitos e as resistências que, no campo da preservação ambiental e patrimonial, colocam em tensão o Poder Público e a Comunidade.

Nas “Considerações finais”, além da síntese dos resultados da pesquisa, faz-se uma lista de sugestões no sentido de promover maior aderência dos princípios e das ações das políticas públicas municipais relativas ao meio ambiente e ao patrimônio às percepções e demandas dos habitantes do distrito do Tabuleiro.

CAPÍTULO 1

A formação das paisagens em Conceição do Mato Dentro

Conceição do Mato Dentro possui ocupação colonial tão antiga quanto a dos terrenos auríferos das Minas Gerais, remontando aos últimos decênios do século XVII. Sua história está inextricavelmente ligada ao bandeirismo de exploração mineral, ao *rush* do ouro e ao abastecimento dos dois núcleos urbanos mais destacados da Comarca do Serro Frio: a Vila do Príncipe (atual cidade do Serro) e o Arraial do Tijuco (atual cidade de Diamantina). A mineração, a agropecuária de abastecimento e o comércio tropeiro deram-lhe forma e dinamismo no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Durante o século XX, mais frouxamente vinculado ao processo de modernização de Minas Gerais e do Brasil, Conceição do Mato Dentro conservou muito das estruturas e dos ritmos do passado, permanecendo como espaço e sociedade rurais do chamado “interior profundo”.

Foi apenas nas décadas finais do século XX que o município começou a experimentar mudanças mais rápidas e significativas em função, primeiro, de sua transformação em polo do turismo ecológico e, agora, nas décadas iniciais do século XXI, também como área privilegiada de grande projeto minerário. Por conseguinte, as paisagens culturais que se encontram no território municipal – especialmente no distrito de Tabuleiro – foram forjadas no passado: são praticamente paisagens coloniais. E são justamente essas paisagens coloniais, mais ou menos bem preservadas, que fomentam acalorados debates sobre aproveitamento turístico, bem como sobre as ameaças que sobre elas lançam os grandes empreendimentos minerários.

Mas o que se tem em mente quando se fala em paisagens culturais? E de que modo, no caso específico de Conceição do Mato Dentro, as paisagens culturais – que são construídas na interação contínua de natureza e cultura – se formaram? Quais os elementos, materiais e simbólicos, que as integram? Quais são os que recebem valoração da população, dos que vivem na sede municipal e nos seus amplos espaços rurais? E quais são os que chamam a atenção dos atores vinculados aos negócios turísticos e ao governo do município?

Este capítulo tentará responder brevemente a questão sobre a formação histórica das paisagens culturais de Conceição do Mato Dentro, enfatizando, por hora, os seus elementos materiais, os artefatos e as práticas produtivas que lhe deram os contornos fundamentais.

1.1 Elementos materiais das paisagens culturais: a perspectiva de Carl Sauer

A palavra paisagem remete primeiramente à visualidade, aos dados apreensíveis pelos sentidos, isto é, aos elementos materiais que são identificados na conformação de determinada porção da superfície terrestre. Como assinalou Kotler (1976),

para o sociólogo ou o economista, a paisagem é a base do meio físico, que o homem em coletividade utiliza e transforma segundo diferentes critérios. Para o botânico ou ecólogo, a paisagem significa, antes de mais nada, um conjunto de organismos num meio físico, cujas propriedades podem ser explicadas segundo leis ou modelos, com a ajuda das ciências físicas e/ou biológicas. (KOTLER, 1976, s/p)

Para os pintores, os antigos viajantes e os turistas de hoje, paisagem é aquilo que se põe, estática e esteticamente, à frente dos olhos do observador. É uma associação morfológica específica, singular, suficientemente homogênea para conferir individualidade a uma porção do espaço relativamente ampla. É fisionomia, composição de elementos naturais e culturais, originando um arranjo bem marcado.

Para os geógrafos, as paisagens são mais do que associações singulares de solos, rochas, plantas, animais, instrumentos e artefatos, mais do que a integração orgânica (ou quase orgânica) das formas, pois remetem a representações, sentimentos e valores, incitando leituras e percepções produtoras de simbologias. Para o geógrafo paisagem pode ser definida como domínio do visível, aquilo que a vista abarca. A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, que é sempre um processo seletivo de apreensão. A tarefa de um geógrafo é de ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado (SANTOS, 1996, p.61-62). Segundo a arquiteta Kutchenski (2006, p.37) na arquitetura da paisagem entendeu paisagem como “produto das interações entre os processos naturais e culturais na escala do território”.

Nos anos 1920-1940 Carl Ortwin Sauer (1889-1975) defendeu enfaticamente a necessidade da Geografia se dedicar a estudar geneticamente o conteúdo humano do espaço. A Geografia deveria compreender os fenômenos a partir de sua espacialização, tanto no passado quanto no presente. Toda Geografia teria de ser Geografia Histórica, objetivando realizar a análise genética das paisagens e entender a interação entre as culturas e o meio no qual se reproduzem (SAUER, 2004).

O trabalho de Sauer partiu da constatação da importância da ação humana na produção e transformação da paisagem, que julgou mais significativa do que a influência do meio ambiente sobre o uso da terra. As paisagens, na perspectiva saueriana, corresponderiam aos

processos de modificação da paisagem natural por meio da ação e das obras humanas, como afirmou na conhecida sentença de 1925: “a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado”(SAUER, 1999). Segundo Sauer, na interação com o ambiente, os grupos humanos constroem modos de vida que possuem sua racionalidade específica, capaz de explicar as escolhas feitas pelos grupos no decurso do tempo. Somente o exame da história de cada grupo poderia conduzir à compreensão da racionalidade do seu particular modo de vida. Modo de vida que é expresso pela paisagem cultural. Ela é a materialização no espaço e no tempo de determinado complexo cultural que recobre uma área, cujos elementos mais visíveis são os objetos, as técnicas e os padrões da economia. Nas palavras do geógrafo estadunidense:

Paisagem cultural (...) é a versão geográfica da economia de grupo, enquanto capaz de prover a si mesma de alimentos, abrigos, mobílias, ferramentas e transportes. A expressão geográfica específica correspondente às pastagens, madeiras e minas; de um lado as terras produtivas, e de outro as moradias, oficinas e armazéns, para usar os termos genéricos. (SAUER, 2004, s/p)

A paisagem saueriana tem materialidade e extensão, existência palpável, sendo constituída por formas e coisas integradas entre si, que apresentam funções criadoras de uma unidade orgânica. É estrutura, é morfologia. Conforme Roberto Lobato Corrêa, a paisagem saueriana é entendida na perspectiva de um quadro harmonioso:

[Ela] está expressa, por exemplo e simplificada, em um vale com suaves colinas, com campos cultivados segundo uma certa lógica, casas dispostas ordenadamente gerando padrão disperso ou concentrado, caminhos e estradas e áreas de reserva florestal. O tipo de casa e de celeiro são elementos da paisagem cultural. A paisagem para Sauer (...) era eminentemente rural, via de regra tradicional, exibindo o longo efeito da cultura e criando e consolidando uma cena rural. (CORRÊA, 2014, p.41)

Mas as paisagens sauerianas não são estáticas. Elas experimentam modificações contínuas, à semelhança dos processos de sucessão ecológica. O povoamento de um território far-se-ia em estágios cultural-tecnológicos sucessivos, e essa sucessão seria imprevisível, dependente de inúmeras variáveis, sendo, portanto, contingente.

Para a reconstrução das paisagens do passado, o geógrafo-historiador de Sauer deveria adotar metodologia semelhante à do arqueólogo, contendo três dimensões: o conhecimento do terreno, isto é, do meio físico que a cultura pesquisada ocupou; o conhecimento das evidências coevas à cultura em questão; e o conhecimento do funcionamento da cultura em sua totalidade. Isso exigiria o levantamento de dados em arquivos e bibliotecas, extenso

trabalho de campo com eventuais escavações e a sistematização em mapas dos padrões no processo de povoamento e uso das áreas. Tudo com o objetivo de fazer uma viagem do presente ao passado, na qual se procura saber como a paisagem chegou a ter sua forma atual.

A ênfase de Sauer ao discutir as paisagens recai sobre os elementos materiais, de origem natural e humana, ressaltando também a importância da economia e da tecnologia na formação das paisagens. Não há atenção maior para as dimensões simbólico-afetivas das paisagens, nem maiores considerações sobre as disputas políticas travadas nos processos de formação das paisagens. De qualquer modo, deve-se ter em mente que os elementos materiais das paisagens costumam receber atenção quase exclusiva dos órgãos governamentais com responsabilidades de preservação ambiental e patrimonial. Ainda hoje, quando o assunto é “patrimônio”, domina a visão de “pedra e cal” tanto nas instituições patrimoniais públicas quanto nas camadas letradas da sociedade. De modo que Sauer nos ajuda a ver o que as elites, os empresários do turismo e as burocracias governamentais acabam por valorizar e buscar preservar nas paisagens que estão à sua volta.

1.2 A trajetória de Conceição do Mato Dentro

Segundo Moreno (2001), a colonização de Minas Gerais ocorreu efetivamente a partir dos fins do século XVII com os paulistas que penetraram o chamado “Sertão dos Cataguases”, em busca de índios para escravizar e de riquezas minerais, estimulados por autoridades portuguesas. Poderíamos acrescentar: em busca de terras também, das tão apreciadas concessões de sesmarias. Segundo este autor, não se deve esquecer que remontam ao século XVI as primeiras notícias da penetração nos sertões do norte mineiro de colonos baianos e pernambucanos, os quais buscavam pastagens para o gado na calha do rio São Francisco. É o caso das notícias referentes à sesmaria de Antônio Guedes de Brito. Este homem, que ficou conhecido como o “regente do São Francisco”, foi um grande proprietário rural e comandante de armas que nasceu na Bahia entre 1626 e 1627, teria se destacado nos embates contra os holandeses e, por isso, recebido, em recompensa, honrarias e terras. Suas posses, na extensão de 160 léguas, abrangeram o espaço entre o Morro do Chapéu, na Bahia, e as nascentes do Rio das Velhas, na área central da atual Minas Gerais. Guedes de Brito, “à frente de 200 homens, subiu o S. Francisco, alcançando até as povoações florescentes dos Rios Jequitai e das Velhas, pacificando na sua marcha o sertão ermo – dos ‘currais de gado’, intranquilizado por ondas de assaltos.” (PEREIRA, 2015).

indígena para ser vendida como escrava no litoral. O “sertão” atraiu caçadores de indígenas como Fernão Dias e Borba Gato, que imprimiram a marca da violência nas relações estabelecidas no território mineiro. A fama de Fernão Dias Paes se espalhou desde suas incursões no sul do continente, a partir de 1638, que deram origem aos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, chegando notícias de suas façanhas no além-mar, motivo que levou o rei Dom Afonso VI a recomendar, através de carta datada de 21 de setembro de 1664, que Dias Paes auxiliasse Augustinho Barbalho Bezerra no descobrimento das minas.

Dez anos depois, em 1674, o bandeirante partiu para a descoberta de Sabarabuçu, tendo sido acompanhado, em datas diferentes até seu falecimento, por diversos sertanistas: Garcia Rodrigues Paes, Manuel de Borba Gato, Francisco Dias da Silva, Antônio Gonçalves Figueira, Antônio do Prado, Antônio Bicudo de Alvarenga, Marcelino Teles, José de Castilhos, Manuel da Costa, Manuel de Góes, João Bernal, Belchior da Cunha e José da Costa (DUTRA, 1948, p.10). As expedições de Fernão Dias no território mineiro fundaram muitos núcleos urbanos: Viturana, Paraopeba, Sumidouro do Rio das Velhas, Roça Grande, Tucumbira, Itamarandiba, Esmeraldas, Mato das Pedrarias e Serra Fria. As pedras preciosas encontradas pelo bandeirante foram colhidas, segundo a tradição historiográfica, na região banhada pelos rios Jequitinhonha e Araçuaí, foram remetidos à coroa, que as rejeitou.

O historiador Geraldo Dutra de Moraes (1942) conta que, em 1701, uma nova bandeira foi organizada em Sabarabuçu, cumprindo ordens do Governador Arthur de Sá e Menezes. Uma comitiva liderada pelo coronel Antônio Soares Ferreira penetrou no Sertão das Esmeraldas chegando até o Ribeirão do Santo Antônio do Bom Retiro, onde encontrou riquezas. Segundo Basílio de Magalhães (1935), ali foi criado um distrito e dali partiu Antonio Soares Ferreira, seu filho João Soares Ferreira e Manuel Corrêia Arzão, chegando a um local frio, uma serra fria, o Ivituroí, arraial que ficou chamando Serro do Frio:

Conforme peças históricas que colligimos e anotámos (veja-se o vol. LI dos "Documentos interessantes", 357-363), as ricas jazidas auríferas de Itacambira, por onde andou o caçador das esmeraldas, foram descobertas em fins de 1700, pois que Arthur de Sá e Menezes creou alli um districto a 13 de fevereiro de 1701, nomeando-lhe por autoridades os descobridores: Antonio Soares Ferreira (guarda-mór), Balthazar de Lemos de Moraes Navarro (procurador da fazenda real) e Antonio Gomes (escrivão), este substituído no cargo, em 8 de março de 1702, por João Fernandes Mascarenhas. Antonio Soares Ferreira, seu filho João Soares Ferreira e Manuel Corrêia Arzão dalli partiram a descobrir as riquezas do Ivituroí, fundando o arraial que, pela versão daquelle nome indígena, se chamou do Serro-do-Frio (hoje cidade do Serro), que se annexou ao districto de Itacambira, por acto de 15 de março de 1702 (190). De Antonio Soares Ferreira tambem era filho Gaspar Soares, que foi quem descobriu, em 1703, o morro que lhe tomou o nome, "Morro

de Gaspar-Soares", mais tarde chamado "Morro do Pilar". (MAGALHÃES, 1935, p. 235)

Renato Pinto Venâncio (1997), ao trazer informações sobre a escravidão indígena em Minas Gerais, especialmente na Vila do Carmo (Mariana), consultou os inventários do bandeirista Antônio Soares Ferreira, apontando a utilização da mão de obra indígena escravizada até meados de 1717.² A expedição de Antônio Soares Ferreira, após algum tempo no Serro, se dividiu em duas frentes para desbravamento do dito "Sertão" norte. Um grupo, liderado por Gabriel Ponce de Leon, rumou para o sul, e chegou ao atual sítio de Conceição do Mato Dentro, fustigado por ataques dos indígenas, genericamente denominados "botocudos" (índios bravos, resistentes ao avanço do colonizador).

De acordo com Geraldo Dutra de Moraes (1942), a caravana de Gabriel Ponce de Leon contava ainda com Gaspar Soares e Manuel Correa de Paiva. Fez sua primeira parada em Itapanhoacanga, onde encontrou ouro, as datas foram repartidas e a sua fama logo chegou até o Serro Frio. Prosseguindo o caminho, a caravana deu em um córrego que se destacava pela quantidade de pepitas em seu beiral. Nesse local foi erigida uma pequena capela sob o orago de Nossa Senhora Aparecida dos Córregos.

Ao seguir adiante, estes bandeirantes foram atacados por "botocudos", que forçaram a retirada das margens do rio Santo Antônio para um ponto mais estratégico, entre os penhascos da Ferrugem e os espigões do Campo Grande e Cotocorí, onde os exploradores se entrincheiraram. Aí encontraram ricas lavras da região. Conta-se que, no córrego Cuiabá, em apenas uma bateada, Gabriel Ponce de Leon encontrou 20 oitavas de ouro, valor de expressividade na época (MORAIS, 1942).

Carmem Rodrigues (2017), lançando mão da "Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito" (FBN, 17--b; Costa, 2005: 61), orientada na direção norte-sul, apresenta claramente o sítio de Lucas de Freitas e o caminho que dali segue para o leste até o rio Itamarandiba, de onde se atingia os "descobrimientos das esmeraldas". O mapa apresenta os caminhos para a Vila do Príncipe e, na sua cartela, estão registradas as distâncias entre as principais localidades representadas. Rios e córregos da região também recebem destaque. O principal é o Jequitinhonha, que corre do centro para o nordeste do mapa, no qual foram

² VENANCIO, Renato Pinto. **Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725**. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 17, n. 34, p. 165-181, 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Oct. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200009>.

identificados os seus principais afluentes, quase todos diamantíferos. Nos sertões do leste, os rios principais são o São Mateus, Guanhões e os dois rios do Peixe. (RODRIGUES, 2017)

Figura 8 - Carta topográfica da vila do Príncipe no Serro Frio e do seu distrito



Fonte: FBN - ARC. 030,01,013

Conceição do Mato Dentro está localizada em uma região que os indígenas se referiam como “Ca-eté” na língua tupi, que quer dizer mata verdadeira ou mata virgem, que os bandeirantes interpretaram como “Mato Dentro”, abrangendo toda vegetação que se estendia pela bacia do Rio Doce, local em que foram encontradas ricas minas de ouro, dando origem a outros arraiais que levam o mesmo topônimo: Catas Altas do Mato Dentro, Itambé do Mato Dentro, Santa Bárbara do Mato Dentro, Itabira do Mato Dentro.

As primeiras relações que os colonizadores estabeleceram com o espaço a partir do momento em que identificaram que aquele sítio possuía riquezas, foram simbolizadas pela construção de uma “ermida”, uma capela rústica que seria o signo da posse em nome do Rei e da Fé. Se a localidade progredia, tornando-se um povoado, estas ermidas eram substituídas por igrejas definitivas, vinham os clérigos, criavam-se irmandades que cultivavam privilégios

e estabeleciam competições, tendo em vista que a Igreja Católica sempre teve importante papel na colonização, principalmente no tocante à cristianização dos indígenas e ao seu enquadramento na sociedade colonial. Em Conceição do Mato Dentro, isso ocorreu, graças à fama do novo descoberto, que atraiu muitos para o lugar. O fundador Gabriel Ponce de Leon, certamente cumprindo a tradição, mandou erguer uma capela. Sabe-se que, em 1703, mandou buscar em Itu uma imagem da padroeira e deixou assim registrado em seu testamento:

(...) que o meu dito testamenteiro nomeado entregue para as obras da Matriz cem oitavas de ouro da promessa que fiz ao Padre Manuel de Faria, declaro que o terreno do Vintém faço doar a Senhora de Santana para a sua ermida. Deixo de esmolos cem missas para a Santíssima Senhora da Conceição, dez pelas do Purgatório, vinte para S. Francisco, vinte para S. Gabriel, dez para meu Anjo da Guarda e trinta e cinco oitavas para sufrágios. Desejo que o meu corpo seja enterrado dentro do arco no lugar dos clérigos como excelentíssimo Senhor Guadalupe assim quis, como regalia e graças, por eu ter levantado a antiga Capela morada da Senhora da Conceição nossa mãe cuja imagem mandei vir de Itu em 1703 e também ter contribuído eficazmente para construção da igreja mais decente . Desejo que minha mulher Maria Valente seja enterrada na mesma cova em que estiver meu corpo com o hábito de S. Francisco. Deixo para o meu testamenteiro sessenta e quatro oitavas e para as obras do corpo da Igreja do Rosário setenta e para Fábrica trinta e cinco. Declaro que devo ao Sargento Luiz Mendes da Costa morador de Itapanhoacanga a quantia de duzentas oitavas, etc. (MORAIS, 1942, p.43-44)

Em 1709, o arraial de Conceição era sede de freguesia provida de vigários encomendados. A paróquia foi elevada à natureza colativa por alvará régio de 16 de janeiro de 1752. Moraes (1942) indica que as obras da Igreja Matriz de Conceição do Mato Dentro tenham sido iniciadas por volta dos anos de 1714 e 1715, conforme os registros dos “Quintos” que o capitão Moreira Carneiro fizera ao Provedor da Vila do Príncipe. Esse autor também relata que as raízes longínquas do processo de emancipação de Conceição se situam no motim ocorrido em 1735, por revolta dos moradores contra o governo e os administradores do Serro.

Assim, tanto a posse da região quanto as primeiras explorações econômicas no primeiro século de Conceição do Mato Dentro se deram sob o influxo do empreendimento aurífero, com a multiplicação das lavras nas terras minerais, acompanhadas pelo estabelecimento de propriedades voltadas à agricultura, tendo em vista participar dos lucros indiretos auferidos no abastecimento dos mineradores e da população do arraial.

Dessa forma, retomando as reflexões de Carl Sauer (1999) a respeito das paisagens culturais, as áreas próximas ao Arraial de Conceição conteriam, ao longo de praticamente todo o século XVIII, numerosos núcleos urbanos, igrejas barrocas, vendas e lojas, prédios do governo colonial, quartéis, registros de passagem, intrincada rede de caminhos sinuosos – verdadeiras picadas de mula ou “trilhas de pés-juntos” –, ranchos de tropas, estalagens. Casas

e sobrados embelezados por cimalthas, talhas e mesmo douramentos, repletos de beirais e cornijas. Chafarizes, muros e pequenas pontes em obras de cantaria. E, é claro, nos cursos d'água e nas encostas dos morros, serviços de lavra de tamanhos variáveis. Mineradores compartilhariam o território com negociantes, prestamistas, taberneiros, soldados, tropeiros, oficiais mecânicos, músicos, pintores, barbeiros, clérigos, funcionários, advogados, médicos, boticários e uma massa variada de “desclassificados sociais”.

Nas zonas de mineração mais intensa, dominadas por “funestos serviços” de lavra, os rios se apresentavam sujeitos a desvios e represamentos, com trechos assoreados e águas turvas. Nas catas mais ricas, haveria bicames e rodas d'água, ranchos de madeira e palha para os trabalhadores; nos morros, os serviços de *talho aberto* produziam cicatrizes bem visíveis, causadas por escavações, erosões e rolamento de grandes blocos de rochas. A terra socavada da lavra exibia em toda parte suas ruínas. À margem dos caminhos, nos intervalos deixados pelas lavras, seriam vistas poucas propriedades rurais, com suas roças diminutas de agricultura atrasada, rebanhos minguidos e de pouca qualidade, exíguas benfeitorias (currais, moinhos, monjolos, paióis, etc.). Ter-se-ia movimento nos “povoados do ouro” e nas lavras, em contraste com a vida mofina no campo.

Estes os traços marcantes da *paisagem barroco-mineradora*, cuja condensação e síntese afigurava-se justamente nas *urbis* espalhadas pelas zonas de exploração aurífera.³ Foi o que viu o viajante austríaco Johann Emanuel Pohl (1975), ao visitar o Arraial de Conceição na década de 1810. Ele descreveu-o da seguinte forma:

Este arraial, que está entre as maiores povoações da Capitania, distingue-se dos demais pela sua situação bela e salubre... A outrora abundante produção de ouro deu lugar à fundação deste, cujos grandes edifícios dão testemunho suficiente da antiga abundância dos habitantes. Mas, observa-se, com igual clareza, a decadência de hoje... O número de edifícios pode elevar-se a 200. Muitos deles assobradados. As igrejas, em número de 4, são todas bem edificadas. Os habitantes que, antes, viviam da extração do ouro, vivem hoje geralmente de suas plantações (...). (POHL, 1975, p. 336)

Na verdade, já no último quartel do século XVIII, conforme Maria Vitória Dias (1994), Conceição do Mato Dentro iniciara processo de diversificação de sua economia, tornando-se progressivamente destacado entreposto comercial, graças ao crescimento dos setores de abastecimento e de comércio. A necessidade de suprir os gêneros de subsistência e artigos de consumo fez com que se desenvolvesse um complexo sistema de transportes que

³ Para mais detalhes a respeito das paisagens do garimpo, ver o trabalho de Mariana de Oliveira Lacerda (2014).

desempenhava importante papel na economia mineira: era baseado em tropas de mulas, funcionando como uma pequena empresa, com trajetos pré-fixados, datas certas de chegada e partida e fretes tabelados. Este empreendimento favorecia que surgissem outros, como a produção de milho para alimentação das mulas e estabelecimento de ranchos para repouso, vias de comunicação que possibilitaram a articulação de diferentes regiões do país, interligando a região mineradora com os centros criatórios de gado de corte e muares de carga, localizados no sertão nordestino e nos campos do sul. Conceição do Mato Dentro, localizada em posição privilegiada, no acesso ao leste mineiro, e nas proximidades da estrada geral do norte (que ligava Serro e Diamantina a Ouro Preto, e daí ao Rio de Janeiro), adquiriu posição de um centro do tropeirismo.

Como, nas áreas circundantes de Conceição, o potencial agrícola do solo é muito baixo, a conversão para a agropecuária baseou-se na criação extensiva de gado vacum, aproveitando os campos nativos, secundada pela agricultura de subsistência nas franjas de terras mais férteis – pomares, hortas e pequenas plantações de feijão, milho, café e mandioca. A região passou a ser conhecida como Serra da Vacaria, e produzia carne de charque para o abastecimento das áreas de mineração e garimpo, tanto a sudoeste quanto a nordeste. Os roteiros que hoje compõem a “Estrada Real” incluem, na verdade, diversos caminhos oficiais ou clandestinos, usados por comodidade ou para evitar o fisco com vários percursos inseridos na área⁴.

A economia agropastoril que se no antigo município de Conceição, no século XIX e até os anos 1960, produzia café, milho, arroz, feijão, farinha de milho e de mandioca, açúcar, rapadura, queijo, toucinho, aguardente de cana, goma (polvilho), gado bovino, equino, muar e suíno. Cite-se, de passagem, um evento curioso: na década de 1830, a cidade passou por uma seca que trouxe como consequência a escassez de alimentos, um dos motivos que levou algumas famílias a procurarem outras localidades com melhores possibilidades de exploração agrícola, como Peçanha, (segundo conta Demerval José Pimenta, em seu livro *A Mata do Peçanha*, no qual assinala a presença de famílias de Conceição entre as pioneiras que se estabeleceram em Peçanha, São João Evangelista e Guanhões)(Apud. COSTA, 1975, p.38).

Maria Vitória Dias (1994) também assinala a importância do gado e da cachaça em Conceição, baseando-se no exame dos registros concernentes ao “Subsídio Literário” – criado em 1772, incidente sobre a aguardente – e ao “Subsídio Voluntário” – cobrado sobre a carne

⁴ Plano de Manejo – Parque Nacional Serra do Cipó – área de proteção ambiental morro da pedra, Março 2009.

verde, instituído em 1756. Os empreendimentos industriais chegaram ao arraial no início do século XIX, com a implementação da fábrica de ferro em Morro do Pilar, a Fábrica Nacional Pilar, estabelecida pelo intendente dos diamantes Manoel Ferreira da Câmara Bethancourt e Sá, conhecido como Intendente Câmara (ANTUNES, 2018). Na segunda metade do mesmo século, Conceição do Mato Dentro viu surgir a Fábrica Textil de Cana do Reino, fundada pelos ingleses Pigot e Cumberland, no distrito de Riacho Fundo, hoje município de Santana do Riacho. Ambos empreendimentos, no entanto, não tiveram duração longa.

Na década de 1830, conforme Costa (1975), ganhou força o processo de autonomia de Conceição do Mato Dentro. Em 1835, com a instauração da Assembleia Provincial, um abaixo assinado solicitou ao governo da Província a criação da vila. Mas a criação ocorreu apenas em 1840, através da Lei nº171 (art 2º, parágrafo 1º), de 23 de março daquele ano, sendo seu território constituído pelas paróquias de Conceição, Morro do Pilar e São Miguel e Almas. Território imenso, que abrangia toda a vertente oriental e a parte ocidental da Serra do Cipó, entre os rios Paraúna e Tanque, as bacias dos rios Santo Antônio e do Peixe, além de um pequeno trecho de Guanhães. A oeste, a vila fazia limite com o Rio Cipó e os municípios de Sete Lagoas e Curvelo.

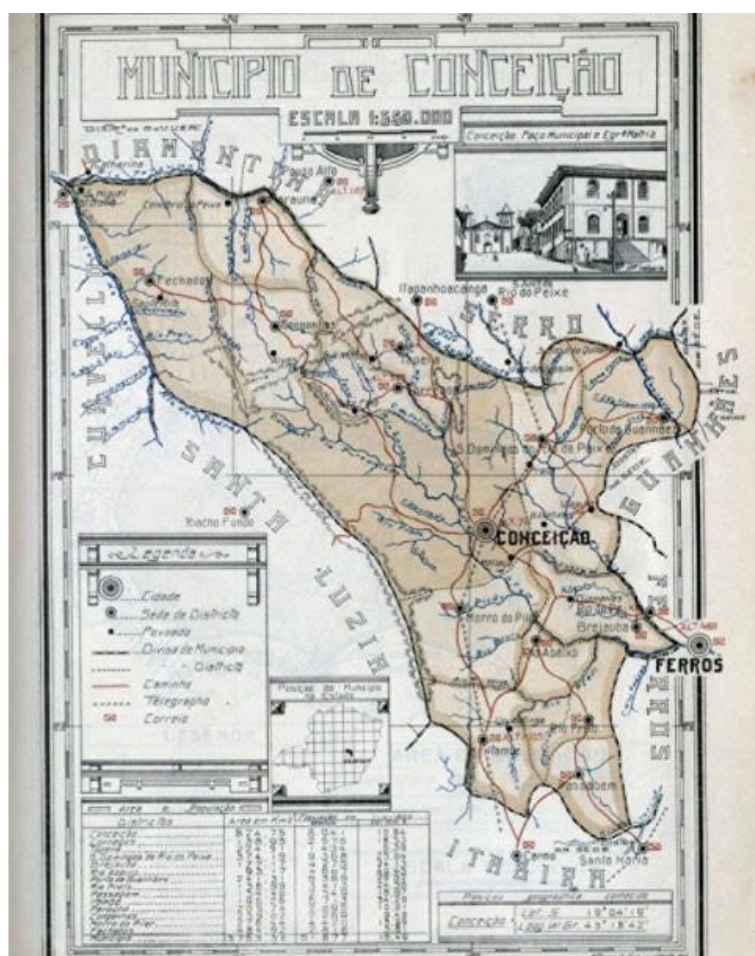
Em 10 de outubro de 1851, a vila de Conceição foi elevada a categoria de Cidade, com nome de Conceição do Serro, mas em sua divisão judiciária o município continuava anexo à comarca do Serro. Em 1876 surgiu a comarca de Conceição. Em 1943, pelo decreto-lei n. 1.058, de 31 de dezembro, deu a denominação atual de Conceição do Mato Dentro tanto ao município quanto à comarca (BARBOSA, 1995). De Conceição saíram, em momentos distintos, os atuais municípios de Dom Joaquim (ex-São Domingos), Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Carmésia, São Sebastião do Rio Preto e Congonhas do Norte (COSTA, p. 37).

Mais uma vez, que se volte aos elementos materiais das paisagens culturais tão apreciados por Carl Sauer. Desde o fim do século XVIII e até aproximadamente os anos 1970, o território de Conceição do Mato Dentro recebeu, sobrepondo-se a mais antiga *paisagem barroco-mineradora*, as marcas produzidas pelo avanço e dominância da agricultura diversificada e do tropeirismo. Como num palimpsesto. As paisagens culturais são como palimpsestos. E que traços novos seriam estes?

As paisagens rurais de Conceição se encheram de fazendas, sítios e posses, nos quais viviam e trabalhavam proprietários e camponeses, agregados e escravos, espalhando plantações, hortas, pomares e pastos, lidando com paióis, estábulos, currais, chiqueiros,

farinheiras, casas de queijo, monjolos, moinhos, engenhos, alambiques, fornos, regos e cercas. Dentro dessas unidades produtivas rurais, especialmente das maiores, havia ainda atividades de transformação que ocupavam ferreiros, latoeiros, marceneiros, carpinteiros, carapinas, seleiros, fiadoras, tecelãs, santeiros, entalhadores, douradores, pintores, etc. As fazendas e as posses não ficavam isoladas, pois tropeiros, carroceiros e tocadores de rebanhos bovinos e suínos punham-nas em contato com mercados locais, regionais e inter-regionais. E cortando os campos e as serras, algumas trilhas de tropas de muares mais importantes transformaram-se em estradas de terra batida, que punham em comunicação a sede municipal com as mais importantes cidades da região: Serro, Diamantina, Santa Luzia, Itabira, Guanhões. Em muitos pontos desses caminhos, instalaram-se cruzeiros e marcos diversos. Novos povoados surgiram, não mais em função do ouro, como decorrência de adensamentos populacionais em áreas agrícolas e pastoris; e outros cresceram impulsionados pela atividade manufatureira, como foi o caso de Morro do Pilar e mesmo de Santana do Riacho. De maneira que se multiplicaram as igrejas e capelas, as vendas de secos e molhados. Esta é a *paisagem agrário-tropeira*.

Figura 9 - Mapa do município de Conceição, em 1920



Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Album Chorographico. Municipal do Estado de Minas Geraes. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1927.

A partir dos anos 1980, com velocidade crescente, o turismo rural e ecológico penetrou o território do município de Conceição do Mato Dentro, especialmente a área do distrito de Tabuleiro. Com o passar dos anos, o turismo foi se tornando uma atividade importante no município, sendo um dos vetores do desenvolvimento para a cidade. Para isso contribuiu bastante a inserção do município no roteiro turístico da Estrada Real, criada em 1999 pelo Governo do Estado de Minas Gerais em parceria com a FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), por meio da lei estadual n. 13.173, de 20 de janeiro de 1999. O programa Estrada Real tem como objetivo promover desenvolvimento nos municípios por onde passavam os antigos caminhos: Caminho Velho, Caminho Novo e Caminho dos Diamantes, por onde era escoado o minério para a metrópole portuguesa nos séculos XVIII e XIX (BECKER e PEREIRA, 2011 *apud*. DIAS e OLIVEIRA, 2018).

Na sede municipal e em distritos surgiram ou ampliaram-se estabelecimentos de serviços voltados para o turismo: hotéis, pousadas, restaurantes, lojas de produtos típicos

locais, postos de combustível, etc. Empresários de portes diversos – médios, pequenos e micros – abraçaram negócios que exploram o fluxo crescente de turistas na região. Por outro lado, a Prefeitura Municipal também despertou para o fomento ao turismo. Em 1997, surgiu o Conselho Municipal do Turismo⁵. Três anos depois, foi criada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo. O Poder Municipal instituiu o Parque Municipal Ribeirão do Campo no ano de 1998, a APA Serra do Intendente em 1998 (que depois viria a se tornar o Parque Estadual Serra do Intendente, gerido pelo IEF), e o Parque Municipal Salão de Pedras em 1999. O Plano Diretor do município, aprovado no ano de 2003, explicitou a vocação turística da cidade, dando muita ênfase à paisagem local.

Outro fato que favoreceu o turismo no município ocorreu em 2005. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) aprovou a criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, por meio do “Programa O Homem e a Biosfera” (The Man and the Biosphere Programme – MAB), que tem por objetivo preservar os recursos biológicos, a biodiversidade e o patrimônio histórico-cultural de regiões peculiares pelo bioma e interação com a natureza. A Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço abrange 53 municípios mineiros, dentre eles, Conceição do Mato Dentro. Ela contém 11 áreas núcleos, parques legalmente constituídos e destinados à proteção integral da natureza, dos quais dois estão inteiramente situados no território do município: o Parque Natural Municipal Salão de Pedras e o Parque Natural Municipal do Tabuleiro. Ora, isso contribuiu para reforçar o slogan que diz que Conceição é “a capital mineira do ecoturismo”.

Por conseguinte, aos elementos das paisagens anteriores se juntaram novos traços, novas combinações e adaptações: casarões antigos transformados em hotéis e pousadas, habitações rurais convertidas espaços de aluguel de quartos através da internet e aplicativos, multiplicação de torres de telefonia, de lojas de conveniência, de artesanato, de produtos típicos; difusão da sinalização turística na cidade e nas zonas rurais, surgimento de áreas de camping e de unidades de preservação ambiental, as quais implicaram em restrições ao uso tradicional do espaço pelos indivíduos e comunidades circundantes. As áreas rurais também receberam muitos bares e “casas de campo”, com graus diversos de sofisticação arquitetônica, destinados ao lazer e ao descanso de famílias abastadas ou de classe média forâneas. Estes são os elementos da *paisagem do turismo rural-ecológico* que está em pleno desenvolvimento em Conceição do Mato Dentro.

⁵ Em 1994 fora criado o CODEMA (Conselho de Desenvolvimento Ambiental). E em 1997, o Conselho do Patrimônio (CODEPA).

Mas todas as camadas paisagísticas que compõem o palimpsesto que é o território de Conceição do Mato Dentro encontram-se, no momento, ameaçadas por mudanças profundas e violentas decorrentes do avanço feérico do grande empreendimento minerador, que começa a explorar em larga escala as reservas locais de minério de ferro. Trata-se do Projeto Minas-Rio, idealizado pelo grupo MMX no ano de 2004, depois assumido pela sociedade empresária Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A., atualmente denominado Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. O empreendimento visa obter capacidade de extração anual de 56 Mtpa (milhões de toneladas por ano) de minério de ferro que, após o beneficiamento, gerará 26 Mtpa de finos, com teor médio de 68% de ferro. A área de atuação direta – lavras, instalações, depósitos de rejeitos, etc. - abrange os municípios de Dom Joaquim, Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro, contando ainda com o abastecimento de energia proveniente de uma linha independente de transmissão vinda da cidade de Itabira (MINAS GERAIS, 2008, p. 4-5, *apud* DIAS e OLIVEIRA, 2018).

O projeto Minas-Rio inclui ainda um mineroduto de 525 km de extensão, ligando Conceição do Mato Dentro ao Porto do Açú, no município de São João da Barra, no Rio de Janeiro. O mineroduto atravessa trinta e três municípios, vinte e seis municípios mineiros e sete municípios cariocas. Na sua operação, serão consumidas quantidades imensas de metros cúbicos de água, o que coloca forte pressão sobre os recursos hídricos de Conceição do Mato Dentro. O processo de licenciamento ambiental do empreendimento teve início em 2007, época de concessão da Licença Prévia (LP) obtida pela MMX. Em 2009 foi concedida Licença de Instalação – Fase I (LI-Fase I) e, em 2010, a Licença de Instalação – Fase II (LI-Fase II). Em setembro de 2014, o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) concedeu a Licença de Operação (LO) do empreendimento. Nesse mesmo ano, o mineroduto foi licenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio da Licença de Operação (LO) nº 1260/2014/Retificada – Registro nº 02001.000469/2006. O empreendimento permanece, contudo, sendo alvo de polêmicas e críticas por parte de ambientalistas, acadêmicos, setores do judiciário, movimentos sociais e, principalmente, das comunidades atingidas (DIAS; OLIVEIRA, 2018).

Uma dos problemas decorrentes da implantação do Projeto Minas-Rio é o agravamento da questão fundiária. Isso porque muitos conflitos surgiram por causa da desapropriação de terras destinadas à instalação de dutos e das minas, sob a complacência dos governos estadual e federal.

No caso de Minas Gerais, declarou-se de utilidade pública para desapropriação, em favor da empresa AngloFerroous Minas-Rio Mineração S.A., as faixas de terras necessárias à construção das instalações complementares ao empreendimento mineroduto Minas-Rio e à implantação das minas de minério de ferro e da usina de beneficiamento, localizadas nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, respectivamente. Desapropriou também 752 propriedades nos 25 municípios por onde passará o mineroduto. Para instalação das obras e demais atividades de infraestrutura, decretou serem de utilidade pública as áreas para intervenção e supressão de vegetação primária ou secundária, em qualquer estágio de regeneração, localizadas no Bioma Mata Atlântica, áreas de preservação permanente ou em outros espaços especialmente protegidos (REPRESENTAÇÃO MPF, 2012, p. 03 *apud* CIDADE E ALTERIDADE, 2014, p.56).

As terras adquiridas foram cercadas e os moradores impedidos de nelas circular, fato que causou grande transtorno no uso coletivo de campos e serras, bem como no acesso à água.⁶ Além disso, a empresa realizou medições de terra sem o conhecimento dos proprietários; entrou em propriedades para medir água sem licença ou autorização; abriu caminhos e cercas (para passagem de veículos pesados e máquinas); removeu ou colocou novos mata-burros, porteiras e outras estruturas (CIDADE E ALTERIDADE, 2014, p.56).

O projeto Minas-Rio é o vetor de formação conflituosa e violenta da *paisagem do complexo minero-exportador*. Mais uma camada acrescentada ao palimpsesto de paisagens de Conceição do Mato Dentro, hostil e disruptiva, sem dúvida. Seus elementos materiais mais destacados são a poeira, o barulho, a presença e o trânsito intenso de veículos pesados – caminhões, tratores, guindastes, etc. – as imensas e fundas catas, as represas de rejeitos, a usina de beneficiamento, as torres e correias do mineroduto, as estações de captação e bombeamento de água, as grandes áreas de supressão de vegetação, a ampliação dos terrenos cercados e vedados ao uso dos moradores, a expansão de loteamentos e habitações especialmente na sede municipal. Quantidades de fios, postes, estruturas de concreto e aço, asfalto. Coisas que não se harmonizam nem com as atividades agropecuárias tradicionais nem com as demandas de “espaços de amenidades” postas pelo turismo rural e ecológico. A tomada de consciência dessa contradição é expressa claramente no livro “Violações de Direitos humanos e dano ao projeto de vida no contexto da mineração”, de André Dias e Lucas Oliveira, publicado em 2018.

⁶ Na Serra da Ferrugem, por exemplo, existia uma forma peculiar de uso comum das terras, as chamadas “terras no bolo”. Era tradição a presença de pequenos sítios familiares, territorialmente articulados entre si, a partir de relações de parentesco, muitas vezes assentadas sobre terrenos de herança mantidos em comum, localmente designados terras no bolo da família. Este arranjo está ameaçado pelo avanço da apropriação da terra pelo grande capital minerador.

Figura 10 - Barragem de Rejeitos em Conceição do Mato Dentro, 2018.



Fonte: Foto do jornal “Brasil de Fato”, de 09/10/2018.

O avanço da *paisagem do complexo minero-exportador* inevitavelmente acendeu o debate, em Conceição do Mato Dentro e nas suas comunidades rurais, sobre a preservação/conservação do ambiente e do patrimônio.

1.3 As paisagens culturais no distrito de Tabuleiro

Pode-se dizer que o distrito do Tabuleiro é o resultado do amálgama, lentamente forjado no decorrer dos séculos XIX e XX, das paisagens *agrário-tropeira* e do *turismo rural-ecológico*, não estando, pelos menos por hora, diretamente ameaçado pelo avanço da *paisagem do complexo minero-exportador*.⁷ Como já foi dito anteriormente, a paisagem local é bucólica, alternando terrenos cultivados, campos e mata atlântica. O distrito possui nove bairros: Rio Preto, Mané Joaquim, Mata, Salto, Quilombo, Biribó, Charco, centro e um mais afastado, denominado Macaca. A Cachoeira do Tabuleiro, seu principal atrativo natural, é muito visitada por turistas de outras cidades, principalmente Belo Horizonte. Há relatos de moradores dizendo que, outrora, pescavam no rio e no poço que formam a cachoeira, mas que atualmente a prática é proibida porque a área é de preservação ambiental. Nela foi instalado,

⁷ Deve-se não perder de vista que a história do Tabuleiro é muito marcada pelo isolamento do lugar, que careceu durante muito tempo de estrada, bem como de serviços básicos como energia elétrica e atendimento médico.

em 1998, o Parque Municipal Ribeirão do Campo, e, posteriormente, foi criado o Parque Estadual Serra do Intendente que se sobrepõe ao primeiro e possui uma extensa área. No centro do distrito, existe uma rua principal que se estende até a estrada vicinal que o liga a Conceição.

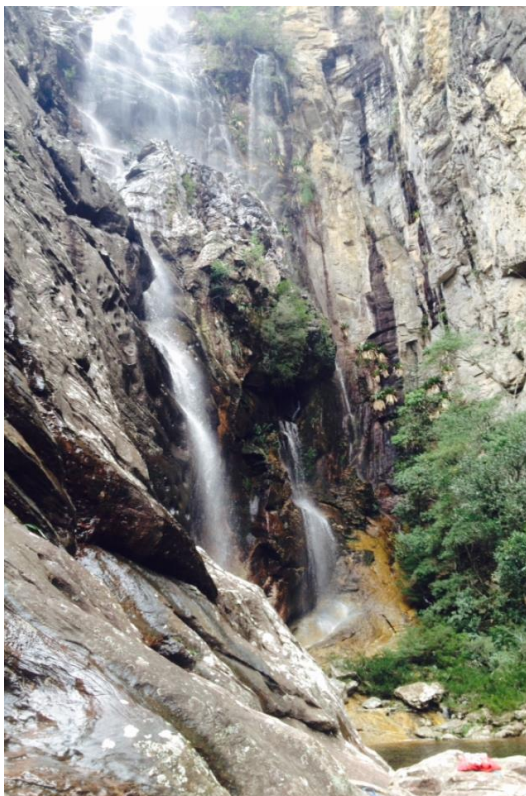
Figura 11 - Poço Pari, que recebe muitos visitantes em alta temporada.



Fonte: Acervo da autora, 2017.

O Parque Natural Municipal do Tabuleiro chega a receber 450 pessoas durante os feriados, que percorrem a parte alta e a parte baixa da cachoeira. Lugares como Poço do Val, Cânion do Rio Preto, Cachoeira Congonhas e Poço Pari também recebem muitos visitantes. Nessas ocasiões, são encontrados turistas aproveitando os paredões e trilhas para a prática da escalada, do *trekking*, do *hiking*, do rapel, e do *base jump* no alto da cachoeira. Também são habituais os praticantes de *mototrail*, dos passeios de bicicleta e de corridas.

Figura 12 - Cachoeira Congonhas



Fonte: Foto da autora, 2016.

Vale ressaltar que os turistas usufruem da paisagem de maneira muito diversa dos moradores do distrito, que possuem uma vida rural atrelada à terra. Uma história local que corre de boca em boca entre os moradores evidencia de modo quase anedótico esse fato, como se vê no depoimento de Cristiano:

Quem abriu assim a cachoeira pro mundo, vamos dizer assim, foi o Frei Júlio. Foi ele que começou, ele foi lá primeira vez que ele era um padre aventureiro. Ele ia celebrar a missa, ele ia de moto, ele andava numa moto de trilha, isso ficou marcado na nossa infância, tipo assim: imagina um padre chegando aqui em 89, 90, pra celebrar uma missa numa moto de trilha, né? [risos] Aí ele foi pra cachoeira com pessoal, mas pra nadar. O pessoal sempre ia, né? A comunidade tinha o hábito de ir a cachoeira pescar. Eu lembro, eu com meu pai aos 4 anos, lá debaixo da cachoeira, conferindo os instrumentos de pesca dele. Ele usava o jequi, então, uma época no ano a gente ia pra pescar, época que antecedia a Semana Santa (SILVA, 2020).

Estas diferentes relações de apropriação do espaço e das paisagens algumas vezes são motivo de um conflito velado entre moradores e turistas. Entre os moradores, existem os que não se importam e/ou até gostam da presença dos turistas; outros, contudo, não recebem bem a ideia de fomentar a atividade turística no Tabuleiro. Para alguns o turismo serve como fonte

de incremento de renda, dando oportunidade de venda dos produtos locais, como cachaça, rapadura, queijo e também produtos vendidos na “feirinha”, como as quitandas, comidas variadas e artesanato. A “Feirinha do Tabuleiro”, projeto local encabeçado pela comunidade, é recente e pairam dúvidas se se destina a atender aos turistas ou aos próprios moradores do lugar.

Figura 13 - Cartaz da feirinha do Tabuleiro



Fonte: Página da Feirinha no Facebook, 17/02/2020.

Segundo Wellington Santana (2018), o distrito rural do Tabuleiro tem um modo de vida marcado por duas estações: a da *cheia* e a da *seca*. Muitas atividades estão ligadas ou ao período da *cheia* ou ao período da *seca*. Na época da “entrada das águas” (setembro-outubro), plantam-se o “feijão das águas”, a cana e a mandioca. Quando o período chuvoso já está em curso, plantam-se amendoim, banana, frutas e outras plantas que precisam de mais água, além do capim *brachiara*, muito utilizado para as pastagens da região. No fim do período chuvoso,

é a vez de semear o “feijão da seca”, ao mesmo tempo em que se colhem e beneficiam o milho e o feijão que fora plantado no início das águas. Também nessa época, são plantadas as hortas, os quintais são cuidados e se produzem a cachaça e a rapadura. No tempo da seca, a maior parte das terras agricultáveis fica em pousio, e as tarefas relativas à criação de gado absorvem mais intensamente os agricultores locais.

Ainda conforme Wellington Santana (2018), no Tabuleiro existem 6 engenhos de cana que produzem para a venda. A mandioca representa uma importante fonte de alimentação e de renda para os moradores do distrito, constituindo elemento marcante da paisagem: muitas casas possuem forno de torrar a farinha de mandioca. A mandioca é plantada pelas famílias em seus terrenos nas imediações das casas. As tarefas da preparação do terreno, do plantio, da capina e do beneficiamento são desempenhadas por todos os membros da família, e muitas vezes ensejam a chamada “troca de serviço” entre vizinhos, parentes e amigos. Nos terreiros contíguos às habitações, faz-se a criação de galinhas e porcos.

Uma moradora da localidade que não quis se identificar, uma senhora de 75 anos de idade, destacou o relativo isolamento da localidade. Ela disse que não havia estrada, apenas caminhos, as *picadas*. Para os enfermos era a maior das dificuldades. Muitas pessoas morreram por falta de atendimento médico. E o médico cobrava para chegar até o Tabuleiro. Quando a estrada foi construída, apenas duas pessoas do Tabuleiro possuíam carro, o seu Antônio Ferreira e Sô Nem, pai de Cici, dono do principal bar daqui. Eles cobravam para levar as pessoas a Conceição. Quem não tinha dinheiro para pagar a corrida, tinha que ir a pé.

A respeito das habitações, o Senhor Anísio nos conta que as casas eram de barro batido e palha, casas de sapé. Eram sempre pequenas, e mesmo o telhado sendo de palha não chovia dentro. O mobiliário era reduzido e rústico: por exemplo, “as camas eram feitas de ripas de pau, como ‘cama de índio’, não havia colchões. Muitos colocavam palha para encher suas camas”. Conforme seu Anísio, “não havia utensílios de cozinha como são os de hoje, e sim utensílios rústicos feitos de bambu e cuias. Os brinquedos eram de madeira”. Nas casas, conforme o testemunho de Gisele, as bicas d’água eram elementos destacados: “antigamente todo mundo aqui tinha bica em casa com muita água, não tinha torneira pra você fechar antigamente não. Hoje, você pode contar nos dedos aqui quem tem uma bica em casa, pouquíssimas pessoas”.

Muitas casas tinham quintal muito bem organizado, com horta e árvores frutíferas, terreiro com galinhas, algumas criavam porcos. Quem criava porco e galinha estava em vantagem na alimentação. Algumas casas possuíam engenho de farinha, de rapadura e moinho

de fubá, a exemplo de Dona Palmira, que possuía engenho de rapadura, moinho de fubá e engenho de farinha de mandioca. As crianças eram escolarizadas até a quarta série, depois disso os estudos ficavam impossibilitados pela distância até a sede municipal. Nos anos 90 esse quadro se modificou, com a instituição do ônibus escolar para as crianças. Muitos lembram a carência da alimentação na escola, e o Sr Anísio fala do tempo em que um homem bondoso que morava ali perto oferecia a eles rapadura e amendoim para que pudessem aplacar a fome até chegar em suas casas.

A população em grande parte trabalhava como meeiros, em terras alheias, para obter metade da produção ou então ganhavam salário. Alguns iam para as “beradas” da serra trabalhar em suas próprias terras, onde tinham um rancho, na área que hoje é parque, faziam isso todos os dias, colocando os filhos mais velhos para cuidar dos mais novos. O trabalho agrícola remunerado era relativamente escasso, praticamente associado à lida em fazendas maiores, de “fazendeiros fortes”. E geralmente a “paga” era baixa. A propósito, dona Zenita conta que trabalhou até no meio de quarenta homens e ganhava apenas um réis [real], uma pratinha, que valia alguma coisa naquela época.

Sobre a economia familiar no Tabuleiro, a senhora de 75 anos que não quis se identificar nos contou que as pessoas plantavam café, mandioca, milho, abóbora e outros produtos da terra, juntavam em um saco grande e levavam na cabeça até o centro da cidade, no Mercado Municipal, para vender. Essa era a realidade de muitos que não tinham animal. Passavam muita dificuldade. Quem tinha animal, ia com ele para levar seus produtos para a venda. Com o dinheiro das vendas, o povo comprava as coisas pra abastecer as casas. Muitas vezes, por carência, a alimentação era pouca. Comiam mamão cozido com sal, sem gordura, pois em alguns casos não havia nem tempero nem gordura para fazer o alimento.

Dona Zenita conta que alguns moradores do Tabuleiro pousavam na cidade para participar também da feira de sábado, e aí, então, partiam ao meio dia de volta para o Tabuleiro, chegando ao entardecer, quase de noite. Vender gêneros no Mercado de Conceição é atividade que persiste no Tabuleiro de hoje. Muitos moradores vão até o Mercado Municipal para vender o excedente de sua produção, contando com o transporte público. A diversificada produção nas pequenas propriedades é evidenciada no depoimento de dona Palmira:

mas, no mais, aí a gente faz tudo que puder fazer, tem a fábrica de farinha de mandioca, tem de rapadura, tem um moinho que faz fubá, que eu despacho aí também, tem fábrica de pinga, a gente cuida da criação da gente aí, no mais graças a Deus tudo bem. (COSTA, 2020a)

Eis a presença da agroindústria doméstica, isto é, dos engenhos de rapadura, de mandioca, de fubá. Também havia o extrativismo de flores do cerrado, atividade com a qual muitos conseguiam prover seu sustento através da venda das flores do campo, as sempre-vivas, “nó de congonha” e macelas para fazer travesseiros. As samambaias e o gandó, conforme depoimento de seu Anísio, eram vendidos no Mercado de Conceição.

Dona Zenita e também a senhora que não quis se identificar nos contam que muita gente no Tabuleiro pescava; pescavam um tanto que dava para alguns poucos dias, limpavam e salgavam, deixam no sol para secar e assim conservar o alimento. Isto fornece indício do quão importante era a interação com o ambiente no modo de vida tradicional do antigo Tabuleiro. Porque muitos recursos eram tirados da mata, assim como os peixes do rio. A mata fornecia caça de pequenos animais, incluindo pássaros, que auxiliavam na alimentação das famílias. A lenha era tirada das matas. A moradora que não quis se identificar contou que os moradores tiravam apenas lenha seca, não cortavam nada da mata; e mesmo assim, com a instauração das Unidades de Conservação, o Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, em 1998, e a APA Serra do Intendente, no mesmo ano, ela ficou impedida de ir buscar seu provimento tão necessário.

O posto de saúde em Tabuleiro é coisa recente, sendo que alguns se lembram da dificuldade que era levar os doentes pelos caminhos até Conceição. Duas pessoas possuíam carro pelos idos da década de 70 e 80: Sô Nem, pai de Cici do bar central da cidade, e o Sr. Antônio Ferreira, dono da Mercearia. Ambos cobravam a corrida, o que impossibilitava muitos de tomarem esta condução. Dona Zenita se lembra que o hospital não era cheio antigamente como é hoje: diz ela que o povo não ficava doente devido à alimentação que provinha de produtos colhidos da terra. Cristiano e Anísio nos contam que a energia elétrica é coisa recente no distrito do Tabuleiro, remontando à década de 90. Todos viviam na base da lamparina, e, devido ao grande breu que se instalava ao anoitecer, tinha-se campo fértil as histórias de assombrações. Há também as histórias de Ovnis, que Dona Zenita conta com bastante verossimilhança. Muitos contam as histórias sobre seu Zé do Cilo, pai de Elias, da padaria. Segundo Cristiano, seu Zé do Cilo foi abduzido e deixado em um sítio mais distante, e teriam colocado na cabeça dele um chip. Sobre o Sr. Joaquim Elói, existem duas histórias conflitantes, uma contada por Cristiano e outra contada por Dona Zenita. Cristiano conta que o Sr. Joaquim Elói deu tiros de espingarda no disco voador e a luz intensa cegou seus olhos; Dona Zenita conta que ele olhara pelo buraco da fechadura a luz intensa e assim ficou cego.

As pessoas lembram com gosto as festas. Dona Palmira conta a grande festança de seu casamento, que ocorreu na cidade de Conceição do Mato Dentro, na Igreja Bom Jesus de Matosinhos, e que grande cavalaria acompanhou, voltando para o Tabuleiro para festejar a noite toda. Também se lembram das festas religiosas, Nossa Senhora do Rosário e festa de São Sebastião. O padre vinha da cidade para celebrar a missa da Festa do Rosário e ficava três dias, de sexta feira até segunda feira pela manhã. Hoje em dia, diz Dona Palmira, não há mais esta necessidade, pois com o carro, ele pode ir e voltar todos os dias de festa.

Convém assinalar que os moradores adultos de meia-idade e idosos têm percepção das mudanças recentes que atingem o distrito de Tabuleiro, em que se mesclam sentimentos ambíguos e mesmo contraditórios. Há, por um lado, angústia e desalento ao se falar do “declínio” do modo de vida tradicional; por outro lado, há otimismo contido e certa resignação quando se fala das tendências de hoje. Por exemplo, o seu Anísio nota a redução da população do distrito, referindo-se particularmente ao bairro do Charco. Mais do que isso, lamenta este fenômeno.

A posição de seu Anísio contrasta com a visão de Gisele, bem mais positiva na avaliação dos rumos recentes do distrito. Segundo Gisele, a situação do distrito quanto ao turismo melhorou muito, pois hoje tem muitas pousadas, tendo em vista que antes não tinha muita opção, os turistas tinham de ficar em barraca e hoje tem muita casa pra alugar, hospedaria, *hostel*, pousadas.

A conversa com o senhor Manoel converge com muitos outros ao ressaltar as melhoras materiais do Tabuleiro nos últimos tempos. Suas palavras sobre essas melhorias foram no sentido de enfatizar a infraestrutura que o distrito recebeu nas últimas décadas, como fornecimento de energia, a mercearia e o posto de saúde.

A conversa que tive com Gisele, por sinal, indica uma mudança interessante no fluxo turístico do distrito, intuindo uma alteração no perfil dos visitantes da Cachoeira do Tabuleiro nas últimas décadas. Segundo ela antes era comum ver muitas barracas ao longo do Tabuleiro todo, no bairro da Mata e no adro da Igreja, por exemplo, sempre ficavam muitas barracas, gente jovem, que fazia uma viagem maior, ficava mais tempo, de barraca. Hoje em dia as pessoas não mais fazem o pousio no distrito, se hospedam em outras regiões, apenas passam pelo distrito. Entretanto, se a visão de Gisele sobre o efeito do turismo em Tabuleiro é positiva, dona Zenita possui opinião praticamente oposta, pois não vê com bons olhos o lugar cheio de forasteiros, enfatiza a insegurança no distrito com pessoas de diversos lugares.

Ante os desafios postos pelas mudanças recentes, a comunidade do Tabuleiro está, ainda que com certa lentidão e muitas dificuldades, avançando na organização coletiva. Prova disso é a criação da ASCOTA (Associação Comunitária do Tabuleiro), cuja presença em reuniões e debates que dizem respeito ao futuro do distrito se tornou regular, além de mais incisiva. Vale, neste ponto, apresentar a opinião da atual presidente, Gisele, que diz que a comunidade aqui ficou muito descrente com a lentidão dos trâmites na Prefeitura. E a presidente da ASCOTA aponta outras grandes dificuldades que enfrenta, a falta de recursos e de meios para que os dirigentes dediquem maior tempo à organização.

CAPÍTULO 2

As propostas de institucionalização da paisagem: a visão institucional local

Este capítulo aborda a problemática do Turismo e de sua relação com os processos de institucionalização, enfocando Conceição do Mato Dentro e, particularmente, as políticas municipais formuladas e executadas desde os anos 1990. Como foi dito anteriormente, a partir dessa época o setor do turismo cresce no município e a Prefeitura assumiu a ideia de que o turismo ecológico tem (e terá) papel destacado a cumprir no desenvolvimento municipal. No debate local, as elites conceiçoenses naturalizam a “vocação turística” do município. Dessa forma, o Poder Público local preocupa-se com o fomento da atividade e, simultaneamente, realiza a es no sentido de regulamentá-la e torná-la sustentável, na acep o de geradora de resultados duradouros em termos de gera o de renda e ocupa es.

De início, discute-se o tema da patrimonializa o das paisagens numa perspectiva mais teórica, ressaltando as imbrica es mútuas entre turismo e patrimonializa o. Em seguida, analisa-se a trajetória das políticas públicas municipais voltadas para a preserva o ambiental e cultural, bem como seus desdobramentos concretos no que se refere a a es normatizadoras e patrimoniais. O objetivo   entender o quê o Município quer preservar, e para quem quer preservar, trazendo   tona os pressupostos e as valora es institucionais oficiais que embasam as interven es públicas nos espaços/paisagens distritais.

2.1 A Paisagem Cultural como Patrimônio

A perspectiva da prote o do patrimônio mundial surge como necessidade de preservar lugares ameaçados pelos bombardeios da Segunda Guerra Mundial, sendo que a UNESCO continuamente se ocupou deste assunto a partir de 1945 (FUNARI; PELLEGRINI, 2009) 2009).

Segundo Sandra Pellegrini (2009), o conceito de *patrimônio cultural* possui uma dupla faceta. A mais antiga, hegemônica durante décadas,   a de que os bens que merecem ser protegidos constituem bens materiais e naturais, os ditos bens de “cal e pedra”. Na maioria das vezes, os bens patrimoniais não passam de representa es que atendem aos interesses da classe dominante, reafirmando determinadas identidades, determinados discurso e concep es da história. Esses bens de “cal e pedra” são geralmente protegidos por meio do instituto do tombamento. Por conseguinte, nessa perspectiva mais conservadora de atua o dos órgãos

com responsabilidade patrimonial, patrimonializar significa simplesmente tomar. Mais recentemente, vem ganhando força outra faceta, que é aquela que entende que os bens de natureza não material ou intangíveis também merecem ser protegidos, sendo que estes são bens ameaçados pela cultura hegemônica, pela globalização e colonização das ideias. Esses bens intangíveis, simbólicos expressam a diversidade das culturas humanas, inclusive das culturas que foram inviabilizadas pela “história oficial”, pela visão hegemônica da história.

Ligada ao enriquecimento da reflexão sobre a natureza complexa do patrimônio, ganhou visibilidade nas últimas décadas a categoria de “paisagem cultural”. Essa categoria proposta pela UNESCO, e estabelecida na Convenção Europeia da Paisagem (2000), insere um aspecto inovador no âmbito da concepção de proteção e gestão do patrimônio cultural e ambiental. Ela toma a paisagem não só pelo seu aspecto físico, mas também pelas relações estabelecidas entre homem e ambiente. Assim, as ações governamentais e as experiências na esfera pública patrimonial precisam ser desenvolvidas junto às populações moradoras, envolvendo as comunidades e valorizando os saberes locais.

Essa conceituação de “paisagem cultural” da UNESCO influenciou trabalhos realizados pelo IPHAN no Brasil, bem como a normatização e elaboração de diretrizes na linha de atuação das políticas públicas de patrimônio. No Brasil, a regulamentação da proteção da “paisagem cultural” como patrimônio foi estabelecida pela Portaria nº 127, de 30/04/2009.

De acordo com os critérios estabelecidos pela UNESCO, a extensão e o limite, bem como a inteligibilidade e a funcionalidade da delimitação da paisagem cultural não necessariamente deve abarcar a totalidade do espaço, mas sim um recorte do todo que seja ilustrativo e representativo das qualidades e do caráter do conjunto. De acordo com Nascimento e Scifoni (2010), que trataram deste conceito aplicado ao Vale do Ribeira (SP), no artigo “A Paisagem Cultural como novo Paradigma para a Proteção: a Experiência do Vale do Ribeira”, esta categoria abrange várias dimensões do patrimônio cultural: edificações, bens naturais, manifestações culturais imateriais e sítios arqueológicos e as relações singulares entre os grupos sociais e a natureza (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010). De acordo com a Carta de Bagé, artigo nº 2, 2 e Portaria IPHAN nº 127, art. 1º, a paisagem cultural é uma porção de território com características peculiares, produto de relações que os grupos humanos estabelecem com a natureza, relações estas que podem ser identificadas pela alteração física dos espaços ou mesmo pela relação simbólica, pelos valores atribuídos socialmente. Este conjunto de relações materiais e imateriais que se têm com o ambiente

resulta na paisagem cultural como fruto de um processo cumulativo de relações através do tempo. É possível, assim, destacar na paisagem as marcas dos processos naturais – a história geológica, a história natural – e também os traços da ocupação imemorial, fruto da interação e apropriação da natureza pelo homem.

Ora, nessa perspectiva, não podemos desvincular bens materiais de bens imateriais. Essa indissociabilidade é que possibilita compreender a existência de certos elementos nas paisagens. Tome-se o exemplo das cruzeiras fincadas em tantos locais nesta região especial de Minas Gerais, a Serra do Espinhaço. Podemos identificar o costume tradicional de se levantar cruzeiras pelos caminhos. Em Conceição do Mato Dentro, não há dúvida de que essas cruzeiras em cada local carregam uma história que está toda relacionada à morte. O evento que marca a colocação da cruz em determinado local – seja ela uma pequena cruz ou um grande cruzeiro, que tem o tamanho natural adequado à crucificação de um adulto – refere-se comumente à morte de uma ou mais pessoas. Mas não é só isso: a representação material de um fato biológico, natural, indicando o exato local onde ocorreu a cessação da vida.

Figura 14 - Cruzeiro no distrito de Tabuleiro enfeitado para reza



Fonte: Acervo da autora, 25 de julho de 2019.

Isso porque os cruzeiros, embora ligados à morte, recebem “novenas” ou “rezas”, que constituem eventos complexos: religiosos à primeira vista, mas não apenas isso. Pois o mais esperado de uma “reza no cruzeiro” é na verdade a festa, a comemoração, a celebração que há

após o momento religioso. Celebração esta que supera o tempo e o número de frequentadores do evento estritamente religioso, que é regada com as pingas da região, seja a amarelinha ou a branquinha, geralmente fabricada nos próprios alambiques dos moradores. Aí está um exemplo de um monumento – um cruzeiro, dotado de materialidade – atrelado a uma cultura imaterial – a religião, a festa, a produção de bebidas, a música, etc. – que se concretiza *nele e por meio dele*. Logo, na paisagem em que se destaca o cruzeiro ocorre a interseção das dimensões materiais e imateriais da cultura.

A mesma coisa acontece nos espaços em que ocorrem os jubileus, verdadeiros eventos de peregrinação e fé que dependem da materialidade das edificações que os acompanham. Em Conceição do Mato Dentro, além do seu consagrado Jubileu de Nossa Senhora da Conceição, que ocorre aos pés da Igreja Bom Jesus do Matosinho, há também outro jubileu nas cercanias da cidade. O Jubileu de São Miguel das Almas, realizado anualmente na semana de 15 de agosto, no distrito longínquo de Cemitério do Peixe, um distrito deveras curioso devido a sua baixa densidade populacional: são apenas quatro moradores regulares solitários, como se constatou em visita ao local. Este distrito possui diversas casas, muito mais do que a sua população regular, habitações de uma arquitetura diminuta, pequenas casinhas contendo poucos e reduzidos cômodos. Essas casas possuem o pé direito bem baixo, de maneira que muitos adultos têm que se abaixar para entrar na maioria delas. Boa parte destas casas é utilizada como estabelecimentos comerciais, sendo que as mais recentes já são adaptadas com um balcão. Nos dias de festa, estes comércios vendem comidas e bebidas, muitas comidas típicas, como o “cobu”, uma espécie de bolo de fubá feito na folha de bananeira típico da região de Gouveia.

Habitantes de toda cercania vêm para a festa em agosto, a festa conhecida como “Jubileu a São Miguel das Almas de Cemitério do Peixe”. E outro jubileu semelhante ocorre em outro distrito de cidade vizinha a Conceição do Mato Dentro. No Serro, no local conhecido como Mato Grosso, cuja denominação oficial é Deputado Augusto Clementino. Ali ocorre o Jubileu de Nossa Senhora das Dores.

Figura 15 - Cemitério do Peixe



Fonte: Acervo da autora, 5 de Agosto de 2019.

Figura 16 - Cemitério do Peixe



Fonte: Acervo da autora, 5 de Agosto de 2019.

Ambos os distritos, Cemitério do Peixe e Mato Grosso, possuem uma característica que os faz lugares muito peculiares: eles ficam desertos na maior parte do ano, sendo visitados apenas durante uma semana. Apenas durante os seus jubileus se tornam densamente povoados, com pessoas das cercanias ocupando todas as pequeninas residências. Há relatos de

vários ônibus de excursão que rumam esses distritos, por causa das festas católicas tradicionalmente realizadas ao redor de uma capela e um cemitério, em Cemitério do Peixe, e de uma ampla igreja, em Mato Grosso.

Figura 17 - Distrito de Mato Grosso



Fonte: Acervo da autora, Abril de 2019.

Estes lugares tão singulares não são inteligíveis, não podem ser interpretados – inclusive na perspectiva turística – senão quando são tomados na totalidade, isto é, como paisagens compostas por “pedra e cal” (mesmo que não tenha caráter monumental como palácios e catedrais) e por práticas culturais (valores, símbolos, sentimentos) que os dinamizam numa dada época do ano, e que lhes dão sentido. De que adianta tombar o sítio do Cemitério do Peixe se o jubileu acabar? Ou tombar a parte alta do distrito de Mato Grosso se não mais se realizar o Jubileu de Nossa Senhora das Dores?

2.2 A institucionalização do patrimônio sob um ponto de vista crítico

O professor Ulpiano Bezerra de Menezes (2012) propõe uma reflexão sobre os valores que deveriam ser perseguidos na discussão acerca do patrimônio cultural. Essa reflexão é muito pertinente e afinada com as preocupações éticas da ciência histórica, dialogando com a

historiografia que propõe visibilizar os agentes do processo histórico como os próprios protagonistas de sua história, e reconhecer-lhes o direito a memória.

O professor Ulpiano (2012) propõe prementes questões no campo do patrimônio material e imaterial, versando também sobre a inconveniência desta dicotomia. Um primeiro aspecto combatido pelo professor se refere à percepção de que o valor do bem móvel ou imóvel lhe é imanente, premente, intrínseco. O valor não é intrínseco, pois decorre do papel dos sujeitos que atribuem valor a determinado objeto. Neste ponto, cabe salientar que o valor dos bens (materiais e imateriais) também é determinado pelas relações das pessoas com estes objetos. E a análise aponta, então, para a *fetichização* dos lugares, objetos, culturas, etc.

A propósito da fetichização dos lugares históricos reconhecidos como patrimônio, pode-se dizer que ocorre em decorrência e juntamente com a apropriação econômica e turística. Com o desenvolvimento do turismo, o pensamento vigente nessa indústria que possui longa cadeia de negócios é o da reificação dos lugares: uma leitura reducionista e simplificadora, primordialmente materialista, econômica, desligada dos significados simbólicos que permeiam a história do local, objetificando o lugar histórico, considerado por si só e em si mesmo, e não como um lugar em relação às pessoas que ali vivem e fizeram história. Esta fetichização citada por Ulpiano Menezes ocorre com a crescente intervenção do turismo e a agressão – real (desapropriação) e simbólica (esvaziamento das raízes com a comunidade, considerando o objeto pelo seu valor intrínseco) – que ele lança contra estes locais.

As próprias ações de preservação patrimonial levadas a cabo pelo Estado produzem fartamente esse mesmo efeito. O reconhecimento de um bem, e o seu conseqüente tombamento, faz com que adquira *status* que remete e reivindica o valor de “nacional”, como algo de grande representatividade para a constituição da imagem e do imaginário que se quer como nacional, conforme ditado pela visão da ‘história oficial’. O bem é como que congelado, descascado, isto é, dotado de um único e linear significado, destituído de tudo que nele há de contraditório ou que remete a relações complexas com outros bens, práticas e valores culturais, projetos políticos e visões de mundo.

Na história da instituição que, por excelência, instituiu o tombamento no Brasil, o SPAN, SPHAN, e depois IPHAN, primeiramente foram resgatados os bens de valor relativo ao passado colonial, a história dos lugares e instituições portuguesas, com base no apreço conferido ao passado clássico, barroco, às ruínas dos séculos XVI-XVIII; os tombamentos foram pautados pela visão aristocrática das elites e o prestígio da cultura ocidental, por

indicarem a mão forte do colonizador português e do clero, com seus Fortes e Igrejas. Neste período em que foi criado o órgão de proteção ao Patrimônio Nacional, muito foi pensado sobre a constituição do que deveria ser considerado Nacional, incluindo primeiramente e hierarquicamente a herança branca, depois indígena e negra. De certa maneira, continuava-se sob a égide da reflexão sobre o “espírito nacional” presente na proposta de Karl Friederich Phillip Von Martius, apresentada ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1842. Esta visão do “Nacional” constituída no século XIX, e ainda aceita na década de 1930 quando começou o SPHAN, vem sendo desconstruída, com a revisão histórica e as mudanças de posicionamento político-cultural decorrentes das lutas sociais no país.

O patrimônio cultural brasileiro é entendido hoje em dia, após a Constituição de 1988, conforme o estabelecido no seu artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL., 1988)

De acordo com o texto constitucional são considerados passíveis de patrimonialização bens materiais e imateriais, inclusive os produzidos por populações imigrantes, não contempladas pelo decreto Lei nº 25 de 1937, que instituiu o patrimônio do Brasil, redigido durante o Estado Novo de Vargas, no âmbito do Ministério da Saúde e Educação, sob o comando de Gustavo Capanema, que tinha por chefe de gabinete Mário de Andrade. Naquela época, a sensibilidade para o valor patrimonial, artístico e cultural estava inscrita pontualmente pelo caráter monumental e excepcional das edificações e obras candidatas a patrimônio nacional:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

Num segundo momento, já na década de 1960, houve crescente valorização do patrimônio arqueológico relativo às culturas indígenas, o que se deu principalmente pela preservação dos sambaquis e outros sítios arqueológicos e seu tombamento como Patrimônio Nacional com toda severidade do termo que cabia em tempos de Ditadura. Mais

recentemente, na constituição de 1988, houve a tentativa de reconhecimento dos quilombos, questão que ainda é chaga da colonização branca, e que não foi solucionada.

É justamente essa demanda de reconhecimento do patrimônio das populações negras e indígenas um dos fatores que, atualmente, geram questionamento de diversos aspectos concernentes ao instrumento do tombamento. Na constituição de 1937, a única maneira de preservação garantida era o tombamento; hoje em dia, ele tem sido visto mais como um instrumento e foram criados novos instrumentos, assim como o livro de registros dos bens imateriais. A consideração dos bens imateriais é uma herança do trabalho de Mário de Andrade, grande conhecedor da cultura no Brasil, que abriu esta premissa para os bens imateriais na década de 30, e que teve ecos na década de 1980 com o reconhecimento do patrimônio imaterial na nova Constituição de 1988. Em 2000, a edição do Decreto nº 3.555 instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Abriu-se definitivamente o caminho para as políticas patrimoniais trabalharem com a cultura, a parte imaterial, aquela pertinente à vida cotidiana e as interações das pessoas, das comunidades, com os bens que remetem a contextos históricos ou lugares representativos para suas lutas, modos de vida, meios e processos, marcos identitários ou produções artísticas. Enfim, tudo aquilo que tange ao universo simbólico, apropriado cotidianamente e que requer ser valorizado e preservado.

O tombamento nem sempre é o instrumento adequado para os casos do patrimônio imaterial, pois ele toca a comunidades e indivíduos, coisas que não estão estáticas e estão em permanente relação com o meio. Em alguns casos, o tombamento não atende as reais necessidades dessas comunidades e pode ser contraproducente nas lutas pela terra ou pelo seu modo de vida, não sendo confluyente com a ideia de integridade material, tendo em vista que a vida das pessoas é contínua, transmutante, cheia de circunstâncias e necessidades, muitas delas supridas pelas condições que o ambiente lhes oferece. Devido a este ponto crítico, que pode tornar a intervenção do IPHAN mal quista, atualmente existe a política de consulta prévia às comunidades envolvidas, reconhecendo-se que elas têm autonomia para aceitar ou recusar as propostas dos órgãos patrimoniais.

É necessário atentar para a “fetichização” das populações atingidas pelo tombamento, processo que pode ser devastador para estes indivíduos em decorrência da possível apropriação de suas culturas pelo “mercado”. Assim, poderão ter sua vida condicionada à manutenção de seu passado (como pastiche) para reafirmação de um ‘Patrimônio Nacional’;

isso poderia resultar numa artificialidade da preservação de sua cultura, sendo vistos como portadores do passado e submetidos à estagnação e à teatralização da vida.

Cabe aqui colocar que além da teatralização da vida e da fetichização dos espaços turísticos, outro fenômeno pode ocorrer, o da gentrificação. A palavra *gentrification*, ou gentrificação no nosso vocabulário, surgiu de uma observação feita por Glass (1964) acerca do processo de renovação de certas áreas de Londres na década de 60, com a substituição de moradores mais pobres por outros integrantes de classes mais altas. Na definição dada por Glass para a gentrificação, esta corresponderia a um processo de desalojamento de residentes pertencentes ao proletariado, substituídos por grupos oriundos de classes sociais mais altas e um processo de reabilitação física destas áreas (RIBEIRO, 2018).

Segundo Ribeiro (2018), é no mundo urbano que a gentrificação pode ser melhor observada, devido às imposições do capitalismo implicarem na preponderância dos interesses de mercado. No contexto da reestruturação urbana que produz cidades altamente fragmentadas – no sentido de disjunção do tecido social –, se insere a gentrificação como processo de elitização de determinadas áreas com a substituição da população tradicional por moradores com maior poder aquisitivo a partir de seu redesenvolvimento, com incremento de infraestrutura e/ou requalificação urbana. No meio rural, este fenômeno pôde ser observado nos limites do Parque Nacional Serra do Cipó, onde a modernização urbana transformou o distrito de Cardeal Mota e muitos moradores foram excluídos da nova urbe, restando apenas alguns poucos nativos, que raramente estão incluídos no setor de turismo como empresários, são, na maior parte empregados dos grandes empreendimentos.

2.3 Patrimônio Cultural, Turismo e Política Pública em Conceição

Desde os anos 1990, a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro afirma a “vocação turística” do seu território, especialmente quanto ao turismo ecológico. E, em razão disso, vem desenvolvendo estruturas governativas orientadas para o fomento da atividade turística e sua regula o no âmbito local.   hora de examinar as linhas gerais dessa aço municipal, passando em revista os instrumentos criados pelo Poder Local e as medidas até agora adotadas no sentido de conferir maior “atratividade” ao espaço municipal. E de saber como a Prefeitura tem atuado em rela o às comunidades que vivem nas paisagens tidas como “fortemente turísticas” da região.

Começamos pelo exame do Plano Diretor, aprovado em 2003.

a) Plano Diretor de Conceição do Mato Dentro

O Plano Diretor de Desenvolvimento da cidade de Conceição do Mato Dentro foi instituído pela LEI COMPLEMENTAR Nº 20/2003, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003, e consolidado em 28/09/2011.

Como é de praxe nesse tipo de legislação, o Plano Diretor promoveu o zoneamento do território municipal, preconizando áreas cujos processos de ocupação e uso ficam sujeitos a regulações específicas. Dentre essas áreas, surgiram as de “proteção ambiental”, destacadas em função do seu singular patrimônio natural – e, é claro, potencial turístico, embora essa relação não esteja explicitada diretamente no Plano. É o que estabelece o vigésimo artigo da Lei Complementar 20/2003:

Artigo 20: A ocupação e o uso do solo na Zona Urbana de Conceição do Mato Dentro ficam estabelecidos pela definição e delimitação das seguintes zonas, considerando-se a proteção ao patrimônio natural, histórico e cultural, a disponibilidade de infraestrutura, o meio físico, a capacidade de adensamento e o grau de incômodo e poluição causados ao ambiente urbano, conforme Anexo III:

IV - Zona de Proteção Ambiental - ZPA, que corresponde às áreas não passíveis de ocupação nas encostas da Serra da Mina ou do Cangueiro, onde o monitoramento ambiental deverá ser constante para preservação da paisagem e da qualidade ambiental no entorno da cidade. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

Mais especificamente, no Capítulo IV (“Da Ocupação e Uso do Solo nas Áreas de Interesse Histórico e Cultural”), o Plano Diretor anuncia a intenção de dar tratamento especial para as porções do território municipal que possuem patrimônio histórico e cultural. É o que se lê no artigo 38 da Lei, preocupado com o controle e a preservação desses espaços, notadamente de suas fisionomias:

Artigo 38: São diretrizes para o controle a que se refere o artigo anterior:

I - Manter uma baixa densidade de ocupação do solo de forma a consolidar a paisagem urbana característica; II - Manter os usos econômicos de menor porte mesclados às residências; III - Impedir a demolição e descaracterização das edificações originais; IV - Recuperar e revitalizar as edificações de reconhecido valor histórico e arquitetônico, de forma a não descaracterizar o conjunto; V - Manter as características de volume, cobertura, aberturas e acabamento nas reformas e construções; VI - Proteger, recuperar e revitalizar os espaços públicos que integram os conjuntos, mantendo a sua unidade. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

Podemos perceber que o artigo 38 reflete uma preocupação com o aspecto paisagístico sob o ponto de vista histórico e arquitetônico. Fala-se em “edificações originais”, em conjuntos de “reconhecido valor histórico e arquitetônico”, definindo-se a prioridade do Poder

Público no que diz respeito à preservação patrimonial. “Volumes”, “coberturas”, “Aberturas” e “acabamentos” de casarios são os elementos que concentram a atenção institucional. Está-se claramente no domínio do paradigma patrimonial de “cal e pedra”. Os indivíduos e as coletividades não estão aí incluídos ou referidos, nem mesmo é citada a dita “cultura imaterial” sob um ponto de vista mais amplo, que poderia estar expressa pelos modos de viver e de fazer das localidades.

Por sua vez, o artigo 90, no Título III (Da Política do Meio Ambiente, Capítulo II), apresenta diversos itens que cujo zelo e manutenção são de competência do Poder Público. Todos eles estão enormemente relacionados a paisagens, áreas de mananciais, etc. Para consecução dos objetivos visados nesta lei, diz o artigo, compete ao Poder Público Municipal:

III - Desenvolver ações e medidas de prevenção e controle à poluição, em especial o desmatamento, a erosão, o assoreamento e outras formas de degradação ambiental e recuperar as áreas já comprometidas; IV - Preservar e recuperar as florestas, a fauna, a flora, monitorar e controlar em ação conjunta com os órgãos federal e estadual, a extração, a captura, a produção, a comercialização, o transporte e o consumo de seus espécimes e subprodutos, impedir as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção ou submetem os animais à crueldade; V - Criar áreas protegidas no município, buscando sua efetivação como unidades de conservação, quando for o caso, em consonância com a Lei Federal nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, promovendo a instalação da infraestrutura indispensável às suas finalidades e o desenvolvimento de Planos de Manejo; VI - Estimular a criação de RPPNs - Reserva Particular do Patrimônio Natural no município, com especial enfoque na formação de corredores ecológicos entre as unidades de conservação individuais; VII - Implantar medidas preventivas e corretivas para a recuperação dos recursos hídricos; VIII - Promover a proteção e recuperação das áreas de nascentes e dos mananciais de abastecimento público; IX - Promover a recuperação de áreas degradadas e a estabilização de processos erosivos, adotando técnicas de revegetação adequadas às peculiaridades de cada local; X - Estimular e promover o reflorestamento com práticas adequadas de manejo e plantio de espécies características da paisagem regional, objetivando especialmente a proteção de topos, de encostas e de taludes das obras civis; XI - Estimular e promover o plantio de matas ciliares ao longo da calha dos rios, ribeirões e córregos, de forma a minimizar o assoreamento dos cursos d'água e evitar a ocupação urbana nessas áreas de risco que são naturalmente alagáveis em períodos de chuvas intensas. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

A louvável preocupação com a qualidade ambiental no espaço municipal, bem como a preservação da fauna e da flora locais, inclui a disposição de multiplicar as unidades de áreas protegidas, na forma de parques e RPPNs, o que, evidentemente, implicará na restrição de usos de porções do território municipal. Mais uma vez, o artigo não menciona a necessidade de se ouvir a população sobre a criação de áreas protegidas, nem de colher sugestões das comunidades na hora de elaborar os planos de manejo dessas unidades. Há, inegavelmente, um viés tecnocrático atravessando as disposições assentadas no artigo.

No Artigo 95, Seção II do Programa Municipal de Meio Ambiente, um dos temas que aparece é a preservação da paisagem. O Programa Municipal de Meio Ambiente deverá priorizar as seguintes ações:

I - Criação e manutenção de áreas de preservação ambiental e outras; II - Proteção e controle dos recursos hídricos do Município; III - Exploração sustentável dos recursos minerais e demais atividades existentes no território municipal; IV - Controle da poluição e degradação ambiental; V - Recuperação e conservação do ambiente urbano e rural; VI - Arborização urbana e paisagismo dos logradouros e espaços públicos, respeitando os critérios de preservação do patrimônio histórico e cultural; VII - Educação ambiental. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

Vale ressaltar a preocupação com o “paisagismo dos logradouros e espaços públicos”, associado a valor histórico e cultural, o que significa a disposição de embelezar e mesmo artificializar porções dos espaços urbanos e rurais conceiçoenses. Pois paisagismo é indissociável da ideia de projeto, de alteração intencional, minuciosa e profunda dos espaços, e costuma estar associado aos processos de gentrificação, criadores de zonas belas e caras seja nas cidades ou no campo, como os condomínios, que, por sinal, pululam nas vizinhanças de Conceição do Mato Dentro, como na vizinha Santana do Riacho.

O parágrafo 1º do artigo 95 fala sobre as diretrizes para as áreas protegidas do município, que estão elencadas em dois incisos, que implicam na identificação e demarcação das áreas de interesse ambiental para preservação da diversidade de ecossistemas naturais e identificação e criação de áreas de proteção de mananciais, do patrimônio cultural e áreas de interesse turístico:

§ 1º São diretrizes para as áreas protegidas no Município: I - Identificar e demarcar paisagens naturais de notável beleza cênica e áreas com características relevantes para a preservação da diversidade de ecossistemas naturais, além de áreas com vistas à recuperação e restauração de ecossistemas degradados, promovendo a implementação de ações de proteção e fiscalização e a elaboração de Planos de Manejo; II - Identificar e criar outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, do patrimônio cultural e áreas de interesse turístico, em observação às legislações federal, estadual e municipal. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

Neste parágrafo, surge claramente a vinculação de “notável beleza cênica” e de “áreas de interesse turístico”. Isto é, as imbricações entre preservação natural e turismo, a concepção de uma retroalimentação entre essas variáveis. O parágrafo 2º do artigo 95 estabelece as diretrizes para proteção e controle dos recursos hídricos do município:

§ 2º São diretrizes para a proteção e controle dos recursos hídricos do Município: I - Proteger as cabeceiras e margens de rios, ribeirões e córregos; II - Incentivar e

promover a revitalização de matas de topo, de encostas e ciliar dos rios, ribeirões e córregos; III - Proteger os recursos hídricos do município contra os impactos ambientais causados nos meios urbano e rural, pelas indústrias, mineradoras e por outros agentes; IV - Proteger o nível de permeabilidade das bacias; V - Apropriar das propostas efetuadas pelos Comitês das Bacias dos Rios Santo Antônio e Paraúna, afluente do Rio das Velhas; VI - Apropriar das propostas e estudos técnicos realizados pelas agências governamentais e organizações não-governamentais. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

Os parágrafos 3º e 4 do artigo 95 referem-se, respectivamente, ao controle de recursos minerais e ao monitoramento da exploração mineral e ao controle da poluição e da degradação ambiental. O parágrafo 5, por sua vez, discorre sobre a recuperação e conservação do meio ambiente rural e urbano, nos seguintes termos:

§ 5º São diretrizes para a recuperação e conservação do meio ambiente urbano e rural: I - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental federal, estadual e municipal, notadamente a Lei Estadual nº 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre a política florestal e de proteção à biodiversidade no Estado de Minas Gerais; II - Promover a preservação e revitalização das cabeceiras de cursos d'água e das matas de topo e ciliares; III - Implantar mini-bosques com espécies de crescimento rápido, preferencialmente características da paisagem regional, com a participação e envolvimento da população local no processo de manutenção; IV - Promover a recuperação ambiental das áreas degradadas através de reposição e revitalização da vegetação, recomposição de erosões do solo e controle das áreas susceptíveis às ações eólica, fluvial e pluvial; V - Promover a recuperação das áreas desativadas dos depósitos de lixo e bota-fora e sua transformação em espaços públicos e de lazer, quando couber; VI - Estimular a adoção de técnicas alternativas de pavimentação de vias como forma de evitar a impermeabilização do solo. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

Ressalta-se o fato de que, no inciso III, que preconiza a implantação de mini-bosques – sem dúvida, medida que é muito mais de embelezamento que de ampla recomposição de matas nativas – há uma primeira referência direta ao “envolvimento da população local no processo de manutenção”. Uma participação limitada a uma etapa do processo, mas, de qualquer forma, algo louvável.

No parágrafo 6º do artigo 95 insere-se a preocupação com a arborização urbana e o paisagismo da cidade:

§ 6º São diretrizes para a arborização urbana e paisagismo dos logradouros e espaços públicos: I - Promover o inventário qualitativo e quantitativo da arborização dos logradouros e espaços públicos da cidade; II - Promover e complementar a arborização dos logradouros e espaços públicos, inclusive nos novos loteamentos ou empreendimentos que envolvem o parcelamento do solo, sempre respeitando os critérios de preservação do patrimônio histórico e cultural; III - Promover a substituição ou supressão de espécies naqueles casos em que a espécie plantada estabelece conflitos irreversíveis com as estruturas de serviços e ordenamentos urbanos; IV - Promover a manutenção das espécies que inclua, além das práticas agrônomicas necessárias, a proteção física das mudas susceptíveis ao vandalismo; V - Revigorar e consolidar o paisagismo das praças públicas, em consonância com as

diretrizes de proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

O inciso V, que trata das praças públicas, retoma a questão do paisagismo, vinculando o embelezamento dos espaços públicos ao patrimônio histórico e artístico, certamente com a intenção de colocar a beleza cênica como elemento de potencialização da riqueza patrimonial do município e, por conseguinte, incrementando a atratividade turística de Conceição do Mato Dentro.

No parágrafo 7º do artigo 95 fica demonstrada a preocupação da Prefeitura Municipal com as diretrizes para a educação ambiental, entendendo a comunidade como importante agente de conservação do meio ambiente:

§ 7º São diretrizes para a educação ambiental: I - Divulgar os dados ambientais, promovendo o conhecimento e participação pública na hierarquização dos problemas e na definição de prioridades, com vistas a um trabalho de apoio ao programa de recuperação e conservação ambiental no município; II - Promover a educação ambiental nas escolas, como tema transversal em todos os níveis de ensino, em conformidade com a Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999; III - Promover campanhas educativas e de conscientização sanitária e ambiental, dando ênfase aos aspectos locais de conservação e recuperação do meio ambiente, junto às associações de bairro e outras; IV - Estabelecer convênios de cooperação técnica para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e educação ambiental com entidades acadêmicas e de pesquisa; V - Utilizar-se dos equipamentos públicos disponíveis e áreas de preservação em projetos de educação ambiental (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003).

Louva-se a menção à busca da “promoção da participação popular” e ao “trabalho junto a associações de bairro”, embora tais disposições pareçam se conectar muito mais à construção da legitimação das políticas públicas pelo recurso à educação escolar e campanhas educativas.

O Artigo 97 e 98, no Capítulo III (Das Unidades de Conservação da Natureza), discorrem novamente sobre as paisagens. Neste capítulo estão definidas as unidades de conservação que foram institucionalizadas em 2003:

Art. 97. I - Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo, com 3.150 ha (três mil cento e cinquenta hectares), conhecido como Parque do Tabuleiro; II - Área de Proteção Ambiental Municipal Serra do Intendente Câmara, com 13.409 ha (treze mil quatrocentos e nove hectares), conhecida como APA da Serra do Intendente; III - Parque Natural Municipal Salão de Pedras, com 857,62 ha (oitocentos e cinquenta e sete vírgula sessenta e dois hectares).

Parágrafo único. As Unidades de Conservação mencionadas estão representadas nos Anexos Ia, Ib e Id.

Art. 98. Além das descritas no artigo anterior, deverão ser instituídas no Município:
 I - A Área de Preservação Ambiental de Santo Antônio do Cruzeiro, conforme Anexo I, que protege a sub-bacia das nascentes do Ribeirão Santo Antônio do Cruzeiro, pela sua importância no contexto ambiental municipal e sua beleza cênica;
 II - O Monumento Natural Serra da Mina, devido a sua grande beleza cênica e conformação da paisagem que emoldura parte da cidade, integrante da Zona de Proteção Ambiental (ZPA), conforme Anexo III. Parágrafo único. O Executivo Municipal tomará as providências necessárias para a concretização do objetivo do "caput" deste artigo. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

É forçoso indicar que, na instituição das unidades de conservação do município, entre outros motivos estão presentes a beleza cênica e o valor histórico atribuído a certas paisagens, associadas às origens oficiais da cidade (que é o caso da Serra da Mina).

Nos artigos 103 e 126, também há preocupação com as paisagens, e a explicitação da estratégia de implantar áreas verdes e de lazer:

Artigo 103. VII - Privilegiar o tratamento de fundo de vale, com concepções que visem prioritariamente a integração dos cursos d'água à paisagem urbana, implementando áreas verdes e de lazer.

Artigo 126. Os córregos que atravessam áreas urbanas deverão ser recuperados e incorporados à paisagem urbana, dotados de interceptores de esgoto. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

O Plano Diretor de Conceição do Mato Dentro se ocupa, no artigo 167, das manifestações culturais do município. O texto é o seguinte:

Artigo 167. A municipalidade preservará, em cooperação com a comunidade, o acervo das manifestações legítimas representativas da cultura do Município.

Parágrafo único. Integram o patrimônio cultural do Município os bens de natureza material ou intelectual que constituem a memória, a referência à identidade e ao sistema simbólico reconhecido pela sociedade, entre os quais se incluem:

I - As formas de expressão; II - Os modos de criar, descobrir, reconhecer, fazer e viver; III - As criações de todas as naturezas sejam elas artísticas, científicas e tecnológicas; IV- As obras, objetos, documentos, empreendimentos, edificações e demais espaços ou realizações físicas e intelectuais, que traduzam a expressão e a manifestação humanas; V - Os sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, arqueológico e ambiental (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003).

Nota-se a menção a “bens intelectuais”, é fato. Mas a simples enumeração de itens evidencia o peso bem maior dos chamados elementos materiais da cultura, que comparecem no artigo com as designações de “objetos”, “criações”, “obras”, “documentos”, “empreendimentos”, “edificações”, “realizações físicas” e “sítios”. A ação preservacionista dirige-se notadamente a esses “bens de natureza material” e aos espaços que os contêm. É bem mais genérica, para não dizer abstrata, a referência a “formas de expressão” e a “modos

de criar, descobrir, reconhecer, fazer e viver”. O legislador municipal teve mais facilidade para lidar com coisas palpáveis, tangíveis, enfim, com aquilo que povoa o paradigma de “cal e pedra”.

Neste artigo se faz menção a bens materiais e imateriais, sendo definidos como: “formas de expressão”, “modos de criar, descobrir, reconhecer, fazer e viver”, “as obras, objetos, documentos, empreendimentos, etc. ou realizações físicas e intelectuais” que traduzam “manifestações humanas”. Podemos observar que no que tange ao patrimônio imaterial, o artigo é bem abrangente, entretanto, nele não estão reconhecidos nenhum patrimônio em especial de Conceição do Mato Dentro. Podemos observar que pela lista dos bens inventariados e tombados, há apenas uma menção a bens imateriais, o que torna o discurso que forjou o artigo 167 discrepante da ação da Prefeitura Municipal. A legislação municipal, pelo que se observa, toca no assunto de bens imateriais, mas a prática não é consistente, sendo que o valor maior dado pela Secretaria de Cultura, estão nos bens de cal e pedra.

Esta ênfase também aparece cristalina no artigo 171 do Plano Diretor, referente a diretrizes da política urbana, que explicitamente fala em “melhoria da paisagem municipal” e elenca medidas de proteção – como tombamento, desapropriação, compensação a proprietários – cabíveis, sobretudo, ao patrimônio material. Vejam-se os incisos I e VII do referido artigo:

- I - Proteger o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural do município, por meio de pesquisas, inventários, mapeamento, arquivo de imagens, registros, vigilância, declaração de interesse cultural, tombamento, desapropriação, incentivos fiscais, compensação aos proprietários dos bens protegidos e outros instrumentos.
- VII - Disciplinar o uso da comunicação visual, visando a melhoria da paisagem municipal. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

Podemos observar pelo Plano Diretor da cidade de Conceição do Mato Dentro, de 2003, que a paisagem está constantemente sendo objeto de preocupação por parte da Prefeitura Municipal, entretanto, o plano diretor não prevê a participação efetiva nos processos de zoneamento e ocupação da cidade. O artigo 38 do Plano Diretor demonstra preocupação com a paisagem urbana, limitando edificações, revitalizando conjuntos históricos e edificações originais, o valor histórico é o elemento que confere o status de proteção e podemos perceber que o município está preocupado principalmente com bens de natureza material. Já no artigo 167 do Plano Diretor se prevê a preservação de bens culturais do município, de natureza material e intelectual, entendendo que os modos de fazer, as formas de

expressão, os modos de criar, descobrir, reconhecer, fazer e viver. Ainda que no Plano Diretor esteja previsto a proteção destas naturezas, podemos perceber que a política municipal para tombamento dos bens culturais de Conceição do Mato Dentro não inclui nenhum bem cultural tombado, apenas 6 bens imateriais registrados e um total de 23 bens imateriais inventariados, contra 125 bens imóveis e 205 bens móveis integrados, desta maneira, entendemos que bens culturais como festas nos cruzeiros, o Jubileu de São Miguel das Almas nem a Marujada são sequer inventariados, demonstrando o pouco interesse do município neste tipo de manifestação de bens imateriais.

b) Plano de Manejo PESI e PNMT

Para melhor refletir acerca de como as relações dos moradores com a natureza são tratadas pelas autoridades atuantes no município de Conceição do Mato Dentro, partiremos para breve análise do Planejamento Estratégico do Plano de Manejo dos Parques Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT) e Parque Estadual Serra do Intendente (PESI).⁸ Segundo o encarte 2 do Plano de Manejo,

O Planejamento Estratégico consiste em um instrumento de organização de processos futuros considerando informações importantes do presente e do passado, suas condições ambientais e o contexto social no qual a referida área está inserida. Ele deve ser um ciclo completo, balizando e direcionando as ações de gestão; (IABS, 2018)

Segundo o encarte, o planejamento estratégico do PESI e do PNMT foi construído de forma participativa entre a equipe técnica contratada, os gestores dos Parques, equipe do Instituto Estadual de Florestas (IEF), pesquisadores e as comunidades, a partir de informações disponíveis e conhecimento de cada um dos envolvidos.

Para elaboração do planejamento estratégico do Plano de Manejo, foram feitas três Oficinas de Planejamento Participativas (OPPs) com as comunidades. Uma Oficina Técnica com pesquisadores que ocorreu na Cidade Administrativa de Minas Gerais, no dia 10 de abril de 2018, e duas Oficinas de Planejamento Participativo com as comunidades, sendo uma na Comunidade de Candeias, no dia 14 de abril, e outra na Comunidade de Tabuleiro, no dia 15 de abril de 2018 (IABS, 2018).

Segundo o documento, durante as OPPs com as comunidades, foram identificadas as ameaças aos Alvos de Conservação divididos em algumas categorias, tais como: “Atrativos”,

⁸ O PESI tem, no total, 13.508,4 hectares; e o PNMT compreende 3.088,3 hectares.

“Trilhas e Caminhos”, “Campos e Matas com seus bichos e plantas”, “Nascentes e Rios” e “Comunidades”. O documento resultante identificou os principais desafios a serem enfrentados pelas Unidades de Conservação. São eles:

- **Gestão:** sobreposição dos Parques, desafio da gestão compartilhada (que pode fortalecer as atividades) entre o Instituto Estadual de Florestas e a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro.
- **Regularização fundiária:** os Parques não estão regularizados fundiariamente e possuem moradores no interior. Grande especulação imobiliária no entorno.
- **Flora:** os relatos são de coleta predatória de bromélias e orquídeas, principalmente. Os Parques possuem espécies raras, endêmicas e ainda desconhecidas.
- **Fauna:** o problema mais comum é a caça predatória para consumo.
- **Gado:** há a presença de gado bovino e equino no interior dos Parques.
- **Uso Público:** muitas atividades ainda acontecem sem regulamentações e controle.
- **Incêndios:** há ocorrências históricas de incêndios florestais em períodos críticos (IABS, 2018).

Dentro da lista de problemas arrolados que afetam os Parques, destacamos: caça, coleta e pesca irregulares, incêndios, erosões, assoreamentos, garimpo clandestino, plantio de eucalipto, loteamentos irregulares e privatização dos atrativos. O documento enfatizou que a região é considerada um “paraíso” para os amantes de cachoeiras e poços, caminhadas com diferentes níveis de dificuldade e a prática de diversas atividades esportivas, como *mountain bike*, *slackline*, canionismo, escalada em rocha, *base jump*, entre outras. Segundo o documento, o PNMT e o PESI estão se dedicando, por meio de parcerias, ao estabelecimento de regulamentos para as atividades de esportes de aventura e demais atividades turísticas. Como exemplo, cita a parceria com a Federação de Montanhismo e Escalada de Minas Gerais (Fememg) para a construção do Regulamento para Escaladas.

Apona-se que a “missão” do PNMT é “preservar e proteger a biodiversidade e suas belezas cênicas, possibilitando a recreação e pesquisa científica para a manutenção do patrimônio”. Diferente um pouco é a missão do PESI, que é “contribuir para a proteção e conservação do patrimônio natural, arqueológico e histórico-cultural da Serra do Intendente, promovendo a conscientização ambiental, integração com o entorno e apoio à pesquisa

científica”. Proteção da natureza, pesquisa científica e turismo são, em ambos os casos, os objetivos destacados para a atuação das unidades de conservação.

No que toca às comunidades, há um discurso de que elas dialogam identitária e culturalmente com a paisagem, e que a paisagem proporciona a biodiversidade e a água para sobrevivência. No plano discursivo, entende-se que as comunidades são fundamentais no processo de planejamento, manejo e gestão dos Parques.

Podemos perceber que boa parte dos problemas citados no plano de manejo são problemas em que o Poder Público deve ser o mediador para solucioná-los, como, por exemplo, saneamento básico, falta de cercamento, fiscalização, guaritas, ordenamento territorial, estradas, escolas rurais. Pela natureza dos problemas apontados nas oficinas de planejamento participativo, podemos observar que existe uma tensão entre o uso público das áreas protegidas, seja por parte dos moradores seja por parte da Prefeitura.

De acordo com o Plano de Manejo (IASB, 2018), o zoneamento no PESI e PNMT está dividido em:

Zona Primitiva: é entendida como a área em que há pouca ou nenhuma intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna e formações geológicas de grande valor científico e beleza cênica. O objetivo geral do manejo é a preservação do ambiente natural, o fomento à pesquisa científica e educação ambiental, permitindo-se usos responsáveis e regulamentados de recreação. Os Parques são compostos, em quase sua totalidade, pela Zona Primitiva, excluindo-se apenas as áreas ocupadas por moradores, as trilhas, caminhos e estradas, os atrativos, as áreas de apoio à gestão e áreas para recuperação (IASB, 2018).

Zona de Uso Extensivo: são áreas que apresentam algumas alterações antrópicas, fazendo a transição entre a Zona Primitiva e a de Uso Intensivo. Busca-se manejar a área com o mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso aos públicos com facilidade, para fins educativos, recreativos, de manejo e de uso pela comunidade local. Essa zona corresponde aos atrativos, trilhas, caminhos e estradas, exceto aquelas que tenham o uso intensivo (IASB, 2018).

Zona de Uso Intensivo: área que possui infraestruturas de apoio para a recreação e educação ambiental. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio. Essa zona compreende a estrada de acesso à portaria do PNMT, as infraestruturas de apoio à visitação do PNMT (ex.: centro de visitantes, estacionamento, banheiros, guarita, portaria, alojamento e sede administrativa), Cachoeira do Tabuleiro (poço e trilha de acesso à parte alta a partir do posto de controle e à parte baixa), e

infraestrutura de apoio ao PESI na Cachoeira do Congonhas (trilha e poço), Cachoeira Rabo de Cavalo (poço e trilha de acesso), Cachoeira do Roncador/Prainha (trilha e poço), áreas de acampamento da Travessia Transintendentiana e Centro de Educação Ambiental (ainda não existente, mas previsto na gestão dos Parques) (IASB, 2018).

Zona de Recuperação: são áreas que devem ser restauradas e reintegradas às Unidades de Conservação. O objetivo geral do manejo é deter a degradação dos recursos naturais ou restaurar a área. Essa zona permite uso público somente para a educação e pesquisa científica. Essas áreas correspondem às pastagens, adensamento de espécies invasoras, erosões e às nascentes da Cachoeira do Tabuleiro (IASB, 2018).

Zona de Uso Especial: é aquela que contém as áreas e infraestruturas necessárias à administração, manutenção, pesquisa e aos serviços dos Parques. Nessa zona, pode haver também estruturas para controle e monitoramento de visitantes. Essas áreas não devem conflitar com o caráter natural e vocacional das Unidades de Conservação (IASB, 2018).

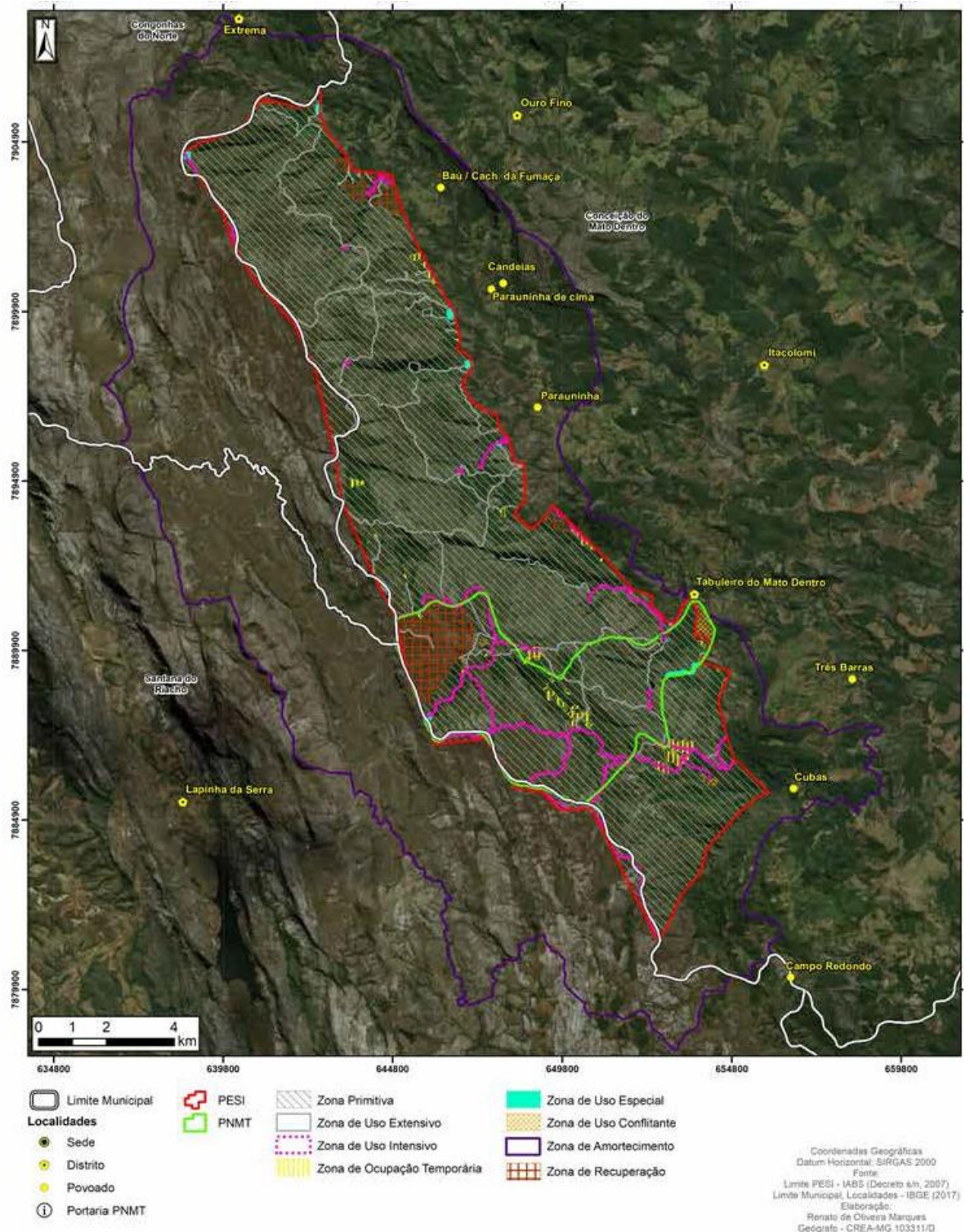
Zona de Uso Conflitante: constituída pelos espaços localizados dentro dos Parques em que há ocupação/construção realizada após a criação das UCs, conflitantes com os objetivos de conservação. Inclui-se também nessa zona, área do PNMT, não inserida no PESI, com a presença de diversas casas e moradores. Seu manejo objetivará trazer solução para a situação existente. Estão localizados nessas zonas, os estacionamentos específicos para a frota dos veículos institucionais, guaritas e pontos de apoio, almoxarifados, heliponto e casa de pesquisadores (em construção) (IASB, 2018).

Zona de Ocupação Temporária: são áreas dentro dos Parques em que há populações morando, incluindo aquelas propriedades em que existem *campings* e apoio aos turistas na Travessia Lapinha-Tabuleiro (IASB, 2018).

Zona de Amortecimento: ocupa uma área de 34.017,9 ha ao redor do PESI. É definida como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei nº 9.985/2000, Art. 2, inciso XVIII)” (IASB, 2018).

Ao nomear uma Zona de Uso Conflitante, aparentemente os conflitos ocorridos em outras zonas tendem a ser minimizados. Há de se considerar que na zona de ocupação temporária também há um conflito, que é pela regularização fundiária e o fato das pessoas residentes não terem sido removidas, assim como também existem conflitos na zona de amortecimento quanto aos usos e costumes relacionados à terra e ao usufruto dela.

Figura 18 - Zonamento do PESI e PNMT



Fonte: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Planejamento Estratégico do Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Intendente e do Parque Natural Municipal do Tabuleiro (Encarte 2). Belo Horizonte, 2018, p. 31.

c) Lei Municipal nº 1.965/2009

Esta lei estabelece normas de proteção do patrimônio cultural do Município de Conceição do Mato Dentro. Em seu artigo 1º definem-se os bens que constituem o patrimônio cultural do município, sendo bens de natureza material ou imaterial, públicos ou particulares, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e a memória dos diferentes grupos formadores da comunidade municipal, entre os quais estão, conforme o inciso V, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico.

No Artigo 2º há especificação dos meios pelos quais o Município, junto com a comunidade, deverá promover a proteção do patrimônio cultural, a saber: I – inventário; II – registro; III – tombamento; IV – vigilância; V – desapropriação; VI – outras formas de acautelamento e preservação. Mais uma vale, ressalta-se que o legislador tem em mente, sobretudo, bens materiais, quando elenca essas formas de proteção.

O tombamento é o modo privilegiado pelo qual se protegem as paisagens, tendo em vista o artigo 16º, inciso I, que diz que o tombamento é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público submete o bem cultural móvel ou imóvel de valor histórico, artístico, paisagístico, etnográfico, arqueológico ou bibliográfico à proteção do Município, declarando-o Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro. A respeito dos bens de interesse paisagístico, a Lei preconiza que eles devem ser inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. E nota-se a preocupação com o entorno dos bens imóveis no artigo 19, parágrafo único: “No processo de tombamento de bem imóvel será delimitado o perímetro de proteção e o de entorno ou vizinhança para fins de preservação da sua ambiência, harmonia e visibilidade”.

Esta preocupação está refletida nas discussões sobre o entorno da Cachoeira do Tabuleiro, na ata nº 111 da reunião do Conselho do Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro, que tratou do tombamento do *Conjunto Paisagístico da Cachoeira do Tabuleiro*, e discutiu o que fazer com as antenas de Rádio Base instaladas na entrada do distrito, que atrapalham a visualização do bem tombado.

O artigo 20 diz que, caso se decida pelo tombamento de um bem imóvel, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural dará publicidade ao Edital de Tombamento Provisório e notificará o proprietário quanto ao tombamento e suas consequências. O tombamento provisório equipara-se ao definitivo para todos efeitos, exceto para inscrição no livro de tomo correspondente e para averbação no respectivo livro de registro de imóveis. O

proprietário terá o prazo de 30 dias, contados a partir da notificação, para anuir ou impugnar o tombamento.

Analizados, ainda que brevemente, os diplomas legais que sustentam a atuação patrimonial da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, vale examinar os mecanismos pelos quais essa atuação é desenhada e levada a cabo. Isso remete ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do município, sua estrutura, recursos e sua atuação efetiva. É o que se realiza a seguir.

d) Regimento do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro

O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro foi criado pela Municipal nº 1490, de 06/03/1997, e designado pelo Decreto Municipal nº 36/2001, de 08/12/2001, sendo posterior tanto à Lei 1490/97 quanto ao decreto 36/2001, revogados pela Lei nº 1965, de 31 de agosto de 2009. A criação desse Conselho atende ao disposto no artigo 216 da Constituição Federal. Tem caráter consultivo e deliberativo no que diz respeito à preservação dos bens de valor cultural no município de Conceição do Mato Dentro.

A composição do Conselho foi definida da seguinte forma: 3 representantes do Executivo Municipal; 1 representante da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico; 2 representantes da sociedade civil organizada; e 1 representante escolhido entre os cidadãos. Desta maneira, podemos observar que os representantes da comunidade de Conceição do Mato Dentro somam 3 pessoas, o que significa que há maioria de representantes indicados diretamente pela Prefeitura Municipal. O Executivo local tem a maioria votante, fato que é um limitador da capacidade do Conselho de espelhar e mesmo auscultar as posições da população. Os anseios da comunidade, olhados do ponto de vista estritamente formal, tendem a estar sempre em menor representação do que os da instituição municipal. Para vingar no Conselho as demandas populares, há que se ter pelo menos um membro Prefeitura Municipal respaldando-as, e votando favoravelmente, unindo-se aos membros representantes da comunidade.

No Capítulo II do Regimento (Das Atribuições do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural), estão elencadas as competências do conselho, que são:

- I- Propor as bases da política de preservação e valorização dos bens culturais do Município; II- Propor, aprovar e acompanhar as ações de proteção ao patrimônio

cultural do Município; III- Emitir parecer prévio do qual dependerão os atos de registro e tombamento, revalidação do título de registro e cancelamento do tombamento; IV- Emitir parecer prévio, atendendo a solicitação do órgão competente da prefeitura para: a) a expedição ou renovação, pelo órgão competente, de licença para obra, afixação de anúncio, cartaz ou letreiro, ou para instalação de atividade comercial ou industrial em imóvel tombado pelo Município; b) a concessão de licença para realização de obra em imóvel situado no entorno de bem tombado ou protegido pelo Município, e a modificação ou revogação de projeto urbanístico, inclusive loteamento, que possa repercutir na segurança, integridade estética, na ambiência ou na visibilidade de bem tombado, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circundante; c) a modificação, transformação, restauração, pintura, remoção ou demolição, no caso de uma ruína iminente, do bem tombado pelo Município; d) a prática de ato que altere a característica ou aparência de bem tombado pelo Município. VI- Receber, examinar e aprovar proposta de proteção de bens culturais encaminhadas por indivíduos, associações de moradores ou entidades representativas da sociedade civil do Município; VII – Analisar o estudo prévio de impacto de vizinhança, de acordo com o “Estatuto da Cidade”, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, em relação a aspectos de proteção da paisagem urbana e do patrimônio cultural; VIII- Permitir o acesso de qualquer interessado a documentos relativos aos processos de tombamento e ao estudo prévio de vizinhança, a que se refere o inciso VII deste artigo; IX - Elaborar e aprovar seu regimento interno. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2003)

Com relação às paisagens, vemos que o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro tem atribuições importantes no sentido de garantir a integridade estética, a ambiência e a visibilidade dos bens imóveis tombados. Na verdade, lidos com a devida atenção, as atribuições do Conselho na verdade prescrevem que a paisagem deve estar de acordo com o bem tombado, o entorno deve ser valorizado em função do bem tombado, praticamente na condição de uma moldura capaz de realçá-lo, potencializando sua atratividade.

No que toca à comunidade, podemos perceber que ela tem o direito de sugerir bens para eventual tombamento, sendo as propostas recebidas, examinadas e, se for a deliberação do Conselho, aprovadas.

Vale insistir mais uma vez: o Regimento foi estritamente elaborado do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro tem olhos apenas para “a cal e a pedra”, para o patrimônio cultural material, para bens tangíveis, incluindo as paisagens, reduzidas àquela visada que se encontra na reflexão de Sauer, discutida anteriormente.

E de que maneira tem atuado o Conselho Municipal do Patrimônio? O que se pode perceber em suas ações sobre os princípios e valores patrimoniais que regem seu desempenho? Responder essas questões, o que é o objetivo da próxima seção do texto, requer o exame das atas de suas reuniões.

e) Atas do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico

Para entender melhor a atuação do Poder Público municipal no campo da proteção ambiental e patrimonial, bem como as suas relações com as comunidades que vivem nas paisagens que despertam interesse por causa da riqueza natural e histórico-cultural, examinamos a série documental gerada pelas reuniões do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico, mais especificamente as atas das reuniões periódicas do órgão, as quais explicitam as visões institucionais sobre a proteção patrimonial.

O Conselho Municipal do Patrimônio tem caráter consultivo e deliberativo, foi criado através da Lei Municipal nº 1490, de 06 de março de 1997 e designado pelo Decreto Municipal nº 36/2001, revogado pela Lei nº 1965 de 31 de agosto de 2009, atendendo ao disposto no artigo nº 216 da Constituição Federal. Integram este Conselho membros indicados pelo prefeito, de acordo com a Lei nº 1965, totalizando 7 membros titulares e sete membros suplentes, sendo: 3 representantes do executivo municipal, 1 representante da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico, dois representantes da sociedade civil organizada, 1 representante escolhido pelos cidadãos. Os conselheiros são eleitos para mandatos de dois anos e tratam de questões relativas ao patrimônio do município. O patrimônio paisagístico e o patrimônio cultural são os objetos mais enfocados pelo Conselho.

Para análise destes documentos, algumas categorias pré estabelecidas foram objeto de observação nos documentos. As categorias de análise são: tratamento da paisagem e relações com a comunidade, a partir desta linha de pensamento, tendo em vista as questões que são pertinentes a este trabalho, os documentos do Conselho foram lidos e os assuntos listados:

Ata nº 101, de 08 de novembro de 2013:

- Lugares de memória da comunidade (balneário Água Quente e as ex-lavadeiras).
- Impactos da mineração para o patrimônio (conflitos com Anglo American).
- Marujada.

Ata nº 111, de 15 de dezembro de 2014:

- Relação com a comunidade dos distritos (instalação de estações de rádio).

Ata nº 112, de 27 de fevereiro de 2015:

- Relação com a comunidade dos distritos (instalação de antenas).

Ata nº 113, sem primeira página

- Relação com a comunidade (distritos de Costa Sena e Córregos).

- Termos de Ajustamento de Conduta e condicionantes não cumpridas pela mineradora Anglo American.

Ata nº 114, de 08 de maio de 2015:

- Termos de Ajustamento de Conduta e condicionantes não cumpridas pela mineradora Anglo American.

- Relação com a comunidade (distritos de Costa Sena e Córregos).

Ata nº 115, de 22 de maio de 2015

- Relação com a comunidade dos distritos atingidos pela mineração (Conjunto Paisagístico do Meloso).

Ata nº 121, de 04 de novembro de 2015:

- Relação com a comunidade dos distritos atingidos pela mineração (Conjunto Paisagístico do Meloso).

A leitura das atas oferece informações sobre os assuntos que são de preocupação da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro. Em primeiro lugar, é possível observar que a cultura popular ocupa muito pouco espaço nas discussões do Conselho – praticamente não há menções nas atas. Em segundo lugar, fica evidente que o que é considerado patrimônio está muito ligado à história das elites locais, ao patrimônio edificado do período colonial, à memória das famílias tradicionais que levam os sobrenomes mais “respeitados” da cidade, como os Lages e os Utsch. As preocupações do Conselho estão concentradas em preservar certo tipo de memória, de bens materiais e de lugares de importância para algumas famílias conceiçoenses. Indicador inequívoco disso é a frequência das pautas que versam sobre restauro ou tombamento dos casarões e edificações pertencentes às elites locais. A história dos tropeiros e seu papel de abastecimento da cidade, bem como a cultura do interior (das roças e dos distritos) são questões que aparecem raramente nas pautas do Conselho.

A mineradora Anglo American, devido as inúmeras medidas de compensação ambiental que são condicionantes para o empreendimento minerário na região, frequentemente está presente nas reuniões. Presença que ocorre de duas maneiras: pelo comparecimento de seus representantes a muitas reuniões do Conselho e, também, pela quantidade de vezes que suas ações são objeto de discussões. Para citar apenas um exemplo, na reunião do dia 8 de novembro de 2013 (ata nº 101), o representante da empresa Anglo American esteve presente, sendo questionado a respeito das condicionantes que a empresa deveria cumprir e dos laudos técnicos sobre os impactos ao patrimônio material e imaterial.

Os membros do Conselho cobraram da mineradora ações que já estavam previstas e não foram cumpridas, bem como sobre determinado Museu que fora construído sem qualquer esclarecimento ao Conselho e à população.

A paisagem é frequente objeto das discussões do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico. A ampliação da área tombada do Conjunto Paisagístico do Parque Salão de Pedras foi discutida na reunião do dia 8 de novembro de 2013 (ata nº 101). Nessa reunião foi proposta a extensão do tombamento a uma área de lazer da cidade muito tradicional, o Balneário da Água Quente, que também é tombado, buscando assim proteger uma área contínua. O intenso uso pela comunidade do referido balneário, pois o fácil acesso atrai grande número de visitantes, foi considerado um fator de risco à integridade do bem. Esta posição do Conselho foi justificada alegando-se que as ações que buscaram revitalizar o balneário da Água Quente sofreram inúmeras depredações, gerando o comprometimento dos espaços de lazer construídos pela Prefeitura.

A adoção da chave de leitura do “vandalismo”, sem esforço de nuançar a análise, termina evidenciando preconceitos em relação à população, negando-lhe a capacidade de construir sua própria visão sobre o patrimônio, sobre o que lhe interessa prioritariamente proteger e/ou fomentar no campo das expressões culturais (tangíveis e intangíveis). O Conselho mostra-se, assim, fechado ao reconhecimento de que grupos sociais distintos tendem a perceber distintamente as coisas e os espaços, a valorizá-los e utilizá-los conforme suas próprias demandas e visões de mundo, o que pode levar, em certos casos, à indiferença ou até a hostilidade diante de determinados bens que as elites locais – ou turistas que vêm de longe – estão habituados a valorizar. O que não significa que segmentos populares não possuam memória nem que valorizem artefatos, paisagens, manifestações culturais e bens naturais, coletivamente reconhecidos como símbolos de sua trajetória e do seu modo de vida. O descaso por um bem tombado pode dizer que tal bem não tem valor para determinados grupos sociais.

A questão do balneário suscitou outra, que é a do patrimônio imaterial, sendo que a presidente do Conselho recomendou que os conselheiros sugerissem manifestações culturais para serem votadas para registro de bens imateriais no ano seguinte. No entanto, ressalta-se que os bens imateriais foram lembrados apenas nesta ocasião: durante os três anos de reuniões analisados nesta primeira parte do trabalho, tal assunto jamais retornou às pautas dos conselheiros.

Assunto que ocupou bastante os conselheiros foi a restauração de edificações em distritos. Uma delas a restauração da Igreja São Francisco de Assis, localizada no distrito de Costa Sena; outra, a restauração da Casa Paroquial no distrito de Córregos. Todos os projetos de restauração, arquitetônico, complementares e de elementos artísticos, nesses casos, foram elaborados pela empresa Século 30. As obras necessárias ficaram sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, custeadas por verba repassada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, decorrentes de medidas compensatórias pelas condicionantes não cumpridas pela Mineradora Anglo American. O repasse da verba deveria ter sido feito pelo Ministério Público para o Fundo de Patrimônio Cultural em até 30 dias da assinatura do acordo. Porém, isso não foi efetuado.⁹ Na ata nº 114, de 8 de maio de 2015, consta a discussão sobre os recursos para restauração do antigo prédio da Prefeitura. Decidiu-se que 50% do orçamento necessário para a obra proviriam do ICMS cultural, enquanto os restantes 50% seriam definidos pelo CONDEPA, manejando os recursos disponibilizados pelo Termo de Ajuste de Conduta acordado entre o Ministério Público de Defesa do Meio Ambiente de Minas Gerais e a Anglo American, após o devido repasse pelo MPMG. O referido Termo de Ajuste de Conduta pusera fim à Ação Civil Pública Ambiental, autos 0175.09.012968-4.

Na reunião ocorrida em 24 de setembro de 2015, a questão do tombamento do Povoado do Meloso foi discutida. Deliberou-se pela abertura do processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Povoado de São José do Meloso, justificado através da regulamentação proposta na lei Municipal 1.965 de 2009, que estabeleceu normas para a proteção do Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro. Nesta reunião, a conselheira Bruna Souza Lima questionou a ausência de notificação dos moradores. A resposta da presidente do Conselho foi que os moradores seriam notificados formalmente sobre o tombamento através de cartas ou ofícios. A conselheira perguntou ainda se havia realmente interesse do município em fazer tal tombamento, e obteve a resposta afirmativa; porém, na ata da reunião não constou a justificativa do porque seria necessário tomar aquela área. O que se sabe é que a área que poderá ser diretamente atingida pela mineração.

Na reunião do dia 4 de novembro de 2015, foi votado o Processo de Tombamento do povoado de São José do Meloso, e conjuntamente foi apresentada uma portaria interna regulamentando a Lei Municipal nº 1.965, de 2009. A portaria interna 001/2015 tratava dos

⁹ Os restauros da Casa Paroquial de Córregos e da Igreja São Francisco de Assis voltaram à discussão no Conselho na reunião de 16 de abril de 2015, mas a ata dessa reunião não nos foi possível acessar.

trâmites a serem observados nos processos de tombamento. No seu artigo 10, exige-se que o termo de Abertura e Atuação seja assinado pelo Presidente do CONDEPA/CMD/MG, esclarecendo que os tombamentos podem ser voluntários ou compulsórios. No artigo 4º garante-se aos interessados ou proprietários interpor recurso a partir da notificação (os parágrafos que se seguem – 1º, 2º e 3º – dispõem que os recursos serão discutidos no CONDEPA/CMD/MG e que a Presidência do Conselho deverá encaminhar a resposta aos interessados, sendo que da decisão da Presidência do CONDEPA não caberia recurso). Esta portaria e o próprio tombamento do povoado de São José do Meloso receberam voto contrário de dois participantes do conselho: Sandro Heleno Lage e Giordane Otoni.

Em ata de reunião que não tem folha de rosto (portanto não possui data e outras informações sobre os presentes), consta a resposta da Secretaria do Patrimônio Histórico à recomendação apresentada pelo Ministério Público de Conceição do Mato Dentro, que reconhecia o valor dos trabalhos da Fundação Isabel Pinheiro e apontava a necessidade de criar um programa de proteção para o distrito mais atingido diretamente pela mineração: São Sebastião do Bonsucesso, popularmente conhecido como Sapo e do povoado de São José do Meloso. A seguir, faz-se a transcrição do excerto do documento (que está incompleto na fonte):

085/2015, expedido por esta Secretaria, a resposta à Recomendação número 05/2015 apresentada pelo Ministério Público de Conceição do Mato Dentro, informando que reconhece a relevância de todo estudo realizado pela Fundação Isabel Pinheiro e a importância de se criar um programa de proteção para o distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, popularmente conhecido como Sapo e do Povoado de São José do Meloso, em Conceição do Mato Dentro – MG. Contudo, respeitando aos trâmites legais, a “recomendação do Ministério Público” será apresentada ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro, antes desta Secretaria se manifestar e considerando a importância dos patrimônios e dos estudos apresentados pela Fundação Isabel Pinheiro, não somente na esfera municipal, como também na estadual e federal, conforme a singularidade da paisagem e a importância ambiental e sociocultural; que considerando a área de proteção, a caracterização dos Bens a serem tombados, as justificativas das delimitações da área de proteção, as pessoas que moram nesta localidade; considerando a existência do empreendimento minerário e a prévia licença de operação concedida pelos órgãos competentes do Estado e da localidade de São Sebastião, será necessário apresentar ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural informações e análise jurídica sobre a legalidade das atividades minerárias desempenhadas na região, mediante Tombamento conforme Recomendação do Ministério Público. O Conselheiro Sandro Heleno Lage Silva perguntou à Presidente se o processo de tombamento seria uma ação dos conselheiros ou se partiria da Secretaria Municipal do Patrimônio Histórico, a presidente informou que o parecer seria uma ação em conjunto com o Conselho, devido à secretaria não apresentar em seu organograma pessoas técnicas para fazer os estudos e elaboração da Secretaria de Cultura. A conselheira Flávia Mariza Magalhães Costa sugeriu que se crie uma comissão técnica com os membros do conselho para os estudos e análises da Recomendação do Ministério Público, que foi aprovada por unanimidade. A senhora presidente

repassou a informação da Assessora Jurídica da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Espinhaço, Dra Hilda Cintra, que no Distrito de Santo Antônio do Norte (Tapera) houve uma consulta pública para que fosse realizado o tombamento e sugeriu que o mesmo procedimento se repetisse nas duas localidades, visando o processo democrático e levando em consideração os princípios da isonomia e da analogia que possibilita a Administração Pública atue em conformidade com os demais conselhos que tem acatado à Recomendação do Ministério Público em levar a informação e participar a comunidade de todos os procedimentos que elas estejam envolvidas. (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2015)

O documento é rubricado por onze indivíduos presentes nesta reunião, sem mais informações. Trata-se de uma folha solta de uma ata incompleta.

Na listagem dos bens culturais tombados e inventariados de 2018 há atualmente uma lista de 14 bens tombados na categoria de *Conjuntos Paisagísticos e Sítios Naturais*, a saber: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Colégio São Francisco (Bairro Ginásio); Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário do Bom Jesus (colina do Santuário do Bom Jesus); Serra da Ferrugem (periferia oeste da cidade); Salão de Pedras (Encosta do Campo Grande); Colina da Paz (Encosta Do Campo Grande); Sumidouro (estrada para Morro do Pilar, km 13); Cachoeira das Três Barras (estrada para Três Barras, km 15); Piraquara (estrada para Ouro Fino, km 12); Córrego Cuiabá (periferia sul da cidade); Córrego do Padre Elói (Encosta do Campo Grande); Córrego do Baú (Encosta do Campo Grande); Cachoeira Rabo de Cavalo (Serra do Intendente, região do Peixe Tolo); Cachoeira do Ribeirão (povoado do Tabuleiro); Cachoeira de Mumbuca (estrada da Torre, km 5); Curral de Pedras (estrada para Tapera e Itapanhoacanga); Cachoeira e Canyon do Peixe Tolo (Serra do Intendente).

Figura 19 - Cachoeira Rabo de Cavalo



Fonte: Foto da autora, 2015.

Como podemos observar pela análise da lista dos bens tombados e inventariados de 2018, há poucos bens imateriais que foram registrados até esta data, há apenas bens inventariados, que contam 17, e 6 bens imateriais registrados.

Quadro 1 - Bens inventariados e tombados em Conceição do Mato Dentro

Bens Tombados			
Bens imóveis	Bens móveis e integrados	Conjunto urbano ou paisagístico	Bens Imateriais
21	142	14	0

Bens Inventariados				
Bens imóveis	Bens móveis e integrados	Conjunto urbano ou paisagístico	Bens Imateriais	Núcleo Histórico
125	209	15	17	3

Bens imateriais registrados
6

CONJUNTO URBANO OU PAISAGISTICO	Inventariado	Tombado
Serra da Ferrugem Área Rural, à Oeste do Distrito Sede	2003	Sim
Salão de Pedras Área Rural, Encosta Campo Grande	2003	Sim
Colina da Paz Área Rural, Encosta Campo Grande	2003	Sim
Sumidouro, Estrada para Morro do Pilar, km 13	2003	Sim
Cachoeira das Três Barras, Estrada para Três Barras km 15	2003	Sim
Piraquara, Estrada para Ouro Fino, km 12	2003	Sim
Córrego Cuiabá, Área Rural, à Sul do Distrito Sede	2003	Sim
Córrego Padre Elói Área Rural, Encosta Campo Grande	2003	Sim
Córrego do Baú Área Rural, Encosta Campo Grande	2003	Sim

Cachoeira Rabo de Cavallo, Povoado de Tabuleiro	2003	Sim
Cachoeira do Ribeirão, Povoado de Tabuleiro	2003	Sim
Cachoeira de Mumbuca, Estada da Torre, km 5	2003	Sim
Curral de Pedras, Estrada Tapera/ Itapanhoacanga	2003	Sim
Cachoeira e Cãnion do Peixe Tolo, Serra do Intendente	2003	Sim
Cachoeira do Córrego Congonhas, Povoado de Tabuleiro	2006	Não

Os dois quadros seguintes informam os bens imateriais inventariados no município de Conceição do Mato Dentro:

Quadro 2 - Bens imateriais inventariados em Conceição do Mato Dentro

PATRIMÔNIO IMATERIAL	
DENOMINAÇÃO	ANO DE INVENTÁRIO :: ATUALIZAÇÃO
Festa do Jubileu do Bom Jesus do Matozinhos	2007
Festa de São Sebastião	2007
Festa do Rosário	2007
Arte Sacra em Gesso (Said)	2010
Esculturas e Pinturas (Grilo)	2010
Doces Caseiros (Tatiana)	2010
Artesanato em Couro (Majó)	2010
Bordados (Terezinha)	2010
Pão Doce (Padaria Santo Antônio)	2010
Pastel de Angu (Dona Elídia)	2010

Quadro 3 - Festas religiosas inventariadas em Conceição do Mato Dentro

PATRIMÔNIO IMATERIAL	
DENOMINAÇÃO	ANO DE INVENTÁRIO :: ATUALIZAÇÃO
Festa do Rosário :: Distrito de Santo Antônio do Norte	2006
Festa Semana Santa Norte :: Distrito de Santo Antônio do Norte	2006
Festa de Santo Antônio :: Distrito de Santo Antônio do Norte	2006
Folia de Reis :: Distrito de Santo Antônio do Norte	2006
Semana Santa :: Distrito de Santo Antônio do Norte	2006
Festa do Divino: : Povoado de Cubas	2008
Festa do Divino: : Povoado de Brejaúba	2008

Os quadros seguintes, por sua vez, indicam os bens imateriais registrados no município de Conceição do Mato Dentro:

Quadro 4 - Práticas populares registradas em Conceição do Mato Dentro

PATRIMÔNIO IMATERIAL REGISTRADO		
DENOMINAÇÃO	NÍVEL DE PROTEÇÃO	ANO DE REGISTRO
Pastorinhas (Distrito de Santo Antônio do Norte)	Municipal	2018
PATRIMÔNIO IMATERIAL REGISTRADO		
DENOMINAÇÃO	NÍVEL DE PROTEÇÃO	ANO DE REGISTRO
Modo artesanal de fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro; Serra da Canastra; e Salitre/Alto Paranaíba	Federal	---
Jongo do Sudeste	Federal	---
Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira	Federal	---
Modo de Fazer o Queijo Artesanal da Região do Serro	Estadual	---
Festa de Nossa Senhora do Rosário	Municipal	2018

Ao fim e ao cabo, as atas do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro revelam que pequena atenção é dada, no órgão colegiado, a tudo aquilo que não é facilmente encaixado no paradigma da “cal e pedra”, que não se refira a elementos materiais seja de paisagens, seja do patrimônio artístico e histórico. Nem mesmo a Marujada foi objeto de consideração pelos conselheiros, quanto mais recebeu alguma proposta de proteção e/ou fomento. Os cruzeiros e as “rezas” que neles ocorrem, então, passaram completamente em branco. Parecem invisíveis ao Conselho, a despeito de que cada um deles tem seu dia específico de reza e todos sabem qual é este dia, reunindo muitas pessoas para orar e, depois, festejar. Eventos que se realizam mesmos nos cruzeiros mais distantes, ao redor dos quais já não existem habitações.

Também se nota, na prática do Conselho, uma inclinação indisfarçável no sentido de supervalorizar os pontos de vista e as recomendações que emanam de “técnicos” – empresas de consultoria ou fundações culturais. E pouca disposição e capacidade para ouvir as vozes das comunidades, ainda que se fale sempre das recomendações sobre consultas públicas. O acesso às informações pelas comunidades não é fluído. Além de sensibilidade reduzida para reconhecer a importância de avaliar adequadamente, da maneira mais ampla e democrática possível, os efeitos das decisões do próprio Conselho (especialmente nos casos de tombamentos de paisagens e sítios naturais) sobre as comunidades e indivíduos que vivem nas áreas alvo das medidas protetivas.

Esta visão do patrimônio marcadamente objetivante, tecnocrática, fria e distanciada das percepções dos moradores, positivista mesma, e das paisagens numa perspectiva que as reduz a simples sucessões de distintos padrões de cultura material – muito próxima às concepções de Carl Sauer e, antes dele, de Paul Vidal de La Blache – tem alimentado tensões e conflitos com as comunidades que são alvos das ações patrimoniais institucionais em Conceição do Mato Dentro. Mas isto é assunto do próximo capítulo, que elege o distrito de Tabuleiro do Mato Dentro como estudo de caso.

CAPÍTULO 3

As percepções dos moradores de Tabuleiro e os embates com as políticas públicas locais

Neste capítulo, pretende-se discutir as reações dos moradores do distrito do Tabuleiro do Mato Dentro diante das políticas municipais e estaduais de preservação ambiental e do patrimônio cultural. Começa-se pela recapitulação sumária dessas políticas, assentada na análise das falas de autoridades que atuam no referido espaço.

A Diretora do Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Urbana (SMMAGU) da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, Júnia Graciele da Silva, admite que há “distância entre a comunidade e o Parque Natural Municipal do Tabuleiro” (PNMT), que a população local não se vê associada à unidade de conservação, que ela lhe pertença, fato que dificulta a aceitação de ações da Prefeitura no distrito e a formação de parcerias. Para contornar esse problema, ela aposta na arquitetura do conselho gestor do parque, “que é composto por 50% de pessoas da comunidade (Associação, comércio e líderes locais). As reuniões são abertas a qualquer participante e são divulgadas previamente na comunidade”. Outra aposta é no programa de educação ambiental que ocorria na escola do distrito, e que será retomado após a pandemia.

Júnia Graciele da Silva pensa que é inevitável que existam tensões e conflitos entre unidades de conservação e as populações dos entornos. A história do Brasil demonstraria isso sobejamente, principalmente no caso das unidades de proteção integral. Ela naturaliza a trajetória das políticas ambientais – não haveria alternativa senão enfrentar as comunidades quando se quer preservar áreas de grande valor ecológico/paisagístico. Ela parece crer num *trade-off* entre preservação de ecossistemas e de usos tradicionais dos territórios. No caso específico dos conflitos entre os moradores e o PNMT, por causa das restrições e proibições impostas aos usos tradicionais da área, a diretora pensa que a solução definitiva está a caminho, pois a SMMAGU iniciou o processo de desapropriações dentro da Unidade de Conservação.

Há ênfase da diretora no direcionamento da gestão do PNMT com vistas a impulsionar o crescimento econômico, tendo no turismo ecológico a estratégia privilegiada. Dessa forma, são ativos/atrativos destacados as “belezas cênicas, espécies de fauna e flora endêmicas, produções artesanais de farinha de mandioca, rapadura, doces, queijos, cachaças, artefatos em couro para equinos, artefatos em bambu como balaios e forros, festas religiosas e causos populares contados pelos moradores mais antigos”. Entre as ações promovidas por sua pasta

no distrito, a diretora destacou “instalação de lixeiras, melhoria de estradas, iluminação do campo de futebol, instalação de academia de ginástica ao ar livre e do centro de atendimento ao turista com acesso a Internet para a comunidade”. Conforme a diretora, “através do Parque, todas as ruas e localidades inseridas no distrito foram identificadas e sinalizadas com placas rústicas, produzidas e instaladas pelos guarda-parques”.

É evidente, nessas iniciativas, a preocupação com a infraestrutura demandada pelos negócios turísticos. Afinal, conforme a Júnia Graciele da Silva, “de forma geral não só a SMMAGU, como todo o corpo técnico da Prefeitura, atua sistematicamente na comunidade a fim de promover melhorias e atrair mais visitantes, conseqüentemente fomentar o turismo na região”.

Para a Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Conceição do Mato Dentro, Silvana Lúcia de Souza Lages, o Poder Público Municipal acertou inteiramente ao declarar monumentos históricos os cânions, cachoeiras e platôs da área da Serra do Intendente, através da Lei Municipal n. 1.614/2000, especialmente no seu artigo primeiro. Conforme a secretária, as principais demandas das comunidades do Tabuleiro “são relacionadas a preservação dos saberes e fazeres tradicionais locais e a preservação do patrimônio material (edificações)”. Como sua colega do Departamento de Meio Ambiente, Silvana Lages também naturaliza os conflitos entre os moradores e os parques naturais. Suas palavras a respeito são inequívocas:

Tenho conhecimento de que em diversas localidades brasileiras, que têm áreas protegidas, existem conflitos entre as comunidades e a questão de preservação ambiental. Os modos de viver tradicionais muitas vezes são “compreendidos” como prejudiciais/degradativos ao meio ambiente. Por exemplo, a questão do uso de madeiras de lei pela população de forma inadequada como lenha, na construção de casas e afins. O que se busca hoje é o equilíbrio entre a natureza e o desenvolvimento sustentável. (LAGES, 2020)

No caso do Tabuleiro, segundo a secretária, o Poder Municipal se ocupará prioritariamente com “a salvaguarda do conjunto urbano da sede distrital e seu entorno”, de modo a “valorar seus aspectos cênicos, arqueológicos e ambientais”. Mais uma vez, a fala da secretária reitera a influência do paradigma “pedra e cal” e da visão estritamente fisiográfica das paisagens. E informa que, no ano de 2019, foi realizado “um estudo de toda a região do Tabuleiro para subsidiar o Processo de Tombamento Provisório do distrito. Assim, garantir que esta localidade configurada como patrimônio cultural e natural tenha estabelecida sua integridade física e simbólica”. A secretária Silvana Lages (2020) acrescentou: “Nossa

intenção é fazer com que o distrito de Tabuleiro seja salvaguardado de processos lesivos que possam degradar, ou até mesmo destruir sua história”. A questão é: como se faz isso? Colocando o distrito dentro de uma redoma? Ou obrigando-o a uma espécie de congelamento?

Na opinião da secretária, o maior problema da relação entre a Prefeitura e o povo do Tabuleiro está:

relacionado à participação comunitária nas reuniões. Precisamos que a comunidade se empodere e participe mais efetivamente dos assuntos relacionados ao Tabuleiro, uma vez que eles são os maiores interessados em garantir a preservação e valorização local. O distrito do Tabuleiro vem sofrendo pressões devido à especulação imobiliária e, conseqüentemente, apropriação cultural externa. (LAGES, 2020)

Estranhamente, na fala da secretária há uma imputação aos “estrangeiros” e seus interesses exóticos de culpa pelas dificuldades que o distrito enfrenta, talvez uma apropriação distorcida da ideia de “anomia social” em função de rápidas mudanças. E o passo lógico, conforme a secretária, é o povo do lugar se deixar guiar pela Prefeitura na busca da reapropriação de seu território. Discurso que, além de infantilizar as gentes das comunidades, é claramente conflitante com a prioridade estratégica atribuída ao turismo como fator de desenvolvimento municipal.

Marcos Alexandre dos Santos, Analista Ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), atual Gestor Parque Estadual Serra do Intendente (PESI), começou seu depoimento esclarecendo os meandros da criação do PESI. Seu relato foi o seguinte:

A primeira iniciativa para institucionalização da área ocorreu no ano de 1998, com a criação do Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo (atual Parque Natural Municipal do Tabuleiro). Esta Unidade de Conservação, com área de aproximadamente 1150 hectares, foi criada para proteger todos os mananciais de água que vertem para a cachoeira do Tabuleiro, ou seja, toda microbacia hidrográfica do Ribeirão do Campo. Porém, fora da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Campo, na vertente leste do Espinhaço, muitos outros atrativos e áreas com atributos significativos para a conservação não estavam protegidos. Diante deste fato, foi criada, em 1999, a Área de Proteção Ambiental Municipal Serra do Intendente, com área de 13.500 hectares, incluindo o Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo. No ano de 2007, motivados pela manifestação da sociedade e diante de um abaixo-assinado de quase 2000 assinaturas, a área da APA municipal foi transformada no Parque Estadual Serra do Intendente, que continuou sobrepondo-se ao atual Parque Natural Municipal do Tabuleiro. Em 2018, foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro e o IEF, delegando a gestão da área sobreposta ao município, sendo que o IEF ficou responsável pela gestão da área não sobreposta, ou seja, quase 2000 hectares. (SANTOS, 2020)

O gestor do PESI elencou as principais diretrizes de sua atuação no Tabuleiro. A primeira delas, “em relação a área do parque, a grande preocupação, em acordo com o

objetivo de criação da unidade de conservação, é a manutenção da biodiversidade e paisagens”. A segunda é a de melhorar as relações com a comunidade. Nas palavras do gestor:

Sempre tentamos manter o diálogo com os moradores que residem no interior da unidade de conservação, a maioria deles recebe turistas em casa. Há aproximadamente 5 anos atrás, através da iniciativa da ONG Cáritas, foram feitas obras de instalação de biodigestores e construção de banheiros masculino e feminino nos campings destas propriedades, objetivando a diminuição do impacto nos afluentes e o fornecimento de serviços de maior qualidade aos visitantes. Como consequência, os proprietários tiveram maior expectativa de renda com o turismo. (SANTOS, 2020)

A fala do analista ambiental Marcos Alexandre dos Santos escancara a relação umbilical entre parque e turismo, e até certo privilegiamento, em termos de atenção e investimento, daqueles proprietários que se envolveram com a cadeia dos negócios turísticos.

Uma terceira diretriz do Parque é acelerar a assinatura dos Termos de Compromisso os proprietários e posseiros que estão dentro dos seus limites e a direção da UC, de modo a controlar e regularizar as atividades que lá exerciam antes da criação do PESI. Paliativo enquanto não chega a hora da solução definitiva: a desapropriação seguida de indenização.

Outra diretriz da direção do PESI é “a manutenção dos costumes locais, algo particular dos moradores tradicionais, e a manutenção das características urbanas da comunidade. Porém temos ciência que tanto a modificação radical dos costumes locais e das características da vila é inevitável, pois foge a gestão do parque”. O próprio gestor do parque explicou-se, acrescentando:

Tem novos moradores chegando a todo tempo. Esta preocupação se estende a outras regiões do parque, tais como na comunidade da Parauninha, Candeias, Baú, Extrema e Cubas. Achamos importante também manter o direito dos moradores do Tabuleiro que utilizam economicamente a área do interior do parque, manter as atividades que já faziam no interior do parque. (SANTOS, 2020)

Nesta altura de seu depoimento, Marcos Alexandre dos Santos ecoou a opinião da secretária de Cultura e Patrimônio Histórico de Conceição do Mato Dentro, mencionando que “também vê como grande problema a “erosão cultural” proporcionada pela mudança do perfil de moradores da região”. A conclusão se impõe: as paisagens, as plantas e os bichos, bem como os “caipiras” do Tabuleiro precisam ser colocados a salvo do contato danoso, dissolvente, poluidor da sociedade envolvente, urbano-industrial, capitalista. Por isso, o turismo precisaria ser submetido a controles claros e estritos, emanados do previdente Poder Público.

Segundo o gestor do PESI, os conflitos da unidade de conservação com os moradores do Tabuleiro estão “relacionados à conversão de novas áreas de uso alternativo do solo (pastagens e culturas agrícolas), construção de novas edificações que não existiam no momento da criação dos parques, caça e retirada de lenha pela comunidade do entorno”. Mas o mais grave é, na opinião de Marcos Alexandre dos Santos, a regularização fundiária do parque, com a desapropriação/indenização das áreas de propriedades/posses. A solução desses conflitos, segundo lhe parece, dependeria de contornar “a morosidade nos processos de regularização fundiária, que é comum nas unidades de conservação tanto no âmbito estadual e como no federal”.

Perguntado sobre as ações que o IEF julga mais urgente realizar no Tabuleiro, o gestor do PESI respondeu: O IEF tem como principais atributos a proteção da unidade de conservação e manter, na medida do possível, bom relacionamento com a comunidade do entorno. Como a região tem grande potencial turístico, o principal projeto do Parque Estadual Serra do Intendente é a “Rota das 10 Cachoeiras”, caminho que contorna parte dos limites da unidade de conservação, por meio do qual pretendemos consolidar uma série de parcerias com a comunidade do entorno e fomentar o Turismo de Base Comunitária.

Em suma, é forçoso reconhecer que a atuação das autoridades com responsabilidade ambiental e patrimonial no distrito do Tabuleiro é caracterizada pela ênfase na preservação da natureza e do conjunto urbano, bem como por atitude que minimiza a capacidade de compreensão, discussão e tomada de decisão da população local, vista como gente que precisa ser guiada e protegida de influências externas. Postura tecnocrática, pouco favorável ao diálogo de igual para igual entre governo e comunidade. Há também evidente opção pelo turismo como estratégia principal de promoção do desenvolvimento rural. Os conflitos entre as unidades de conservação e o povo são naturalizados, postulando-se que sua solução definitiva virá somente com a desapropriação/indenização dos proprietários/posseiros com terrenos dentro dos limites dos parques.

Sobre as disposições demonstradas pelas autoridades em relação ao Tabuleiro, vem bem a calhar as críticas que Wellington Santana escreveu mirando a força arbitrária da opção pelo turismo como meio de alcançar o desenvolvimento de comunidades rurais no Espinhaço:

Tratar o meio ambiente como algo estático é “preservá-lo” em prol da manutenção dos atrativos turísticos. Esta linha de raciocínio denota a exclusão das comunidades, sobretudo quando trata-se de “comunidades receptoras”. Pensá-las assim nos indica uma forma de minimizar as culturas não urbanas, transformando-as em apenas receptáculos de ações, e que não resistiriam a atividades turísticas. Desta forma

questionamos: tratar estas comunidades como receptoras não seria negligenciar sua incursão na história? Ou melhor, seria impedi-las de um movimento, onde ficassem presas nas tradições? E ainda, a cultura urbana é uma aniquiladora de culturas capaz de aculturar uma região como um todo? As comunidades necessitam do turismo para existir? Estudar a complexidade abarcada pelo contato entre culturas que nem sempre são iguais se faz um imperativo, pensando a cultura como algo não estático (SANTANA, 2018, p.52).

Este padrão de atuação das autoridades, calcado em visão essencialmente morfológica das paisagens e no paradigma da “pedra e cal”, está superado em termos teóricos e, do ponto de vista político, mostra-se determinado por viés autoritário. Por que não se escuta realmente o povo do lugar? Haveria outras formulações teóricas capazes de dar suporte a outro curso de intervenção governamental na vida comunitária, que respeite seu desenvolvimento cultural e suas percepções ambientais?

3.1 Para além da “pedra e cal”: a complexidade simbólica das paisagens

Como foi dito anteriormente, as paisagens – que hoje são alvo privilegiado da convergência de políticas públicas setoriais, especialmente as patrimoniais e as turísticas – constituem objetos centrais da reflexão geográfica. Durante muito tempo, elas foram pensadas muito mais em suas dimensões materiais, indicadoras das técnicas e das formas de apropriação da superfície terrestre pelas sociedades que a habitam. Predominava estreita visão fisiográfica das paisagens entre os geólogos, geógrafos e arquitetos, estes últimos tão importantes na burocracia dos órgãos patrimoniais nacionais, estaduais e municipais. Até mesmo, como mostrado anteriormente, na obra de Carl Sauer os conceitos, inclusive o de paisagem, eram essencialmente morfológicos. A materialidade afogava o simbolismo e a subjetividade, quando o assunto em debate eram as relações entre os homens e a natureza.

No entanto, desde a década de 1960 cada vez mais os geógrafos compreendem que as paisagens englobam dimensões simbólicas e cargas afetivas variadas, fluidas e decisivas. Como os espaços e os territórios, as paisagens também implicam representações, conformam imaginários, suscitam processos de identificação e pertencimento. O conceito de paisagem crescentemente adquiriu concepção representacional e simbólica. Maior relevância ganhou o papel da memória, da imaginação e da linguagem no modo como indivíduos e sociedades representam o mundo que os cerca, de acordo com suas próprias experiências e desenvolvimento cultural.

Estas imbricações de paisagens, representações, afetos e imaginação estão na base da própria experiência humana no mundo, no âmago de suas interações com o ambiente, de

modo que a Geografia não pode desconsiderá-las. Em 1990, Eric Dardel cunhou o conceito de *geograficidade* referindo-se a uma relação concreta que liga o homem a Terra, representada pelo amor ao solo natal ou pela irremediável vontade e conhecer o mundo:

Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o Homem à Terra, uma 'geograficidade' (géographicité) do Homem como modo de sua existência e de seu destino (DARDEL, 2011, p. 1 *apud* DAVIN, 2016).

A geograficidade não se refere ao espaço como mero constructo, puramente material; ela se refere ao espaço geográfico que "tem um horizonte, um modelado, cor, densidade.... Ele é sólido, líquido ou aéreo, largo ou estreito: ele limita e ele resiste" (DARDEL, 1990, p. 2 *apud* HOLZER, 1997). Este espaço geográfico se relaciona com a paisagem, o ambiente e o território. Segundo Dardel (*apud* HOLZER, 1997):

geograficidade refere-se às várias maneiras pelas quais sentimos e conhecemos ambientes em todas as suas formas, e refere-se ao relacionamento com os espaços e as paisagens, construídas e naturais, que são as bases e recursos das habilidades do homem e para as quais há uma fixação existencial (HOLZER, 1997).

Segundo Holzer (1997), o termo "ambiente", em sua origem, tinha um sentido bem mais amplo e possuía uma relação dialética com a palavra "mundo" assim como com o termo "paisagem". A apropriação deste termo pelas ciências cartesianas e positivistas lhe impôs uma restrição: impediu-se que ele abarcasse ao mesmo tempo o sujeito e o objeto.

Nas palavras de Chatelein, é necessário apreender mais do que a flora, a fauna, as rochas e os relevos para compreender o ambiente ou a paisagem:

Meios e paisagens são formados desses objetos que todo mundo pode ver, que alguns estudam, e que todos utilizam de diversas maneiras: as árvores e as terras, as rochas e as colinas... Pensar os meios e as paisagens é empreender a reunificação ou colocar todas as atitudes que se pode adotar, em face destes objetos, para perceber, compreender, sentir e se exprimir. (CHATELIN, 1986, p. 1, *apud* HOLZER, 1997, p. 81)

Para Holzer (1997) o conceito de paisagem é capaz de abarcar o meio físico e o trabalho do homem modificando a natureza, não apenas como um expectador, mas sim com um sujeito, um agente:

A geografia tem um termo que me parece muito mais rico e apropriado para o seu campo de estudo. Esta palavra incorpora ao suporte físico os traços que o trabalho humano, que o homem como agente, e não como mero espectador, imprime aos sítios onde vive. Mais do que isso, ela denota o potencial que um determinado

suporte físico, a partir de suas características naturais, pode ter para o homem que se propõe a explorá-lo com as técnicas de que dispõe. Este é um dos conceitos essenciais da geografia: o conceito de "paisagem". (HOLZER, 1997, p. 81)

Fundamental na “virada cultural” da Geografia, e particularmente no estudo das paisagens da transição do Medievo para a Modernidade, é a obra do britânico Denis Cosgrove. Suas reflexões partiram do pressuposto de que:

(...) toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Esta apropriação simbólica do mundo produz estilos (*genres de vie*) distintos e paisagens distintas, que são histórica e geograficamente específicos. A tarefa da geografia cultural é apreender e compreender esta dimensão da interação humana com a natureza e seu papel na ordenação do espaço. (COSGROVE, 1988, p. 92)

Para Cosgrove, as paisagens têm história e são, simultaneamente, entes materiais e substratos culturais representacionais. Elas precisam ser interpretadas como documentos em camadas de sentidos. Os aspectos simbólicos das paisagens podem ser identificados na construção individual e coletiva e na herança histórica das sociedades. Em outros termos, a paisagem é um conjunto dinâmico de imagens culturais e representações cuja história transcorre no processo de reprodução da cultura. É imagem e símbolos. Paisagem e espaço constituem um palimpsesto ou texto com profundas camadas, no qual se leem justaposições e sobreposições de usos culturais distintos e diversos no tempo. E elas são suportes para diferentes narrativas continuamente produzidas no entrelaçamento do uso material da natureza e do cosmo da cultura.

Cosgrove (1988) mostrou, por exemplo, que a paisagem da América foi construída no processo de conquista e colonização predominantemente com os elementos do “modo de ver” europeu, sobrepondo-se às representações dos povos originários. A América como paisagem oscilava em significação entre as noções de “lugar selvagem”, “locus edênico” – presentes na cultura europeia desde a Antiguidade – e de “espaço vazio” repleto de possibilidades de geração mercantil de riqueza, de maneira que parecia oferecer a chance de realizar um ou outro ideal entre a multiplicidade de ideias, crenças e valores (sociais, políticos, religiosos e ambientais).

Ora, isto significa que a paisagem se mostra como uma imagem cultural, uma estrutura pictórica que representa, simboliza e estrutura a realidade. Esta imagem cultural é elaborada nas interações materiais e simbólicas da sociedade com o ambiente, e também modela a formação dos espaços. Cosgrove insiste, portanto, que paisagem é modo de ver; por conseguinte, tem sentido político que se expressa em ideologias visuais. Por isso, ele

desenvolveu noções como “paisagem da classe dominante”, “paisagens emergentes”, “paisagens residuais” e “paisagens excluídas”, cada uma delas dotadas de significados distintos e criados por distintos grupos sociais.

Yi Fu Tuan (1980), ao entender que a relação com o ambiente passa pelos cinco sentidos do nosso corpo, entende que a percepção dos valores e atitudes ambientais é extremamente variada: pode alterar-se de indivíduo para indivíduo, segundo as experiências que possui com o ambiente através de seu corpo físico. Os cinco sentidos operam captando sensações diversas de um indivíduo para outro. Através do sentido da visão podemos vislumbrar a imagem do mundo, perceber objetos e pessoas, tudo o que acontece no campo de visão. O sentido visual proporciona que o indivíduo apreenda o mundo com mais precisão e detalhamento. A experiência da visão é grandemente influenciada pela audição e pelos outros sentidos que tornam o mundo percebido mais complexo. A audição nos dá dimensão do espaço e orientação. O olfato é outro sentido que pode evocar lembranças vividas, experiências do passado carregadas emocionalmente. O tato nos dá informações sobre as superfícies e objetos que podemos descobrir até mesmo de olhos fechados, e o paladar oferece uma variedade de gostos; sentidos que atravessam o mero prazer momentâneo, configurando lembranças sobre gostos e sabores que remetem a fatos significativos da vida.

Para Tuan (1980), os valores em relação à paisagem são ditados pela percepção, atitude e visões de mundo. A percepção pode advir de sentidos e estímulos externos ou como uma atividade proposital, em que são registrados os fenômenos, evocando a memória, ou como uma coisa natural, advinda de operações da memória. Este ato de lembrar pode trazer emoções que nos acalentam ou que nos repulsam, dependendo das experiências vividas. Para Tuan (1980, p.4), muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. As atitudes referentes às paisagens são moldadas por uma postura cultural que se toma diante do mundo, formada, em última instância, pelas experiências e a visão de mundo dos indivíduos. Nas atitudes concernentes aos ambientes, portanto, os valores – entendidos como experiência conceitualizada, traduzidos em um sistema de crenças, ou seja, uma estrutura de crenças ditadas pela perspectiva interpessoal – ocupam posição central e determinante.

Ora, tudo isto significa que falar de paisagem requer abarcar aspectos subjetivos da relação do homem com o ambiente, uma vez que a paisagem é uma manifestação mais ampla e complexa que o lugar. A Geografia Cultural e a Geografia Humanista buscaram justamente entender o lugar não apenas como localização, mas como fenômeno experienciado por

homens que nele vivem, deixando de encarar apenas o espaço físico – a fisionomia – para abarcar o “espaço vivido”. Há uma carga imensa de subjetividade, compartilhada em maior ou menor grau pelos membros de uma comunidade situada em determinado espaço, indissociável das paisagens com as quais interagem. E essa subjetividade é parte integrante das paisagens, uma vez que modelam suas percepções e representações.

3.2 Natureza e comunidade: o que diz a memória coletiva no Tabuleiro?

Mas a subjetividade intrínseca à vivência *das e nas* paisagens pode ser de algum modo acessada pelos pesquisadores? Ela transparece nas falas dos habitantes dos lugares, nas suas memórias. Como também surgem nos diagramas que elaboram representando seu espaço de vida, como os conhecidos “mapas mentais”. Os mapas mentais fornecidos por três moradores do Tabuleiro – Rafael Perdigão, Caio Leão e Fernanda Barros – nos oferecem elementos significativos a respeito das suas representações relativas ao lugar e suas paisagens, como cada um deles enxerga a comunidade e seu ambiente. Eles trazem à tona tudo aquilo que é lembrado, imaginado e contemplado, material ou imaterial, real ou desejado, vivenciado ou projetado. Os três indivíduos que fizeram os mapas mentais são três “neorrurais” que vivem no Tabuleiro nos últimos 8 anos, para confecção destes desenhos, a única coisa que foi pedida a eles é que desenhassem a paisagem de Tabuleiro, o que eles consideram como a paisagem de Tabuleiro e desta simples prerrogativa saíram as visões muito interessantes que dizem da maneira como estes habitantes se relacionam com a natureza e o lugar.

Vejamos o primeiro deles, desenhado por Rafael Perdigão, homem de 35 anos de idade:

Figura 20 - Mapa mental do Tabuleiro, de Rafael Perdigão



O desenho de Rafael Perdigão nos mostra um lugar no meio das serras do Espinhaço, cercado por montanhas, atravessado por um rio que passa calmo, espalhando-se por vale aberto, sem pressa ou turbulências. Lugar solar – e solar é a vivacidade e a alegria – em que há casinhas simples, espalhadas nas fraldas dos morros, bem na beirada da serra. Lugar de pouso, portanto, para todos que se movem na imensidão da cordilheira. Há nesse lugar animais domésticos, companheiros dos moradores, e também bichos da natureza, como as aves que sobrevoam a serra, contrastando com as nuvens no céu. Podemos perceber que, para Rafael Perdigão, o que é preponderante é a relação com a natureza, expressa pela vida ao ar livre, pelos passeios nas redondezas do distrito. Há simplicidade e harmonia, tempo lento que convida à fruição das coisas e das interações, como o passeio da pessoa com seu cachorro. O cachorro que está com Rafael Perdigão é preto, e é chamado Nelson: ele traduz a afetividade que o local possui em sua alma.

Rafael Perdigão optou por um desenho minimalista, com apenas alguns elementos, porém, estes poucos elementos traduzem seu sentimento em relação à paisagem, o que a paisagem de Tabuleiro é para ele: um lugar bucólico, familiar, de andanças e caminhadas, que ele faz junto com seu cachorro Nelson. Espaço desimpedido, na terra ou na água, onde não há cercamentos legítimos. Tal representação faz todo sentido quando se sabe que Rafael Perdigão trabalha como guia turístico, de caminhadas do tipo trekking em montanha.

Mais que um detalhe na composição do mapa mental, a presença do cachorro na paisagem é muito significativa, expressando um modo de vida idealizado, de simbiose com a natureza e o espaço, cuja realização, no entanto, enfrenta dificuldade ponderável. O passeio com o cachorro em liberdade pelo território do distrito sinaliza verdadeiramente um conflito que há entre a comunidade e os parques que a circundam. O trânsito desembaraçado do cachorro Nelson contraria a visão institucional dos Parques PNMT e PESI, tendo em vista que é proibido levar animais domésticos para as suas trilhas. Algo absolutamente oposto às práticas tradicionais dos moradores, que fere seus costumes e talvez até empobreça seu modo de viver o cotidiano, nos deslocamentos a trabalho ou nos passeios durante as horas de folga. Que família caipira não possui cachorro? E que cachorro não segue seu dono? O que vale, aliás, também para os neorrurais, caso de Rafael.

O segundo mapa mental é de autoria do menino Caio Leão, de 11 anos de idade, que mora no Tabuleiro desde seus quatro anos de idade junto com sua mãe, Fernanda Barros. No desenho de Caio Leão destacam-se a serra, o cruzeiro no centro, a sua casa do lado esquerdo, uma árvore carregada de frutas, a cachoeira do lado direito e uma estrada comprida que parece levar para fora do desenho, para a cidade de Conceição e para o mundo. Nela, há uma placa com os dizeres “Cach. Tabu”, indicando a direção para a cachoeira do Tabuleiro. Sinal turístico integrado à paisagem, elemento constituinte do “microcosmo” do menino, tão simples, bucólico colorido como o de Rafael Perdigão.

Caio Leão desenhou duas pessoas, uma perto da casa e outra que aparentemente está regando a árvore, talvez uma macieira, com dois frutos. Há, no Tabuleiro, histórias da existência pretérita de macieiras que, contudo, não vingaram. Talvez Caio quisesse referir-se à história da macieira ou talvez ele quisesse dizer que no Tabuleiro tem árvores frutíferas e que as pessoas cuidam delas, como a que aparece no seu desenho regando a árvore. Podemos perceber ainda que o cruzeiro é um lugar marcante para o menino Caio, que o situou no alto e no meio do desenho, próximo aos céus e ao alimento – o pé de fruta. Provavelmente é um ponto de passagem recorrente para ele; não se pode descartar, todavia, que represente a presença constante da religiosidade no seu cotidiano. A cachoeira é outro elemento vigoroso no mapa mental do menino, ocupando espaço considerável no desenho, o que sem dúvida denota a importância que ela adquiriu para os moradores do lugar. A nova – turística –, e a velha – de lazer comunitário. A Cachoeira do Tabuleiro aparece como um “casulo” natural, pintado em azul e verde, acolhedor e tranquilo. Qual casulo de borboleta preso na serra.

Figura 21 - Mapa mental do Tabuleiro, de Caio Leão



Estrada, cruzeiro, casa, placas de sinalização, tudo conflui no sentido de afirmar que o microcosmo do menino é habitado, é lugar de gente, como também de natureza. O distrito é pacato e rústico, mas não é, para Caio Leão, extensão de “natureza selvagem”, *wilderness*, tal como na visão dos Parques PNMT e PESI, que enxergam praticamente uma coisa só: uma área de proteção integral que pressupõe paisagem sem humanos.

Tanto no desenho de Rafael Perdigão como no de Caio Leão há claríssima representação das relações lúdico-sensoriais dos moradores do Tabuleiro com seu ambiente. Isto também marca as lembranças de infância de Gisele, moradora do distrito, recordações ainda vivíssimas da meninada a brincar nas águas, fazendo tremenda algazarra, conforme se vê no trecho a seguir de seu depoimento:

Aqui no fundo tinha um rio (...), quando eu era criança o rio aqui você escutava durante o verão todo, todo mundo gritando, que o rio vivia lotado de gente, pessoal saía de casa pra ir no rio, sabe? Hoje não, principalmente o pessoal que mora aqui, e o rio aqui também tem uma cana que nasce na beirada do rio, cana brava, ela tá tapando a maioria do rio, que antigamente a gente lavava roupa ali né, aí eu não sei o que que tá acontecendo mas tá, a cana brava tá tapando o rio todo, aqui mesmo onde a gente nadava quando era criança já não tem quase lugar de nadar mais, mudou muito, até o rio tem mudado muito. (RODRIGUES, 2020)

Como não pensar aqui à maneira de Tuan (1980), que entende que os sentidos sensoriais das pessoas são determinantes na concepção dos lugares de memória? Rio de nadar.

Rio de lavar roupa. Rio de pescar. Natureza generosa e livremente apropriada pelos moradores. Assim a gente do Tabuleiro concebe, afetiva e simbolicamente, suas relações com o ambiente.

O terceiro mapa mental é de Fernanda Barros, mulher de 35 anos de idade, mãe de Caio. Desenho elaborado, repleto de detalhes, apresenta o Tabuleiro como localidade tipicamente rural e agrária, também imersa em cores e luminosidade. O traço ingênuo retrata espaço pacato, de proximidade entre natureza e comunidade, natureza ajardinada, ou melhor, afazendada. Nele se movem pessoas em afazeres domésticos e na lida rural, especialmente de criação de gado; e crianças entretidas em brincadeiras. Há plantações e hortas em quintais. Há pesqueiro diante de casa que parece indicar uma pousada, certamente representando a presença recente do turismo no distrito. E, no canto superior esquerdo, vemos a cachoeira do Tabuleiro. O desenho de Fernanda Barros representa, portanto, uma comunidade em situação de transição, ainda muito vinculada ao seu passado agrário-camponês, mas já se tornando destino turístico bem frequentado, que explora seu ambiente e suas paisagens como atrativos singulares.

Figura 22 - Mapa mental do Tabuleiro, de Fernanda Barros



A ênfase do olhar de Fernanda Barros na ruralidade, mais especificamente, no envolvimento dos moradores do Tabuleiro com atividades agropecuárias não é fato isolado.

Ao contrário, muitos moradores mais idosos do distrito também possuem memórias e identidades fortemente vinculadas à agricultura. Consideraram-se essencialmente lavradores, como se vê no depoimento do sr. Zé Dolinta, transcrito abaixo:

A única coisa que marca a memória da gente até hoje é mesmo a agricultura porque a gente vive da agricultura, a gente sonha com a agricultura até hoje. Então a gente tem os companheiros da gente, tem algum que a gente troca ideia, a saudade nossa era essa e agora não tem condições mais também. Mas o que marca nós é a agricultura que toda vida nós fomos criados na agricultura... (DOLINTA, 2020)

Na mesma direção vai o testemunho de dona Palmira, valorizando sua vida de trabalho como pequena agricultora:

A minha vida é vida trabalhadora, foi sofrida desde nova, pelejando com a vida, hoje graças a deus que eu já tô mais manera que eu já tenho minha família que me ajuda, mas no mais aí a gente faz tudo que puder fazer, tem a fábrica de farinha de mandioca, tem de rapadura, tem um moinho que faz fubá que eu despacho aí também, tem fábrica de pinga, a gente cuida das criação da gente aí, no mais graças a deus tudo bem...(COSTA, 2020a)

Por isso mesmo, resulta mais fácil entender o sucesso relativamente rápido alcançado por uma iniciativa que se tornou uma espécie de centro de gravidade da vida local nos últimos anos: a feirinha do Tabuleiro. Sobre ela, vale conhecer o depoimento de um dos envolvidos, o músico Marco Antônio Bruck. Ele conta que ajudou a escrever o projeto da feirinha junto com o “nativo” Lucas e a “neorrural” Fernanda:

Então, a Feirinha do Tabuleiro é uma ideia que partiu da Fernanda e do Lucas do Tabuleiro, da Cici, E aí eu tive uma participação mesmo pra ajudar a escrever o projeto na estruturação da feirinha. Na época a Cáritas tava administrando uma multa que a Anglo American teve que pagar e essa multa foi convertida em vários projetos de 25 mil reais no município inteiro, e aí a gente foi aprovado e tal e conseguiu-se a independência da feirinha. Que ela até então funcionava com barracas emprestadas. Hoje em dia a Feirinha tem as suas próprias barracas, tem a tenda, tem equipamento de som, mesa, cadeira e a Feirinha estava acontecendo regularmente e agora mais nos feriados e tal, a gente tá tendo um pouco de dificuldade de lugar pra guardar as coisas da Feirinha, mas é isso. A Feirinha tem uma aceitação muito boa do público, todo mundo gosta muito quando tem a Feirinha. Quando tem evento no Tabuleiro o pessoal da Feirinha participa. Se eu não me engano, a Feirinha começou em 2015 [...]. Tem diversidade de artesanato, produtos locais tipo rapadura, queijo, bolo, comida, várias coisas, música ao vivo, apresentação teatral... (BRUCK, 2020)

Surpreendentemente, apenas o desenho do menino Caio Leão fez referência explícita à religião, com o cruzeiro na parte superior central do diagrama. Contudo, não há dúvida de que os moradores do Tabuleiro têm religiosidade marcante. As festas de santos são cruciais na sociabilidade local, como, aliás, ocorre em tantas outras comunidades rurais Brasil afora. A

religiosidade no mundo rural foi abordada, por exemplo, no clássico de Antônio Cândido (2001), *Os parceiros do Rio Bonito*, e como pudemos observar nesta pesquisa, o morador de Tabuleiro muito se assemelha ao caipira descrito por Cândido. Os depoimentos colhidos estão cheios de menções à religião e à religiosidade, de maneira que percebemos o lugar importante que as festas religiosas ocupam na memória do distrito de Tabuleiro. Para o Sr. Anísio, o que mais marca sua vida no Tabuleiro são justamente as festas de Nossa Senhora do Rosário:

Dianaluz: E alguma história marcou o senhor, a sua vida, a sua estadia aqui no Tabuleiro, que o senhor tá aqui desde criança? Alguma história que você lembra de Tabuleiro assim...

Anísio: História que me marcou aqui foi da Festa do Rosário, tem ela até hoje, eu lembro quando eu era menino, os primeiros dias que eu ia na festa, aí a tradição não acabou, é até hoje, porque é a mesma festa, né? Todo ano tem, Nossa Senhora do Rosário, eu era menino, eu lembro que nós vinha na festa, aí tinha comida, tinha doce, tinha muita coisa, até hoje é assim...(FERNANDES, 2020)

Dona Palmira é outra moradora do lugar que atribui bastante importância às festas religiosas na sucessão dos anos no distrito, embora reconheça, contrariada, certo esvaziamento delas recentemente:

Festas religiosas, sobre festa assim de igreja e tudo. Tenho uai, antes de um tempo pra trás o padre vinha aqui igual eu tô te contando, estrada de carro não tinha, padre pra vim aqui fazer uma festa aqui no Tabuleiro vinha a cavalo também, era o carro que existia era o cavalo, aí vinha a cavalo também, passava lá pelas Três Barras, chegava aqui pra festa de dia de sexta feira, era sábado domingo, ele ia embora na segunda-feira, agora hoje como já tem carro tem muitas coisas assim que já favorece, o padre vem aí, celebra uma missa aí, nem dormir ele não dorme, já é uma diferença né, ele já vem aí, celebra a missa, as vezes tem procissão, às vezes não tem, acompanha a procissão nada, festinha boa mais já é mais simples.(COSTA, 2020)

Ao ser perguntada sobre que memórias mais fundas leva do Tabuleiro, Dona Lia também respondeu que são as festas de santos, lembrando-se com grande alegria destes episódios:

Dianaluz: Qual a lembrança do Tabuleiro que você mais gostar de recordar, gostaria de contar pras pessoas também?

Dona Lia: As lembranças do Tabuleiro, a coisa mais boa que eu tenho lembrança é das festas que tinha em Tabuleiro, sabe? Muito boas as festas, todo final do ano tinha as festas do Rosário, mês de maio tinha as rezas todo dia sabe, a mãe da gente levava a gente, era muito bom, ótimo.(NASCIMENTO, 2020)

Mesmo os mais jovens moradores do Tabuleiro aceitam de bom grado haver ali atmosfera especial, onde se respira religiosidade, ou como preferem dizer, espiritualidade. É o caso de Cristiano, quando fala da doação que sua avó fizera para a Igreja:

Ah, antigamente o povo falava muito de assombração, mas o lugar era cem por cento escuro, um breu, então qualquer coisa assim no escuro você já tem um medozinho, né? Já fica com medo, eu mesmo morria de medo, mas hoje em dia até que a gente conversa... mas tem muita história, esse meiozinho aqui mesmo não tinha nada, a minha bisavó doou o terreno pra fazer a igreja e todas essas casas assim foi ela que doou pra fazer... era diferente, né? Mas hoje assim já deu uma evoluída, esse centrinho assim ... Maria Fernanda o nome dela, minha bisavó, eu não cheguei a conhecer ela, ela que doou esse terreno aqui da igreja até lá em cima, lá da tia Zélia ali, os bar aqui, a rua do Dinei ali... Um membro da família me falou que ela teve um motivo pra fazer isso, sabe, motivo espiritual. Eu acredito que o Tabuleiro é um lugar que além de tudo é espiritual, a vocação aqui é espiritual, por isso que a gente brinca que aqui muitas vezes as coisas não saem do jeito que as pessoas planejam, e é geral, não é? Tanto a gente daqui, muitas vezes a gente de fora que tá vindo também... então, aqui a gente brinca que a gente fica meio pianinho, eu não sei porque mas tem esse motivo, as coisas são mais densas, acho que tem alguma coisa que protege, entendeu? Você não anda de acordo com quem tá ali protegendo, com quem ou com o quê, aí eu acho que dá aquela travada, não é por maldade, é porque não é pra fazer. (SILVA, 2020)

Natureza provedora, livre movimentação pelo território, agropecuária, trabalho duro, cotidiano rústico – até mesmo difícil – e religiosidade: essa “nuvem” de ideias dá o tom das percepções e representações dos habitantes do Tabuleiro sobre o lugar, a comunidade e sua sociabilidade tradicional. As representações que permeiam os três mapas mentais anteriormente apresentados guardam grande afinidade com as imagens constituintes da canção de Marco Antônio Bruck e Gilvan Stork, intitulada *Minas Gerais*, criada na época de suas primeiras visitas ao distrito, no início da década de 90.

Vem comigo nesse trem/Que tem eira e tem beira/Nos seus Gerais/Trem bão dimais/Minas Gerais.../Lá na beira do rio/Serra do Cipó/O Candombe, o Rosário, /Quilombo maior/Esse mar de montanhas/E os catedrais/Trem bão dimais/Minas Gerais/Que que ocê tem hein?/Tem carro de boi/Tem cachoeira/Minas Gerais, trem bão dimais/Velhas canções, /Vilas, fazendas /Queijo cachaça e o /Fogão de lenha/Ouro Preto, Mariana /Diamantina, Tiradentes /JK e o Clube da Esquina /Como Broa de Fubá /Tomando um cafezinho /Estrada Real /Mestre Alejadinho/Jequitinhonha, Mantiqueira,/Tambor, Congado,/Espinhaço,/Gente Mineira/Da Lapinha ao Tabuleiro /Trem bão dimais.

Esta música nos oferece várias representações sobre a paisagem cultural de Tabuleiro. Um deles é sobre o passado rural, dominado pelas atividades e materialidade tradicionais das “roças” mineiras. Outro é a sociabilidade erigida em torno da religião e das festas. E um terceiro elemento é relação homem-natureza, a proximidade com as montanhas, os campos e os rios. Ao falar “da Lapinha ao Tabuleiro”, a canção faz referência ao trajeto da Lapinha para o Tabuleiro que tantas pessoas, ontem como hoje, cobrem a pé. No passado, tropeiros e roceiros transitavam pelas trilhas que cortavam o distrito do Tabuleiro rumo aos centros urbanos. No presente, os turistas caminham em busca de aventura, de contato com a natureza, mas usando praticamente os mesmos caminhos de antanho. Por vias indiretas e insuspeitadas,

os praticantes de trekking reforçam o valor do hábito ancestral de caminhar, recriam o ato corriqueiro da caminhada, tão banal quanto necessária.

Figura 23 - Transporte de mochilas em mulas como apoio na Travessia Lapinha-Tabuleiro



Fonte: Foto da autora, 2015.

Vale assinalar que, nos três mapas mentais analisados anteriormente, apenas o turismo dá as caras como parte dos processos recentes que vêm alterando as paisagens e a sociabilidade no distrito do Tabuleiro. No entanto, há que se dar o devido peso como fator de mudança local aos novos moradores que chegam ao distrito: pessoas vindas da cidade grande, de Belo Horizonte, para morar na roça. As motivações destes neorrurais são a busca de maior qualidade de vida com maior conexão com a natureza. Ao contrário de São Gonçalo do Rio das Pedras, distrito do Serro estudado por Yuri Augusto Russo Gonçalves Pinto (2019), Tabuleiro, apesar das histórias de óvnis, não atrai essas pessoas por um motivo místico (ainda que haja muitas histórias de óvnis), nem possui grupos de neorrurais tão organizados. Em São Gonçalo do Rio das Pedras, os neorrurais estão à frente de uma série de eventos e atividades que envolvem a comunidade. No Tabuleiro, podemos destacar o grupo “Raízes do Tabuleiro”, grupo de mulheres que lançou uma marca de cosméticos naturais produzidos por elas, que é uma iniciativa de neorrurais. Outra digna de nota é a capitaneada pelo músico Marco Antônio Bruck, entusiasta da comunidade: a de um bloco de carnaval, o “Bloco Quebra Tabu”, reunindo “nativos” e “neorrurais” em suas fileiras de músicos.

Figura 24 - Bloco Quebra Tabu no Tabuleiro na Festa do Rosário, 2019



Fonte: Foto de Thomaz Dayrell, no instagram do Bloco Quebra Tabu.

Em entrevista, o criador do Bloco nos fala de um novo tipo de cultura que está surgindo no Tabuleiro:

O Bloco Quebra Tabu foi uma ideia que a Prefeitura me procurou pra desenvolver um carnaval no Tabuleiro, aí eu coloquei como uma condição que eu só ia fazer o evento de carnaval com música se eu pudesse dar uma oficina de construção de instrumentos de percussão, alfaias, abês e tal, porque eu sabia que o evento ia passar e tendo essa possibilidade do bloco, alguma coisa ficaria. O evento passa, mas o bloco continua, e foi o que aconteceu. O bloco tá aqui a todo vapor, e foi isso, a participação de várias pessoas de várias localidades do Tabuleiro, pessoas do Quilombo, da Olaria, do Rio Preto, da parte central do Tabuleiro, eu do Salto, enfim, pessoas de todas as idades. O integrante mais novo tem onze, doze anos e o mais velho eu não arrisco dizer a idade não... Mas tem Dona Maria Cambeba, os padrinhos do Bloco que são o Bahiano, que é marujeiro, e a esposa dele, a Dona Antônia e tal. Agora, se tratando de participação na cultura local, eu acho que a gente teve uma oportunidade magnífica que foi participar da Festa de Nossa Senhora do Rosário aqui no Tabuleiro, que é uma festa tradicionalíssima, de suma importância no distrito e a convite da própria Rainha do Povo, que fez questão que o Bloco participasse. Foi maravilhoso, sensacional mesmo e acaba que o Bloco Quebra Tabu tá virando uma outra espécie de cultura né, não sei se se pode dizer cultura local porque a gente usa células de maracatu, de ciranda, de baião, de jazz, enfim, acaba que surge um novo tipo de cultura também representando o Tabuleiro, não sei se uma cultura local, mas representa o Tabuleiro através da cultura...(BRUCK, 2020)

Ainda a respeito das mudanças recentes que o distrito do Tabuleiro vem sofrendo, convém acrescentar mais um trecho do testemunho de Marco Antônio Bruck, que aponta para a dificuldade de avaliá-las de maneira esquemática – seriam simplesmente “positivas” ou “negativas”? –, sem atentar para as ambiguidades e nuances das transformações em curso:

Tabuleiro era uma igrejinha, uma venda, um bar, muita cachoeira bonita, muita gente legal, muita plantação em morro que é uma coisa meio peculiar de Tabuleiro, as plantações em declive... e pouca casa, pouca casinha, tinha uma vendazinha, tipo uma padariazinha do pessoal do Jerri, que era uma casinha linda, linda... antiga, tem ela lá até hoje.... Até então era assim. Nos dias de hoje o que eu vi de mudança mesmo é o crescimento populacional, o crescimento habitacional também, muita habitação construída que às vezes não tem ninguém morando, muitas casas, várias desocupadas e redução também nos rios, e também nos lugares que tinham muita sombra, na ponte lá da Praúna, ali era uma mata fechada, você podia passar ali no verão, meio dia, uma hora, parecia que tava anoitecendo.... Agora você passa lá é poeira demais... Eu vejo que essas mudanças também vieram trazer coisas boas, não estou falando que é ruim e tal.... Tem alguns pontos negativos, igual quanto mais população, mais esgoto, mais lixo, menos árvores, mas tem os lados positivos também... Eu vejo um pouco uma quebra das tradições locais por parte dos mais novos, que estão se interessando por outras coisas e deixando as tradições de lado, mas é isso, o tempo, né...(BRUCK, 2020)

Tomados em conjunto, os mapas mentais e os depoimentos apresentados permitem apreender elementos significativos que compõem as percepções e representações dos moradores do Tabuleiro – idosos e jovens, “nativos” e “neorrurais” – referentes ao ambiente local, à sociabilidade comunitária e as formas de apropriação da natureza. Perscrutando-os, pode-se esboçar um quadro sinóptico abarcando as tramas das relações sociais e das interações com a natureza:

Quadro 5 - Relações sociais e interações com a natureza, distrito de Tabuleiro

Tipo de Interação	Dimensões	Traços característicos
Relações sociais	Economia/Trabalho	Policultura/criação de gado Agricultura de semi-subsistência Trabalho familiar/empreitadas Trabalho manual e técnicas simples Comércio com Conceição do Mato Dentro
	Sociabilidade	Relativo isolamento (distância e carência de transportes modernos) Povoamento esparso Longas caminhadas Vida familiar e de vizinhança Distrito=núcleo escola-igreja Festas religiosas Rusticidade
Relações com a natureza	Espaços ocupados	Vales=habitação e lavoura Encostas dos morros=lavoura Campos=pastagem e circulação Montanhas=circulação
	Apropriação de recursos	Campos=pastagem e coleta de flores Matas=lugar de caça e coleta (lenha) Nascentes/córregos=dessedentação Rios= lugares de lazer e pesca

Fonte: Elaboração da autora.

As representações dos habitantes do Tabuleiro sobre o lugar, o ambiente e a comunidade, ainda que carreguem inegavelmente carga considerável de idealizações, fornecem pistas para se identificar as coisas (artefatos, paisagens, espaços, etc.), as relações e práticas sociais (vizinhança, família, festas, trabalho com a natureza, trocas de produtos, religião, etc.) que foram e ainda são importantes para a comunidade, capazes de lhe fornecer os ingredientes para construção dos laços locais e identidade que dão coesão à gente do distrito.

Entre estas representações, destaca-se a visão de que, historicamente, a relação com o ambiente é dupla: de exploração de seus recursos e de fruição lúdico-sensorial de seus recantos. Relação homem-natureza que é relação de dependência dos indivíduos – basicamente pequenos lavradores e trabalhadores rurais – para com ela. Relação que se assentava em modos mais ou menos amplos e desimpedidos de acesso aos recursos disponíveis nos corpos d’água, nas matas, nos campos e mesmo no alto das serras. A questão que se impõe é, por conseguinte, saber em que medida as políticas públicas de patrimonialização da natureza e do distrito de Tabuleiro do Mato Dentro levam em conta estas representações, consubstanciadas em atividades e práticas da comunidade e dos seus integrantes cujas origens recuam bastante no tempo. Especialmente no caso da criação e implantação dos Parques estadual (Serra do Intendente) e municipal (do Tabuleiro), há que se refletir sobre os seus efeitos na comunidade distrital.

Esta discussão é o foco da seção seguinte deste trabalho.

3.3 Os parques naturais, o turismo e os moradores do Tabuleiro

Os Parques Natural Municipal do Tabuleiro e Estadual Serra do Intendente, criados na virada dos anos 1990 para os anos 2000, impactaram a comunidade distrital significativamente, na medida em que alteraram forçosamente parte do repertório de atividades e práticas concernentes ao uso do ambiente. No ocidente, as ideias que permeiam a instituição de reservas ambientais vinculam-se historicamente ao preservacionismo importado dos Estados Unidos. Segundo Diegues (2008), a criação do primeiro parque nacional do mundo, o de Yellowstone, em meados do século XIX, foi fruto de ideais preservacionistas que se tornavam importantes nos Estados Unidos naquela época. Os escritores românticos do século XIX procuravam a “natureza selvagem”, bem como lugares em que se pudesse viver uma vida mais simples, na qual as “forças vitais” do homem pudessem se manifestar, sendo postas à prova. Por outro lado, diversas confissões religiosas cristãs valorizavam a “quietude” dos espaços, especialmente de bosques e áreas de montanhas ou pradarias, a frugalidade da vida ao ar livre e o contato direto com a terra como meios de viver a espiritualidade, de exercitar os ditames da religião e de elevar a consciência a Deus. O imaginário do “paraíso perdido” teve grande influência na criação de áreas naturais protegidas, consideradas como ilhas de “natureza intocada”.

Existiram duas correntes que propugnavam pela preservação do meio ambiente. Gifford Pinchot criou um movimento de conservação de recursos, apregoando o seu uso racional, sendo que suas ideias circularam num contexto de transformação da natureza em mercadoria. Já o Preservacionismo, influenciado por Henry David Thoreau, enxergava a natureza sob o imperativo de apreciação estética e espiritual da vida selvagem (wilderness). John Muir foi o teórico mais importante do preservacionismo. Dizia que o homem não é mais importante que os outros animais e, portanto, não poderia ter direitos superiores. Muir lutou pela implantação de parques nacionais, como o Parque Nacional Yosemite, em 1890, e foi fundador de uma das mais influentes organizações ambientalistas, o Sierra Club.

Para Diegues (2008), esses movimentos deram origem ao “mito da natureza intocada”, mito naturalista que diz respeito a uma representação simbólica segundo a qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes em um estado “puro”, isto é, anterior ao aparecimento do homem. Este mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. As áreas que se escolha preservar devem ser postas sob uma redoma, a presença humana excluída e a visitação, quando possível, rigorosamente restrita e controlada. Segundo Diegues (2008, p.71), “para o neomito o mundo natural tem vida própria”, existe sem a participação do homem, apregoando a proteção de uma natureza portadora de biodiversidade sobre a qual a ação humana é maléfica e devastadora. Nas áreas naturais protegidas, a pesquisa científica é permitida; porém, não a presença de seus habitantes originais, porque não reconhece a existência do etnoconhecimento (saberes e técnicas de manejo peculiares, formados em longa interação com o ambiente) nem de relação simbiótica entre as populações tradicionais e a natureza. Este “neomito” se contrapõe visceralmente ao mito bioantropomórfico, que interpreta a relação dos índios com o ambiente como uma simbiose entre homem e natureza, mito este que se estende às sociedades primitivas e tradicionais.

A criação dos parques e reservas ecológicas está ancorada no “neomito” da “natureza intocada”, o que representa um problema para as comunidades tradicionais que vivem nas áreas delimitadas como parques. Porque ele conduz quase sempre os grupos interessados na preservação ambiental e os técnicos governamentais a desconhecem as relações das comunidades com seus ambientes, ignorando que estas podem ser bastante “amigáveis” com a natureza. Por outro lado, particularmente na perspectiva da indústria turística e dos negócios imobiliários, viceja a concepção da natureza como um refúgio para o homem urbano-industrial, espaço adequado para desestressar em meio a belas paisagens, de

modo que as “áreas vazias”, mas repletas de amenidades (ar puro, água limpa, flora e fauna exuberantes, etc.) são muito valorizadas. As comunidades tradicionais nelas instaladas, que utilizam a natureza como meio de reprodução de sua existência, tendem a ser vistas como obstáculos para o pleno florescimento dos negócios desses setores.

No reverso da moeda, a criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais é vista por estas populações como uma usurpação de seu território e de seus direitos. As sociedades que vivem em simbiose com a natureza desenvolvem formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural, e também desenvolvem percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos (DIEGUES, 2008, p.84). De um lado, o Estado é representante dos interesses das sociedades urbano-industriais que querem o uso das áreas naturais para o turismo, e, de outro lado, as sociedades tradicionais defendem a posse e o uso dos seus territórios para reprodução de seu modo de vida.

No Brasil, particularmente na região da Serra do Espinhaço, declarada Reserva Mundial da Biosfera pela ONU, a proliferação de parques naturais acelerou ainda mais a exploração comercial dos espaços, alavancando nichos de mercado: turismo de aventura, ecoturismo, turismo esportivo, turismo rural. No que se refere ao turismo em áreas rurais, o Ministério do Turismo reconhece o pressuposto de que são os turistas, entendidos como uma maioria oriunda de grandes cidades, que devem ter seus desejos de consumo/lazer realizados:

A paisagem, a natureza, a cultura, o modo de vida das comunidades tradicionais, os processos produtivos, a proximidade e a hospitalidade são os principais fatores de atratividade do Turismo Rural. Neste sentido, é preciso identificar, na região e no âmbito das propriedades rurais, os atrativos capazes de materializar as expectativas e os desejos dos turistas. (BRASIL, 2010, p. 37).

Segundo Joseph Antonio Ivars Baidal (2000), existem fatores tradicionais que definem a percepção turística dos espaços rurais: predomínio do natural, de paisagens pouco transformadas, longe da artificialidade urbana; predomínio da atividade agrária; núcleos de população pequenos; isolamento por déficit de infraestrutura de comunicação e às vezes, condicionantes do meio, como a topografia; homogeneidade de hábitos sociais e mudanças sociais lentas ou inexistentes; persistência de manifestações culturais ancestrais. Segundo Froehlich(2000), o turismo rural estaria baseado na abordagem econômica do *Trickle-Down*, ou “teoria do gotejamento”, segundo a qual grandes estratégias e projetos de investimentos, advindos de interesses privados de grandes corporações ou empresários endinheirados, são

eficazes para o desenvolvimento regional/local, pois sempre acabará ‘respingando’ alguma benesse para as camadas mais pobres da população.

Na verdade, há expectativas controversas a respeito dos benefícios econômicos do turismo para as zonas rurais e entornos de áreas de preservação ambiental. Há os entusiastas do turismo como fator de desenvolvimento, a exemplo de Santos, Alcântara e Silva:

Em quase todo o Brasil o Turismo Rural exhibe um quadro de oportunidades de investimento que se apresenta bastante rentável e vem chamando a atenção de administradores públicos, que observam na nova atividade uma forma de diversificar a economia regional, atendendo, assim, as necessidades de incentivo ao desenvolvimento e ao fortalecimento da agropecuária de caráter familiar. Cabe ressaltar que o Turismo Rural carrega em si uma extraordinária força econômica, uma vez que gera divisas para a região, impacta positivamente a economia local e ainda pode contribuir de maneira singular para a preservação ambiental e para a melhoria da qualidade de vida das populações do interior. Tudo isso, sem falar na possibilidade maior da reversão do êxodo rural. No rastro social do êxito vivido pela grande maioria dos empreendedores do Turismo Rural brasileiro, vem a valorização do afazer do pequeno produtor rural, sua autoestima resgatada, a perspectiva de ocupação trazida aos seus familiares e agregados, bem como a segurança de sua fixação no torrão natal. (SILVA; ALCÂNTARA; SANTOS, p.89, 2010)

E há os que são céticos quanto à eficácia do turismo para promover amplos e inclusivos processos de desenvolvimento local, a exemplo de Silva, Vilarinho e Dale (1998, p. 122), que apontam que a renda complementar às atividades agropecuárias gerada pelo turismo rural é muito restrita, e que ele oferece oportunidades desiguais no meio rural. O universo de propriedades com características singulares de atrativos naturais está desigualmente distribuído no território e não é uma constante, não existem tantas propriedades que possam ser aproveitadas no turismo rural. Estes autores salientam que as rendas geradas por este tipo de turismo pouco beneficiam as populações locais, como é o caso que vemos no distrito do Tabuleiro. As rendas do “ecoturismo” ficam concentradas nos agentes dos centros urbanos que intermediam estas atividades (no caso do Tabuleiro, os intermediários são empresários da Serra do Cipó e de Belo Horizonte), de maneira que, muitas vezes, serviços próprios do turismo, como hospedagem, transporte e guias, não são oferecidos por “nativos” locais, e sim por agentes externos à comunidade.

Para Fröhlich (2000), as novas atividades advindas do turismo no mundo rural ocasionam conflitos entre os interessados (empresários, turistas e moradores) e, frequentemente, crise de identidade dos produtores rurais, que muitas vezes começam a experimentar sentimentos como desconcerto, anomia e insegurança. Schneider e Fialho também veem dificuldades relevantes postas pelo turismo aos produtores rurais:

Entre as categorias sociais que frequentemente são as mais atingidas pelas influências negativas que o turismo rural pode trazer, está o dos pequenos produtores rurais. No geral, devido a problemas de escala e acesso a recursos para reconversão ou integração, muitos agricultores familiares acabam encontrando dificuldades para participar do negócio turístico. É sabido que toda atividade comercial necessita, no início, de um investimento para poder participar do mercado criado pelo turismo. Mas os pequenos agricultores enfrentam obstáculos no acesso a programas de financiamento devido à falta de garantias para a tomada de crédito. Outro fator limitador tem sido a incapacidade de vislumbrar a criação ou adequação de uma atividade ao turismo devido a sua arraigada tradição de agricultor ‘em tempo integral’. Além disso, a passagem muito rápida de uma atividade a outra também pode se tornar prejudicial, pois há casos em que os ingressantes na atividade turística abandonaram por completo a agricultura, o que implicou o aumento da dependência externa e o custo de vida familiar sem mencionar a possibilidade de comprometer o abastecimento local de produtos agropecuários. (SCHNEIDER; FIALHO, 2000, p. 38 apud(OLIVEIRA; MELO, 2002)).

O ponto fundamental é que o desenvolvimento do turismo nas zonas rurais alimenta a tendência de mercantilização do espaço agrário (SILVA; VILARINHO; DALE, 1998), os usos da terra são alterados muitas vezes em detrimento da produção agropecuária, gerando novas configurações do rural que exigem regulação do Estado, a implantação de políticas ambientais, de gestão dos territórios e de desenvolvimento social.

O que se observa em Conceição do Mato Dentro, particularmente no distrito de Tabuleiro, é, de um lado, que os órgãos municipais insistem em autoproclamar o município como “Capital mineira do Ecoturismo”; de outro lado, relativamente pouco foi realizado no tocante à regulação da atividade turística e principalmente no sentido de apoiar as comunidades que são alvo do crescimento dessa nova atividade.

De que maneira os habitantes do distrito de Tabuleiro enxergam as imbricações entre as iniciativas governamentais de criação de parques e as de promoção do turismo rural, envolvendo a patrimonialização de paisagens em que vivem?¹⁰ A criação dos parques é vista de maneira negativa por uns e positiva por outros. É possível perceber que, para os que moram mais perto dos parques, as mudanças foram sentidas com mais força, especialmente no caso das pessoas ou famílias que possuem terrenos dentro das áreas dos parques. É o caso de Dona Zenita. Ela diz ter sentido muita diferença para pior com a instituição do parque, pois vieram imediatamente normas limitando pegar madeira para seu fogão à lenha, proibindo

¹⁰ A respeito das imbricações entre turismo e unidades de conservação, vale registrar o depoimento de Cristiano sobre a mobilização que, por volta de 1987, levou à criação do Parque Estadual da Serra do Intendente: “na verdade teve uma especulação, onde é a sede do parque ali, eu cheguei até ver a maquete do resort, que ali era pra ser resort de um grupo italiano de resorts, eles têm resort no mundo inteiro, na costa brasileira alguns, aí eles estavam com direito de posse ali, (...) eles fizeram projeto em cima do lugar pra fazer esse resort, então a pressa do parque... Foi criado com esse intuito de barrar o resort. Aí demo sorte. Conseguiram por uma influência política da época, conseguimos aprovação assim do parque. Eu lembro do movimento todo quando começou...”

pescar para o sustento das famílias, usar pedras, caçar, que eram práticas costumeiras das pessoas do lugar realizadas na mata. Todas teriam sido tolhidas com a criação dos parques. Sua fala é contundente:

Você tá falando esse negócio do Parque, antigamente era muito bom sem esse parque, depois que entrou esse parque aí virou uma miséria, que eles invade pra fazer acero, os outros não pode buscar lenha que todo mundo tem fogão de lenha, eu tenho fogão de lenha ali, tem fogão a gás, mas não gosto de comida de fogão a gás porque eu sou acostumada com comida de fogão de lenha, desde pequena. E o povo pescava lá, o pessoal antigamente pescava lá pra apanhar o peixe, que a carne deles era tudo peixe, era o peixe. Muitos viviam, criavam a família com o peixe de lá, (...) eles assava, enfiava assim, fazia um espeto de madeira, enfiava aquelas tirinha de peixe, assava no fogo e aí fazia angu pra poder tratar dos menino, pra não morrer de fome. Hoje ninguém pode pescar, ninguém pode pescar, e nós tem terreno da gente dentro do parque. Eu não vejo vantagem nesse parque aí não, nenhuma...(COSTA, 2020b)

Dona Lia concorda com dona Zenita: “Já proibiram muito sabe, tem muita proibição de tirar lenha, tirar madeira, cortar qualquer árvore, mas hoje a moça que é gerente agora do parque ela não proíbe a gente de tirar uma lenha não, mas isso outras pessoas que já entrou já proíbia”.

O senhor Zé Dolinta, de 79 anos de idade, que reside no interior do Parque Natural Municipal do Tabuleiro, comenta que o parque não foi bom para sua família:

A vida nossa aqui nós vivia dos terreno mesmo, mato que a gente tem em volta da porta, aí a gente plantava, tirava madeira pra vender, trabalhava pros outros, vivia era assim, agora hoje depois do parque a gente não pode fazer mais nada, ficou pra gente um caminho sem saída agora, tudo que você vai fazer não pode, não pode. (DOLINTA, 2020)

Zé Dolinta afiançou que a atividade do turismo lhe traz poucos rendimentos, insistindo que, na verdade, ainda sonha com a agricultura até hoje, mesmo reconhecendo que está idoso e não pode mais lavrar a terra.

O senhor Manoel Floriano de Lima oferece visão dos parques instalados no Tabuleiro mais positiva, centrada na geração de ocupações e na promoção de proteção ambiental:

Manoel: Não, o Parque que tem aí, (...) ele tá muito bom, dá serviço pros outros, fica mais reservado, com mais reserva, que antes mesmo ficava com muito menos reserva que tinha, hoje ele fica com mais reserva da natureza.

Dianaluz: E o senhor acha bom essa reserva da natureza?

Manoel: Eu acho bom porque precisa ter, né? Porque se não tiver vai indo, as coisas vão acabando, acabando e fica cada dia pior... (LIMA, 2020)

O senhor Anísio também considera que a instituição dos parques trouxe muitos benefícios para a comunidade do Tabuleiro:

É porque aqui antigamente o Parque pelo menos, começando pelo parque... Alí não tinha estrada né, era campo, campo é até hoje, mas hoje diferenciou muito, não tinha a sede lá, não tinha aquelas casas, não tinha aquela sede, não tinha nada, agora hoje não, hoje tem gente que trabalha lá, tem a ponte que no início num tinha pra ir pra lá. Num tinha nada, hoje tem a ponte. Hoje tem calçada, tem muita coisa, melhorou, né. Não sei explicar se é pelo Estado, se é Prefeitura ou se é o Estado e junto com a Prefeitura. Hoje é frequentado e turista. é muita gente que vem de longe pra ir né. (FERNANDES, 2020)

Posição similar aparece no testemunho de Dona Palmira, embora marcada por maior indiferença em relação à presença dos parques no plano pessoal:

Eu pra mim não atrapalhou nem posso falar que valorizou, aqui pra mim eu quase nem vou no parque, pouco entendo esse negócio de parque, mas por um momento valorizou sim que dá serviço pros morador, muita gente trabalha lá. Agora dizer que eu posso contar muita coisa eu não posso... nem nunca fui lá, nunca fui, mas não tem nada pra falar contra. O parque e a prefeitura mudou no Tabuleiro foi muita coisa uai, muita coisa de melhora, não tinha igual essa Sede, essas estrada aí, tudo no jeito... (COSTA, 2020a)

Para Cristiano, a criação dos parques tem a vantagem de frear a apropriação privada das serras e dos campos que estava em curso na região, promovida por pessoas poderosas de fora da região. A propósito, ele diz:

Graças a Deus foi criado o parque. Eu vejo comunidades próximas aí pra frente, eles estão passando um problema, tão passando o que a gente passava em 98, aí chegou um coronel, comprou tudo, fechou a cachoeira, não deixa a comunidade usar o atrativo pro turismo, eles ficam lá todo mundo querendo trabalhar com turismo. Rio de Pedra, Fechados, Inhames, a comunidade dos Inhames ela é assim, já viveu de turismo e o cara comprou, fechou e falou: “nem eu vou na cachoeira e ninguém vai”. Não deixa ninguém ir, então isso impactou, e na mesma época que criou o parque aqui esses cara começou comprar a serra inteira, até lá no Sempre Viva, e tá lá tudo comprado, só do coronel. Cheio de coronel, só gente influente, politicamente por algum motivo. Então, eu acho assim que não tem que ser de ninguém, aqui nós tamo de passagem né, acho que o parque tem que ser criado com esse objetivo. Não é de ninguém e ao mesmo tempo é de todos, sem excluir ninguém. (SILVA, 2020)

Mas este mesmo depoente faz ressalva importante quanto à presença dos parques no Tabuleiro, que certamente seria endossada pela totalidade dos moradores do distrito:

Então assim, a mineração já está aí né, coisa antiga, mas já tá aí, creio que agora é diminuir esse impacto social com quem já está dentro do parque ali e trazer mais benefícios né, o parque tem que andar junto com a comunidade, antes do parque tem

a comunidade né, então se você cria um parque e exclui a comunidade que está na frente não faz sentido, então na minha opinião tem que andar junto, trabalhar junto... (SILVA, 2020)

Justamente criticando a qualidade da interlocução dos parques com a comunidade, Gisele expôs posição mais matizada a respeito deles e do processo de patrimonialização das paisagens distritais. Suas palavras foram:

Eu acho assim, questão de preservação é ótimo né, porque tá cuidando, porque se não tivesse o parque também hoje, eu acho que estaria assim, entra qualquer um, entra qualquer hora, hora que quiser né, acho que em questão de preservação é bom, mas em questão da comunidade deixa muito a desejar, muito mesmo, porque o parque, e é que nem eu já disse antes, hoje a gente já tem um diálogo melhor com o parque, mas antes o parque lá em cima e a comunidade aqui, não tinha assunto em comum nenhum, a não ser o caminho pra ir pro parque só. Tomara que melhore, eu acho que deve melhorar devagar, mas ainda tem muito que melhorar, porque o parque ele vive pra turista né. Eu acho que foi feito pra turista, ele trabalha pra turista, não pra comunidade, tanto é que em questão de vaga de emprego a maioria de vagas de emprego que tem lá pouquíssimas pessoas daqui são contratadas né, hoje isso melhorou, hoje acho que mais da metade que trabalha lá é daqui, mas antes não tinha ninguém, então acho que vai melhorando devagar, a passos lentos mas tá melhorando... (RODRIGUES, 2020).

Sobre a relação com o Parque Municipal, a relação com os moradores que vivem dentro da zona de ocupação temporária, como Dona Lia, funcionária da limpeza deste mesmo parque, relata relações amistosas, muito embora o Parque tenha agido contrariamente suas intenções preservacionistas e tenha deteriorado a nascente desta senhora. Dona Lia nos fala com muito cuidado sobre o parque porque ela mesma trabalha lá e não quer se comprometer. Embora o parque municipal tenha informado em seu questionário que as desapropriações já se iniciaram, Dona Lia demonstra não ter conhecimento do caso, como podemos ver em seu relato:

Dianaluz: E como é o seu relacionamento com o parque?

Dona Lia: Ah, meu relacionamento com o parque eu tô quase todo dia lá, tem pouca folga, tem pouca folga no parque, que eu trabalho, todo dia eu vô, raro eu saio um dia inteiro, sempre tem o dia de eu faltar né mas as vezes, se eu precisar de ir lá eu não falto não.

Dianaluz: O parque já falou de tirar a senhora de lá, a senhora já conversou sobre isso com o parque?

Me tirar aqui de casa ou lá do serviço?

Dianaluz: De casa, é...

Dona Lia: Já falaram mas tem muito tempo já, mas eu não saio não, do meu lugar que eu fui nascida e criada eu não saio não...

Dianaluz: Eles ofereceram algum dinheiro pra senhora?

Dona Lia: No início falou que ia tirar nós daqui, mas depois parou, não falou mais não...(NASCIMENTO, 2020)

Um aspecto marcante da relação com os Parques foi apontado pela Dona Zenita e pela senhora que não quis se identificar e por isso, como a entrevista de Dona Lia foi posterior, me ocorreu de perguntar sobre isso a ela, sua resposta foi a seguinte:

Dona Lia: Já proibiram muito já sabe, tem muita proibição de tirar lenha, tirar a madeira, cortar qualquer árvore, mas hoje a moça que é gerente agora do parque ela não proíbe a gente de tirar uma lenha não, mas isso outras pessoas que já entrou já proibia mas agora não, agora tá bom demais...(NASCIMENTO, 2020).

Segundo a resposta de dona Lia, a postura do parque mudou, entretanto em tempos passados a proibição era uma realidade. A senhora que não quis se identificar disse que se aventurava a buscar lenha depois que o parque fora estabelecido, e “batia boca” com os guarda parques pois ela considerava uma grande injustiça que este direito lhe fora tolhido, sendo que ela buscava lenha seca e levava seu próprio barbante, para não ter que cortar nenhum cipó. Este episódio contado pela senhora que não quis se identificar nos remete ao livro de Karl Marx (2017), editado pela Boitempo com nome de Os despossuídos, que trata da lei sobre o furto da madeira, quando a Dieta Renana¹¹ passou a punir com multas severas aqueles que buscavam lenha seca dentro das propriedades tornadas particulares e tinham guardas florestais que notificavam os infratores e estabeleciam eles mesmos as multas... Marx ressalta que quando a pessoa não tinha a quantia instaurada como pena ele poderia ser levado como servo do proprietário, numa espécie de escravidão por dívidas. Ora existem diferenças e semelhanças na história da senhora do Tabuleiro e nas determinações da Dieta Renana. No caso contado por Marx se trata de propriedades particulares em que a madeira é furada, no caso do Tabuleiro se colhe a madeira de uma instituição que fora tornada pública. Entretanto, no Tabuleiro, ainda que este espaço tenha se tornado público, ele foi feito, como vimos o relato de Gisele, para turistas, ou seja, para uso particular. A natureza é preservada como reduto de tranquilidade para as populações urbano industriais, ali no parque a natureza é cercada por guarda-parques assim como os gendarmes, ou guardas, da Renânia¹² do século

¹¹ Dieta Renana: Leis severas que impunham penalidades e multas àqueles que furtassem madeira das propriedades particulares. O livro “Os Despossuídos” contém o texto de Karl Marx sobre a lei do furto da madeira.

¹² A **Renânia** (*alemão* : *Rheinland* , *Francês* : *Rhénanie* , nome latinizado: *Rhenania*) é o nome usado para uma área vagamente definido de Alemanha Ocidental ao longo do Reno , principalmente a parte do meio.

XIX. Existem também muitas severas para aqueles que desobedecem as determinações para uma unidade de proteção integral, que muitas vezes são valores impagáveis pelos moradores. Mas pelos dois casos podemos ver que a privação de um bem básico para a sobrevivência fez com que as pessoas que colhem madeira se tornassem contraventores da lei. Podemos aproximar a Renânia do século XIX e o Tabuleiro do final do século XX de maneira que, se observarmos bem, a privatização de terras no antigo país europeu e a transformação das terras em parque, tornando as propriedade do Estado se assemelham. Isso porque no Tabuleiro as terras foram tomadas pelo Estado em favor das populações urbano-industriais, não em favor de toda a população envolvida no entorno, é como se tivesse havido uma privatização destas terras, ao passo que elas já não eram mais de uso comunal, por isso “o roubo da lenha” é um fato tão corriqueiro para a Renânia do século XIX e Tabuleiro do século XX.

Dona Lia apontou outro problema que a implantação dos parques trouxe aos moradores: trata-se da insegurança em relação à posse/propriedade de suas casas e seus terrenos. A regularização fundiária dos parques é fonte crônica de instabilidade para muita gente na comunidade.

Zé Dolinta faz coro às queixas de dona Lia, reiterando o descaso dos parques no que se refere à indenização das pessoas que tiveram suas terras abarcadas por eles: “Pra nós na verdade ele não fez nada, ninguém conserta nada para os morador. Como você fica no lugar, não pode fazer nada, você perde o trabalho dos anos tudo... Mas a gente não tem solução com o parque não... Aquela conversa de que vai indenizar, que vai indenizar , mas nunca indeniza...” E acrescenta, em tom exasperado: “Teve reunião no Tabuleiro sobre isso, depois o povo foi perdendo até o critério com a reunião, só aquela conversa que não acaba nunca de que vai indenizar. A gente leva [os papéis] e não resolve em nada, já tá fazendo 17 ou 18 anos, e nunca resolveu nada...”

Vale ressaltar, lançando mão do depoimento de Cristiano, que a criação dos parques, notadamente do Parque Natural Municipal do Tabuleiro, desde o início gerou tensões entre as instâncias governativas e a população distrital. Muitos acreditaram que a Prefeitura queria tomar suas terras, e se mobilizaram para impedir a iniciativa. Veja-se o que disse o morador:

[Quem liderou a reação] Foi Ladinho Ferreira, ele era vereador, e juntou com Zé Paquinha e mais um pessoal, aí o pessoal, antes de ir pra reunião [com a Prefeitura], eles já pegou todo mundo e falou: “Não vai não que eles tão querendo é tomar terra docês, é isso e aquilo”. O povo tava danado por causa dessa mistificação que houve antes, que o parque era pra tomar a terra, que não ia ser bom pro povo, coisa e tal (...). Eu sabia desde lá trás que ia dar muito problema social, impacto com a comunidade. Tabuleiro, qualquer coisa que você vai fazer dá um certo impacto, a

comunidade aqui ela é bem reclusa né, resistente a qualquer coisa, não é só o parque, isso aí talvez o motivo histórico do Tabuleiro, ter ficado aí abandonado, isolado até década de 80 praticamente, tava isolado, meio bicho do mato, mas aí isso hoje isso já tá mudando.(SILVA, 2020)

Somente nos dois últimos anos nota-se, no distrito do Tabuleiro, esforço maior dos gestores dos parques no sentido de se aproximarem da comunidade, ouvir suas demandas e queixas e promover ações que diminuam as desconfianças recíprocas. A administração do Parque Natural Municipal do Tabuleiro tem se mobilizado para promover atividades que envolvam a comunidade, como o Festival de Pipas (mês de julho) e o Aniversário do Parque. O Parque Estadual Serra do Intendente, por seu turno, possui ações pontuais de Educação Ambiental (uma na Semana do Meio Ambiente, outra na Semana Florestal) e contato mínimo com a comunidade, se restringindo, muitas vezes, ao contato com os moradores de dentro do parque. O PNMT está implantando placas educativas na trilha da Cachoeira do Tabuleiro, em parceria com os estudantes voluntários da PUC Minas, mantém um viveiro de mudas, e participa do Projeto de Observação de Aves “Vem Passarilhar” e do Projeto “Escola na Trilha”, ambos em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo de MG (Setur). O Projeto “Escola na Trilha” também conta com a parceria da Anglo American: projeto elaborado com escolas municipais do entorno, cuja prática foi na Cachoeira Rabo de Cavalo (IASB, 2018). Ações tímidas no sentido de “quebrar o gelo” com a comunidade, há de se convir.

Relativamente ao turismo rural, moradores do Tabuleiro conservam atitude de reserva quanto aos seus benefícios comunitários. Dona Zenita revela que sente certo estranhamento ante os turistas, uma desconfiança mesmo, que pode ser credita aos hábitos e disposições desenvolvidos no passado do distrito, em tempos de maior isolamento dos habitantes:

Antigamente, no tempo era mais nova, tinha mais pouco morador, as coisa era muito muito difícil, mas era bom, muito boa. A gente podia dormir com a casa aberta, janela, aberta, e fazia muito calor igualmente tá fazendo agora e hoje a gente num pode porque tem muito turista demais que já mudou por aqui. A gente conhece as pessoas de cara, mas de coração ninguém conhece. Eu acho que isso é só muito mudou muito pra todo mundo... (RODRIGUES, 2020)

Gisele, por sua vez, discorre sobre as mudanças nos padrões das visitas turísticas no Tabuleiro fala também sobre o contexto dos turistas no Tabuleiro:

Mas é... mudou muita coisa, muita casa, muita gente, muito turista que passa né... Que antes se você visse um carro de turista passando, era raro... Antes você via muita barraca ao longo do Tabuleiro todo, ali na mata, no adro da Igreja sempre ficava muita barraca. Acho que vinha até mais gente pra cá, mas vinha pra ficar e hoje o pessoal vem e volta né... Fica poucas pessoas... Todo mundo fazia uma viagem maior, ficava mais tempo, de barraca. Hoje tem muitas pousadas, antes não

tinha muita opção, tinha que ficar em barraca. Hoje tem muita casa pra alugar, tem hospedaria. (RODRIGUES, 2020)

E prossegue, constatando que, hoje, os turistas terminam gastando menos no distrito, mesmo sendo muitos deles pessoas de “classe alta”, mais elitizadas, porque não pernoitam no Tabuleiro, e sim alugam hotéis e pousadas na Serra do Cipó.

As melhorias de infraestrutura no distrito, que deveriam decorrer da ênfase da Prefeitura no aproveitamento turístico dos atrativos locais, ao fim e ao cabo também se mostraram limitadas. A estrada melhorou, mas continua sem pavimentação. Pontes foram construídas e consertadas, mas ficou nisso. Nem mesmo o sistema de saneamento básico foi alvo de atenção consistente, ainda quando se propugnam as vantagens do turismo ecológico: continuam precaríssimos o tratamento de água e a destinação adequada do esgoto. A Estação de Tratamento de Esgoto, além de não receber manutenção, continua ineficaz e insuficiente para o distrito.

Em suma, muitos moradores do Tabuleiro pensam que tanto os parques como o turismo beneficiaram sobremaneira as pessoas de fora, não os locais. Teria havido o cerceamento das liberdades dentro das matas dos Parques, com impactos negativos para muitas pessoas, principalmente aquelas que residem nas cercanias deles. Os Parques afetaram a utilização comunal das terras, praticamente fizeram cessar a coleta de lenha, a pesca, a caça, a catação de sempre-vivas. Reduziu drasticamente a disponibilidade de áreas para a solta de gado nos campos e mato, e até mesmo a livre circulação das pessoas por vastas porções do distrito. Os agentes públicos responsáveis pelas decisões relativas às unidades de conservação também mal dialogaram com os habitantes do Tabuleiro, trazendo consigo posições fechadas, formadas entre quatro paredes, sem considerarem a história e a cultura dos moradores. Também despontaram conflitos entre os usos tradicionais das áreas anteriormente consideradas de uso da comunidade e a chegada de novos usuários, os turistas, que passaram a disputar com os moradores os espaços públicos; mais do que isso, a moldarem esses espaços crescentemente de acordo com suas preferências e interesses. No Tabuleiro, o turismo nem sempre é visto como uma oportunidade de trabalho para os locais, e os turistas muitas vezes são tidos como hostis.

Nunca é demais insistir que, tanto no mito da “natureza intocada” como na imagem cultural do “locus edênico”, ambos tão centrais no imaginário explorado pelos negócios do turismo ecológico e rural, além de influentes sobre os técnicos de órgãos ambientais e patrimoniais, as paisagens são reduzidas a seus elementos materiais, numa leitura estritamente

fisiográfica. Importam a flora, a fauna, a orografia, a topografia e os estilos das edificações, o perfil dos arruamentos, os repertórios de artefatos, o traçado dos antigos caminhos, etc. São estas coisas, portanto, que se prioriza preservar. Os assentamentos coloniais, em particular. Os “lugarzinhos” que expressam e transpiram “mineiridade”, seus becos, casas, igrejas, chafarizes, pontes, calçamentos de pedra, obras de cantaria. Não é o caso de dizer, com o auxílio de Cosgrove, que estas são as componentes da “paisagem da classe dominante” associada à Minas Gerais turística?

Quanto às medidas de preservação no âmbito do patrimônio, no distrito do Tabuleiro houve tentativa de tombamento do Conjunto Paisagístico do entorno da cachoeira, e do núcleo urbano do Distrito de Tabuleiro propriamente dito. Porém, os moradores se opuseram principalmente ao tombamento da área central do distrito, alegando que tal medida redundaria em estagnação da localidade, impediria novas construções, ampliações e reformas do casario existente, além de aumentar a burocracia no tocante à construção civil, pois tudo teria que ser submetido ao crivo e depender de licenças dadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, o qual julgaria, caso a caso, se as ações projetadas caracterizariam ou não intervenção indevida no bem tombado.

Entre os dias 4 e 5 de novembro de 2019, um documento proveniente do CONDEPA – Conselho Municipal do Patrimônio, vazado por um dos conselheiros que não se identificou, apresentava um laudo técnico da empresa Detzel de Consultoria em Gestão Ambiental, datado de 20 de novembro de 2019, elaborado para justificar o tombamento do “Conjunto Paisagístico” do Tabuleiro e entorno. Este documento gerou intensa discussão no grupo de Whats App da comunidade “Voz do Tabuleiro”, sendo que a comunidade se mostrou indignada com o fato do processo ocorrer às escondidas da população. Bem como com a produção de documentos e propostas de medidas que afetavam a comunidade sem consultá-la, e sem a sua mínima participação. Provavelmente tendo tomado conhecimento que tal documento fora vazado, no dia 06 de novembro foi convocada pelo CONDEPA uma reunião com a comunidade. No entanto, a reunião foi noticiada apenas nos meios de comunicação distantes do distrito, na área da cidade-sede. Os moradores não tiveram tempo de se mobilizar e comparecer à reunião. Apenas a presidente da associação compareceu à reunião, relatando que houve somente uma rápida apresentação, e que os presentes não estavam munidos de informações suficientes para formular perguntas e argumentos. De modo que a reunião terminou esvaziada, não trazendo aos membros da comunidade os esclarecimentos de que necessitavam.

Segundo a presidente da ASCOTA, a entidade foi consultada sobre os costumes e tradições locais em uma ocasião no ano de 2019, porém não foi informada do processo que estava em curso. A partir do vazamento do documento, a comunidade discutiu no grupo de Whats App em que participam 101 moradores do distrito: entre pessoas “nativas” e “neorrurais”. Neste grupo participa uma figura muito importante para a comunidade, embora não seja nativo, que é o músico Marco Antônio Bruck, idealizador da Rádio Tabuleiro¹³. No dia 13 de novembro de 2019, Bruck enviou ao grupo um material interativo: um vídeo de tom humorístico e debochado sobre o processo de tombamento do Conjunto Paisagístico, colocando a questão da comunidade não ter sido consultada e convidando para uma mobilização para pedir explicações. No mesmo dia, a Associação Comunitária do Tabuleiro elaborou um ofício para a Prefeitura solicitando uma reunião com a comunidade para discutir o tema; entretanto, o tombamento foi impugnado e não houve mais discussão sobre o assunto.

¹³ Sobre a Rádio do Tabuleiro, é bom escutar o que disse seu idealizador: “A Rádio Tabuleiro foi uma viagem, foi uma viagem que assim que chegou a internet aqui no Tabuleiro eu tinha um computadorzinho velho e aí eu tava dando uma pesquisada, eu estava assistindo youtube e eu vi uma coisa assim, faça sua rádio web, alguma coisa nesse sentido, divulgado lá, aí eu fui ver, quebrei a cabeça pra caralho e acabou que consegui criar um streamer de rádio web e tal, e sozinho a gente nunca faz nada, sempre tive apoio de muita gente, meu vizinho na época, o Dinei falou que podia usar a internet dele e no bar dele ele colocava a rádio Tabuleiro pra tocar e pedia pra mandar um abraço pra fulano, pra ciclano e tal, e aí a gente conseguiu também com o tempo uma vaquinha solidária, virtual, pra comprar equipamentos pra rádio, computador bom, microfone, fone de ouvido, essas coisas e hoje em dia a rádio tá bem devagar porque a gente teve alguns problemas de ... com essa questão que a gente sentiu de que pra rádio ficar a vontade mesmo, a rádio não poderia falar tudo o que quisesse, o que a gente não concordou muito, porque uma rádio com caráter mais comunitário é porta voz da comunidade e fala o que acontece né, a rádio não pode falar mentira e quando a gente começou falar o que tava acontecendo, a gente sentiu algumas opressões, algumas ameaças, situações bem complicadas, o que me chateou demais. Acabou que a gente deu um tempinho pra esperar um pouco abaixar a poeira, ter um pouco de paciência, eu não tive muito, confesso, mas eu tive que engolir e esperar o tempo passar. E agora a rádio está assim aos poucos voltando de vento em popa, e usando da tecnologia pra mostrar o Tabuleiro pro mundo e mostrar o mundo pro Tabuleiro também, tanto que o jargão principal da Rádio é do Tabuleiro para o mundo. Como aqui em Conceição do Mato Dentro, no município todo, só pega uma rádio FM, então é uma outra opção né, pra população escolher o que quer ouvir, e o caráter da Rádio é bem descontraído, muito bom humor. Mas quando é pra falar de coisa séria, a gente fala também. A gente espremeu alguns furúnculos aí, pisou no calo de um e de outro...”

Considerações finais

Este trabalho, cujo problema de pesquisa é entender como foram formuladas as políticas públicas de patrimonialização das paisagens do distrito de Tabuleiro (Conceição do Mato Dentro, MG) e como reagiram a elas a população local, se desenvolveu utilizando a metodologia da História Oral, para colher entrevistas com os moradores e os gestores públicos, bem como empregou a pesquisa e análise documental de legislação, relatórios, atas e planos gerados por órgãos governamentais municipais e estaduais que atuam na região.

A partir da análise do Plano Diretor do Município de Conceição do Mato Dentro pudemos perceber uma disposição para atentar ao patrimônio edificado, como disposto em seu o artigo 38 reflete uma preocupação com o aspecto paisagístico sob o ponto de vista histórico e arquitetônico. Fala-se em “edificações originais”, em conjuntos de “reconhecido valor histórico e arquitetônico”, definindo-se a prioridade do Poder Público no que diz respeito à preservação patrimonial. Desta maneira, observamos que no plano diretor o que tem valor patrimonial são os bens de cal e pedra.

No artigo 90, item V, o Plano Diretor prevê criação de mais áreas protegidas:

V - Criar áreas protegidas no município, buscando sua efetivação como unidades de conservação, quando for o caso, em consonância com a Lei Federal nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, promovendo a instalação da infraestrutura indispensável às suas finalidades e o desenvolvimento de Planos de Manejo.

Entretanto, o Plano Diretor não prevê nenhum tipo de consulta às comunidades locais sobre a criação de novas áreas de preservação, que afetam e limitam diretamente suas vidas.

O parágrafo 1º do artigo 95 fala sobre as diretrizes para as áreas protegidas do município, que estão elencadas em dois incisos, que implicam na identificação e demarcação das áreas de interesse ambiental para preservação da diversidade de ecossistemas naturais e identificação e criação de áreas de proteção de mananciais, do patrimônio cultural e áreas de interesse turístico, declarando neste artigo a estreita relação que se quer tecer entre preservação e turismo.

No Plano de Manejo do PESI e PNMT aponta-se que a “missão” do PNMT é “preservar e proteger a biodiversidade e suas belezas cênicas, possibilitando a recreação e pesquisa científica para a manutenção do patrimônio”. Diferente um pouco é a missão do PESI, que é “contribuir para a proteção e conservação do patrimônio natural, arqueológico e histórico-cultural da Serra do Intendente, promovendo a conscientização ambiental,

integração com o entorno e apoio à pesquisa científica”. Podemos perceber que, para o PNMT, a recreação e a pesquisa são destacadas, associadas ao valor turístico da área do parque e, para o PESI, é destacada a pesquisa científica e integração com o entorno. Entretanto, o que pudemos observar é que não há realmente esta integração com o entorno, existem apenas algumas ações pontuais do PESI para integração com a comunidade.

Ao analisar as atas do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, pudemos perceber a negligência dos aspectos imateriais da cidade e dos distritos. No conjunto de documentos há apenas uma menção a um bem imaterial, que é a Marujada, apenas citada por um conselheiro. Podemos ver a pouca importância dada aos bens imateriais quanto à iniciativa de tombamento: até hoje, o número total de tombamentos de bens imateriais no município é zero. Mas já foram inventariados dezessete bens desta natureza, como a festa do Jubileu de Bom Jesus de Matosinhos, Festa do Rosário e Festa de São Sebastião, as duas últimas, de grande repercussão no Tabuleiro. Nem mesmo a Marujada foi objeto de consideração pelos conselheiros, quanto mais recebeu alguma proposta de proteção e/ou fomento. Os cruzeiros e as “rezas” que neles ocorrem, então, passaram completamente em branco. As manifestações tradicionais da cultura local parecem, desta forma, negligenciadas pela Prefeitura de Conceição do Mato Dentro.

Apesar das reuniões do Conselho Gestor do PNMT serem compostas por 50% de integrantes da comunidade, não podemos atestar que este direito é efetivamente cumprido, tendo em vista que as reuniões são marcadas sem que muitas vezes as pessoas tenham disponibilidade para o comparecimento, como nos contou Gisele em seu depoimento. As reuniões marcadas pela Prefeitura, seja pelo Conselho Gestor do Parque ou pela Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico, são em geral esvaziadas. Além do que a comunidade nem sempre é informada sobre os reais processos e iniciativas que estão sendo programados para o distrito, como foi o caso na ocasião da tentativa de tombamento da área urbana do distrito. Gisele nos contou que foi chamada para falar sobre as tradições do distrito, mas não foi informada do processo de tombamento; o documento vazou no grupo de Whatsapp da comunidade “Voz do Tabuleiro” e causou grande espanto e desconforto na comunidade, que prontamente enviou ofícios solicitando explicações. Por fim, o processo foi impugnado sem que houvesse um real diálogo com a comunidade. A Prefeitura encarou o pedido de maiores explicações como uma recusa ao projeto e arquivou o processo.

Devemos entender as reminiscências dos depoentes como elemento de maior importância para este trabalho, entendendo também que o olhar da pesquisadora, sua vivência

e experiência no Tabuleiro também são grandes influenciadores para esta conclusão. É necessário entender as reminiscências para compor um cenário da paisagem cultural do Distrito de Tabuleiro. Para o Senhor Anísio, ficou marcado em sua memória quando ele ia com sua família para a festa do Rosário, que ele bem se lembra tinha comida farta e distribuição de potes com doces mais deliciosos e variados, como doce de laranja, doce de pau de mamão, doce de leite, doce de chuchu, doce de abóbora, isso eu digo pela minha própria experiência, que sempre fiz questão de entrar na fila e levar o meu pote de doce pra casa, pra me deliciar sozinha depois da festa... Outra lembrança que o Sr. Anísio nos conta é a de que um senhor todos os dias oferecia aos “meninos” amendoim e rapadura. A lembrança da solidariedade que este homem tinha para com o Sr Anísio, ficou marcado em sua memória, tanto que ele veio a nos contar isso, ao ser perguntado por algo que o marcou em Tabuleiro.

Através da análise de conteúdo é possível se ter uma noção da riqueza dos relatos tendo em vista tantos temas gerados nas entrevistas. Pelas categorias criadas é possível identificar que existem muitas peculiaridades a serem abordadas no distrito de Tabuleiro, além do que o roteiro das entrevistas serviu eficazmente para abranger os aspectos buscados na pesquisa de mestrado. As perguntas feitas buscavam identificar o modo de vida e a relação com a paisagem e com as instituições dos parques: Municipal Natural do Tabuleiro (PNMT) e Estadual Serra do Intendente (PESI). A pergunta “Quais memórias da paisagem de Tabuleiro você gostaria de contar?” resultou numa visão subjetiva sobre o que é o distrito para as pessoas... As coisas importantes para as pessoas do distrito são bens imateriais, são coisas intangíveis, são memórias de solidariedade, são memórias das festas, são memórias dos seus antepassados indígenas e são memórias de contatos extraterrestres!

Podemos enumerar como coisas significativas para cada um dos depoentes analisados:

Memórias importantes dos depoentes:	
Anísio	Festa do Rosário, solidariedade, cotidiano duro, trabalho rural, pobreza
Dona Zenita	Trabalho rural, festas, dificuldades da vida, tranquilidade do lugar, coleta, caça e pesca, longas caminhadas, contatos com óvnis, caminhos precários
Gisele	Brincadeiras no rio, tensões com a Prefeitura, mudança de perfil dos turistas
Dona Palmira	Casamento, Festas Religiosas, sofrimento, disputas com o Parque, uso da mata
Marco Antônio Bruck	Sociabilidade com turistas, transformações recentes do lugar, reações dos moradores

Cristiano	Beleza das paisagens, óvnis, pescaria na cachoeira, linguagem local, antepassados indígenas, espiritualidade, mobilizações da comunidade
Zé Dolinta	Agricultura, liberdade de movimentos na serra e nos campos, trabalho pesado, proximidade com a natureza, eventos comunitários

Podemos observar que as coisas que podem ser identificadas como importantes nos relatos dos depoentes não se concentram em bens materiais, em artefatos de cal e pedra. Ao contrário, são reminiscências de coisas imateriais que marcam os relatos, bem como padrões de sociabilidade vistos como tradicionais. São coisas que não se pode entender senão partindo para a análise da subjetividade, do que há de imaterial e espiritual no distrito. Pudemos perceber que a memória das festas religiosas é importante para os moradores do distrito e fazem parte da paisagem cultural do local. A paisagem cultural está sempre em certa medida povoada de pessoas e sua relação com o meio é o que a caracteriza. O caráter místico e espiritual do distrito foi lembrado por Cristiano em seu relato, e faz crer que os espíritos dos índios ainda rondam o local, protegendo-o.

Um importante aspecto que caracteriza o modo de pensar do homem simples da roça de Tabuleiro, pelo que foi possível perceber nas entrevistas e no trabalho de campo, é a sociabilidade e a solidariedade do povo. Outro elemento fundamental das memórias dos moradores do Tabuleiro se refere à livre movimentação pelas paisagens do distrito – cursos d’água, matas, campos, serras. Espaços com os quais interagem fortemente no passado, nos quais obtinham recursos para sua sobrevivência e gastavam horas de folga do trabalho na roça. Espaços de pesca, caça, coleta (especialmente de madeiras, lenha e flores sempre-vivas), de longas caminhadas a pé, de soltura do gado e de abertura de pequenas lavouras. A formação das paisagens distritais está indissociavelmente ligada, nas memórias das pessoas do Tabuleiro, à suas próprias trajetórias de vida (individual e coletiva) e às suas identidades. Até que ponto as práticas culturais, os valores e o modo de vida das gentes do Tabuleiro cabem nas perspectivas patrimoniais das autoridades que atuam no distrito?

Como se mostrou, as autoridades da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro e do IEF (responsável pelo PESI) giram em torno do complexo de ideias de paisagens fisiográficas e de patrimônio de “pedra e cal”. As instituições oficiais tendem a valorizar a materialidade das paisagens e dos conjuntos urbanos, os artefatos, as intervenções humanas que deixam cicatrizes no ambiente (estradas, benfeitorias, casario, represas, igrejas, cemitérios, sedes de

fazendas, etc.). Têm olhos principalmente para as marcas concretas nas paisagens, para as rochas, as plantas, os animais e para os utensílios que os homens desenvolveram para tirar proveito do ambiente em que vivem. Paisagens sauerianas e patrimônio *a la* SPHAN de Rodrigo de Mello Franco. Ademais, essa perspectiva das autoridades vem acoplada a modos tecnocráticos de formular e implantar políticas públicas, elaboradas entre quatro paredes, prescindindo da escuta das populações-alvo.

A visão da área dos Parques como área de proteção integral pautou-se exclusivamente pelo “mito da natureza intocada”, do qual fala Diegues (2008). Pensou-se principalmente nos ecossistemas e seus elementos naturais, mas não na sociedade instalada sobre a área havia séculos. Para preservar exige-se a retirada dos antigos ocupantes, cabendo tão somente atividades científicas e exploração turística controlada. Dessa forma, o maior problema do PNMT e do PESI é a regulamentação fundiária, que significa, na perspectiva das autoridades, a necessária expulsão (elas dizem retirada) das famílias dos locais que ocupam historicamente, mediante uma indenização que fatalmente não cobrirá os investimentos afetivos/identitários que gerações de pessoas realizaram naqueles lugares. As autoridades enxergam apenas a “zona de uso conflitante” e a “zona de ocupação temporária”. Riscam-nas num mapa e botam cercas e placas, enquanto o povo do distrito assiste bestializado, para retomar a expressão famosa de José Murilo de Carvalho a respeito da Proclamação da República.

A institucionalização dos Parques (inicialmente o Parque Natural Ribeirão do Campo, em 1998, e, em 2006, o Parque Estadual Serra do Intendente) impactou dupla e severamente o distrito. De um lado, houve incremento do fluxo de turistas. De outro lado, diversos espaços antes utilizados coletivamente pelos moradores do distrito receberam restrições drásticas, e moradores situados dentro dos limites das áreas dos parques passaram a sofrer de crônica insegurança relativamente a suas posses/propriedades. Embora admitam a importância dos parques para a preservação de determinadas paisagens distritais, os moradores se queixam da distância entre estas estruturas e a comunidade, das alterações profundas que elas implicaram nas relações das pessoas do Tabuleiro com o ambiente local, afetando seu modo de vida e a maneira como usufruíam das paisagens e dos recursos naturais. Para muitos deles, os parques só servem para atender aos turistas.

Como pudemos observar pelos mapas mentais, há uma dissonância entre o que os moradores pensam ser uma paisagem e o que as instituições entendem por paisagem. O

discurso institucional vai em direção à ideia de paisagens essencialmente morfológicas e de áreas de preservação ambiental sem pessoas, com o mínimo de interferência humana, razão pela qual a opção recai sobre a definição de Parques (=áreas de proteção integral, de acordo com o SNUC). Ao observamos os mapas mentais, no entanto, podemos notar a presença humana em todo o território do distrito, em todas as suas paisagens, bem como a trama de relações imemoriais daqueles que ocuparam e ainda ocupam esses espaços com as águas, os solos, as matas, os campos, as serras, mediada pelo trabalho rural e pelos ritmos da vida comunitária.

Na verdade, o contraste entre os diplomas legais e documentos oficiais das autoridades que atuam no Tabuleiro e as representações dos moradores do distrito evidenciam que cada lado enxerga paisagens distintas. Cada um tem concepção própria e arraigada da paisagem regional. Cada um tem uma ideologia visual. No primeiro caso, talvez como diria Denis Cosgrove, o que está em jogo é a iconografia da “paisagem da classe dominante”, que se supõe rica em valor ambiental e em “amenidades”, portanto, dotada de inigualável valor turístico e imobiliário. No caso dos moradores do Tabuleiro, especialmente dos “nativos” e dos mais idosos, o que está em jogo seria outra coisa: uma “paisagem residual” e um modo de vida que vem de antanho, e que não se desejaria perder inteiramente.

Desta maneira, há um dilema que se coloca com a institucionalização dos parques implantados no Tabuleiro e também pelos planos municipais destinados ao lugar. Pretende-se conservar/preservar natureza, paisagens, conjunto urbano; contudo, para isso, acredita-se ser necessário excluir boa parte dos moradores, restringir muitas de suas atividades econômicas tradicionais, limitar sua movimentação desembaraçada pelo território. Mas, nesse caso, o que será preservado não é o Tabuleiro real, fruto da história regional, nem o Tabuleiro idealizado seja pelos moradores, pelos turistas ou pelas próprias autoridades. Será um simulacro. A pergunta que se coloca é: para existir conservação, é necessário que haja exclusão? A comunidade não poderia ter sido incluída como parte da paisagem do parque, assim como é reconhecido o título "Man and Biosphere" pela UNESCO?

Por conseguinte, é imprescindível pensar políticas institucionais que ao menos mitiguem os prejuízos causados às populações que residem na área dos parques e seus entornos, assim como políticas de valorização do patrimônio local. Podemos apontar que a política ambiental poderia ser mais flexível com os moradores dos parques e da zona de amortecimento, uma maior relação dos parques com a comunidade, promovendo projetos e atuando junto com a comunidade do distrito. A falta de relação dos parques com a

comunidade foi apontada neste trabalho, como, por exemplo, na fala da presidente da ASCOTA, Gisele. Desta maneira, uma maior interação do parque com a comunidade os aproximaria, trazendo benefícios à população local, diminuindo a enorme distância atual. Como política de valorização da cultura local, podemos apontar que o tombamento, instrumento efetivo da Secretaria Municipal do Patrimônio Histórico, deveria ser um recurso utilizado com mais parcimônia, mas que implicasse também em reais investimentos nos bens tombados. Como exemplo de investimentos, podemos colocar o apoio da prefeitura para fazer as festas religiosas, propiciando a realização destes eventos, o financiamento da Marujada, com investimento nas vestimentas e nos instrumentos, nas condições para que possam se apresentar, com transporte, estadia e alimentação. Podemos colocar ainda o investimento nos diversos engenhos artesanais de farinha de mandioca, fubá e rapadura, criando oportunidades para que os produtores rurais se reúnam em cooperativas e possam escoar o seu produto, quem sabe criar uma loja com as marcas próprias da localidade. Outra medida que poderia melhorar o relacionamento entre o Poder Público e a comunidade seria uma intensa relação de trocas e informações, bem como atenção à disponibilidade da comunidade em comparecer às reuniões chamadas pelos Conselhos Municipais, num esforço de aumentar a participação da comunidade nos espaços públicos.

Desta maneira, podemos concluir que, para uma melhoria nas relações entre Poder Público e comunidade e para a valorização cultural do distrito, seria necessária uma série de ações advindas principalmente da Prefeitura e do IEF, seja dos parques PESI e PNMT, assim como da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico e também da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana.

Gostaria de terminar esta dissertação com um poema meu escrito sobre o lugar, intitulado “Tabuleiro”:

Quando cheguei ao Tabuleiro,
Eu nada conhecia,
Nem desse povo mineiro,
Nem do que as vistas via...

Alguns anos, no entanto,
Aprendi aos poucos,
Muito foi conversando,
Com as famílias e com os loucos...

Aprendi observando,
Que todos os dias saía,

O Seu Aroldo para longe,
Roçar outras terras ele ia,
E voltava de tardinha...

Conta o povo que antigamente,
Não tinha estrada,
Não tinha carro essa gente...
Era nas trilhas a jornada,
Até a cidade de Conceição,
Pra vender a colheita dada...

Conta também os velhos anciãos,
Que as casas eram de palha,
Assim como a cama e o colchão,
E na cozinha, que Deus o valha,
Muito se comia com a mão...

Muitos contam que não tinha carne de vaca,
Que era porco ou então galinha,
E não era comida fraca,
Que saía da cozinha...

E no quintal da roça tem de tudo,
Legumes, frutas e verduras,
Na horta do caipira sortudo,
Que não falha nas sementeiras...

E a memória do povo é sem dúvida,
Dádiva muito esquecida,
Mas que é o sentido maior da vida...
Que sempre lembra das festas religiosas,
Na Igreja ou nos cruzeiros,
Reunindo almas fervorosas,
Em rezas o ano inteiro...

E muito mais se fala da solidariedade,
Seja com turista gringo,
Ou com as crianças de pouca idade,
E nas brincadeiras de domingo,
As farras das crianças
da roça e da cidade,
Nos rios do Tabuleiro,
Que corriam em abundância...

E os contos de ovnis e assombrações,
Rondam as ruas do distrito,
Estão em muitas recordações,
Na memória do povo circunscrito...

E assim, entendi que a paisagem,
Não é somente a mata e a cachoeira,
Não é somente a imagem,
Mas a vida por inteira,
Que se passa nessa paragem,
Com toda essa gente mineira...

Referências Bibliográficas

ARCHELA, Rosely & Gratão, Lucia & Trostdorf, Maria. (2010). O lugar dos mapas mentais na representação do lugar. 13.

ANDRINO, C. O.; COSTA, F. N. *Paepalanthus* subgen. *Xeractis* (Eriocaulaceae) in the central Espinhaço Range in Minas Gerais, Brazil. **Rodriguesia**, v. 64, n. 1, p. 75–89, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-78602013000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ANTUNES, A. **Do diamante ao aço: o ilustrado Intendente Câmara e a verdadeira história da primeira fábrica de ferro do Brasil**. 2ª edição ed. São Paulo: Alameda, 2018.

BAIDAL, J. A. Y. **TURISMO Y ESPACIOS RURALES: CONCEPTOS, FILOSOFÍAS Y REALIDADES** *Investigaciones Geográficas (Esp)*. [s.l.] Instituto Interuniversitario de Geografía, 2000. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=17602303>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BARBOSA, W. de A. **Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** *Texto constitucional originalmente publicado no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 1988.*, 1988. .

BRASIL. Lei nº25 de 1937. . 1937.

CAMPOS, G. de O.; SILVA, R. T. da; FARIA, F. OS MAPAS MENTAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL: a percepção do espaço (um estudo aplicado ao 6º e 9º ano da Escola Municipal Dr. Oswaldo Ferreira no Município de Santa Luzia, MG). **e-hum**, v. 4, n. 1, 14 jul. 2011. Disponível em: <<https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/434>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BRUCK, M. A. . **Entrevista com Marco Antônio Bruck**. Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais., 2020.

CIDADE E ALTERIDADE, F. de D. U. **RELATÓRIO SOBRE OS IMPACTOS DA MINERAÇÃO E AS MUDANÇAS NO CONTEXTO URBANO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO-MG, BRASIL** *RELATÓRIO FINAL - PDF Free Download*. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1858332-Relatorio-sobre-os-impactos-da-mineracao-e-as-mudancas-no-contexto-urbano-de-conceicao-do-mato-dentro-mg-brasil-relatorio-final.html>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, M. Plano Diretor. . 2003.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a paisagem e o passado. **Espaço Aberto**, v. 4, n. 1, p. 37–46, 2014.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROZENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123p. p.92-123

COSTA, J. R. **Conceição do Mato Dentro: fonte da saudade**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

COSTA, P. **Entrevista com Palmira Costa**Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais.Entrevista concedida a Dianaluz C. L. Corrêa, , 2020a. .

COSTA, Z. **Entrevista com Zenita Costa**Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais.Entrevista concedida a Dianaluz C. L. Corrêa, , 2020b. .

DAVIN, D. E. B. O homem e a terra: natureza da realidade geográfica. **Rev. Abordagem Gestalt**, v. 22, n. 2, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672016000200020>. Acesso em: 14 ago. 2020.

DELGADO, L. de A. N. **História oral – memória, tempo, identidades**. 2ª edição ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIAS, A. L. F.; OLIVEIRA, L. F. de. **Violação de Direitos e Dano ao Projeto de Vida no Contexto da Mineração**. São Carlos, SP.: Scienza, 2018.

DIAS, M. V. **Conceição do Mato Dentro: Viagem através dos tempos e contratempos da história de Conceição**. Belo Horizonte: Dossiê Agência de Investigação Histórica, 1994.

DIEGUES, A. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª edição ed. [s.l.] Editora Hucitec - NUPAUB-USP, 2008.

FAGUNDES NEVES, E. **Posseiros, reдеiros e proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. 2003. Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7313>>.

FERNANDES, A. da C. **Entrevista com Anísio da Cruz Fernandes**Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais.Entrevista concedida a Dianaluz C. L. Corrêa, , 2020. .

FROEHLICH, J. M. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento. In: ALMEIDA, J. A.; M., R.

(Ed.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, São Paulo.: EDUSC, 2000. p. 1–13.

FUNARI, P. P.; PELLEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2ª edição ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, v. Ano II, n. 3, p. 77–85, 1997.

IABS, I. B. de D. e S.-. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL SERRA DO INTENDENTE E DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TABULEIRO** Belo Horizonte, 2018. .

KOTLER, U. Paisagem – uma definição ambígua. **C. J. Arquitetura: Revista de Arquitetura, Planejamento e Construção**, v. 12, n. ano 3, 1976.

KUTSCHENSKI, M. L. de O. **Paisagem e ecoturismo: o caso do Distrito de Tabuleiro do Mato Dentro - MG**. 2006. Universidade de Brasília, Brasília, DF., 2006.

LA BLACHE, P. V. Os pays da França. In: HAESBAERT, ROGÉRIO; PEREIRA, SÉRGIO NUNES; RIBEIRO, G. (ORG. . (Ed.). **Vidal, Vidais. Textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 229–244.

LACERDA, M. O.. Paisagem da terra dos Diamantes: passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva. Instituto de Geociências. Tese de Doutorado (Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. 2014.

LAGES, Silvana. Questionário respondido para a autora. Conceição do Mato Dentro 2020.

LANDIM NETO, F.; DIAS, LIMA, R. Mapas mentais e a construção de um ensino de geografia significativo: Algumas reflexões. **Revista Geoaraguaia**, v. 1, n. 1, p. 1–12, 2011.

LIMA, M. F. de. **Entrevista com Manoel Floriano de Lima** Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Entrevista concedida a Dianaluz C. L. Corrêa, , 2020. .

MAGALHÃES, B. de. **Expansão Geográfica do Brasil Colonial**. Disponível em: <[http://sfx-demo.exlibrisgroup.com:3210/demo?rft.atitle=Expansão geographica do Brasil colonial&rft.aulast=Magalhães&rft.aufirst=Basílio de&rft.date=1935](http://sfx-demo.exlibrisgroup.com:3210/demo?rft.atitle=Expansão+geographica+do+Brasil+colonial&rft.aulast=Magalhães&rft.aufirst=Basílio+de&rft.date=1935)>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARX, Karl. Os **despossuídos**: debate sobre a lei referente ao uso da madeira. São. Paulo: Boitempo, 2017. p.150.

MARIANO, M. S. M. **Histórias da Cidade de Conceição, de vida e superação**. Belo Horizonte: Authentica Comunicação, 2011.

MARTINS, J. D. S. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 1, n. 2, p. 13, 2013. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/54>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MENESES, U. O campo do Patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural – desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF.: IPHAN, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf>.

MONBEIG, P. Os modos de pensar na geografia humana. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 15, n. 3, p. 46–51, 1989.

MORAIS, G. D. de. **Historia de Conceição do Mato Dentro**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1942.

MORENO, C. **A colonização e o povoamento do baixo e médio Jequitinhonha no século XIX: A “guerra justa” contra os índios**. Belo Horizonte: Companhia das Letras, 2001.

NASCIMENTO, F. B. do; SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira- SP. **Revista CPC**, v. 0, n. 10, p. 29, 1 out. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15660>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

NASCIMENTO, M. C. **Entrevista com dona Lia** Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais., 2020. .

NORA, P. **Entre Memória e História, A problemática dos lugares** Projeto História São Paulo, 1993. .

OLIVEIRA, C. M. de;; MELO, S. N. Agricultura familiar e o turismo em área rural: solução ou problema? In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia, MG.: Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

OLIVEIRA, N. A. D. S. A educação ambiental e a percepção fenomenológica, através de mapas mentais. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 16, p. 32–46, 2006.

PEREIRA, L. M. Intelectuais em ação, mineiridade em xeque. **Locus: revista de história**, v. 20, n. 2, p. 103–124, 2015.

PINTO, Y. A. R. G. **Neorrurais no Espinhaço Meridional e a Ressignificação da Paisagem Cultural**. 2019. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2019.

POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil (2ª parte)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

RAPINI, A. et al. A flora dos campos rupestres da Cadeia do Espinhaco AUTOR ALESSANDRO RAPINI ANO 2008. **Megadiversidade**, v. 4, n. 1–2, dez. 2008.

RIBEIRO, T. F. GENTRIFICAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS E PRÁTICOS DE SUA VERIFICAÇÃO NO BRASIL. **Revista de Direito da Cidade**, v. 10, n. 3, p. 3, 25 jul. 2018. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2014/04/17/ESPECULACAO-IMOBILIARIA-FAZ->>. Acesso em: 13 ago. 2020.

RODRIGUES, C. M. Os mapas de sertanistas das pedras brilhantesLos mapas de las piedras brillantes: entre el trazo rústico de los “sertanistas” y el diseño exacto de la cartografía europeaThe sertanistas maps of diamonds: between the rustic trait of sertanistas and the exa. **Terra Brasilis**, n. 9, 30 dez. 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2366>>. Acesso em: 11 ago. 2020.

RODRIGUES, G. **Entrevista com Gisele Rodrigues**Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais.Entrevista concedida a Dianaluz C. L. Corrêa, , 2020. .

SANTANA, W. A. de. **As novas formas de alteração do/no espaço: O turismo e as alterações no modo de vida dos moradores de Tabuleiro do Mato Dentro distrito de Conceição do Mato Dentro -MG**. 2018. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

SANTOS, J. L. dos. **O que é Cultura**. Coleção Pr ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. v. Coleção Pr

SANTOS, M. A. Questionário respondido para a autora. Conceição do Mato Dentro 2020.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço, Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Huicitec, 1996.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (ORGS. . (Ed.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999. p. 19–54.

SAUER, C. O. Introducción a la geografía histórica. **Polis (online)**, v. 8, 2004. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/6159>>.

SILVA, A.; ALCÂNTARA, V.; SANTOS, E. Turismo Rural de Desenvolvimento

Local Sustentável: problemas, premissas e perspectivas teóricas. **Administração Pública e Gestão Social**, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259460169_Turismo_Rural_de_Developmento_Local_Sustentavel_problemas_premissas_e_perspectivas_teoricas>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SILVA, C. R. da. **Entrevista com Cristiano Rodrigues da Silva** Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais. Entrevista concedida a Dianaluz C. L. Corrêa, , 2020. .

SILVA, J. G. DA; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. **Caderno CRH**, v. 28, p. 113–155, 1998.

SILVA, Júnia Graciele, Questionário respondido para a autora. Conceição do Mato Dentro 2020.

Tabuleiro do Mato Dentro | Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro. Disponível em: <<http://cmd.mg.gov.br/distritos/tabuleiro-do-mato-dentro>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

VENÂNCIO, R. P. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p. 165–181, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 11 ago. 2020.

VIDAL DE LA BLACHE, P. **Les genres de vie dans la géographie humaine**. **Annales de Géographie**, v. 20, n. 111, p. 193-212, 1911. GEOgraphia, Revista do Programa de Pós Graduação da UFF, ano 7, nº 13, Rio de Janeiro: 2005.

UNESCO. **Site das Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

WANDERLEY, Andrea C. T **Os índios botocudos sob as lentes de Walter Garbe**, em 1909, in BRASILIANA FOTOGRAFICA <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=8567>, acessado em 25 de novembro de 2019.

WIKIPEDIA. **Conceição do Mato Dentro**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Concei%C3%A7%C3%A3o_do_Mato_Dentro. Acesso em: 06 dez. de 2019.

ANEXO I – Entrevistas com os moradores de Tabuleiro:

Entrevista com Palmira Costa:

Palmira: O parque e a prefeitura que mudou no Tabuleiro foi muita coisa uai, muita coisa de melhora, não tinha igual essa Sede, essas estrada aí tudo no jeito, tá fazendo o calçamento aí tudo no jeito, encanamento de água tá tudo ok, então tá tudo beleza, sobre a prefeitura não tem falta nenhuma.

Dianaluz: E sobre o cotidiano?

Palmira: A minha vida é vida trabalhadora, foi sofrida desde nova, pelejando com a vida, hoje graças a deus que eu já tô mais manera que eu já tenho minha família que me ajuda, mas no mais aí a gente faz tudo que puder fazer, tem a fábrica de farinha de mandioca, tem de rapadura, tem um moinho que faz fubá que eu despacho aí também, tem fábrica de pinga, a gente cuida das criação da gente aí, no mais graças a deus tudo bem...

Dianaluz: Que histórias a senhora poderia contar do Tabuleiro?

Palmira: Uai, valorizou muito né, sobre as coisas do Tabuleiro que antes era muito difícil a vida da gente, aí pra gente tê as coisas pra alimentação tinha que ser tudo em Conceição, agora não, agora graças a Deus tá no jeito aí que a gente pode na hora fazer um almoço que a gente encontra as coisas, as despesas né, as coisas tudo direitinho, já melhorou muito essas coisas aí que antes nem carro tinha, pra gente ir em Conceição pra gente fazer compra pra despesa assim tinha que ser a pé, tinha que ser a cavalo, a distância era muita, era não, é né, a distância muita e agora não, agora graças a deus tem carro, posto de saúde aqui no Tabuleiro, tudo ajuda né, aqui valorizou muito.

Dianaluz: Alguma coisa marcante de Tabuleiro?

Palmira: Uai, valorizou muito, tudo eu faço... quando bem antes, quando eu estudava, estudava em distância bem longe, a gente tinha que sair de manhã, às vezes não tinha nem um tira jejum direito na escola pra gente, a gente ia caminhando, voltava caminhando era aquela campanha direto pelo tempo que a gente estudou né, e hoje já tem é carro para levar os menino os aluno tudo prum lado e pro outro, tudo já valorizou, trouxe muita vantagem pro lugar.

Dianaluz: E o casamento da senhora, onde foi?

Palmira: Casamento foi lá em Conceição, eu casei muito nova, casei com dezessete anos, não tinha nem esses planos nem nada pra aprontar casamento... Eu casei mesmo de livre vontade, casei com dezessete anos já casando e arrumando família... [risos] , nunca dizia que

desesperasse com minha família, graças a deus tudo beleza, adoro meus filhos e no mais casamento não tinha, padre não vinha aqui em Tabuleiro pra fazer casamento, tudo era difícil antes no meu tempo, tudo era difícil, então quando eu casei foi de cavalaria, foi muitos cavaleiro, eu saí daqui que é o Rio Preto, fiz o casamento lá na Igreja do Seu Bom Jesus do Matosinhos, fiz o casamento depois vim pra cá e foi festa e dança e farra a noite toda (risada sonora).

Dianaluz: Tem memórias das festas religiosas?

Palmira: Festas religiosas, sobre festa assim de igreja e tudo. Tenho uai, antes de um tempo pra trás o padre vinha aqui igual eu tô te contando, estrada de carro não tinha, padre pra vim aqui fazer uma festa aqui no Tabuleiro vinha a cavalo também, era o carro que existia era o cavalo, aí vinha a cavalo também, passava lá pelas Três Barras, chegava aqui pra festa de dia de sexta feira, era sábado domingo, ele ia embora na segunda-feira, agora hoje como já tem carro tem muitas coisas assim que já favorece, o padre vem aí, celebra uma missa aí, nem dormir ele não dorme, já é uma diferença né, ele já vem aí, celebra a missa, as vezes tem procissão, às vezes não tem, acompanha a procissão nada, festinha boa mais já é mais simples.

Dianaluz: E quais as festas que têm no Tabuleiro?

Palmira: Tem a festa de Nossa Senhora do Rosário, que tem os rei, tem a festa de São Sebastião... A festa de São Sebastião agora ta sendo uma festa simples né, só tem levantação de bandeira no dia atrás e tem a missa e a procissão, já não tá tendo mais nem festeiro já próprio pra isso, pessoal que tá fazendo a festa, pessoal aí da região que faz a festa o leilão o foguete e ajuda aí

Dianaluz: O parque mudou alguma coisa pra senhora?

Palmira: Eu pra mim não atrapalhou nem posso falar que valorizou, aqui pra mim eu quase nem vou no parque, pouco entendo esse negócio de parque mas por um momento valorizou sim que dá serviço pros morador, pessoal muita gente trabalha lá, agora dizer que eu posso contar muita coisa eu não posso... nem nunca fui lá, nunca fui mas não tem nada pra falar contra.

Entrevista com o Senhor Manoel Floriano de Lima, Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro.

Dianaluz: Boa tarde senhor Manoel Floriano de Lima. Meu nome é Dianaluz. Meu trabalho é sobre a história do tabuleiro e eu queria saber um pouco do senhor como que é o cotidiano do senhor hoje e como que foi antigamente?

Manoel: Antigamente por hoje tem muita diferença, né, Muita diferença, que antigamente era uma coisa que era muito difícil aqui muito difícil, hoje não, hoje tá tranquilo, hoje quase tudo que precisa aqui tem né. Antigamente não, era difícil. Não havia luz, num havia estrada de carro, a gente tinha que andar a pé, daqui em Conceição a pé e sair daqui e voltar a pé. Aí é difícil. aí é difícil demais. E agora não, agora tá bom porque agora tem carro. Tem a luz no lugar. Você precisa comprar um negócio na mercearia aí, perto. Tá tudo fácil. Fosse preciso dum posto de saúde tá aí funcionando duas vezes por semana, tá ruim não, tá bom, em vista do que era lá pra trás, agora tá bom.

Dianaluz: Eu queria saber também. Se o senhor tem alguma história do Tabuleiro, pode ser a história de terror e história de Ovni, se o senhor já viu alguma coisa assim se sabe de alguma história se o senhor tem alguma história que o senhor gostaria de lembrar contar pra gente.

Manoel: Aí aí faz história pra ter muita história. é muita história, mesmo que a gente conforme nem lembra delas. A passagem, a dificuldade que a gente passava era muita né. De tudo por tudo passava a história. Até é difícil contar conforme era que nem lembra direito.

Dianaluz: O senhor não sabe de nenhuma história de óvni, de disco voador. Sabe não?

Manoel: Não, é que tinha aí uma e um deles morreu. Ele mora na cidade, o último que falou que viu, né.

Dianaluz: Joaquim Elói, né?

Manoel: E o Cilo, Cilo morreu aí, ele morava do lado, ele morreu. Mas a gente quer servir assim. Eu vivi toda vida andando pra lá e pra cá. A vida era muito difícil. Eu não tinha condição de virar e tinha que trabalhar com dois menino doente. Tinha três, aí morreu um, ficou dois. Aí é dificuldade demais que a gente foi viver, hoje não, hoje tá bom demais.

Dianaluz: E sobre o Parque, o senhor sabe alguma coisa, se mudou com o parque?

Manoel: Não, o Parque que tem aí, não é coisa que, o parque ele tá muito bom, dá serviço pro outros, fica mais reservado, com mais reserva, que antes mesmo ficava com muito menos reserva que tinha, hoje ele fica com mais reserva da natureza.

Dianaluz: E o senhor acha bom essa reserva da natureza?

Manoel: Eu acho bom porque precisa ter né, por que se não tiver vai indo, as coisas vão acabando acabando e fica cada dia pior...

Dianaluz: O senhor não lembra de nenhuma história sobre o Tabuleiro?

Manoel: O que eu tô lembrando agora eu não tô lembrando... quando a gente põe na cabeça assim a gente lembra e conta...

Dianaluz: Eu devia ter convidado o senhor antes né...

Manoel: Pra gente lembrar...

Dianaluz: Posso voltar aqui uma outra hora...

Entrevista com Sr. Anísio da Cruz Fernandes, Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro.

Dianaluz: O senhor pode falar a vontade agora

Anísio: É porque aqui antigamente o Parque pelo menos, começando pelo parque... Alí não tinha estrada né, era campo, campo é até hoje, mas hoje diferenciou muito, não tinha a sede lá, não tinha aquelas casas, não tinha aquela sede, não tinha nada, agora hoje não, hoje tem gente que trabalha lá, tem a ponte que no início num tinha pra ir pra lá. Num tinha nada hoje tem a ponte. Hoje tem calçada, tem muita coisa, melhorou, né. Aí agora eu num sei o que cê se lá é que é? Não sei aí que eu não sei explicar se é pelo Estado, cê é Prefeitura ou se é o Estado e junto com a Prefeitura, sabe né que me orar melhorou muito porque antigamente não tinha nada, né? Hoje é frequentado e turista. é muita gente que vem de longe pra ir né.

Anísio: Agora com a relação ao Tabuleiro, Tabuleiro virou outro, lá atrás e eu num lembro não num é da minha época, mas num vinha carro aqui no tabuleiro, não não tinha carro que vinha aí não, era tudo na cacunda de burro que trazia as coisas de Conceição para aqui e levava daqui pra lá, vinha da Lapinha... Hoje não, hoje aqui tem carro, todo canto tem, tem o ônibus que leva o povo e volta. Melhorou muito. Agora de quando eu era pequeno isso aí muita coisa que mudou, né.

Dianaluz: Quantos anos O senhor tem.

Anísio: Eu tenho Cinquenta e sete. Eu fui criado nas casa de capim de casa de Pau a pique tudo. Hoje, por tudo é casa de teia... muita gente se você fala na casa de capim, hoje muita gente não conhece, talvez nem você mesmo. Não conhece pela sua idade.

Dianaluz: Eu num conheço não

Não tinha telha nem nada...

Dianaluz: E quando chovia?

Anísio: Era casa capim e casa de Barro... Chovia normal,

Dianaluz: Não molhava não?

Anísio: Não molhava não. A casa de Sapé que fala né, Casa capim é mesma coisa que casa de Sapê. Só que não pingava não, era muito bem tampado. Dava muito cisco dentro de casa quando ventava, quando ventava dava muito cisco dentro de casa. E não tinha tijolo igual hoje não, parede de tijolo não, tudo era de pau a pique, era barro e madeira que era feito. Jeito do povo comer, não tinha hoje, hoje tem colher, tem garfo, o povo hoje fala é talher, no caso, mas não tinha não, era tudo feito de bambu, inclusive cuité, chamava cuité, alí perto na casa de Juquinha alí tem, tem um pé lá, lá é cheio daquelas cabaçona assim que serrava pra fazer

os prato que não tinha, não existia prato, aí eu fazia as colherzinha de bambu pro povo comer, eu pelo menos fui nascido assim, aí depois já veio melhorando , apareceu prato, panela de alumínio, ninguém nunca ouviu falar nisso, era panela de ferro, mas quando era as panela de ferro ainda era mais até adiantado que nos começo mesmo era panela de pedra, de pedra e de barro que tinha. Por que que aqui em Tabuleiro chama Tabuleiro o lugar. Dizem que a história era assim, uma mulher ela fazia bolo, biscoito e levava no Tabuleiro pra vender outra hora pra doar lá na escola que a escola na época não tinha merenda, aí diz que essa mulher levava biscoito pros menino no tabuleiro, e bolo na escola, aí ela um dia caíu, caiu e sujou os bolo tudo de terra, os biscoito, aí o povo falava a mulher do tabuleiro caiu, a mulher do tabuleiro caiu com os bolo, nesse falar assim, a mulher do tabuleiro caiu, porque é o tabuleiro não era nome do Tabuleiro não, é porque ela levava bolo no tabuleiro, igual esse tabuleiro de fazer bolo hoje, não tem? Pois é , na época o tabuleiro era de madeira, ela fazia bolo na panela, e assava e punha no tabuleiro de madeira e levava, nela cair e sujar o bolo a notícia correu, a mulher do tabuleiro caiu com bolo que ia levando pros menino, aí ficou o nome de Tabuleiro, aí ela morreu mas a história ficou né, ficou a história que a mulher morreu , mas ficou, aí em vez de o nome da mulher do tabuleiro, ficou o nome do lugar... Mas tem muita história hoje carrinho de menino brincar hoje é tudo de plástico, de fibra, pra trás era tudo de madeira, os menino brincava com carrinho de madeira, que não existia estes plástico assim, não existia, só de madeira...

Dianaluz: E o senhor sabe de história mal assombrada, de terror aqui?

Anísio: Já ouvi falar muito, não que eu acredite né...

Dianaluz: O senhor conhece alguma história pra contar?

Anísio: Conheço, alí berando a casa do Juquinha alí diz que um homem uma vez, ele vinha de lá de Tabuleiro chegou lá com a lua clara demais, diz que tinha um caixão no meio do caminho, aí ele ia passar pro lado da cabeça dele ele aumentava pra frente , ia passar pros lado dos pé ele aumentava, aí até que ele passou por cima pra poder ir embora

Dianaluz: Por cima do caixão?

Anísio: Passou por cima do caixão, assim os outros contam a história, mas tem muito trem. Telha, casa de telha não era dessas aqui , quando apareceu a casa de telha, que nós não tinha não, éra capim, mas quando apareceu a casa de telha era daquelas lá ó, aquelas telha lá, feita tudo na mão, aquela é feita na mão, mas aí as coisas muda muito.

Dianaluz: O senhor viveu aqui quando não tinha estrada?

Anísio: Já tinha né , daqui pra Conceição que eu lembro tinha , não tinha era lá pra Sede né , a sede que vai lá pra cachoeira não tinha...

Dianaluz: Mas era estrada ou era picada?

Anísio: Daqui pra Conceição? Quando eu lembro já tinha estrada, uma estradinha feita a mão aí, vinha uns carro antigo aí, igual o jeep. Aqui tinha dois homem que tinha dois carro aqui, era Sô Nem que morreu, pai da Cici alí, e o Antônio Ferreira, esse Antônio Ferreira vive aí até hoje, os primeiros carros que apareceu aqui foi dele, dois jeep, aí depois, diz que essa estrada foi tudo feita na mão, daqui até Conceição, depois que veio as máquina né, veio trator de esteira e abriu a estrada aqui, foi melhorando, essa estrada que vai pro Crido aí ó não tinha, essa que desce aqui não tinha...

Dianaluz: E energia Elétrica?

Anísio: Energia elétrica não tinha, foi no mandato do Dr. Sebastião que pôs um bocado e depois foi o Breno, por aí foi trocando de prefeito, foi melhorando, foi indo pra essas região aí. Quando nasceu aquele projeto de Luz para Todos foi que acabou de melhorar esse negócio de energia, aí tinha energia só no arraialzinho lá no Tabuleiro e noutros canto não tinha...

Dianaluz: E alguma história que marcou o senhor, a sua vida, a sua estadia aqui no Tabuleiro, que o senhor tá aqui desde criança?

Anísio: Eu sou...

Dianaluz: Alguma história que você lembre de Tabuleiro assim...

Anísio: História que me marcou aqui foi da Festa do Rosário, tem ela até hoje, eu lembro quando eu era menino , os primeiro dia que eu ia na festa, aí a tradição não acabou é até hoje , porque é a mesma festa né, todo ano tem, Nossa Senhora do Rosário, eu era menino eu lembro que nós vinha na festa, aí tinha comida, tinha doce, tinha muita coisa, até hoje é assim...

Dianaluz: Eles distribuem doce no final da festa né...

Anísio: Distribui doce...

Anísio: É bom demais... Aí tem até hoje, que o povo faz. E outra história é quando eu estava na escola, estudava muito e passava fome, que na época não tinha merenda boa que nem tem hoje não, tem tudo e ainda assim muitos ainda não quer ir na escola... na época nós... aqui pra cima de Tabuleiro tinha um homem que ele fazia rapadura e plantava muito amendoim, esse homem que matou a nossa fome muito quando nós tava na escola.

Dianaluz: E a escola era onde? Aqui no Tabuleiro mesmo?

Anísio: Aqui no Tabuleiro mesmo , só que não é no lugar do grupo hoje não, a escola que eu estudei é no mesmo lugar que tá mercearia do Antônio Ferreira, ali foi onde que eu estudei... Aí Antônio Ferreira comprou o lugar lá e fez a mercearia e o grupo mudou lá pra cima, a prefeitura comprou aquele pedaço lá e fez o grupo lá, mas a escola era cá embaixo. Aí todo dia nós saía da escola e com fome, que a merenda era aquele mingau na época, era mingau, tinha dia que tava ralinho porque era pouco, a cozinheira aumentava a água nele, aí nós saía com fome passava na casa desse homem lá fazendo rapadura, nós chegava lá de qualquer jeito que tivesse a rapadura pra nós tava bom, se tivesse moendo nós bebia garapa fria, se tivesse melado já no tacho nós comia melado, se a rapadura tivesse pronta ele dava pra nós rapadura e amendoim ele enxia a banca de amendoim lá aí nós comia pra acabar de chegar no Charco, que eu morava no Charco, sou nascido e criado no Charco, uns 3 quilômetros depois de Tabuleiro pra cima assim...

Dianaluz: O senhor morava longe então da escola...

Anísio: Era 3 quilômetro, capaz de dar mais que 3 de Tabuleiro lá e era todo dia daquele tipo...

Dianaluz: Você ia a pé?

Anísio: A pé...

Dianaluz: Ia sozinho?

Anísio: Não, ia eu, um irmão meu que mora aqui em Conceição, essa irmã minha que mora aqui, nós tudo estudou lá no Tabuleiro, e tem uns outros colega meu que mora em Belo Horizonte hoje, nós ia tudo junto, nós era muito, uns 8 que morava na época no Charco...

Dianaluz: Então o Charco era mais povoado do que é hoje né?

Anísio: Mas você conhece o Charco hoje?

Dianaluz: Conheço,

Anísio: Pois é, acabou o povo lá...

Dianaluz: Tem umas duas ou três casas só...

Anísio: Acabou, duas casa, que morador lá é dois só, que mora lá é Emílio e Tião mora lá, lá só tem dois morador no Charco, na época não, ali tinha muita casa, tinha Zé Izidoro, tinha nós, Didico, tinha Biribó, lá era muita gente...

Dianaluz: Então os primeiros carros que tinha aqui foi do Antônio Ferreira e quem mais?

Anísio: Ah, o que eu lembro é, os primeiro carro que entrou aqui foi Antônio Ferreira e So Nem, pai da Cici, você pode perguntar a ela pra você ver, igual desse tipo, nunca vi um homem bom daquele tipo, todos dois, tanto ele quanto Antônio Ferreira na época era os carro

que tinha, era os dois jeep que tinha aí... Aí quando adoecia uma pessoa aqui todo mundo ia lá né, porque era os dois que tinha, na época adoecia uma pessoa ia lá no Antônio Ferreira ou no Sô Nem, pra poder levar o doente pra cidade, aí Antônio Ferreira vai lá, pode trazer a pessoa , outra hora o Sô Nem, há pode trazer. Sô Nem costumava tá moendo na casa dele, aí chegava lá ele tava com cana no engenho , outra hora tava com burro arriado pra poder puxar cana , chegava ô Sô Nem, eu vim cá falar com você que fulano tá doente lá em casa, ele dizia não, vou desariar esses burro aí e chego lá já , aí ele ia e levava o doente pra Conceição, Antônio Ferreira do mesmo jeito, outra hora Sô Nem tava viajando, Sô Nem viajava muito, Sô Nem tá viajando, hoje é Seu Antônio Ferreira que vai levar fulano de tal pra cidade. Aí foi aparecendo carro , foi melhorando um comprou um carro, aí passava outro tempo a situação do outro melhorava um tiquinho comprou um carro , daí a pouco apareceu a estrada , aí o povo falava, agora tem estrada nós também tem que comprar um carro, só melhorando, pra você ver que hoje carro aí tem pra todo canto , qualquer hora que adoecer uma pessoa aí tem carro, mas pra trás não, era só Sô Nem e Antônio Ferreira...

Dianaluz: Isso foi quando, o senhor lembra?

Anísio: Agora você me apertou, eu sou de 62, na época eu tinha o que, uns dez anos, um pouco mais que eu lembro disso aí, uns 15 anos pra trás que eu lembro, aí, já tem muitos anos, uns trinta anos ou mais...

Anísio: Não tem Geralda? Tem mais de trinta anos que Sô Nem... apareceu os carro aqui no Tabuleiro não tem?

Anísio: Sô Nem e Antônio Ferreira que eras dois aí, levavam doente pra cidade? Que ela tá fazendo uma entrevista aqui, perguntando como é que era...

Dianaluz: Se a senhora quiser conceder sua palavra e falar um pouquinho também [...] o que a senhora lembra, também seria interessante... Como é o nome da senhora?

Entrevista com Geralda, Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro.

Dianaluz: Quer contar alguma coisa pra gente Dona Geralda? Do passado, como que era aqui

Geralda: Não...

Anísio: Conta qualquer coisa que você lembre, tempo de solteira, eu mais ela aqui que nós penava direitinho, nós morava no Charco e tio Bernardo tinha um cavalo que ele emprestava a nós pra vender abóbora e café, era os trem que nós tinha no Charco com fatura na época era café...

Geralda: Eu sou irmã dele...Nós vendia as coisinha na cidade, samambaia, jiló, era abóbora, comprava as despesa pra trazer pra dentro de casa, arrumava animal com os outros, trazia as coisas pra comer, alimentar né... As coisas de comer era muito difícil...

Anísio: Nós ia a cavalo, eu ia montado na garupa dela, ela era solteira na época e eu era menino, eu sou mais novo que ela, aí nós ia, vendia café, vendia abóbora, vendia jiló lá em Conceição, samambaia que achasse, é gondó, vendia e comprava as coisas e montava no cavalo de novo e vinha...

Dianaluz: E o senhor trabalhava na roça?

Nascido e criado na roça, depois eu cresci né, casei , fui pra Belo Horizonte, trabalhei muito tempo em Belo Horizonte... e por aí vai a luta da vida... Fazenda, batendo foice por aí a fora, capinando foice , enxada, machado... Ah, com 57 anos a gente já penou muito...

Dianaluz: O que o senhor gostaria de contar mais pra nós?

Anísio: Uai, não tô sabendo de mais nada...

Dianaluz: Mas o senhor falou bastante ..

Anísio: Mas na hora que a gente precisa de falar a gente esquece muita coisa, hora que você tá pensando, tem dia que nós perde o sono de noite e fica pensando cada coisa que já passou com a gente no mundo e na vida...

Geralda: Dia primeiro o marido da gente não tinha nada, saía pras fazenda pra trabalhar, trabalhava 60 dias e trazia 700 reais, 800, não dava nem pro começo das venda, que a esposa ficava encampando as coisas pra dar pros menino , gastava demais, tudo que fazia ...

Anísio: Cama... hoje pra você ver todo mundo é colchão de espuma, você vê colchão de espuma aí jogado no lixo pra todo canto , o povo ah, o colchão rasgou aqui, vou jogar ele fora...

Dianaluz: Travesseiro né...

Anísio: Nós é criado n cama de vara é uma estaca fincada cá outra lá era as quatro estaca e punha um ... igual cama de índio , não tem diferença de cama de índio , aí enxia esses saco aí , enxia esses saco de plástico, outra hora de linhagem, o plástico já é mais moderno , primeiro era saco de linhagem né Irair, enxia os sacos de linhagem e fazia os colchão, enxia u de palha ou de capim e fazia a cama e dormia, hoje em dia você vê que é colchão de espuma, coberta boa tá sobrando , é por isso que eu falo pra você que o povo não pode queixar dos governante, dos prefeito, eu não queixo, pra mim qualquer prefeito que cair lá pra mim tá bom , qualquer governo que cair lá tá bom porque de todo jeito se você for tocar tudo com o dinheiro, você não dá conta , você precisa de uma consulta, você precisa de um remédio... Se você for tocar tudo com o dinheiro que vem você não dá conta, por isso qualquer prefeito pra mim tá bom... E cada governo que cai lá e cada prefeito que cai na prefeitura piorar não piora não, porque se piorasse a gente tava pior , tá melhor né , quer dizer que só melhora muita coisa, em vista do que era melhora muita coisa.

[...] Dianaluz conversando com Dona Geralda

Anísio: Carne Diana, se você engordasse um porco ou criasse um frango dentro do terreiro você comia, as condições era pouca, não dava pra comer um torresmo... Hoje compra de comida todo mundo tá rico, comida e roupa, todo mundo tá rico, hoje você ganha roupa, dá pra você viver, comida, todo mundo tem a vontade, melhorou muito...

Dianaluz: Melhorou né...

[silêncio]

Dianaluz: Então seu Anísio, a gente pode encerrar aqui a entrevista... o senhor tem mais alguma coisa pra falar?

Anísio: Pode encerrar, depois se a gente alembra mais, faz outra né...

Entrevista com Zenita Costa, Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro.

Dianaluz: Dia dois de fevereiro, a entrevista com dona Zenita do Tabuleiro. Bom Dia Dona Zenita por favor como que é o nome da senhora.

Zenita: Zenita Costa

Dianaluz: Quantos anos a senhora tem?

Zenita: Setenta e cinco

Dianaluz: A senhora poderia contar por favor como que era o Tabuleiro antes como que tá agora dia a dia da senhora, como era antes como é agora e se o parque mudou alguma coisa na vida da senhora.

Zenita: Antigamente, no tempo era mais nova, tinha mais pouco morador, as coisa era muito muito difícil, mas era bom, muito boa. A gente podia dormir com a casa aberta, janela, aberta, e fazia muito calor igualmente tá fazendo agora e hoje a gente num pode porque tem muito turista demais que já mudou por aqui. A gente conhece as pessoas de cara, mas de coração ninguém conhece. Eu acho que isso é só muito mudou muito pra todo mundo...

Dianaluz: E como era quando eu não tinha estrada?

Zenita: Não tinha estrada, nós ia pé, levava cargueiro na cidade, muçanga pra vender lá no mercado. E ia pé, voltava a pé

Dianaluz: que que vocês vendiam no mercado?

Zenita: Nós vendia rapadura, vendia farinha, vendia banana.

Dianaluz: E levava como?

Zenita: Nós apanhava uma micharia né,

Dianaluz: Cês levavam como as coisas?

Zenita: Levava no animal, não tinha carro, num tinha estrada de carro...

Dianaluz: E era picada até lá.

Zenita: Ahan, E ficava lá. E nós costumava de ir a pé e voltar a pé no mesmo dia né. Mas quando você vai vender muçanga aí no dia de sábado aí a sexta-feira cedo, aí tinha que dormir, pra vender cedo lá no mercado, sábado e voltava, meio dia, meio dia e meia, voltava, chegava de noite, mas voltava.

Dianaluz: E a senhora tem alguma lembrança alguma memória que a senhora gostaria de contar, ouvi falar que a senhora já viu até disco voador aqui.

Zenita: Já, já vi disco voador, mas depois disto e eu já vi uma coisa muito feia ali no no poço.

Dianaluz: É mesmo?

Zenita: E não tem muito tempo não, deve ter uns oito ou nove anos...

Dianaluz: Que que aconteceu?

Zenita: Na base de umas duas hora, duas e meia, eu fui lá pra minha neta. Ela disse que ia pescar. Não era, tem pescaria não. Cheguei lá assim, no bando de cá mesmo, aí eu ouvi uma zuerada, quebrou a mata lá de cima de que eu tava, era um avião, um avião, um aviã desses grande, desses grandão, eu falei assim com mi, vou pular dentro d'água. Ela falou você é boba mãe, é melhor que morrer queimada, não é não, isso aí vai cair dentro d'agua aqui, que que nós vamos fazer, e o negócio é aquele aviãozão mesmo, grandão, voando assim por cima da água, até com uma vara eu batia nele, e sumiu, ele sumiu...

Sumiu?

Zenita: Ele sumiu, nós ficamos paralisadas um tempão em cima da pedra sem poder caminhar, não conversava, aquele trem sumiu e não voltou,

E a senhora acha que era um avião?

Zenita: Foi uma figura de avião, mas não era um avião não, as pessoas que estavam lá dentro dele, tinha duas pessoas, mas era pequenininha e de boné, de capacete, aí nós voltamos e corremos, viemos embora...

Eu vou lá até hoje, vou lá, passeio, costume ir lá, tem a rede de pescar, levar os cachorro, mas quando eu vejo um barulho assim, já tenho medo, aquilo lá era muito grande, muito feio, de dia, de dia, mas eles podem ter vindo aqui... ms o primeiro disco voador que eu vi, eu não via ele não... eu tava esperando a menina, minha menina caçula estava passando até mal, e eu ouvia o cachorrinha tava latindo muito, foi latindo, a gente morava na outra casa construiu ali, aí o negócio veio em cima da telha, que eu vi a telha afundando, eu pensei esse trem vai matar nós, esse povo não corre, meu marido na porta, e os meninos tá dormindo e depois com muito custo... meu marido falou assim: Eu vou lá no terreiro, não tinha banheiro, eu falei: Você não vai não, que tem uma coisa muito feia no terreiro, que eu ví o negócio pousando e o negócio é feio, e a cachorra parou de latir e ficou quietinha durante o tempo que teve no terreiro a cachorra ficou sem latir aí na hora o negócio cantou, zuera redonda, aí na hora que ele levantou aí a cachorra latiu, sumiu... Eu levantei muito cedo pra ver se eu via o rastro lá no terreiro, não tinha nada, por que aqui muita gente já viu disco voador, o meu padrinho de

batismo ele é vivo até hoje, ele tem 101 anos, ele é cego, ficou olhando pela fechadura da porta lá na casa dele...

Ele ficou olhando pro lado de fora pra ver as pessoas, ele diz que era baixinho e o disco voador era redondo...

Dianaluz: Muito interessante...

Zenita: Agora aparece... parou um bocado de aparecer...

Dianaluz: Mas antes era com mais frequência?

Zenita: Aparecia, quase todo dia aparecia, todo dia, aqui em casa tem o poço aí, depois você desce lá pra ver, todo dia ele vinha, no alto assim, parece quando que eu vejo assim ele fica passando, mas todo dia ele aparecia, não sei porque que ele, agora ele não tá aparecendo não... Mas a gente também não sai de noite né ...

Dianaluz: Mas a gente sai de noite e não vê não...

Zenita: Vê não, você tá falando esse negócio do Parque, antigamente era muito bom sem esse parque, depois que entrou esse parque aí virou uma miséria, que eles invade pra fazer acero, os outros não pode buscar lenha que todo mundo tem fogão de lenha, eu tenho fogão de lenha ali, tem fogão a gás mas não gosto de comida de fogão a gás por que eu sou acostumada com comida de fogão de lenha, desse pequeno, e o povo pescava lá, pessoal antigamente pescava lá pra apanhar o peixe, que a carne deles era tudo peixe, era o peixe, muitos viviam, criavam a família com o peixe de lá, não tinha óleo, não havia óleo, gordura era tocinho mas muito difícil engordar, eles assava, enfiava assim, fazia um espeto de madeira, enfiava aquelas tirinha de peixe, assava no fogo e aí fazia angu pra poder tratar dos menino pra não morrer de fome, hoje ninguém pode pescar, ninguém pode pescar, e nós tem terreno da gente dentro do parque. Eu não vejo vantagem nesse parque aí não, nenhuma...

Dianaluz: e lenha também né...

Zenita: Quem não pode comprar gás, todo mundo aqui cozinhava no fogão de lenha, ninguém cozinhava no fogão à gás, ninguém, ninguém, ninguém, não conhecia, não havia, não tinha onde buscar também, como que ia buscar lá em Conceição, sendo que não vendia e se desse pra vender, ia buscar nas costas? Não tinha jeito né... É muito difícil, eu acho que mudou muito até, e eu acho que vai piorar cada vez mais, eu achava que aqui antigamente era muito maneiro...

Dianaluz: E das festas religiosas, a senhora tem memória das festas?

Zenita: uai, as festas religiosas aqui é Nossa Senhora do Rosário, Sagrado Coração, São Sebastião, daí todo ano tem, é muito bom. A Festa do Rosário também muito bom, comes e

bebes pro povo, todo mundo que vim come e bebe, ninguém paga nada, aqui é bom né, lugar pobre de vera, mas ninguém tem dó de nada, ninguém tem dó de nada, ninguém é ruim, ninguém faz maldade pra ninguém, você pode andar aqui pra onde você quiser, pode dormir a onde você quiser debaixo de uma barraca, que ninguém vai lá fazer pra você ruindade, daqui não, só se for um de fora igual agora aparece muitos turistas, você pode ficar assim com medo, turista não vem s' de um lugar, vem de todo canto né, se for pensar, aí vocês pode ficar com medo, mas do povo daqui não, ninguém daqui não faz ruindade com ninguém, não tem coragem, graças a deus a gente conhece o povo da gente...

Dianaluz: Aqui é muito gostoso né, os passarinhos...

Zenita: Você já foi lá embaixo no rio?

Dianaluz: Já fui já, já fui...

Zenita: Foi lá hoje?

Dianaluz: Hoje não...

Zenita: Lá é bom...

Dianaluz: Mais tarde vou lá então...

Zenita: Pode ir, lá é bom...

Dianaluz: obrigada,

Zenita: Muito bonito lá, tá com folha, teve uma enchente muito grande que levou bem sujeira pro rio abaixo, mas lá dentro do poço mesmo não tem não, mas pro fundo aqui de casa tem muita sujeira de lá... Antigamente nós trabalhava demais de baixo de sol e chuva capinando, eu não sei ler, nós capinava pra plantar e colher, nossa, era bom demais, agora o povo hoje quer viver na balança... tem uns 25 anos que eu não compro feijão pra despesa...

Dianaluz: Só o da senhora mesmo?

Zenita: é, só daqui mesmo...

Zenita: Você quer um suco, café?

Dianaluz: Não, estou de boa, obrigada...

Zenita: de onde que você é? de Belo Horiznte?

Dianaluz: Eu sou de São Paulo, do interior de São Paulo...

Zenita: Ah, é longe heim... é longe...

Zenita: Com companheiro ou tá só?

Dianaluz: Não, eu estou só, eu vim morar no Tabuleiro, morei aqui um tempo, aí eu comecei a fazer esse trabalho lá em Diamantina, aí eu precisei ir pra lá porque eu tenho que assistir

aulas, aí eu fui pra lá, mas eu volto aqui pra fazer as entrevistas e quem sabe no futuro voltar a morar aqui de novo...

Zenita: Credo, Tabuleiro...

Dianaluz: Eu gosto do Tabuleiro, essas histórias que a senhora conta, eu acho muito interessante..

Zenita: Aqui é bom, porque a gente aqui a gente paga só imposto do terreno, não paga iptu de casa que a gente mora no terreno da gente mesmo, quem compra lote também não paga iptu, paga só né... ninguém paga imposto de água, todo mundo tem sua água, tem água com fatura graças a Deus, diminui muito na seca, mas tem muita água ainda, muito bom, diverte muito, eu acho que eu se for pra morar na cidade eu não quero porque eu já estou com 75 anos, fui nascida e criada aqui, não acho bacana morar na cidade não, quando eu vou na cidade eu fico louca pra vir embora...

é, verdade, eu também...

Zenita: Eu fico louca pra vir embora, aqui tem galinha, tem cachorro, a gente diverte... na cidade não, na cidade é bom pra quem já é nascido e criado lá, já sabe o sistema de lá, a gente já sabe o sistema da gente na roça...

Dianaluz: E o dia a dia da senhora, como era antigamente?

Zenita: Como assim que você fala, de trabalho?

Dianaluz: É, como a senhora fazia...

Zenita: Quando era solteira de trabalho era trabalhar na enxada, trabalhei até no meio de quarenta homens, porque os pais da gente tava ficando idoso, a gente tinha que trabalhar né, tinha que trabalhar, eu comecei a trabalhar pros outros ganhando um conto, réis por réis, uma pratinha, que que valia aquilo, nossa senhora, mas valia, naquele tempo valia muito, hoje que não vale, hoje você pode ir comprar um torresmo que não vale, antigamente não, podia ser pouquinho, valia, porque o povo aumentou, o dinheiro sumiu, as coisas ficaram mais caras, mas era bom, a gente nunca tinha preguiça de trabalhar, toda vida gostei de trabalhar...

Dianaluz: e depois que a senhora casou como que foi?

Zenita: Quando eu casei, o meu marido era ..., a gente mexia desse mesmo jeito, na roça mesmo, quando tinha menino mais pequeno, nós deixava os maiorzinho em casa... e nós ia embora, você já ouviu falar na Serra lá, aquelas beradas?

Dianaluz: Não...

Zenita: Lá naquelas berada de serra... lá tem rancho lá, tinha um terreno do avô do meu marido, nós plantava lá, agora fecharam, meu sobrinho tá lá, o Janinho. A gente plantava

todo dia, passava a mão na enxada e ia embora , quando fosse plantar tinha que levar a enxada pra capinar... a gente queimava um tanto de sol, [...] mas era bom, a gente tinha saúde, ninguém tinha doente, no hospital você podia ir às vezes passava mês inteiro sem ter uma pessoa doente no hospital, hoje não é assim, hoje o hospital tá cheio de gente doente, de onde vem tanta gente doente, mas por conta do quê? do alimento, o povo alimentava só com as coisas que colhia não adoecia... ninguém tinha o filtro pra filtrar água, todo mundo apanhava água lá na bica mesmo e tomava, ficava correndo água direto e reto, a vantagem que tem aqui, ... problema é lá pra baixo, aqui pra cima todo mundo tem água, tem banheiro, antigamente não tinha nada, porque não tinha dinheiro pra fazer, não tinha material pra fazer... é gente, eu sofri demais na minha vida, quando penso a noite tem dia que eu penso na minha vida eu até choro, eu já sofri demais na minha vida, muito, muito.

Dianaluz: A senhora tem quantos filhos?

Zenita: Eu sou mãe de dez filhos, mas vivo eu tenho só cinco, e só aquele que mora alí em cima que mora aqui, mas tinha muito menino doente, não alimentava , não pegava nada com a mão, não caminhava, não sentava era só deitado na cama, às vezes eu saia daqui era uma hora da manhã pra ir pro engenho moer, tinha que fechar e toda hora vinha dentro de casa pra olhar como que tava , toda hora mexia com farinha de mandioca e sofri muito com ele.. Quando nós compramos este terreno aqui nós mais meu marido nossa, tinha que tirar da boca dos filho pra poder pagar aqui a gente sofreu demais, a gente costumava passar a mão na criança aqui doente e ia a pé, caminhava 3 legua e meia até Conceição lá no posto, chegava lá o médico não atendia a gente, um sol quente , a gente custou chegar, virava pra trás pra chegar outra vez em casa, chegava em casa morto de cansaço, depois mexia no serviço com menino ruim, ele morreu à mingua, tem dia que eu choro, só dois que não foi a míngua por causa que um nasceu um tempo mas morreu, o outro nasceu foi outro dia deu tétano no umbigo, aí ele morreu, mas esse outro morreu à mingua, hoje é bom, tem posto no lugar, tem a escola, mas antigamente não tinha nada, nem roupa pra vestir ... ninguém sofreu o que eu já sofri na minha vida, graças a deus todo mundo viveu, tá aqui , não morreu, o que tinha que morrer morreu, morria à mingua mesmo, todo mundo que morria morria à mingua, não tinha hospital pra ir, não tinha como levar também, levava na cacunda, não tinha jeito. Até hoje, tem muito lugar... aqui em Conceição tem aquela policlínica lá , esses tempo atrás aí, tem uns dois anos, graças a Deus eu tô boa, eu ia quase toda semana lá na policlínica, eles fizeram minha ficha, o horário de espera era 5 horas, eu fiquei lá esperando 5 horas, aí a atendente fechou a porta e não quiseram me atender, aí eu falei com a minha afilha assim , eu vou tomar um comprimido

vamos pra casa que amanhã eu dou um jeito, aí nós fomo embora, e com fé em Deus, Deus vai me dar força que eu não vou voltar aqui, eles me enjeitaram hoje eu não voltei lá mais, voltei lá depois disso porque o escorpião me mordeu, eles enjeita, teve uma dona que estava doente eles estavam levando ela toda semana, até o dia que eles enjeitaram ela também

Dianaluz: Enjeitaram ela também? Que injustiça né!

Zenita: Eu sei que eles me enjeitou eu não tava boa, e o pessoal que tava lá, tudo ficou revoltado, falaram assim podia atender ela , enjeitar ela porque, ela não tá bem, eu não to bem mas eles não vai me atender mesmo, eu vou embora, fazer o que, eu fiquei lá cinco horas, minha ficha foi feita na frente, eles não tiveram coragem de me chamar, nem como cachorra, me chamar vem cá ver o que você tem . eu acho que um paciente chegou no hospital é porque ele não tá passando bem, demora, mas ele é obrigado a atender, não é pra ficar fazendo hora com a cara dele pra ele embora, se você chega lá, você faz sua ficha primeiro que eu, agora vai passando todo mundo pra frente, pra frente e não atende você até na hora de sair, ah , não, não dá...

Zenita: a gente fica mais revoltado ainda. Eu deixei minha casa fechada com criação no terreiro, pra tratar pra mim, eu não tava quase enxergando também , não enxergava nada, precisando fazer cirurgia do olho , precisando de cuidar da minha saúde, eu não fazia uma coisa nem outra , eles me empurrava de um canto pro outro , mas graças a Deusdeu tudo certo, fui lá pra casa da minha filha em Lagoa Santa , fiz cirurgia no olho, tá dando pra fazer minhas consulta lá, fiz muitos exames , graças a Deus não deu nada, eu tava ruim mas não dava nada, não podia fazer nada, mas me atendeu.

Dianaluz: Gostaria de fazer uma pergunta pra senhora. A senhora aceita que esta entrevista vá para um trabalho acadêmico.

Zenita: Mas não vou falar mais não né...

Dianaluz: Se a senhora quiser continuar falando, pode falar

Zenita: Não

Dianaluz: A senhora aceita que esta entrevista vá para um trabalho acadêmico?

Zenita: Eu sei lá... ah, deixa ir, é bom que os outros escutam o que eu falei...

Dianaluz: É vão escutar sim, vão ver essas injustiças... A senhora gostaria de contar alguma coisa mais pra gente?

Zenita: Não

Dianaluz: Tá de boa, tranquilo? Muito obrigada, para mim é uma honra entrevistar a senhora...

Entrevista com Gisele Rodrigues Costa, Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro.

Dianaluz: Pode falar Gisele, a gente estava falando do Parque...

Gisele: Eu acho assim, questão de preservação é ótimo né, porque tá cuidando, porque se não tivesse o parque também hoje, eu acho que estaria assim, entra qualquer um, entra qualquer hora, hora que quiser né, acho que em questão de preservação é bom mas em questão da comunidade deixa muito a desejar, muito mesmo, porque o parque, é que nem eu já disse antes, hoje a gente já tem um diálogo melhor com o parque, mas antes Diana, o parque lá em cima e comunidade aqui, não tinha assunto em comum nenhum, a não ser o caminho pra ir pro parque só, tomara que melhore, eu acho que deve melhorar devagar, mas ainda tem muito que melhorar ainda, porque o parque ele vive pra turista né. Eu acho que foi feito pra turista, ele trabalha pra turista, não pra comunidade, tanto é que em questão de vaga de emprego a maioria de vagas de emprego que tem lá pouquíssimas pessoas daqui são contratadas né, hoje isso melhorou, hoje acho que mais da metade que trabalha lá é daqui, mas antes não tinha ninguém, então acho que vai melhorando devagar, a passos lentos mas tá melhorando...

Silêncio

Dianaluz: De quando você era criança, o que mudou pra cá? Você lembra como era o Tabuleiro? Quantos anos você tem, desculpe a pergunta...

Gisele: Mas é... mudou muita coisa, muita casa, muita gente, muito turista que passa né... Que antes se você visse um carro de turista passando ... quer dizer, mas antes você via muita barraca ao longo do Tabuleiro todo, alí na mata, no adro da Igreja sempre ficava muita barraca sabe, acho que vinha até mais gente pra cá, mas vinha pra ficar e hoje o pessoal vem e volta né... fica poucas pessoas...

Dianaluz: todo mundo fazia uma viagem maior né, ficava mais tempo né, de barraca.

Gisele: Mas hoje também melhorou que hoje tem muitas pousadas, que antes também não tinha tanto assim, não tinha muita opção, tinha que ficar em barraca, hoje tem muita casa pra alugar, tem hospedaria né, então, nesse sentido também melhorou bastante...

Silêncio

Dianaluz: Você tem lembranças de criança, como vc ia na escola?

Gisele: Ia a pé, nem tinha aquela escolinha lá não quando eu estudava... primeiro lugar que eu estudei era onde era aquela sala de sinuca lá na Cici, você lembra que tinha uma salinha de sinuca? Foi no bar antigo da Cici, antes dela reformar, tinha uma salinha de sinuca, alí foi minha primeira sala de aula... é e depois eu estudei alí onde é a Júnia hoje, no Gerval, aí

s' depois que eu fui pra escolinha lá em cima, aí só tinha duas salas, uma cozinha e um banheiro. Na sala lá a escola era bem pequenininha, já cresceu bastante... a gente ia a pé né todos os dias,

Dianaluz: Você morava onde, aqui no Rio Preto?

Gisele: Desde sempre aqui... Eu andava pouco né, se comparar com os outros meninos que vinha lá do Salto, Mané Joaquim tudo a pé, eles andava horas pra ir na escola...

Silêncio

Gisele: Na época que eu estudava ainda a gente não tinha tanta coisa que nem tem hoje, eu no primeiro ano que eu fui ainda levava, a gente levava caderno no saquinho de arroz ainda, ninguém tinha mochila não... Aí depois foi fazendo sacolinha de pano aí só depois que foi tendo a pasta, mochila... aí foi melhorando...

Silêncio

Dianaluz: E lembrança sua no rio, vc tem, vc curtia o rio quando era criança?

Gisele: Muito, aqui no fundo tinha um rio aqui só que eu falo assim que antigamente, quando eu era criança o rio aqui você escutava durante o verão todo, todo mundo gritando, que o rio vivia lotado de gente, pessoal saía de casa pra ir no rio sabe, hoje não, principalmente o pessoal que mora aqui, e o rio aqui também tem uma cana que nasce na berada do rio, cana brava, ela tá tapando a maioria do rio, que antigamente a gente lavava roupa alí né, aí eu não sei o que tá acontecendo mas tá, a cana brava tá tapando o rio todo, aqui mesmo onde a gente nadava quando era criança já não tem quase lugar de nadar mais, mudou muito, até o rio tem mudado muito

Dianaluz: Dizem que diminuiu as águas né...

Gisele: Muito mesmo, antigamente todo mundo aqui tinha bica em casa com muita água, não tinha torneira pra você fechar antigamente não... hoje você pode contar nos dedos aqui quem tem uma bica em casa, pouquíssimas pessoas...

Silêncio

Dianaluz: E seu dia a dia assim, você lembra como que era? Se mudou muito de quando você era criança pra agora? Quando você era criança já tinha carro?

Gisele: Não, não tinha não, não tinha o carro pra ir pra escola nem as pessoas tinham muito carro por aqui né... eu lembro que meu avô tinha um carro aqui, mas poucas pessoas tinham carro. Quando eu era criança eu já fui muitas vezes pra Conceição a pé, quando chovia muito, não tinha meio de ir, ia a pé... já cheguei várias vezes de ir e voltar, hoje tudo aqui... por mais que as pessoas reclamem, aqui já melhorou muito, muito mais fácil hoje né... Nossa, eu

lembro quando eu era , tinha uns dezesseis anos, eu saía daqui pra ir pra Conceição tinha que quase que dormir numa fila lá pra você marcar uma ficha , hoje você tem médico aqui duas vezes na semana , então você te muito mais acesso a tudo hoje aqui , praticamente tá dentro da cidade aqui né, querendo ou não, é tudo muito perto , em questão disso melhorou demais... hoje tem a van escolar que pega os menino tudo nas casas vários horários do dia, tem ônibus que leva pra Itacolomi, leva pra Conceição leva e traz, então é tudo muito mais fácil hoje né... por mais que as pessoas reclamem, reclamar também sempre vão né... Nada tá bom pro ser humano né... tudo tem que reclamar, mas tá bom

Dianaluz: E quando vc teve aula, você lembra assim de alguma coisa que te marcou na época ... como vocês faziam educação física? Vocês iam no rio? Que te marcou na época da escola assim?

Gisele: A gente ficava muito no adro da igreja e ia no rio às vezes sim , mas poucas vezes, nós ficava mais no adro da igreja brincando. Na escola na época tinha esses brinquedinho , aqueles joguinho de dama, de xadrez, sabe, tinha muito isso. Tinha aqueles joguinho de raquete com a bolinha , então a gente ficava muito brincando disso... Não tinha assim exercício, não fazia isso não...

Dianaluz: E de adulto, você tem alguma memória que te marcou assim de Tabuleiro, seu casamento, festa, alguma coisa assim?

Gisele: Ah não sei, tanta coisa ultimamente acontecendo que ... bastante coisa...

Silêncio

Gisele: Acho que não tem nada assim que tá me marcando assim não...

Dianaluz: Você frequenta bastante a cachoeira?

Gisele: Não, você acredita? Muito pouco. Eu fui lá na cachoeira do Tabuleiro três vezes na vida até hoje. Porque o hoje o tempo é muito corrido né, trabalho, filho é bem corrido hoje pra sair... Aqui tem várias pessoas que nem nunca foram lá, minha avó ali mesmo nunca foi, várias pessoas aqui, avós também que nunca foram, morreram sem ir sabe, viam na televisão mas não via ela aqui...

Silêncio

Dianaluz: Você poderia falar um pouco sobre a associação, seu papel, como que ela tá?

Gisele: Tá andando, é tudo muito difícil sabe, muito , você não tem muita ajuda assim não, você tem mais gente pra colocar peso né, o pessoal da comunidade aqui ficou muito descrente com isso , muito desacreditada , então você acaba tendo que enfrentar a comunidade pra explicar que é uma coisa boa né, que eu não tô aqui pra fazer mal pras pessoas, que ta pra

ajudar , mas mesmo assim, às vezes dá vontade de desistir, que é muita crítica... mas aí eu páo e penso também, se eu desistir agora no meio do caminho, vai voltar tudo a parar de novo né, que aqui já ficou parado por muitos anos... Então eu tô aprendendo e a gente vai tentando devagar. Esse ano a gente quer ver se faz algumas coisas, faz alguns projetos pra comunidade, buscar algumas coisas, a gente vai tentando, se Deus quiser vai dar tudo certo. Eu insisto bastante porque quando você começa todo mundo tá empolgado né, só que as coisas não acontecem assim de uma hora pra outra, sempre leva um tempinho, você faz um projeto aí demora um pouco, as pessoas acabam desistindo, então tem que estar alí impulsionando, vão gente, vamos esperar que vai dar tudo certo e vai chegar uma hora... eu vou tentando puxar a galera pra ver o que vai dar , mas chega a ser cansativo também. Porque a associação acho que pra você ficar nela você tem que estar por conta, porque quando você trabalha, tem filho, você não pode ficar 24 horas. As vezes as pessoas ligam lá de Conceição, tem uma reunião aqui de associações tal horário, numa quinta feira por exemplo, aí a gente não tem carro né, na quinta não tem ônibus, acaba complicando pra gente um pouco o horário o dia da semana, e todos os membros que tem na associação hoje trabalham, ninguém vive de associação infelizmente aqui... é um trabalho voluntário, mas eu creio que vai melhorar...

Dianaluz: E com a prefeitura, como que é a relação com a prefeitura? Tem apoio? A prefeitura ajuda alguma coisa?

Gisele: Quando a gente pede sim, a prefeitura tem olhado muito o lado das associações, tem ajudado bastante, ela criou uma sala lá na câmara né, específica só pra associações, então sempre que você corre atrás de uma coisa eles tão tentando ajudar tudo no que for possível, mas é muita coisa também, muitos lugares, tem outras associações que tem aquelas pessoas que estão alí pra aquilo né , então acaba conseguindo mais coisas que a gente, mas a gente tá pondo tudo em ordem ainda, porque ficou muito tempo com a papelada atrasada com muita bagunça, a gente tá pondo tudo em ordem ainda, mas tá quase pronto...

Silêncio

Dianaluz: Você gostaria de falar alguma coisa, contar alguma coisa...

Gisele: Não, tenho pouca história Diana...

Entrevista com Cristiano Rodrigues, Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro.

Cristiano: Tudo começou em oitenta e três, né. Quando eu nasci, né. Aí eu não com certeza não tenho memória, mas a partir de oitenta e seis oitenta e sete, já tem algumas memórias assim do Tabuleiro, né De antigamente dos trios, né, que o Tabuleiro nessa época tinha muito pouco acesso assim de estrada de acesso de carro, quase nenhum ainda mais assim, na questão central, aqui no mais os moradores se locomoviam via caminho. Pelos caminhos da mesma maneira pra ir pra Conceição, a gente ia de caminho nessa época pelos caminhos até noventa e quatro assim mais ou menos era tudo feito a pé. Alguma coisa assim não me recordo a memória não década de noventa, já que foi a gente foi ter o primeiro ônibus assim, ônibus, transporte coletivo tá até então pra gente ir pra Conceição era. Praticamente todo mundo a pé, era um ou outro que tinha carro, mas num num dava pra ir todo mundo, né.

Ah, a minha família aqui no tabuleiro é da base de agricultores e Construção civil também. eles têm um ofício e da construção civil essa agricultura ela era assim, na parte da minha mãe do meu avô e se eu me. Né. A gente produzia muita coisa que assim, na questão de fruta, banana verdura no geral assim essas hortaliças e o destino principal das nossas da nossa agricultura era o Mercado municipal de Conceição. o meu avô, que é o pai da minha mãe ele morreu assim. Ele ficou doente no caminho indo pra Conceição, quase chegando em Conceição ali no Salão de Pedras, levando produto pro mercado. Então foi ele, foi meu avô, o meu bisavô também, meu tataravô, pegando lá atrás, né. E continuaram fazendo.

Aí década de noventa e surgiu a primeira mercearia no Tabuleiro.

Até então o Tabuleiro vivia uma base de escambo. assim, se eu me recordo bem também a base era o escambo: o cara era pedreiro, eu era lavrador, aí eu trabalhava dois dia pra ter um dia do pedreiro. Aí o outro trabalhava por um saco de farinha por um cado de milho e era. Que era a moeda até chegar a primeira Mercearia aí depois que chegou essa começaria aí começou a ir, diminuindo, diminuindo, diminuindo até meio que quebrou o sistema do escambo que existia, né. O escambo até a década de 90 era atividade principal, o pessoal ia pra Conceição e acabava que lá rolava dinheiro né, então tinha o dinheiro né, mas era um ou outro só que ia, nem todo mundo ia, muito muitas pessoas da comunidade ficavam isoladas aqui, sem ir, eu mesmo fui em Conceição já era... risos, já devia ter uns cinco anos assim de memória deu tá indo lá.

Dianaluz: Você foi à pé?

Cristiano: Sim, ia a pé, pra serra também, sempre a pé, aí veio mudando né, década de 90 foi o maior boom assim, veio o transporte coletivo e a eletricidade rural né, década de... 87 mais precisamente foi quando chegou a iluminação elétrica aqui do centrinho e de um ou outro no vilarejo, mas em casa só foi ter padrão em 1995 se eu não me engano, mas mesmo assim a gente ainda continuou na lamparina né, revolução da lamparina, boa parte do Tabuleiro era lamparina, só o miolo aqui era elétrico, as lamparinas estão até guardadas... [risos], aí foi evoluindo, foi mudando aí em 1997 a gente teve o acesso à escola né, eu formei a quarta série aqui e todo mundo formava a quarta série parava, não tinha condição de estudar, salvo um ou outra exceção que eu acho que uma ou duas pessoas que saíam pra estudar, teve condição né, mas todo mundo no geral ficava aqui, mas em 1997 a gente teve esse ... Flávia era secretária de educação na época, aí conseguiu um transporte juntamente com a Zaíde, pra tá levando a gente, e a partir daí a gente teve mais acesso à cidade, foi aí que a gente foi na cidade mesmo, rodar alí no centro de Conceição em 97, nós já tamo em 98, 98 foi a criação do parque... Tô pulando, pulei alguma coisa, não né... na verdade teve uma especulação, onde é a sede do parque alí, eu cheguei até ver a maquete do resort, que alí era pra ser resort de um grupo italiano de resorts, eles têm resort no mundo inteiro, na costa brasileira alguns, aí eles estavam com direito de posse alí, na verdade não sei se era direito de posse, eles fizeram projeto em cima do lugar pra fazer esse resort, então a pressa do parque mais assim quando foi criado foi com esse intuito de barrar o resort, aí foi criado o parque e a APA Serra do Intendente que hoje o parque estadual Serra do Intendente tá em cima do escopo original da APA Serra do Intendente, APA municipal Serra do Intendente, aí demo sorte conseguiram por uma influência política da época, conseguimos aprovação assim do parque, engraçado que quando o pessoal tá.. no dia que a empresa, o grupo ia apresentar o trabalho do resort a gente chegou um dia antes, assim a galera que participou do movimento, da mobilização, isso aí eu já tinha o que, de 87, já estava aí com meus quatorze, quinze, 97 pra 87 dez, eu tinha quatorze anos, eu lembro do movimento todo quando começou...

Dianaluz: Teve um abaixo assinado mesmo?

Cristiano: Teve o do Estadual né, no Municipal não teve abaixo assinado não, mas aí o que aconteceu, foi convocado uma reunião com a comunidade inteira, aí o pessoal que ia fazer a reunião, quando eles chegaram no Tabuleiro, já tinha um cidadão que na época era vereador, ele já tava , já tinha desmobilizado a reunião toda, a comunidade inteira, falando já disso,

desfazendo a história do parque, coisa e tal, por isso criou a primeira polêmica do parque, não era pra ser assim se não fosse essa pessoa, era pra ter sido diferente...

Dianaluz: E você pode falar o nome dessa pessoa?

Cristiano: Até posso, não tem perigo não. Foi Ladinho Ferreira ele era vereador e juntou com Zé paquinha e mais um pessoal, aí o pessoal antes de ir pra reunião eles já pegou todo mundo e falou : Não vai não que eles tão querendo é tomar terra docês, é isso e aquilo, mas eles não sabiam da história do resort, eu lembro, eu tava nesta reunião, pequeno assim mas tenho uns flash, mas aí criaram assim mesmo, aí chegaram lá, o pessoal que apresentou pro secretário de estado o projeto, na hora que eles saíram da sala, na época tava era muita gente, era Luíz, Cadú, acho que a SAT nem era formada nessa época, era um coletivo de pessoas assim, filho do Doutor Sebastião, não me lembro o nome deles agora, mas era muita gente, aí eles saíram da sala o pessoal já tava na antessala esperando pra apresentar o projeto do resort, mas depois disso aí criou o parque danado por causa dessa mistificação que houve né antes, que o parque era pra tomar a terra, que não era, que não ia ser bom pro povo, coisa e tal, mas graças a Deus foi criado, o meu ponto de vista hoje com relação a isso, sabia desde lá trás eu já sabia que ia dar muito problema social, impacto com a comunidade, Tabuleiro, qualquer coisa que você vai fazer dá um certo impacto, a comunidade aqui ela é bem reclusa né, resistente a qualquer coisa, não é só o parque, isso aí talvez o motivo histórico do Tabuleiro, ter ficado aí abandonado, isolado até década de 80 praticamente, tava isolado, meio bicho do mato mas aí isso hoje isso já tá mudando, hoje... antigamente...

Dianaluz: A estrada foi construída quando?

Cristiano: A estrada foi na década de 70 me parece... a data exata assim eu não tenho ela assim... é alguma coisa na década de 70, na mão né, tinha uma galera aí que trabalhava com picareta, enxadão, na mão... Fizeram a estrada pra vir o primeiro carro [risos] não foi assim nem pela prefeitura, naquela época a prefeitura é... eu acho que nem existia a prefeitura, praticamente era um... eu não lembro quem era prefeito mais... ditadura militar também né, essa época, Brasil não tava muito dos bento, 70... começo de 80,

Mas voltando ao parque, aí em 2006 foi criado a extensão né, o Parque Estadual Serra do Intendente, ficou em cima... se sobrepôs... na verdade, descriaram o municipal e criaram o estadual, aí o povo não sei quem foi, o secretário do meio ambiente, falou não que não sei o que, foram lá e criaram o parque emergencial para sobrepôr no outro, mas o Ribeirão do Campo, que é o parque original: Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, foi criado em 98 foi descrito pra ser um parque só, Parque Estadual Serra do Intendente, só que a

prefeitura mudou a gestão e alguém foi lá, eu não sei quem era, pois eu não tava no Brasil nessa época, aí criaram de novo, aí por isso que ele é hoje Parque do Tabuleiro, não sei se foi com medo de perder alguma coisa...

Dianaluz: ICMS Cultural?

Cristiano: Ecológico né, não era muito dinheiro mas a prefeitura contava com esse dinheiro na época, tanto da APA quanto do Parque, sempre receberam ICMS ecológico, Salão de Pedras também, aí hoje tá, eu creio que tá diminuindo bem o impacto, hoje talvez o maior impacto do Parque Comunidade talvez não seja nem a comunidade aqui, porque a comunidade hoje, querendo ou não ela já, o que foi feito foi feito, pra quem fez, não foi pensando só na comunidade, foi feito pensando nas gerações futuras né, eu crio que quando se cria um parque em cima de um potencial hídrico e biológico que nós temos aqui nós estamos pensando para as próximas gerações e o material biológico que a gente tem né, a região aqui da divisão dos biomas aqui, aqui você tem Cerrado e Mata Atlântica, bem no limite da transição, então aí você tem espécies que só existem aqui, na região aqui, ainda que em determinada altura, você não acha ela nem em cima nem embaixo, só em determinado ponto da serra, então isso faz com que o lugar tenha uma importância biológica também muito grande...mas aí eu creio que agora é a prefeitura aproveitar que agora a realidade é outra com relação à dinheiro, eles têm uma capacidade de dinheiro bem maior do que tinha naquela época por causa da mineração... Então assim, a mineração já está aí né, coisa antiga mas já tá aí, creio que agora é diminuir esse impacto social com quem já está dentro do parque ali e trazer mais benefícios né, o parque tem que andar junto com a comunidade, antes do parque tem a comunidade né, então se você cria um parque e exclui a comunidade que está na frente não faz sentido, então na minha opinião tem que andar junto, trabalhar junto...

Dianaluz: E histórias do Tabuleiro, o que você tem pra me contar?

Cristiano: Aqui tem muita história de luz né, disco voador, povo conta muitas histórias aí de abdução, Seu Cilo, pai do Elias, pai não, acho que é Vô do Elias da padaria, você lembra, eles abduziram ele ali na ponte do Val e deixaram ele lá longe pro meio do mato, tem até um vídeo no youtube, posso até pesquisar e te mandar o depoimento dele, voltou e eles colocaram tipo um implantenele na testa, tipo um chip, tem o caso do Seu Joaquim Elói né também que, isso seu Joaquim me contando né, que quando, teve um certo dia, uma hora da noite clareou tudo, pelas fresta das telha assim, clareou tudo, ele saiu pra fora pra ver o que que era, aí viu uma luz muito grande assim perto da casa dele, aí chamou os filho dele pediu pra pegar a espingarda, aí ele pegou a espingarda e atirou em direção à luz, aí nessa que ele atirou em

direção à luz, a luz deu tipo um flash nele, aí nisso que queimou a retina dele, queimou, ele disse que queimou o braço, isso eu ouvindo ele descrevendo, ele colocou o braço na frente pra proteger, a luz era tão forte que queimou o braço dele, diz que 87 assim foi o ápice das luzes, acho que isso ocorreu no mundo inteiro né, você vai ver Roosevelt de 87, você vai ver outros lugares no mundo é 87, Tabuleiro é 87, então eu acho que foi um boom de luzes no mundo inteiro por algum motivo...

Dianaluz: Tem um vídeo mesmo que fala dos óvnis na Serra do Cipó, é esse?

Cristiano: Não, acho que não é esse não, que tinha um grupo de pesquisa na época, já de fenômenos ufológicos, chama CIPFANI...

[conversa paralela – Cristiano procura vídeo no celular]

Cristiano: É esse aqui, contatos ufológicos na Serra do Cipó, esse é seu Jaquim Elói, isso é 87, abril ou maio de 87, aí onde a Camila morava mais o Hércules, você ver o Tabuleiro não tinha nem árvore ó, os morro, hoje assim se você ver o que a gente tinha em 87 e hoje a gente recuperou 70 por cento o solo tá recuperado, você vê algum tipo de vegetação, aí depois se você quiser pegar...

Dianaluz: Eu fiz já uma análise desse vídeo já... falei um pouco sobre ele

Cristiano: Então você já viu... é bem antigo já, não é a primeira filmagem, a primeira foi do frei Júlio, que se eu não me engano foi 87 também...

Dianaluz: E tem essa do Frei Júlio no youtube?

Cristiano: Tem não, eu tenho um VHS dela, tentar converter ela pra digital, porque quem abriu assim a cachoeira pro mundo vamos dizer assim, foi o Frei Júlio, foi ele que começou, ele foi lá primeira vez que ele era um padre que ele era aventureiro. Ele ia celebrar a missa ele ia de moto, ele andava numa moto de trilha, isso ficou marcado na nossa infância, tipo assim: imagina um padre chegando aqui em 89, 90 pra celebrar uma missa numa moto de trilha né [risos] aí ele foi pra cachoeira com pessoal, o pessoal sempre ia né, a comunidade tinha o hábito de ir na cachoeira pescar... ali era, eu lembro eu com meu pai aos 4 anos lá debaixo da cachoeira, conferindo os instrumentos de pesca dele, ele usava o Jequi, então uma época no ano a gente ia pra pescar, época que antecedia a semana santa.

Dianaluz: E o que é jequi?

Cristiano: Jequi é uma armadilha, o peixe entra e não consegue sair, toda feita de taquara, aqui a gente chama de colvo, não é jequi, tem alguns nomes aqui que a região inteira, no brasil inteiro você vê com um nome e aqui ele tem outro né... que nem jequi, qualquer lugar você vê fala jequi, aqui eles falam colva, aí você tem piti, que é um outro instrumento também

de taquara esse aí também pra tirar a fécula da mandioca né.. então são nomes indígenas eu não sei a origem, talvez ficou aí como herança...

Dianaluz: Eu já conheci como Tipiti esse de tirar...

Cristiano: Aqui chama só piti né... varia a língua, varia muito, tem muita coisa aqui que a palavra é bem maior e o povo aqui fala ela bem curtinha [risos]

Dianaluz: E de assombração?

Cristiano: Ah, antigamente o povo falava muito de assombração, mas o lugar era cem por cento escuro, um breu, então qualquer coisa assim no escuro é , você já tem um medozinho né, já fica com medo, eu mesmo morria de medo, mas hoje em dia até que a gente conversa... mas tem muita história, esse meiozinho aqui mesmo não tinha nada, a minha bisavó doou o terreno pra fazer a igreja e todas essas casas assim foi ela que doou pra fazer... era diferente né, é claro, na época, mas hoje assim já deu uma evoluída, esse centrinho assim ... Maria Fernanda o nome dela, minha bisavó, eu não cheguei a conhecer ela, ela que doou esse terreno aqui da igreja até lá em cima lá da tia Zélia alí, os bar aqui, a rua do Dinei alí, então ela... Um membro da família me falou que ela teve um motivo pra fazer isso sabe, motivo espiritual, eu acredito que o Tabuleiro é um lugar que além de tudo é espiritual, a vocação aqui é espiritual, por isso que a gente brinca que aqui muitas vezes as coisas não saem do jeito que as pessoas planejam e é geral, não é, tanto a gente daqui, muitas vezes a gente de fora que tá vindo também... então aqui a gente brinca que a gente fica meio pianinho, eu não sei porque mas tem esse motivo, as coisas são mais densas, acho que tem alguma coisa que protege entendeu, você não anda de acordo com quem tá alí protegendo, com quem ou com o que, aí eu acho que dá aquela travada, não é por maldade é porque não é pra fazer, eu escuto essas histórias assim muito antigas, que a minha família um lado, o lado do meu pai a metade é holandesa né, a outra metade é indígena e o lado da minha mãe os dois lados indígena. Então assim , setenta e cinco por cento, tanto do pai quanto da mãe, então eu querendo ou não tenho uma descendência, tenho uma linhagenzinha assim mínima, que do meu pai peguei os 25 dele e os 75 da minha mãe de proporção genética, e aqui reza a lenda que foi a última batalha dos botocudos, os botocudos que dominaram o Vale, pra você ver os botocudas vão daqui na Bahia, eles eram tribais, os daqui não se misturava com os de lá, na verdade não era botocudo, botocudo é o nome que os europeus deram, aqui você tem os aymoré, os krenac, maxacali até que não, são mais os aymoré mesmo, os caeté, os povos do caeté, Caeté traduzindo é mato fechado né, mato dentro, mata densa... e eles dominavam essa região, eu acredito que se eles estavam alí no salão de pedra, foi o primeiro embate né, primeiro conflito e pra trás já estava

dominado, já tinha portugueses ali na região, imagino vindo do Serro e do Morro do Pilar, Córrego da Bandeirinha, então não sobrou muito lugar pra eles acuar né... vieram, e eu tava conversando aí com um rapaz que não parou, eles continuaram correndo, fugindo né, foi uma caçada e tanto, foram pra extrema, aqui ficou muita coisa, pegaram muito índio aqui na época...

Dianaluz: Você sabe de histórias de índios que foram pegos no laço, essas coisas?

Cristiano: A minha tataravó, a minha avó era índia mesmo, a mãe da minha mãe, a minha avó mãe da minha mãe é irmã da minha bisavó que é mãe da minha outra vó, as duas eram irmãs, a mãe delas era filha Maria Vitalina e a mãe da Maria Vitalina era índia, minha vó, minha bisavó, minha taravó é isso, mãe da Maria Vitalina que é lá do Salto ela também é tataravó do Juninho, pessoal da Geralda de Santa e de boa parte do pessoal lá do Salto, mas eu acredito que teve outras...

Dianaluz: Quem que foi pega no laço foi a mãe da Maria Vitalina?

Cristiano: Mãe da Maria Vitalina e eu lembro bem assim da minha avó Cota né, ela também tinha o nome Maria Vitalina ela era muito triste, semblante triste, uma pessoa assim bem depressiva, não é pra menos né, ela era neta da índia, então assim ela viu muita coisa nesse processo aí, eu custei entender, tod mundo fala tá “o povo era fechado” não conversava, cara fechada, bravo... Mas aí depois eu fui entendendo, conhecendo a história da origem né, então acho que tem um porquê ela ter sido desse jeito não foi que ela quis né... Eles falam pega no laço, pra mim pego no laço é uma desculpa pra falar abuso sexual, seja lá falta de respeito com quem estava aqui... Os homens mataram todos... não tem relatos... 1910 diz que andava alguns por aí, mas depois foram sumindo, sumindo. Até 1910 tem registro fotográfico, assim, eu já ví foto...

Dianaluz: Eu ouço uma história ali do Val, do val não, da ponte aqui... que ficava um índio chorando pela mulher dele que tinha sido pega... ficava um índio ali...

Cristiano: No travessão, ali na ponte não existia nada... A trilha dos índio é aqui no Travessão, o caminho original ele sai lá de Conceição, desce atrás da Colina da Paz num valesinho, passa num planaltinho que tem no meio de umas pedra alta, bem alta, alcança o Santo Antônio, atravessa o Santo Antônio e segue pelo Dourado, pela esquerda do Dorado e vem subindo, entre o Dourado... à esquerda Dourado e mais pra frente é Rio Preto, que é esse Rio Preto nosso aqui, eles vinham entre os dois rios, essa trilhazinha aqui passa ali no Euclides, aqui dentro da Lapa, a gente fala Lapa né, isso aqui que talvez, não tem como provar, não tem nenhum registro não fizeram também escavação, mas já acharam muita

machadinha, muito artefato aqui... Tabuleiro o pessoal acha muito artefato pré histórico, não sei se é pré histórico que não foi feito a datação, aí eu creio que o caminho deles pegava e subia lá pra Serra, tem pintura rupestre aqui dentro da Lapa, então tem registro e o lugar também é bem propício pra uma comunidade bem grande assim.. Mas essa do índio que você tá falando, pelo que você falou aí assim, ligando né, pode ser minha tataravó, que ela foi pega aqui no Travessão... Eu escuto essas histórias dos meus avós, dos meus antepassados né... De repente esse índio é até eu mesmo ... [risos] O índio não morre não, ele vive, ele só dá um tempo, espera a condição ficar boa depois ele volta... mas assim, boa parte deles aí que desencarnaram, da maneira que desencarnou eles tão querendo é sangue né, vamos dizer assim, os espíritos né... é um ou outro que a gente tem que estar sempre mediando aí pra conversar, trazer pro diálogo né, isso falando num intuito mais espiritual né pra resolver, enquanto não resolver nada anda né... anda assim , mas aí só vai adiando o processo, que as coisas tem que retornar ao equilíbrio e a partir daí esses portugueses só sacanearam e tão sacaneando até hoje...

Dianaluz: E vieram os holandeses né, aqui...

Cristiano: O caso aqui dos holandeses na verdade eu já ouvi essa história em Conceição... era um padre, esse padre era muito safado, aí eles correram com esse padre de Conceição e esse padre foi e se isolou aqui no Tabuleiro, isso numa demandada, que aqui tá chegando gente tem muito tempo, pessoas assim que, marginalizados, perseguição religiosa na Europa, e veio parar aqui, aqui você tem polonês, celta, holandês, alemão, índio, africano, africano aqui no Tabuleiro tem pouco

Dianaluz: E porque que tem o Quilombo?

Cristiano: O quilombo aqui é de branco, a gente tá acostumado a ouvir a história do quilombo só pra afro-descendente, aqui no caso do Tabuleiro, quilombo aqui é quilombo de branco... já ouviu essa expressão? Quilombo de branco?

Dianaluz: Não, nunca tinha ouvido falar.

Cristiano: Depois que eu fui entender, porque nosso quilombo só tem branco? E o Tabuleiro não tem afor porque o seguinte, isso é outra história, dizem que está escrito em algum lugar aí pra Europa fora só que tem que fazer pesquisa, que os índios resistiram até o final aqui, aí o que que eles fizeram, foram lá no Serro, pessoal que já estava instalado em Conceição, não sei te falar o ano, e tinha um escravo liberto, que já tinha dado liberdade, trouxe esse escravo e infiltrou esse escravo aqui no meio dos índios, aí esse escravo depois que ele se infiltrou ganhou a confiança, ele traiu os índios, talvez esse é motivo da gente não ter , tem muito

pouco afro-descendente, tem muito descendente de índio e tem muito descendente de europeu, meio a meio, mas afro você não vê muito, talvez criou essa rixa lá atrás, porque foram traídos...

Dianaluz: E aí os negros não foram bem recebidos aqui?

Cristiano: Talvez... Mas mesmo assim no passado teve alguns, mas que não era daqui ele eram remanescentes da fazenda Mata Cavallo, aí depois que acabou a escravidão na lei áurea, 1889... E aqui não foi muito mexido com relação a garimpo, coisa e tal, não tem muito igual a região tem muito. Tabuleiro não teve muito...

Dianaluz: E no Poço Pari, dizem que garimpavam lá...

Cristiano: Mas isso é recente, isso eu lembro quando garimpavam...

Dianaluz: Recente, quanto tempo?

Cristiano: Talvez 90, já era 90, é, secaram aquele poço lá, fizeram a barragem em cima, desviaram a água e botaram bomba, fizeram uma barragem e secaram o de cima e o de baixo. Eu não fui lá no dia, meu avô foi o Renatinho lembra bem assim, se você trocasse ideia com ele do poço... a Zenita, você conversou com ela...

Dianaluz: É, mas ela não falou sobre o poço...

Cristiano: Tinha até o alicerce lá do rancho na beira do rio lá, mas os caras vieram aí e do mesmo jeito que chegaram foram embora...

Dianaluz: Diz que teve uma cheia muito grande no rio né?

Cristiano: Não, não teve cheia não, sol quente, na época eu lembro do dia assim bem, tava bem quente, tipo isso que a gente tá vivendo agora... esse momento... que mais que eu, se eu puxar aqui na memória vai vim mais alguma coisa, mas tá difícil, ficando velho. Mas teve esse caso aí do garimpo e teve aqui encima da serra próximo ao 2 alí, na direção do 2, esse mesmo Ladinho Ferreira já chegou entrar alí com trator de esteira abrindo pra garimpo de cristal, mas essa época podia tudo né, começo da década de 90 podia tudo. E graças a Deus foi criado o parque. Eu vejo comunidades próximas aí pra frente eles estão passando um problema, tão passando o que a gente passava em 98, aí chegou um coronel, comprou tudo, fechou a cachoeira, não deixa a comunidade usar o atrativo pro turismo, eles ficam lá todo mundo querendo trabalhar com turismo.

Dianaluz: Onde por exemplo?

Cristiano: Rio de Pedra, Fechados, Inhames, a comunidade dos Inhames ela é assim a comunidade já viveu de um turismo e o cara comprou, fechou e falou “nem eu vou na cachoeira e ninguém vai”, não deixa ninguém ir, então isso impactou e na mesma época que

criou o parque aqui esses cara começou comprar a serra inteira, até lá no Sempre Viva, e tá lá tudo comprado só coronel

Dianaluz: O Sempre Viva que você diz é em Diamantina?

Cristiano: Cheio de coronel aí, só gente influente, politicamente por algum motivo. Então eu acho assim que não tem que ser de ninguém, aqui nós tamo de passagem né, acho que o parque tem que ser criado com esse objetivo Não é de ninguém e ao mesmo tempo é de todos , sem excluir ninguém, falo assim mais porque eu tenho essa pegada meio ambientalista, então. Desde sempre eu aprendi com meu avô, ele que foi meu professor, você não chegou a conhecer não, você não conheceu não, você é recente em Tabuleiro, seu Zé Duquinha, ele ensinava muita coisa aí pra gente na época, pegava a turma toda e levava pra beira do rio, fazia uma educação ambiental assim indireta bem direta , né, hoje todo mundo que é da minha geração fala, lembra dele com a mesma .. com mesmo objetivo né que é...mesmo intuito..

Dianaluz: Questão ambiental?

Cristiano: Eu lembro que ele deu uma entrevista pra Rede Minas , era 96 alí na janelinha alí da sala de tio Aroldo, ele falando assim ... 96 né o parque, quer dizer já rolava um turismo aqui, o turismo aqui começou em 94 já vinha um ou outro maluco , porque não tinha trilha, não tinha nada, a cachoeira era só dos nativo mesmo, ele falando que a gente precisava conservar o meio ambiente, plantar árvore nas beira do rio, olha só em 96. Seu Zé Duquinha. O centro é praticamente a mesma coisa hoje, evoluiu, tem luz, mas o movimento é o mesmo, talvez você vir aqui em 1987 você ia ver os pais de quem tá alí hoje... os pais e eles moleque novo, então não mudou muita coisa não, eu estava fazendo essa comparação esta semana: a rua em 87 era a mesma coisa: era o pai do Pio, seu Emídio, dono Geromo, zé Geromo, esse povo mais antigo, ficava alí e o povo aqui era muito bravo, brigava muito, era muito violento o povo aqui, mas muito violento mesmo, ninguém vinha no Tabuleiro mais por causa disso, hoje tá uma maravilha. Eu cheguei a pegar esse tempo assim, já vi gente entrando dentro da igreja a cavalo e atirando assim, vi descarregar um revolver inteiro dentro da igreja, e batia, não tinha luz não tinha nada você não sabia nem quem... tinha uns maldoso eles batiam, você não sabia nem quem bateu... [risos] então era bravo, hoje amansou, o povo do Tabuleiro hoje tá bem pacífico, talvez essa história do índio, esse isolamento, era só os descendente... Mais alguma coisa?...

Entrevista com Maria Conceição do Nascimento, a Dona Lia, Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro.

Dianaluz: Boa tarde dona Lia,

Dona Lia: Boa tarde

Dianaluz: Então, hoje é dia... que dia é hoje dona Lia, a senhora sabe?

Dona Lia: Quarta feira dez

Dianaluz: Dez de junho de 2020, conversa em a dona Lia. Dona Lia, vou começar perguntando qual é o seu nome?

Dona Lia: Maria Conceição do Nascimento

Dianaluz: Qual a sua idade dona Lia?

Dona Lia: 56

Dianaluz: A primeira pergunta que eu queria fazer Dona Lia é como foi sua infância no Tabuleiro. Se você tem alguma memória que gostaria de contar pra gente.

Dona Lia: A minha infância aqui foi, pra mim hoje em dia eu considero que foi bom demais. Foi muito tranquilo né, a gente sempre passou a falta de alguma coisa né, que gente não tinha, mas foi muito boa a infância.

silêncio

Dianaluz: A senhora não tem nenhuma história que gostaria de contar sobre a infância?

Dona Lia: A gente andava pela casa dos vizinho, muito bom, minha mãe me levava, sabe? Aí a gente brincava, tudo pra gente era bom né, gostava muito. Todo fim de semana minha mãe me levava pra casa da minha tia pra gente brincar com os meu primos, pra mim eu tenho recordação muito boa.

Dianaluz: Qual a lembrança do Tabuleiro que você gostaria de lembrar, gostaria de contar pras pessoas também?

Dona Lia: As lembranças do Tabuleiro, a coisa mais boa que eu tenho lembrança é das festas que tinha em Tabuleiro, sabe? Muito boa as festas, todo final do ano tinha as festas do Rosário, mês de maio tinha as rezas todo dia sabe, a mãe da gente levava a gente, era muito bom, ótimo...

Dianaluz: A outra pergunta que eu ia fazer era sobre as festas religiosas, a senhora já está falando né...

Dona Lia: Festas religiosas aqui pra gente foi muito boa msmo.

Silêncio

Dianaluz: Qual a lembrança que a senhora tem do seu cotidiano no passado?

Dona Lia: Tinha uma lembrança muito boa assim que a gente passava falta das coisas, mas sempre, sempre as coisas pra gente era boa e a gente nem percebia que era boa...

Silêncio

Dianaluz: E o trabalho?

Dona Lia: O trabalho pra mim é ótimo, muito bom também.

Dianaluz: A senhora poderia falar um pouquinho sobre o trabalho da senhora?

Dona Lia: Eu já trabalho lá no parque tem 8 anos que eu trabalho fichada. Lá é o lugar que eu trabalho e o dinheiro que eu pego lá é pra eu manter meus filhos, minha casa né, pra eu comprar as coisas tudo pra casa, pros meus filhos, cuidar deles, comprar as coisas que eles precisam, então pra mim trabalhar é muito valoroso, vale muito, sabe? Ótimo pra mim trabalhar lá, gosto muito, pra mim é muito bom...

Dianaluz: E antes de trabalhar no parque no que que a senhora trabalhava?

Dona Lia: Eu já trabalhava lá mesmo, eu trabalhava na roça né e final de semana sempre, algum feriado, a prefeitura e chamava pra fazer limpeza, sabe? Eu trabalhava lá também e trabalhava na roça plantando e colhendo

Dianaluz: Entendi, o que a senhora plantava na roça?

Dona Lia: Plantava milho, arroz, feijão, plantava mandiocal, cana, tudo a gente plantava, a gente mexia com plantio de roça, tudo o que é planta de roça a gente mexia com ela, plantava.

Dianaluz: Qual é a diferença Dona Lia, da vida da senhora antes do parque e depois do parque?

Dona Lia: A minha vida depois do parque é tranquilo também, só que, o parque foi bom pra mim demais, só que no início estragou muito a nascente da minha água, mas pra mim né, tenho diferença pouca mas tenho um pouco só, mas pra mim, no momento agora tá bom demais né, porque é o lugar que eu trabalho...

Dianaluz: E como é o seu relacionamento com o parque?

Dona Lia: Ah, meu relacionamento com o parque eu tô quase todo dia lá, tem pouca folga, tem pouca folga no parque, que eu trabalho, todo dia eu vô, raro eu saio um dia inteiro, sempre tem o dia de eu faltar né mas as vezes, se eu precisar de ir lá eu não falto não.

Dianaluz: O parque já falou de tirar a senhora de lá, a senhora já conversou sobre isso com o parque?

Me tirar aqui de casa ou lá do serviço?

Dianaluz: De casa, é...

Dona Lia: Já falaram mas tem muito tempo já, mas eu não saio não, do meu lugar que eu fui nascida e criada eu não saio não...

Dianaluz: Eles ofereceram algum dinheiro pra senhora?

Dona Lia: No início falou que ia tirar nós daqui, mas depois parou, não falou mais não...

Silêncio

Dianaluz: Na sua opinião dona Lia, o que é importante preservar no Tabuleiro?

Dona Lia: Sempre principalmente no Tabuleiro é preservar as nascentes né, mata né, eu acho assim...

Dianaluz: E a cultura, a senhora acha?

Dona Lia: Também né...

Dianaluz: Cultura do povo

Dona Lia: Pra mim tá tudo bom né...

Dianaluz: Entendi dona Lia. A senhora tem assim alguma história marcante que a senhora queria lembrar sobre o Tabuleiro? Pode ser da infância da senhora, alguma história assim que a senhora queira contar pra gente?

Dona Lia: Uai, minha história pra mim de Tabuleiro, eu gostava assim de muito de ir pra igreja, pras festas né, mas aí depois que minha mãe morreu eu parei, não frequentei festa mais não...

Dianaluz: História de assombração a senhora já ouviu alguma?

Dona Lia: Ah, eu já ouvi algumas mas muito tempo sempre tinha...

Dianaluz: A senhora não quer contar nenhuma pra nós?

Dona Lia: Uai, sempre tinha uma coisa muito ruim que cercava a gente nas estradas sabe... apagava, sempre que a gente vinha pro Tabuleiro, a gente carregava uma luz, sempre no caminho aparecia alguma coisa que apagava a luz da gente...

Dianaluz: Dá medo né...

Dona Lia: Nóo, muito, oxi oxi, hoje graças a deus acabou tudo, mas uns tempos atrás muito tempo sempre aparecia estas coisas, Não só desse jeito, aparecia de vários jeito...

Dianaluz: E a senhora ia no rio quando era mais jovem, a senhora vai no rio? Se diverte?

Dona Lia: Sim, nós ia muito no rio...

Dianaluz: E hoje em dia a senhora vai ainda?

Dona Lia: De vez em quando, as vezes passa muito tempo sem ir mas de vez em quando eu ainda vou.

Dianaluz: E que rio que a senhora vai aí?

Dona Lia: Vou no rio do rio Preto e Poço Pari tudo eu vou...

Dianaluz: No rio Preto Também,

Dona Lia: É eu vou mais pra cima pro lado do Cânion...

Dianaluz: Ah, pro lado do Canion... Bom demais dona Lia... E a senhora produz alguma coisa assim, farinha, fubá rapadura, a senhora produz alguma coisa na casa da senhora?

Dona Lia: Agora duns tempos pra cá faz só farinha...

Farinha de mandioca?

Dona Lia: É

Dianaluz: A senhora tem engenho de farinha aí?

Dona Lia: Tem

Dianaluz: E horta senhora tem?

Dona Lia: Quase todo ano eu planto minha hortinha, eu tô começando agora, mas planto Planta horta também né...

Dianaluz: Mas eu queria saber sobre o parque mesmo, se o parque interfere na vida da senhora, se te impede de pegar lenha...

Dona Lia: Já proibiram muito já sabe, tem muita proibição de tirar lenha, tirar a madeira, cortar qualquer árvore, mas hoje a moça que é gerente agora do parque ela não proíbe a gente de tirar uma lenha não, mas isso outras pessoas que já entrou já proibia mas agora não, agora tá bom demais...

Dianaluz: E pescar, pode? Não pode não né?

Dona Lia: Pescar, depende o lugar pode...

Dianaluz: E a senhora, na família da senhora alguém pesca?

Dona Lia: Não, eu tem muito tempo que parei de pescar, parei faz muito tempo.

Dianaluz: E ninguém da família da senhora pesca?

Dona Lia: Agora pararam, todo mundo parou de pescar...

Dianaluz: Antes da senhora trabalhar no parque a senhora trabalhava na roça...

Dona Lia: Na roça...

Dianaluz: Fazia o trabalho também pra prefeitura né...

Dona Lia: É, trabalhava na roça e trabalhava na sede pra fazer limpeza também só trabalhava uns dias né, algum dia, a gente não era fichado, nem contrato nem nada não...

Dianaluz: A senhora poderia falar alguma coisa da vida em Tabuleiro, se a senhora gosta, o que a senhora acha...

Dona Lia: Agora tá bom demais graças a deus, meus filhos estão tudo grande né, hoje eu não tenho criança pequena mais, hoje tá bom demais...

Dianaluz: A senhora gosta da paisagem do Tabuleiro? Que que a senhora poderia falar da paisagem do Tabuleiro?

Dona Lia: A paisagem aqui no Tabuleiro é muito famosa né, todo mundo gosta, turista etem em todo lugar né, paisagem aqui é muito linda...

Dianaluz: É bom né...

Dona Lia: Muito linda, a paisagem aqui é muito bonita, de um lado também do outro né...

Dianaluz: Eu ouço falar que o pessoal apanhava flor no parque... faz muito tempo isso? A senhora chegou a apanhar?

Dona Lia: Apanhamo, quando a gente era adolescente a gente apanhava muita flor no campo, mas hoje, de uns tempo pra cá não deixou apanhar e foi acabando tudo também a flor que a gente apanhava né...

Dianaluz: Não tem mais...

Dona Lia: Agora vai acabando tudo né. Ninguém apanha mais também não... apanhamos muito quando a gente era criança... a comida que a gente arrumava era com a flor que a gente apanhava no campo né... mas não pode apanhar mais, portanto também elas vão até acabando...

Dianaluz: Diz que a flor se espalha quando se apanha né...

Dona Lia: É...

Dianaluz: Diz que não apanha mais ela não espalha mais...

Dona Lia: Portanto que parou de apanhar, vão acabando tudo...

Dianaluz: Verdade...

Dona Lia: É...

Silêncio

Dianaluz: Então é isso Dona Lia...

Dona Lia: Se precisar da minha assinatura vc vem cá eu assino pra vc...

Dianaluz: Eu vou precisar sim Dona Lia...

{...}

Entrevista com Marco Antônio Bruck, conhecido como Menino, Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro.

Dianaluz: Boa tarde Menino, como vai você?

Marco Antônio Bruck: Boa tarde Diana, beleza, tudo bom demais.

Dianaluz: Queria saber sobre o Tabuleiro Menino, como era o Tabuleiro de antigamente que você conheceu e como é agora, quais transformações você assistiu.

Marco Antônio Bruck: Então, conheci Tabuleiro em 2001, 2002, na época não tinha nem asfalto, o asfalto acabava lá no Véu da Noiva, depois tinha mais um pedaço de asfalto assim aí no Morro do Pilar, então pra vir pro Tabuleiro de Belo Horizonte você encarava mais ou menos uns oitenta quilômetros de estrada de terra no total, da Serra do Cipó até dentro do Tabuleiro.

Marco Antônio Bruck: Tabuleiro era uma igrejinha, uma venda, um bar, muita cachoeira bonita, muita gente legal, muita plantação em morro que é uma coisa meio peculiar de Tabuleiro, as plantações em declive... e pouca casa, pouca casinha, tinha uma vendazinha, tipo uma padariazinha do pessoal do Jerri, que era uma casinha linda, linda... antiga, tem ela lá até hoje.... Até então assim, os dias de hoje que eu vi de mudança mesmo é o crescimento populacional, o crescimento habitacional também, muita habitação construída que às vezes não tem ninguém morando, muitas casas, várias desocupadas e redução também nos rios, e também na... nos lugares que tinha muita sombra, na ponte lá da Praúna, ali era uma mata fechada, você podia passar ali no verão, meio dia, uma hora, parecia que tava anoitecendo.... agora você passa lá é poeira demais... Eu vejo mudança assim também, muita coisa, muita coisa que essas mudanças também vieram trazer coisas boas, não estou falando que é ruim e tal.... Tem alguns pontos negativos, igual, quanto mais população, mais esgoto, mais lixo, menos árvores, mas tem os lados positivos também... eu vejo um pouco uma quebra das tradições locais por parte dos mais novos, que estão se interessando por outras coisas e deixando as tradições de lado, mas é isso, o tempo né...

Dianaluz: Então Menino, no questionário do IEF, o Marcos Alexandre fala de um processo de erosão cultural trazido por estes moradores mais recentes no Tabuleiro, o que você acha disso, acha que isso é verdade?

Marco Antônio Bruck: Acho que a erosão cultural acontece em todo Brasil, quiçá no mundo né, o mundo inteiro está passando por uma época de transição, não é, muito tipo de cultura, muito tipo de costume tá ficando pra trás e as novas gerações vão criar outros costumes, e

enfim né , se é bom ou é ruim eu não sei, isso aí só o tempo que pode dizer, eu concordo sim que tem uma queda, alguns anos atrás a música que tinha aqui no Tabuleiro era na festa da quermesse ou nas festas juninas, que era uma sanfoninha velha, um violão e tinha na marujada, um pandeiro batendo, uma viola tocada, hoje em dia tem música ao vivo no bar, tem música ao vivo na praça, com músicas atuais, e tem também o porta mala do funk ligado de vez em quando e tem o bloco Quebra Tabu e tem a marujada ainda, embora esteja acontecendo um processo triste na marujada que né, por mais esforço que faz a marujada ainda não tem um apoio que deveria ter, no meu ponto de vista, que é um patrimônio cultural da cidade e se não incentivar os mais jovens, isso é uma coisa a se preocupar né, porque é uma peça linda, maravilhosa, do município, dos costumes que tá entrando dentro dessa erosão aí, que existe, existe sim, e aí, será que a gente vai só ver que ela existe e ponto final? A gente tem que fazer alguma coisa...

Dianaluz: Menino, que histórias você teria assim pra me contar, pode ser uma ou mais de uma, que te marcou aqui no Tabuleiro.

Marco Antônio Bruck: Histórias que me marcaram aqui no Tabuleiro tem várias, várias, inúmeras e se eu pegar das mais marcantes mesmo, eu tenho medo de ser injusto com algumas outras... Eu vou falar de um momento engraçado assim, que não me marcou profundamente de sensibilidade assim, mas que me marcou por ter sido um momento absolutamente divertido... Foi lá em dois mil e pouquinho, dois mil e cinco, sei lá, talvez 2004, eu estava na cachoeira Congonhas e tinha um gringo lá, sei lá como esse cara chegou lá, ele era um holandês, aí esse cara foi e falou ainda bem que vocês chegaram, chegamos lá e ele estava sozinho lá, ele falou ainda bem que vocês chegaram tal porque eu não sei ir embora para o Tabuleiro, estou com medo de ficar perdido e tal... falamos pra ele : fica tranquilinho aí que na hora que a gente for embora a gente te chama... e na maior dificuldade pra fazer contato com o cara que ninguém fala inglês né, e o cara falando em inglês e a gente entendia mais ou menos e fazia umas mímicas no chão com pedra e beleza, e fomos embora, aí alí pra baixo da padaria alí na esquina perto da Maria Pequena tem um pé de jabuticaba grande, muito antigo alí, bonito e ele tava cheio de jabuticaba aí nós entramos e começamos pegar jabuticaba e eu percebi que o gringo não sabia, não tinha a menor ideia do que era aquilo alí e ele tava assim, afinzasso porque tava todo mundo comendo aquele negócio alí e se deliciando com o negócio aí ele pegou e tal e nós : Jabuticaba aí deram ideia de falar pra ele que o gosto era parecido com limão, esse cara velho, ele pegou a jabuticaba, ele pôs na boca e foi mordendo devagar ele tava com tanto medo dela ser hiper azeda né, por causa do limão, de repente explodiu

aquele sabor saboroso da jabuticaba.... e menina, esse cara deu sorriso então, e ele era grandão compridão, ele ia metendo a mão nos galho da jabuticaba lá em cima quase que nem uma girafa mesmo, com aquela mãozona grandona cheia de jabuticaba... E pra falar com o cara que ele não podia comer muito que ele ia encalhar.... risos.... fazendo mímica ainda risos... achei engraçado, a mímica não vai dar pra fazer aqui mas dá pra imaginar mais ou menos como é que foi... risos

Dianaluz: Bom demais menino, tem mais alguma outra?

Marco Antônio Bruck: Agora não, vou deixar aí na manga, se eu lembrar eu conto, não tem problema...

Dianaluz: Eu sei que você é mais recente assim no Tabuleiro, é , mas você conhece o que a comunidade pensa também né, eu queria saber o que você acha do parque e com a comunidade... Se o parque tem atendido a comunidade...

Marco Antônio Bruck: Eu acho o seguinte, que o parque tem sua importância, a gente não pode ser contra a criação ou permanência de um parque num lugar desse, mas quando o parque do Tabuleiro foi criado, chamava parque Natural Municipal Ribeirão do Campo , é um trem assim que chamava, criaram o parque falando na época aí que porque tinha um grupo de gringo querendo fazer um resort no alto da cachoeira, que não podia deixar, e tal, que ideia doida né veio, deixar pros gringo assim um lugar maravilhoso que tem uma comunidade aqui que tem história , que tem descendência, ancestralidade, eu não falo por mim não, quem sou eu, na verdade né, eu vim da cidade grande, tô vivendo aqui agora , constituindo família , minhas raízes são de outros lugares, mas eu falo isso pelo que a comunidade expressa porque foi criado o parque na época, precisava né... de várias assinaturas da comunidade concordando com a criação do parque, com as divisas de terras... E aí que o parque seria para a comunidade, que seria feito uma guarita cá embaixo na ponte pra ter movimentação mais perto do vilarejo, para que o comércio local seja movimentado... enfim, aquele tanto de coisa, tem isso inclusive, pelo menos é pra ter né no estatuto lá do parque e aí o que acontece é o inverso... Tabuleiro, a cachoeira muita gente, que tá em São Paulo, no Rio, no Sul de Minas enfim, mais afastado assim de Belo Horizonte e de Conceição do Mato Dentro, compra pacote por exemplo, lá na Serra do Cipó falando que Tabuleiro é Serra do Cipó, que não é né, Tabuleiro está na Serra do Intendente, que é outra Serra, outro lugar, então eles vendem o pacote completo assim e chega, vai lá na cachoeira de van, para lá na portaria do parque, depois entra na van e vem embora, nem para no vilarejo pra dar uma força pra venda, pros bares, pros restaurantes, pra feirinha do Tabuleiro, pra conhecer o Tabuleiro também, saber

um pouco da energia do lugar, da história do lugar, dar uma volta na praça, esse tipo de coisa, então eu acho que o parque, apesar dele ter muita importância, de absoluta importância para o lugar em várias situações, acho que ainda tá falho em questão de apoio a comunidade, inclusive tem um tratado do parque que é isso, obrigação e tal, tomara que mude né, a gente não pode ser pessimista não, mas bom não tá não.

Dianaluz: Então, as perguntas são essas mesmas... e as festas

Marco Antônio Bruck: Tem a festa do rosário, a festa junina, a festa do cruzeiro...

Dianaluz: Você sabe como funciona esse negócio das festas dos cruzeiros?

Marco Antônio Bruck: Virgem Maria né, que eles vão, cada festa é num cruzeiro diferente, e tem o cruzeiro da Cava, tem o Cruzeiro da Vargem, o Cruzeiro do Charco, finaliza na Igreja e logo em seguida já vem os leilões e tals do festejo junino e tem a festa junina do Tabuleiro também que é muito massa, o Arraiá do Tabuleiro... E já aconteceu festa do dia das crianças também, de uns anos pra cá vem acontecendo todo ano, tem feirinha do Tabuleiro e o Bloco Quebra Tabu também que é bem Legal, tem várias atrações....

Dianaluz: Fala sobre a feirinha por favor:

Marco Antônio Bruck: Então Diana, a Feirinha do Tabuleiro é uma ideia que partiu da Fernanda e do Lucas do Tabuleiro, da Cici, e aí eu tive uma participação mesmo pra ajudar a escrever o projeto na estruturação da feirinha na época que a Cáritas tava administrando uma multa que a Anglo American teve que pagar e essa multa foi convertida em vários projetos de 25 mil reais no município inteiro, e aí a gente foi aprovado e tal e conseguiu-se a independência da feirinha. Que ela até então funcionava com barracas emprestadas. Hoje em dia a Feirinha tem as suas próprias barracas, tem a tenda, tem equipamento de som, mesa, cadeira e a Feirinha estava acontecendo regularmente e agora mais nos feriados e tal, a gente tá tendo um pouco de dificuldade de lugar pra guardar as coisas da Feirinha mas é isso, a Feirinha tem uma aceitação muito boa do público, todo mundo gosta muito quando tem a Feirinha, quando tem evento no Tabuleiro o pessoal da Feirinha participa, bem massa mesmo, se eu não me engano a Feirinha começou em 2015 [...]Tem diversidade de artesanato, produtos locais tipo rapadura, queijo, bolo, comida, várias coiss, música ao vivo, apresentação teatral...

Dianaluz: Sobre o bloco Quebra Tabu:

Marco Antônio Bruck: O Bloco Quebra Tabu foi uma ideia que a prefeitura me procurou pra desenvolver um carnaval no Tabuleiro, aí eu coloquei como uma condição que eu só ia fazer o evento de carnaval com música se eu pudesse dar uma oficina de construção de instrumentos

de percussão, alfaias, abês e tal porque eu sabia que o evento ia passar e tendo essa possibilidade do bloco, alguma coisa ficaria, o evento passa mas o bloco continua, e foi o que aconteceu, o bloco tá aqui a todo vapor, e foi isso, a participação de várias pessoas de várias localidades do Tabuleiro, pessoas do Quilombo, da Olaria, do Rio Preto da parte central do Tabuleiro, eu do Salto, enfim, pessoas de todas as idades, integrantes de mais novo tem onze doze anos e o mais velho eu não arrisco dizer a idade não... mas tem Dona Maria Cambeba, os padrinhos do Bloco que é o Bahiano que é marujeiro e a esposa dele, a Dona Antônia e tal. Agora se tratando de participação da cultura local eu acho que a gente teve uma oportunidade magnífica assim que foi participar da Festa de Nossa Senhora do Rosário aqui no Tabuleiro, que é uma festa tradicionalíssima, de suma importância no distrito e a convite da própria Rainha do Povo, que fez questão que o Bloco participasse, foi maravilhoso, sensacional mesmo e acaba que o Bloco Quebra Tabu tá virando uma outra espécie de cultura né, não sei se pode dizer cultura local porque a gente usa células de maracatu, de ciranda, de baião, de jazz, enfim, acaba que surge um novo tipo de cultura também representando o Tabuleiro, não sei se uma cultura local, mas representa o Tabuleiro através da cultura...

Dianaluz: Sobre a rádio:

Marco Antônio Bruck: A Rádio Tabuleiro foi uma viagem né, foi uma viagem que assim que chegou a internet aqui no Tabuleiro eu tinha um computadorzinho velho e aí eu tava dando uma pesquisada, eu estava assistindo youtube e eu vi uma coisa assim, faça sua rádio web, alguma coisa nesse sentido assim né, divulgado lá, aí eu fui ver, quebrei a cabeça pra caralho e acabou que consegui criar um streamer né de rádio web e tal e sozinho a gente nunca faz nada, sempre tive apoio de muita gente, meu vizinho na época, o Dinei falou que podia usar a internet dele e no bar dele ele colocava a rádio Tabuleiro pra tocar e pedia pra mandar um abraço pra fulano, pra ciclano e tal e aí a gente conseguiu também com o tempo, uma vaquinha solidária, virtual, pra comprar equipamentos pra rádio, computador bom, microfone, fone de ouvido, essas coisas e hoje em di a rádio tá bem devagar porque a gente teve alguns problemas de ... com essa questão que a gente sentiu de que pra rádio ficar a vontade mesmo a rádio não poderia falar tudo o que quisesse, assim sabe, o que a gente não concordou muito, porque uma rádio com caráter mais comunitário assim ela é porta voz da comunidade e fala o que acontece né, a rádio não pode falar mentira e quando a gente começou falar o que tava acontecendo a gente sentiu algumas opressões, algumas ameaças, situações bem complicadas que me chateou demais assim, aí acabou que a gente deu um tempinho pra esperar um pouco abaixar a poeira, ter um pouco de paciência, eu não tive muito

confesso, mas eu tive que engolir e esperar o tempo passar e agora a rádio está assim aos poucos voltando aí de vento e popa e usando né, da tecnologia pra mostrar o Tabuleiro pro mundo e mostrar o mundo pro Tabuleiro também, tanto que o jargão principal da Rádio é do Tabuleiro para o mundo e aproveitando o gancho que aqui em Conceição do Mato Dentro, no município todo só pega uma rádio FM, então é uma outra opção né, pra população escolher o que quer ouvir, e o caráter da Rádio é bem descontraído, muito bom humor e tal, mas quando é pra falar de coisa séria a gente fala também, a gente espremeu alguns furúnculo aí, pisou no calo de um e de outro...

Entrevista com senhor José Dolinta, Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro.

Dianaluz: Então as perguntas que eu vou fazer são simples. Primeiro como era o dia a dia antigamente, como era a vida do senhor antigamente aí na Serra que o senhor mora.

Zé Dolinta: A vida nossa aqui nós vivia dos terreno mesmo, mato que a gente tem em volta da porta, aí a gente plantava, tirava madeira pra vender, trabalhava pros outros, vivia era assim, agora hoje depois do parque a gente não pode fazer mais nada, ficou pra gente um caminho sem saída agora, tudo que você vai fazer não pode, não pode.

Dianaluz: Que atividades o senhor fazia aí?

Aqui na Serra...

Dianaluz: É

José Dolinta: A gente plantava mandiocal, plantava roça, tirava madeira pra vender, serrava madeira pra vender, é disso que nós vivia, pegava as flores do campo que hoje não pode, ia eu a maria e os meninos no campo pegando flor, ficava um quebradinho pra cada pra si, pra cada um...

Dianaluz: O senhor tem memória e ter relações assim, o senhor ia pra outros distritos, ia pra Lapinha, pro Tabuleiro.

José Dolinta: Trabalhava pro Tabuleiro, Lapinha, tudo eu já trabalhei de roça aqui, porque o terreno aqui não é muito bom não, você tem que trabalhar um ano ou dois pra deixar descansar e depois roçar de novo, que se continuar não dá planta não, aí eu plantava em outros lugar, plantava em Tabuleiro, plantava na Lapinha e a gente ia vivendo, a vida era difícil mas a gente tinha disposição nessa época... Hoje em dia nem adianta falar que vai fazer, porque a gente tá veio, não arruma quem faz, o pessoal do interior não quer saber de trabalhar mais...

Dianaluz: Entendo... O senhor já trabalhou com flor aí na serra?

José Dolinta: Já com flor e não era só eu não, era os vizinhos todos, gente do Tabuleiro, até gente do lado dos Alves mesmo vinha pegar flor aqui...

Dianaluz: E vendia na cidade, como que era?

José Dolinta: Não, aqui já tinha os comprador certo que comprava da gente e passava e as vezes levava pra Golveia, pra aquele lado lá ele levava...

Dianaluz: Então vou passar pra segunda pergunta. O senhor tem alguma memória marcante, alguma coisa que marca o senhor sobre o Tabuleiro, pode ser de antigamente os dos dias de hoje, fatos que marcaram o senhor, alguma memória.

José Dolinta: A única coisa que marca a memória da gente até hoje é mesmo a agricultura porque a gente vive da agricultura, a gente sonha com a agricultura até hoje. Então a gente tem os companheiro da gente , tem algum que a gente troca ideia, a saudade nossa era essa e agora não tem condições mais também. Mas o que marca nós é a agricultura que toda vida nós fomos criados na agricultura...

Dianaluz: E o senhor tem memórias das festas religiosas. O senhor mora aí na serra mas o senhor participa?

José Dolinta: Participo, festa do Tabuleiro eu participo, festa Jubileu em Conceição do Mato Dentro eu participo... Aparecida do Norte tem um seis anos seguidos que eu vou, esse ano não fui por causa da epidemia que tá aí... tem seis anos que eu vou lá seguido...

Dianaluz: O senhor vai lá pra Aparecida do Norte?

José Dolinta: Vou, já tem seis anos, ia inteirar sete este ano eu não pude ir... Eu sou católico sim, nem sei se sou não, porque isso quem sabe é Deus....

Dianaluz: A outra pergunta que eu gostaria de fazer pro senhor é sobre as relações com o parque. Como é o parque, como foi a relação?

José Dolinta: Pra nós na verdade ele não fez nada, eu falo procê, ninguém conserta nada para os morador. Como você fica no lugar você não pode fazer nada, você perde o trabalho dos anos tudo... Mas a gente não tem solução com o parque não, ele não ajuda em nada a gente não.... Aquela conversa de que vai indenizar, que vai indenizar , mas nunca indeniza...

Dianaluz: E esse negócio que eles falam que vai indenizar, o senhor vai ter que sair daí

José Dolinta: Isso aí eles na verdade não explicaram isso daí não, não explicou.... Teve uma reunião no Tabuleiro sobre isso, depois o povo foi perdendo até o critério com a reunião, só aquela conversa que não acaba nunca de que vai indenizar, vi indenizar, a gente leva e não resolve em nada já tá fazendo dezessete ou dezoito anos eu não sei e nunca resolveu nada...

Dianaluz: Mas e se eles indenizarem o senhor e o senhor tiver que sair da terra, o senhor sai?

José Dolinta: Se for necessário, que eles tá pagando, tem que sair, não dá pra ficar ali aguentando pressão deles que com certeza a pressão deles vai ser pior...

Dianaluz: E o que o senhor acha disso, acha bom ou ruim?

José Dolinta: Na verdade menina não posso falar que é bom nem ruim , é melhor pra minha família, porque eu já to velho e minha família [...] Se eu chegar a receber eu vou dividir com eles mesmo pro destino deles. Aqui no Tabuleiro é difícil de viver, eu ainda vivo que sou aposentado, senão tava passando é mal, que você não aguenta trabalhar, não aguenta produzir, como é que vive...

Dianaluz: O dinheiro do camping não é suficiente?

José Dolinta: Não, esse negócio eu tiro muito pouco que tem mais camping aí em volta né, não é só eu não...

Dianaluz: É pouco dinheiro né...

José Dolinta: É divide, que nós somos em quatro, então divide né...

Dianaluz: E o senhor não poderia contar como foi a vida do senhor um pouquinho, como que foi aí na serra, casamento...

José Dolinta: Eu sou da Lapinha e minha dona é aqui de Tabuleiro, aí casamos, mas ela não gostou da Lapinha não, moramos um ano e pouco lá na Lapinha, ela não gostou de lá não... nós veio tranquilo, isso que eu to falando pra você... nós já tem 58 anos de casado, ah então, nossa vida toda foi aqui na Serra, nós não tinha outra produção, só o dia, de trabalhar, que nós trabalhava pra gente e pros outros também que a gente não tem serviço diário, e a gente tem que trabalhar pros outros, a gente ganhava um dinheirinho pra gente inteirar alguma coisa que a gente produzia... A então toda vida foi difícil, mas a gente não achava difícil que era muita gente, aí dor da lida não dói muit né, que era muita gente...

Dianaluz: O senhor tem quantos filhos?

José Dolinta: Eu tenho nove filhos...

Dianaluz: E quantos anos o senhor tem?

José Dolinta: Eu tenho 79 e minha esposa 83. Ela é mais velha que eu quatro anos...

Dianaluz: E o povo do Tabuleiro? O senhor tem relação com o povo de lá, conversa alguma coisa do parque?

José Dolinta: Tabuleiros nesses assuntos, é que Tabuleiro não faz parte do parque, tá fora do parque, eles tão pra lá nos pra cá, a gente não tem muito, não tem história com eles porque eles não faz parte daqui. Eu acho que pra eles o parque não faz falta nenhuma não, o pessoal depois que arrumou a ponte e a sede, o pessoal nem visita Tabuleiro, vai visita a cachoeira e volta pra trás, nem para lá...

Dianaluz: E sobre os turistas?

José Dolinta: O turista é como igual o ser humano mesmo, tem gente que bom mexer com eles, mas tem gente que é difícil você mexer... [...] Tem hora que se você for aborrecer um, você aborrece a turma toda, então, complicado de mexer mas a gente mexe, às vezes uns quatro dias, as vezes tem alguma coisa pra gente, mas tem coisa muito desagradável nesses histórias aí.

Dianaluz: Quando o parque foi instaurado, teve mudanças né, vocês não puderam mais plantar, como foi isso?

José Dolinta: Não, não podemos mais... não pode roçar, não pode queimar, não tem como...

Dianaluz: Só sobrou o turismo que é pouco né...

José Dolinta: Turismo, falar pra você, aqui é dividido, que nós somos quatro e todos quatro tentando ajudar uns aos outros, a gente não tem má vontade um com outro.

Dianaluz: E quem são os quatro?

José Dolinta: Sou eu, o Chico Niquinho, o Chiquito Lages e o Lucas da Ana Benta.

[...]

Dianaluz: O que o senhor gostaria de falar da paisagem do Tabuleiro? O senhor já viu alguma luz estranha?

José Dolinta: Não, coisa de me assustar eu nunca vi, tem essa lenda aí que tem luz mas eu nunca vi nada que me aborreça não. E a paisagem aqui é muito bonita, é um lugar muito alto sabe, tem uma visão que faz o gosto, isso aí é o que marca na gente porque quando a gente sai fica correndo o olho pro mundo a fora, você vê, as vezes você cai num cantinho não sei aonde, não vê nada, fica meio sem graça sabe... tem muita água nesse terreninho aqui que eu moro...

Dianaluz: Eu já estive aí, já acampeí aí com o senhor uma vez....

José Dolinta: Ah, então você já conhece... Tá recordando melhor que eu então... Aqui é muito bonito, por isso é muito procurado, vem gente do mundo inteiro aqui, gente dos outros países tudo já veio aqui e fica emocionado sabe...

Dianaluz: Muito obrigada então seu Zé pela sua palavra, era o que estava faltando para o meu trabalho.

José Dolinta: Desculpa a gente não ter palavra, que a gente é analfabeto, a gente não entende nada do mundo não, mas o que a gente pode responder a gente responde...

Dianaluz: Não seu Zé, que isso, o senhor sabe muito da vida, muito mais do que eu...

ANEXO II - Questionários para funcionários do IEF, da Prefeitura da Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Urbana, Secretaria de Cultura e Patrimônio Histórico:

Questionário com Instituto Estadual de Florestas:

1. Qual é o seu nome, cargo e instituição.

Marcos Alexandre dos Santos, Analista Ambiental/Gestor Parque Estadual Serra do Intendente – Instituto Estadual de Florestas

2. Você poderia falar como se deu o processo de institucionalização dos Parques/tombamento das Paisagens Naturais situadas na área que compreende o PESI (Tabuleiro, Parauninha e Peixe Tolo)?

A primeira iniciativa para institucionalização da área ocorreu no ano de 1998 com a criação do Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo (Atual Parque Natural Municipal do Tabuleiro). Esta Unidade de Conservação, com área de aproximadamente 1150 hectares, foi criada para proteger todos os mananciais de água que vertem para a cachoeira do Tabuleiro, ou seja, toda microbacia hidrográfica do Ribeirão do Campo. Porém fora da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Campo, na vertente leste do espinhaço, muito outros atrativos e áreas com atributos significativos para a conservação não estavam protegidos. Diante deste fato foi decretado em 1999 a Área de Proteção Ambiental Municipal Serra do Intendente, com área de aproximadamente 13.500 hectares, incluindo no interior de seus limites o Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo. No ano de 2007, motivados pela manifestação da sociedade e diante de um abaixo assinado de quase 2000 assinaturas, a área da APA municipal foi transformada no Parque Estadual Serra do Intendente que continuou sobrepondo o atual Parque Natural Municipal do Tabuleiro. Em 2018 foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro e o IEF, delegando a gestão da área sobreposta ao município, sendo que o IEF ficou responsável pela gestão da área não sobreposta, ou seja, quase 2000 hectares.

3. Qual a relação da Secretaria com as comunidades abrangidas pelo PESI?

Sempre tentamos manter o diálogo com os moradores que residem no interior da unidade de conservação, a maioria deles recebem turistas em casa. A aproximadamente 5 anos atrás, através da iniciativa da ONG Cáritas, foram feitas

obras de instalação de biodigestores e construção de banheiros masculino e feminino nos campings destas propriedades, objetivando a diminuição do impacto nos afluentes e o fornecimento de serviços de maior qualidade aos visitantes. Como consequência, os proprietários tiveram maior expectativa de renda com o turismo. Porém é natural que existam conflitos, pois o parque restringe a conversão de novas áreas de pastagens e culturas agrícolas nas propriedades que estão inseridas no interior da unidade de conservação. Novas edificações também não são permitidas, porém é permitido efetuar melhorias e até mesmo a expansão das edificações já existentes e que contenham moradores que vivem no interior da unidade de conservação. As atividades que os posseiros/proprietários já exerciam antes do decreto da criação da unidade de conservação, por direito, eles podem continuar exercendo, até o momento de iniciar os processos de desapropriação pelo estado.

4. Quais as demandas destas comunidades em relação à prefeitura e à sua secretaria?

Em relação ao IEF, a maior demanda é que seja feita a regularização fundiária do parque com a desapropriação/indenização das áreas de suas propriedades/posses.

5. Existem conflitos na comunidade em relação ao usufruto das áreas protegidas? Sem conflitos relacionados a conversão de novas áreas de uso alternativo do solo (pastagens e culturas agrícolas), construção de novas edificações que não existiam no momento da criação dos parques, caça e retirada de lenha pela comunidade do entorno.

6. Qual a perspectiva da Secretaria sobre a cultura local no entorno das áreas protegidas?

O Parque Estadual Serra do Intendente apoia todas as iniciativas relacionadas a manutenção da cultura local, sendo que vemos também como grande problema a “erosão cultural” proporcionada pela mudança do perfil de moradores da região.

7. Que coisas existem em Tabuleiro que sua Secretaria considera importante para o Município? Manter/preservar/proteger? Por quê?;

No que se refere a comunidade do Tabuleiro, como dito anteriormente a manutenção dos costumes locais, algo que particular dos moradores tradicionais e a manutenção das características urbanas da comunidade. Porém temos ciência que tanto a modificação radical dos costumes locais e das características da vila é inevitável pois foge a gestão do parque. Tem novos moradores chegando a todo tempo. Esta

preocupação se estende a outras regiões do parque, tais como na comunidade da Parauninha, Candeias, Baú, Extrema e Cubas. Em relação a área do parque, a grande preocupação, em acordo com o objetivo de criação da unidade de conservação, é a manutenção da biodiversidade e paisagens.

Achamos importante também manter o direito dos moradores do tabuleiro que utilizam economicamente a área do interior do parque, manter as atividades que já faziam no interior do parque. Desta forma estamos dando início a elaboração dos Termos de Compromisso entre os proprietários/posseiros e a gestão da unidade de conservação.

8. O que sua Secretaria projeta fazer no distrito de Tabuleiro? E quais seriam em sua opinião as ações mais urgentes?;

O IEF tem como principais atributos a proteção da unidade de conservação e manter, a medida do possível, um bom relacionamento com a comunidade do entorno, tendo como ferramentas a educação ambiental e projetos de fomento focados na conservação e integração social da comunidade com o parque. Outras intervenções como melhorias de estruturas urbanas não temos como atuar. Como a região tem grande potencial turístico, o principal projeto do Parque Estadual Serra do Intendente, visando a integração social, é a Rota das 10 Cachoeiras, caminho que contorna parte dos limites da unidade de conservação onde pretendemos consolidar uma séria de parcerias com a comunidade do entorno e fomentar o Turismo de Base Comunitária.

9. Quais têm sido as dificuldades para a sua Secretaria atuar em Tabuleiro?

Não só no Tabuleiro como nas outras comunidades, as maiores dificuldades que estamos tendo, é relacionado a morosidade nos processos de regularização fundiária, que é comum as unidades de conservação tanto no âmbito estadual e federal. Isto gera descontentamento principalmente para os moradores que possuam posse dentro do parque e que solicitam novas intervenções além daquelas já praticadas antes da criação da unidade de conservação.

Questionário para funcionários da Prefeitura da Secretaria de Meio Ambiente e Gestão Urbana, Secretaria de Cultura e Secretaria de Turismo:

1. Qual é o seu nome, cargo e instituição.

R: Júnia Graciele da Silva, Diretora do Departamento de Meio Ambiente da Secretária de Meio Ambiente e Gestão Urbana da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro.

2. Você poderia falar como se deu o processo de institucionalização dos Parques/tombamento das Paisagens Naturais situadas na área que compreende o PESI (Tabuleiro, Parauninha e Peixe Tolo)?

R: Em 3 de novembro de 1998 através do Decreto Nº 158/1998 foi criado o Parque Municipal Ribeirão do Campo. Em 23 de Julho de 2013 através da Lei Municipal de Nº 2.063/2013 a Unidade de Conservação passa a se chamar Parque Natural Municipal do Tabuleiro. A área do Parque é de 3.150 hectares.

Em 27 de março de 2007 foi criado através de um Decreto s/nº o Parque Estadual Serra do Intendente com área total de 13.508 hectares, sobrepondo á área do Parque Natural Municipal do Tabuleiro que é de 3.150 ha.

No período de 2007 a a meados de 2013 o Parque ficou sobre a Gestão do IEF. Após a criação da Lei Nº 2.063/2013 o Gestão do Parque voltou a ser inteiramente do Município de Conceição do Mato Dentro. Porem, continua o Parque Estadual Serra do Intendente sobrepondo a área do Parque Natural Municipal do Tabuleiro.

Em 17 de dezembro de 2018 foi assinado um Termo de Cooperação Técnica de nº 2100014.05.003.2018 entre o Município de Conceição do Mato Dentro e o Instituto Estadual de Florestas, com objetivo de formalizar e estabelecer diretrizes e responsabilidades de gestão. O Termo trata especificamente sobre as obrigações que o IEF tem com a área do Parque Natural Municipal do Tabuleiro e sobre as obrigações que o PNMT tem com o Estado como por exemplo: Citar a sobreposição em caso de publicações; Uso de Imagem da Cachoeira do Tabuleiro tanto pelo Estado como pelo Município deve ser comunicado; autorizações de pesquisas deve ser feita pelos dois parques, assim como, disponibilizar resultados para ambos; apoio em caso de combates a incêndios florestais; resgates e etc.

Portanto, a Gestão do Parque Natural Municipal do Tabuleiro é de responsabilidade do Município, mas com alguns pontos específicos, citados acima, compartilhados com o IEF.

O Parque Natural Municipal do Tabuleiro é uma Unidade de Conservação de proteção integral com objetivo básico de preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de diversas atividades.

(sobre o tombamento de paisagem da cachoeira do Tabuleiro, foi iniciado o processo no ano de 2019 através da secretária de cultura, mas não tenho mais informações sobre o andamento).

3. Qual a relação da Secretaria com as comunidades abrangidas pelo PESI?

R: O processo de criação de parques em todo o território brasileiro deu-se de forma obscura por não haver consulta popular antes da criação. Dessa forma o relacionamento dos parques com as comunidades envolvidas tendem a ser conflituosas. A SMMAGU atua de forma a aproximar o parque da comunidade. Um exemplo disso é o conselho gestor do parque que é composto por 50 % de pessoas da comunidade (associação, comércio e líderes locais). As reuniões são abertas a qualquer participante e são divulgadas previamente na comunidade. Outro exemplo é programa de educação ambiental que ocorria na escola do distrito e será retomado pós pandemia.

Vale citar ainda que a SMMAGU iniciou o processo de desapropriações dentro da Unidade de Conservação.

Através do Parque, todas as ruas e localidades inseridas no distrito foram identificadas e sinalizadas com placas rústicas produzidas e instaladas pelos guarda parques.

De forma geral não só a SMMAGU como todo o corpo técnico da Prefeitura atua sistematicamente na comunidade afim de promover melhorias e atrair mais visitantes e conseqüentemente fomentar o turismo na região.

4. Quais as demandas destas comunidades em relação à prefeitura e à sua secretaria?

R: Demandas que estão em andamento e em fase de conclusão: saneamento básico, como ETA e ETE; instalação de lixeiras; melhorias nas estradas; instalação de

academias ao ar livre, iluminação do campo de futebol; centro de atendimento ao turista com acesso a Internet para a comunidade;

5. Existem conflitos na comunidade em relação ao usufruto das áreas protegidas?

R: De forma indireta sim. O Parque é uma UC de proteção integral e diversas atividades antes praticadas pela comunidade no local, passou a ser proibida após a criação do Parque. A comunidade exercia atividades de caça e pesca dentro da área do parque, assim como extração de madeira e flores, bem como soltura de bovinos e equinos no período de sazonalidade.

6. Qual a perspectiva da Secretaria sobre a cultura local no entorno das áreas protegidas?

R: Promover ações de fortalecimento e preservação da cultura local como cursos e oficinas, apoio na realização de eventos tradicionais da comunidade,

7. Que coisas existem em Tabuleiro que sua Secretaria considera importante para o Município? Manter/preservar/proteger? Por quê?;

R: Além de belezas naturais cênicas mundialmente conhecidas, espécies de fauna e flora endêmicas, produções artesanais de farinha de mandioca, rapadura, doces, queijos, cachaças, artefatos em couro para equinos, artefatos em bambu como balaios e forros, festas religiosas e causos populares contados pelos moradores mais antigos.

8. O que sua Secretaria projeta fazer no distrito de Tabuleiro? E quais seriam em sua opinião as ações mais urgentes?;

R: Promover o crescimento econômico de forma sustentável na comunidade. Aproximar o parque mais da comunidade para que a comunidade se sinta pertencida ao lugar e usufrua da melhor maneira o que o parque oferece para o crescimento e desenvolvimento econômico local.

Capacitações aos comerciantes quanto a oferta de serviços aos visitantes.

9. Quais têm sido as dificuldades para a sua Secretaria atuar em Tabuleiro?

R: A distancia que existe entre a comunidade e o parque, o que dificulta aceitação de ações e formação de parcerias.

**Questionário para funcionários da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro-
MG: Secretaria Municipal Cultura e Patrimônio Histórico**

1. Qual é o seu nome, cargo e instituição?

Silvana Núcia de Souza Lages, Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro.

2. Você poderia falar como se deu o processo de institucionalização dos Parques/ tombamento das Paisagens Naturais situadas na área que compreende o PESI (Tabuleiro, Parauninha e Peixe Tolo)?

As cachoeiras, cânions e platôs da Área de Proteção Ambiental da Serra do Intendente foram declarados monumentos históricos através da Lei Municipal nº 1614/2000, artigo nº 1.

3. Qual a relação da Secretaria com as comunidades abrangidas pelo PESI?

A Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico tenta manter constante diálogo com as comunidades, principalmente através de suas Associações. Buscando assim, o fortalecimento de laços afim de que todas ações possam advir de uma construção coletiva visando o benefício das comunidades e a salvaguarda do patrimônio cultural natural.

4. Quais as demandas destas comunidades em relação à prefeitura e à sua secretaria?

A principal demanda destas comunidades é relacionada a preservação dos saberes e fazeres tradicionais locais e a preservação do patrimônio material (edificações).

5. Existem conflitos na comunidade em relação ao usufruto das áreas protegidas?

Tenho conhecimento de que em diversas localidades brasileiras, que tem áreas protegidas, existem conflitos entre as comunidades e a questão de preservação ambiental. Os modos de viver tradicionais muitas vezes são “compreendidos” como prejudiciais/degradativos ao meio ambiente. Por exemplo a questão do uso de madeiras de lei pela população de forma inadequada para uso de lenha, construção de casas e afins. O que se busca hoje é o equilíbrio entre a natureza e o desenvolvimento sustentável. Integrando o uso dos recursos naturais de forma que as próximas gerações possam usufruir desses mesmos bens.

6. Qual a perspectiva da Secretaria sobre a cultura local no entorno das áreas protegidas?

A Secretaria busca através de processos de tombamento, a salvaguarda do conjunto e seu entorno, valorando seus aspectos naturais, ambientais, cênicos, arqueológicos, históricos e sociais.

7. Que coisas existem em Tabuleiro que sua Secretaria considera importante para o Município? Manter/preservar/proteger? Por quê?

Foi realizado em 2019 um estudo de toda a região do Tabuleiro para subsidiar o Processo de Tombamento Provisório do distrito. Assim, garantir que esta localidade configurada como patrimônio cultural natural tenha estabelecida sua integridade física e simbólica.

Neste documento constam todas estas informações necessárias. Caso seja de seu interesse, podemos disponibilizá-lo presencialmente aqui na secretaria.

8. O que sua Secretaria projeta fazer no distrito de Tabuleiro? E quais seriam em sua opinião as ações mais urgentes?

Conforme relatado acima, todas estas informações encontram-se detalhadas nesse documento. Nossa intenção é fazer com que o distrito de Tabuleiro seja salvaguardado de processos lesivos que possam degradar, ou até mesmo destruir sua história.

9. Quais têm sido as dificuldades para a sua Secretaria atuar em Tabuleiro?

Ressalto aqui a dificuldade relacionada a participação comunitária nas reuniões. Precisamos que a comunidade se empodere e participe mais efetivamente dos assuntos relacionados ao Tabuleiro, uma vez que eles são os maiores interessados em garantir a preservação e valorização local.

O distrito do Tabuleiro vem sofrendo pressões devido à especulação imobiliária e conseqüentemente apropriação cultural externa.

A comunidade precisa se apropriar do território, sem sofrer pressões de pessoas de outras localidades que estão vindo morar no território e exigindo que os códigos de condutas dos moradores sejam violados.